

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

OS USOS DA RIQUEZA E DO PODER

**Pedro de Aguiar e Maria Vieira
na Misericórdia e na cidade de Braga
século XVII**



MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

OS USOS DA RIQUEZA E DO PODER

**Pedro de Aguiar e Maria Vieira
na Misericórdia e na cidade de Braga
século XVII**

Os usos da riqueza e do poder:

Pedro de Aguiar e Maria Vieira na Misericórdia e na cidade de Braga (século XVII)

Autora: Maria Marta Lobo de Araújo

Capa: António José Pedro

© 2021, Edições Húmus

Edições Húmus, Lda., 2021
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Telef.: 926 375 305
humus@humus.com.pt
ISBN: 978-989-755-622-7

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

1ª edição: Abril de 2021

Depósito Legal: 482404/21

Índice

13	Agradecimentos
15	Introdução
25	Capítulo I
25	1. Percursos de vida: o perfil social do casal de mercadores
38	1.1. Pedro de Aguiar: um percurso de poder
38	1.1.1. Os cargos na Misericórdia e no hospital
43	1.1.2. O ingresso na Inquisição como familiar
46	1.1.3. A pertença a outras confrarias da cidade
55	1.1.4. A passagem pelo Auditório Eclesiástico de Braga
57	1.1.5. O testamenteiro
61	1.2. O lugar de Maria Vieira
69	2. Dentro de portas
69	2.1. O profundo viver religioso
72	2.2. As sociabilidades domésticas do casal
76	3. O empreendedorismo de ambos
83	Capítulo II
83	1. A construção do património
84	2. A casa em que moravam
97	3. Vestidos de ouro e prata

105	4. O empréstimo de dinheiro a juros
117	5. O investimento em negócios
121	6. A aquisição de medidas de pão e de bens imóveis
133	7. A conflitualidade e o recurso a procuradores
137	Capítulo III
137	1. <i>Por reconhecerem muitas merces que Nosso Senhor lhes tem feito e faz nesta vida</i>
138	1.1. As doações feitas e os legados instituídos na Misericórdia de Braga
139	1.2. A situação do hospital de São Marcos na primeira metade de seiscentos
144	1.2.1. A construção das enfermarias da convalescença
149	1.3. A convalescença nos hospitais portugueses da Idade Moderna
153	1.4. As dificuldades do processo e as divergências com a Misericórdia de Braga
167	Capítulo IV
167	1. <i>Inspirados por Deos</i>
167	1.1. A preocupação com a moral das mulheres
168	1.2. <i>Quem ouver de ser provido</i>
176	1.2.1. Os processos de candidatura e os trâmites seguidos
197	2. A instituição do recolhimento de Nossa Senhora de Penha de França
199	2.1. A vida no seu interior e os processos de gestão
218	2.2. Os problemas na gestão do recolhimento e as relações com a Misericórdia
225	2.3. De recolhimento a convento
229	Capítulo V
229	1. <i>Larga mão [que] tem feito tantas merces</i>
229	1.1. As doações feitas à confraria do Santíssimo Sacramento da Sé
239	1.2. O legado instituído na confraria de Nossa Senhora-a-Branca
245	1.3. A instituição de missa quotidiana no altar do Santo Nascimento de Jesus Cristo

251	1.4. A instituição da capela e os capelães do coro do Santo Nascimento de Jesus Cristo
257	1.4.1. O regulamento dos capelães do coro
258	1.4.1.1. <i>Para gloria de Deos e proveito das Almas</i>
285	Capítulo VI
285	1. <i>Desejando por minha alma no caminho da salvassam</i>
285	1.1. <i>Como verdadeiro catholico cristham</i> : o testamento de Pedro de Aguiar
298	1.2.O testamento de Maria Vieira
298	1.2.1. <i>Pera distribuir a pobres</i>
317	1.2.2. Um fim anunciado: a Misericórdia e a venda dos bens de Maria Vieira em leilões
323	Conclusão
331	Fontes manuscritas
336	Fontes impressas
337	Bibliografia

Índice de quadros

Capítulo I

- 60 Quadro 1. Herança de Jerónimo Barreiros da Silva entregue a Pedro de Aguiar

Capítulo II

- 93 Quadro 1. Objetos vindos da Índia
94 Quadro 2. Peças de ouro
96 Quadro 3. Objetos de prata
112 Quadro 4. Empréstimo de dinheiro a juros em vida de Pedro de Aguiar
116 Quadro 5. Empréstimo de dinheiro a juros por Maria Vieira na condição de viúva

Capítulo IV

- 209 Quadro 1. Obrigações e deslocações das recolhidas em 1650
211 Quadro 2. Obrigações e deslocações das recolhidas em 1652

Capítulo V

- 273 Quadro 1. Aumento a cada capelão por cantar as vésperas das festas (1671)
277 Quadro 2. Devedores da capela instituída por Maria Vieira

Capítulo VI

- 293 Quadro 1. Missas instituídas pelo casal em vida
305 Quadro 2. Despesas com o funeral de Maria Vieira

Índice de mapas

Capítulo IV

- 210 Mapa 1. Deslocação das recolhidas em 1650
- 212 Mapa 2. Deslocação das recolhidas em 1652

Índice de figuras

Capítulo I

- 37 Imagem 1. Parte da árvore genealógica de Maria Vieira

Capítulo II

- 129 Imagem 1. Imagem das assinaturas de João Vieira e João Gomes Barreiros

Capítulo III

- 157 Imagem 1. São João de Deus
159 Imagem 2. Lápide colocada primitivamente sobre a porta da despensa das enfermarias dos convalescentes
164 Imagem 3. Enfermarias da convalescença

Capítulo IV

- 192 Imagem 1. Relação das providas entre 1712 e 1790

Capítulo V

- 244 Imagem 1. Escada de acesso ao coro
245 Imagem 2. Contrato de instituição de uma missa quotidiana perpétua no altar do Santo Nascimento de Jesus Cristo (1643)
254 Imagem 3. Coro da igreja de Nossa Senhora-a-Branca
258 Imagem 4. Título da instituição da capela
283 Imagem 5. Quadro com a instituição do coro por Maria Vieira

Abreviaturas

ADB	Arquivo Distrital de Braga
AICB	Arquivo da igreja da Cividade de Braga
AINSAB	Arquivo da igreja de Nossa Senhora-a-Branca de Braga
AIPB	Arquivo da igreja do Pópulo de Braga
AISB	Arquivo da igreja da Sé de Braga
AISCB	Arquivo da igreja de Santa Cruz de Braga
AISJS	Arquivo da igreja de São João do Souto de Braga
AISVB	Arquivo da igreja de São Vicente de Braga
AISVrB	Arquivo da igreja de São Vítor de Braga
AMB	Arquivo Municipal de Braga
ANNT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNA	Biblioteca Nacional da Ajuda

AGRADECIMENTOS

Construído sobre uma base documental alargada e sólida, este livro é devedor de agradecimentos a muitas pessoas e instituições em que a mesma foi levantada. Mas não seria publicado se a Santa Casa de Braga não o financiasse. Assim, os primeiros agradecimentos são feitos a esta importante confraria, na pessoa do seu Provedor, o Dr. Bernardo Reis, que, com profunda dedicação à Cultura e à História em particular, não se poupa a esforços para abraçar novos desafios e dar voz a contributos que ajudam a um melhor conhecimento da instituição que dirige.

No Arquivo Distrital de Braga onde se preserva, entre outros fundos, parte do fundo documental da Misericórdia e o fundo Notarial da cidade destaco a pessoa do seu Diretor, o Dr. António Santos, sempre pronto a ajudar, a ultrapassar barreiras e a criar as melhores condições de trabalho. À Dra. Ana Sandra Meneses, que com a eficácia e profissionalismo que lhe são reconhecidos, estou grata por acolher todos os meus pedidos. Em tempo de pandemia, quando o arquivo trabalhava sob muitas restrições, foi sempre possível avançar na investigação com o auxílio e a compreensão do Sr. Diretor, Dr. António Sousa, mas também com o profissionalismo de todos os que o rodeiam. Reconheço, por isso, o trabalho de todos os profissionais que trabalham nesta Unidade Cultural da Universidade do Minho, a disponibilidade para auxiliar e o acolhimento caloroso com que sempre me receberam física ou remotamente. O mesmo reconhecimento é endereçado aos funcionários do Arquivo Municipal, onde as fontes analisadas foram em menor quantidade, mas também onde o ambiente de trabalho é muito amistoso e colaborativo.

Ao Arquivo Diocesano de Braga agradeço também a possibilidade que nos foi facultada de aceder aos seus fundos. Às igrejas da Sé,

Nossa Senhora-a-Branca, Cidade, Pópulo, São João do Souto, São Vítor, São Vicente e Santa Cruz, onde foi efetuado levantamento de fontes, um agradecimento particular por nos ter permitido aceder aos acervos documentais que aí se preservam.

Deixo ainda uma palavra de agradecimento ao meu colega Prof. Francisco Mendes pela ajuda prestada no levantamento bibliográfico, mas igualmente pelas palavras de constante incentivo. A minha dívida de gratidão estende-se ao Doutor Tiago Ferraz, aos Mestres Flávia Oliveira e Luís Ferreira por levantarem parte da documentação trabalhada. Ao Doutor António Pereira, que elaborou os mapas com os circuitos que as beatas do recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França efetuavam para satisfazer uma das importantes obrigações a que estavam vinculadas, estou grata pela disponibilidade demonstrada e pela ajuda prestada. O mesmo sentimento exprimo relativamente à Eng^a. Manuela André pelo apoio na formatação do texto.

Por fim, uma nota para reconhecer o esforço do meu Centro de Investigação, Lab2PT, no acolhimento que faz a todos os seus membros e no apoio que lhes presta, e muito particularmente à Universidade do Minho, pelas condições que oferece a todos os que nela trabalham.

1. INTRODUÇÃO

Os fundos arquivísticos da Misericórdia de Braga têm servido de objeto de estudo a vários investigadores e dessa pesquisa vários livros, capítulos de livros e artigos têm sido publicados. Acrescente-se também que algumas dissertações de Mestrado sobre esta instituição foram já defendidas e que se encontra em fase final uma tese de doutoramento. A confraria com os seus mais de quinhentos anos tem sido objeto de trabalho a um leque alargado de investigadores, dentro e fora das universidades, por possuir um vasto arquivo que se encontra muito bem conservado. Porém, a parte referente aos benfeitores e aos legados instituídos carece de um maior investimento, o que, aliás, também acontece em muitas outras congéneres. É através deles que acedemos às pessoas, conhecendo rostos e dando corpo a vidas que nos passam pelas mãos e que conseguimos resgatar do silêncio da História, senão na totalidade, em parte. Por vezes, numa parte muito significativa. O alcance desse resgate depende em primeiro lugar das fontes disponíveis e do estado em que se encontram, depois da capacidade que temos de as analisar, interpretar e relacionar.

Em Braga consultamos ainda alguns arquivos de confrarias que preservam documentação para a primeira metade do século XVII, mas igualmente o Arquivo Municipal. Foi todavia, no Arquivo Distrital de Braga que encontramos nos seus vários fundos a documentação que suporta vários capítulos desta obra. Falamos do fundo Paroquial, do fundo da Misericórdia, como já referimos, mas sobretudo do fundo Notarial. Este importante arquivo, que nos tem servido de base para muita da nossa produção historiográfica, preserva riquíssimos fundos, que importa conhecer, estudar e continuar a preservar. No caso

em estudo, demos visibilidade aos mercadores da cidade, à mulher de seiscentos, desmistificando alguns aspetos, na sequência, aliás, do que a bibliografia mais recente tem vindo a afirmar. Estudamos Maria Vieira nas suas mais variadas facetas, demonstrando o seu dinamismo e empoderamento, principalmente após a morte do marido.

A Santa Casa referida possui um significativo arquivo conservado no Arquivo Distrital de Braga e ainda um arquivo próprio, preservado nas suas instalações. Este último integra principalmente documentação referente ao hospital de São Marcos, mas também aos anos mais recentes da história da confraria. Mas a pesquisa alargou-se a outros arquivos da cidade e mesmo ao Arquivo da Torre do Tombo. Foi com base na chegada de legados que as Misericórdias crescerem e se afirmaram em termos locais. A de Braga conheceu o maior volume no século XVII, arco temporal em que viveu o casal em estudo. A eles se deve a sua robustez, assim como a diversificação das suas práticas de caridade. Como tem sido demonstrado através dos variados trabalhos de investigação sobre estas confrarias, a maioria delas conheceu no século XVII a receção de muitos legados, o que estará associado ao significado e medo da morte e à preocupação de salvar a alma, segundo o preceituado pela Igreja Católica.

Para além dos legados, algumas Santas Casas receberam também doações. E se para o caso dos legados existem alguns estudos, sobre as doações são quase inexistentes, pese embora a referência a estes benefícios em alguns trabalhos. Também o seu número parece ter sido inferior, como se tem evidenciado nas publicações sobre estas confrarias. Porém, a carência de estudos sobre doações recomenda prudência, tanto mais que alguns legados se encontram imbricados em doações.

Neste livro damos rosto a um casal de mercadores da Braga de seiscentos. Na análise que produzimos, procuramos refletir sobre o seu percurso de vida e das vidas que com ele se cruzaram, familiares ou não. Procuramos também destacar as instituições da cidade com quem os dois mantiveram relações estreitas, indo na pegada de redes de poder e sociabilidades. Damos particular relevo à Misericórdia,

instituição já consolidada, mas em pleno crescimento, à confraria do Santíssimo Sacramento e à instituição que fundaram o recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França e ainda à igreja e confraria de Nossa Senhora-a-Branca. O percurso de vida deste casal cruzou-se com muitas outras, nomeadamente com igrejas e confrarias, mas também como com o Tribunal Eclesiástico, onde o marido exerceu funções. Embora tudo o que instituíram fora de portas em termos de doações e legados o fizessem como casal, o itinerário de vida de ambos é notoriamente distinto e decorre do lugar que cada um ocupava numa sociedade profundamente marcada pela desigualdade entre homens e mulheres. Pedro de Aguiar construiu uma carreira pública de ascensão social, passando por vários lugares de poder e por muitas instituições. Ao longo da sua vida interagiu ainda com muitas outras e com um elevado volume de pessoas, sendo muito reputado na sociedade, tendo inclusivamente ascendido a familiar do Santo Ofício. O facto de ser sirgheiro e depois mercador de sedas e de se ter casado com uma filha de mercadores, abriu-lhe um conjunto de portas, ao que agregou o sucesso nos vários negócios em que esteve envolvido. Porém, apesar desse poder que granjeou nunca conseguiu ser mais do que um homem de negócios, profundamente marcado pela sua condição social, embora fosse muito rico e gozasse de grande prestígio. Já Maria Vieira respondeu ao que se esperava de uma senhora da sua condição. Recolhida em casa durante a vida de casada, antes dela nada sabemos, vivia como todas as mulheres da sua condição social: rodeada de criadas e criados e, durante os primeiros anos de casada, de filhos. Sabemos que o casal teve cinco filhos, mas todos devem ter morrido enquanto crianças, pois nenhum chegou à idade adulta. Esta fatalidade direccionou a vida do casal e conduzindo-o a práticas de caridade, que de outra forma não seriam possíveis. Foi também esta situação de vida que fez encher a casa que construíram de sobrinhos, rapazes e raparigas. A partir de certa altura, o casal passou a viver para a família: recolhendo em casa alguns familiares, distribuindo dotes para casamento, e dotes para freiras e proporcionando a outros a moradia em casa própria, quando não tinham possibilidade para a comprar ou alugar. Eram formas de aconchegar, mas igualmente de

afirmação e de criação de dependências. Todos os que estavam sob o seu teto, eram seus dependentes.

Pessoas ricas, que ascenderam socialmente, decidiram ainda durante a vida e na morte proteger os pobres. Pedro de Aguiar e Maria Vieira alcançaram uma fortuna muito considerável, e não tendo filhos vivos, resolveram beneficiar a Misericórdia, algumas confrarias, fundaram uma ala no hospital de São Marcos para convalescentes, um recolhimento para mulheres, assim como ajudaram várias pessoas durante as suas vidas e na morte. Esta falta de herdeiros deve ter influenciado a dedicação à caridade e a criação de estruturas assistenciais quer para doentes, quer para mulheres.

Nos últimos anos de vida, o casal tomou a decisão de fazer bem aos pobres e às suas próprias almas, uma vez que acreditavam que a caridade seria um dia recompensada. Acreditavam ainda que deviam devolver a Deus o que dele tinham recebido, numa lógica de que quem recebe, deve dar, servindo-se para isso da caridade. Cautelosamente, na Misericórdia começaram por fazer a primeira doação e passados poucos anos fizeram uma outra e depois mais uma. Decidiram ir dando à medida que sentiam mais confiança na instituição beneficiada e viam os seus desejos cumpridos. Porém, este aparente faseamento ficou também a dever-se às exigências que a Santa Casa lhes colocava, obrigando a novos desembolsos de dinheiro. A instituição de legados ocorreu em simultâneo com uma das doações, mas foi sobretudo no final de vida que teve mais significado. Perto da morte, o marido escolheu a sua mulher para principal herdeira e ela, última a morrer, a sua alma e os pobres, através da Misericórdia.

A documentação trabalhada permite estudar também histórias de vida e o quotidiano no século XVII de uma família rica e muito poderosa. Conhecemos pessoas, mas também locais e objetos. Estudar este casal foi entrar na Braga de seiscentos, na mentalidade dos seus homens, realçando espaços, atitudes, emoções, bens espirituais e materiais, etc. A descrição da casa e dos bens que possuíam é de uma enorme riqueza e permite aceder a um quotidiano marcado pela abundância e luxo. Se para outros tempos históricos as biografias

começam a alcançar algum significado, no nosso país para o século XVII, com exceção das famílias da realeza, pouco mais se conhece. Ora, é possível através da análise das fontes retratarmos vários passos da vida deste casal e aceder ao seu modo de vida, mas também ao mundo dos seus negócios, pensar nas suas sociabilidades, nas relações familiares, nos recursos materiais que foram acumulando, na condição social que alcançaram, nas crenças religiosas e na forma de as viver, na maneira como encararam o poder, enfim num mar de reflexões. Sublinham-se as instituições escolhidas, as doações, os legados, mas também os lugares, as cores, os tecidos, os utensílios, o trabalho e as diferentes dimensões da vida quotidiana⁽¹⁾. No centro das nossas preocupações esteve ainda a análise do papel da mulher, de uma mulher da burguesia, mas de tantas outras que estiveram a ela associadas, por serem criadas ou beneficiadas e geridas por Maria Vieira, bem como pelo seu marido.

O nosso trabalho socorreu-se de vários arquivos e dentro de alguns deles de vários fundos. No Arquivo Distrital de Braga acedemos ao fundo da Misericórdia, ao fundo Notarial e ao fundo Paroquial. No Arquivo Municipal de Braga também encontramos alguma informação, embora Pedro de Aguiar tenha deixado muitas poucas marcas na vida administrativa da cidade. Já nos arquivos das confrarias, a análise efetuada ao Arquivo da Sé de Braga, no fundo da confraria do Santíssimo Sacramento, foi fundamental para conhecermos mais um palco de poder do mercador e, simultaneamente, os legados que nela foram instituídos pelos dois. O mesmo se diga relativamente à igreja de Nossa Senhora-a-Branca, onde encontramos informação no fundo da confraria da mesma invocação. Em muitas outras confrarias tivemos acesso a informação relativa ao casal. Foi através do cruzamento de fontes que conseguimos dar rosto a este casal de mercadores, erguer partes das suas vidas e conhecer melhor a vida

(1) Pérez Samper, María Ángeles, “Vivir cada día en la España Moderna. Reflexiones sobre la historia social y moderna”, in Iglesias Rodríguez, Juan José; Pérez García, Rafael M.; Fernández Chaves, Manuel F., *Comércio y Cultura en la Edad Moderna*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 2015, pp. 163-164.

de pessoas ricas num período difícil a nível nacional, pois parte dela decorreu durante a Guerra da Restauração.

Dividimos a nossa análise em seis capítulos. Começamos por analisar o percurso de vida dos nossos protagonistas, traçando o seu perfil social e dando a conhecer dois jovens que iniciaram a vida de casados em 1619, crescendo e afirmando-se como casal a partir dessa data. Buscamos informação sobre as famílias de proveniência, as suas atividades económicas e também os cruzamentos já existentes entre ambas. Procuramos ainda estudar a constituição de família própria. Pais de cinco crianças, Pedro de Aguiar e Maria Vieira assistiram ao nascimento e morte de todos os seus filhos, facto que marcará o futuro do casal. Ainda neste capítulo damos realce ao percurso de poder do mercador, destacando os cargos e as instituições onde os exerceu, mas não esquecemos a esposa, dedicada à casa e à família, mas também aos negócios e à gestão do recolhimento, que ambos fundaram, após a morte do marido. Maria Vieira ocupa um lugar secundário, mas não menos importante. Dedicada à religião e à família alargada, a esposa gera sociabilidades e torna-se numa mulher importante ao lado do marido e principalmente ativa após a sua morte. Acreditamos que antes desse acontecimento se ocuparia da gestão da vida doméstica, como todas as mulheres de igual condição social. Ainda neste capítulo refletimos sobre o religioso na vida do casal, as sociabilidades e o empreendedorismo, pois consideramos serem peças chave na dinâmica da vida de ambos.

No segundo capítulo estudamos a construção do património do casal, realçando a construção de casa própria, no centro da cidade, onde residia uma parte significativa da família de ambos e onde pulsava a vida económica e religiosas. No rés-do-chão da casa funcionava a loja de sedas. A análise dos testamentos de ambos criou a oportunidade de conhecer a moradia do casal e os luxos que rodeavam os seus habitantes. Neles integramos os móveis, as roupas, as peças de ouro e prata, a bateria da cozinha e ainda algumas peças de tecidos e outros bens vendidos na loja.

Embora não possamos conhecer na totalidade a fortuna acumulada pelo casal, nem os montantes exatos dos vários setores de

atividade a que se entregaram, sabemos que o crédito foi um deles e que o levavam a sério. Pedro de Aguiar atuava de forma rigorosa neste negócio, emprestando dinheiro a várias pessoas da cidade e de fora dela, onde marcam presença significativa muitos mercadores. Para o estabelecimento do acordo entre as partes, fazia escritura e recebia penhores. Após a sua morte, a viúva manteve este negócio, embora a uma escala mais reduzida.

Um outro setor de investimento foi a compra de medidas de pão e de bens imóveis. O casal decidiu ao longo da sua vida investir na compra de casas e terras, alcançando assim projeção, não somente na cidade, mas também na região, onde possuía quintas e outras propriedades. A análise efetuada possibilita-nos conhecer a construção da riqueza e os usos que dela faziam, mas também a projeção dos tempos futuros. A aquisição das medidas de pão significa a segurança alimentar das mulheres que habitariam no recolhimento que haveriam de fundar, num período de escassez alimentar e subida do preço dos cereais, mas igualmente a base financeira do coro que a viúva instituiu.

Seguidamente, analisamos o investimento que fizeram em termos de caridade e no campo religioso, configurando uma postura de devolver a Deus o que dele tinham recebido. Entramos no terceiro capítulo com a análise efetuada às doações e aos legados instituídos pelo casal na Misericórdia de Braga. É neste capítulo que se desenha o perfil dos benfeitores enquanto tementes a Deus e preocupados com a salvação da sua alma, embora nos que se seguem o mesmo se continue a verificar. Analisamos a situação em que se encontrava o hospital da cidade nas primeiras décadas do século XVII, algumas das epidemias e a procura do hospital, o que obrigou a maiores despesas na instituição. As doações para a construção das enfermarias de convalescentes e as diversas escrituras feitas para o efeito demonstram as relações existentes entre benfeitores e hospital, mas também as dificuldades que foi preciso ultrapassar, ao mesmo tempo que chamam a atenção para um período muito ativo do casal em termos caritativos e de preparação do futuro, tendo em vista a salvação das suas almas.

O quarto capítulo trata de mulheres e da preocupação expressa pelo casal na condição de solteiras, que desejassem casar ou seguir a vida religiosa. Mas nele analisamos ainda a criação de uma instituição dedicada a este sexo - o recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França.

Numa primeira parte, a análise recai sobre a distribuição de dotes a familiares de ambos os ramos do casal, fazendo transitar uma parte da sua riqueza para mulheres jovens que cumprissem os requisitos enunciados pelos benfeitores. A abundante documentação existente no Arquivo Distrital de Braga possibilita estudar a distribuição dos dotes e as dotadas, mas igualmente a forma como a Santa Casa lidou com este legado. Como tinha outros dotes para distribuir e com a rotatividade existente na Mesa, nem todos os mesários atuavam com rigor, ocasionando problemas que só eram solucionados com o parecer de peritos, todavia, a confusão era grande e permaneceu ao longo dos séculos, provando a desorganização reinante e a falta de rigor nesta distribuição. Prova-se ainda que as pretendentes lutavam pelos seus interesses, recorrendo ao juiz dos Resíduos e ao tribunal de Relação, onde alcançaram sentenças que lhes eram favoráveis. Já sobre o recolhimento as fontes são em menor quantidade, o que nos leva a um fraco conhecimento sobre as recolhidas e o seu quotidiano. As fontes conservadas em diferentes fundos do referido arquivo, na Misericórdia e na Biblioteca da Ajuda tornam possível analisar a criação e as diversas tentativas feitas pelo casal, para a sua gestão, acabando pelo rompimento com pelo menos duas instituições e a sua direção ser efetuada pelo casal, enquanto os dois ou um deles estivesse vivo. No processo, conhecem-se vontades fortes, modelos interiorizados e defesa de interesses quer pela parte dos benfeitores, quer pela das instituições com quem interagiam na tentativa de assumirem a direção da instituição, feita em tempos diferentes, naturalmente.

Mas mais do que pormenores sobre estas duas instituições, importa analisar as razões que levaram os benfeitores a beneficiar mulheres, suas familiares ou não, em que fase das suas vidas o fizeram e que modelo seguiram. Inspirado no recolhimento de Santo António do

Campo da Vinha, o único até então na cidade, o casal tomou-o como modelo e tratou de decalcar alguns dos seus procedimentos, embora colocasse certas diferenças no tocante às obrigações a que as mulheres estavam sujeitas e ao modelo de gestão encontrado após a morte dos dois. Neste capítulo estudamos ainda o processo de gestão e os problemas surgidos, assim como as relações com a Misericórdia. Por fim, cumprindo a vontade dos instituidores e das recolhidas, o recolhimento deu origem a um convento. Esse longo processo encontra-se analisado e demonstra as dificuldades existentes, mas também o apoio do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728).

Seguidamente, tratamos das doações feitas fora da Misericórdia, demonstrando o lastro social e religioso do mercador e da sua esposa. Analisamos as doações efetuadas à confraria do Santíssimo Sacramento da Sé de Braga, importante instituição religiosa. Na confraria do Santíssimo Sacramento, Pedro de Aguiar assumiu os cargos mais elevados. A relação do casal com a confraria alargou-se a outros aspetos, pois beneficiou-a largamente com bens materiais, colocando-se ao nível do arcebispo D. frei Agostinho de Jesus (1588-1609), mas também recebeu. Esta materializou-se numa grande proximidade e estima, fazendo com que no final de vida Maria Vieira reforçasse as benfeitorias anteriormente efetuadas, através de mais uma doação. O casal servia-se das confrarias de algumas igrejas para estabelecer doações e legados, ao mesmo tempo que construía redes e afirmava o seu lugar na sociedade bracarense da época, aumentando o seu poder e prestígio.

Foi precisamente com mais uma confraria e uma igreja que ambos estabeleceram uma relação preferencial ao construir na igreja de Nossa Senhora Senhora-a-Branca a sua eterna morada. Esta pretensão começou a ser trabalhada bem cedo, elucidando sobre a vontade de preparar a morte. Num período de grandes epidemias e de uma esperança média de vida muito pequena quando comparada com a de hoje, o casal não descuidou este aspeto e ainda na década de 30 tratou desse assunto. Não deixa de ser interessante sublinhar que se a década de 40 foi o período de ouro deste casal, quando comprou mais

bens imóveis e medidas de pão, quando emprestou mais dinheiro a juro, fez doações e instituiu legados e começou a preparar a ereção do recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França, a preocupação com a morte precedeu tudo isto. Após terem construído a casa onde moraram, Pedro de Aguiar e Maria Vieira procuraram alcançar outra morada, tratando da sua sepultura. Foi ainda nesta igreja que mandaram construir um altar para nele se celebrar diariamente pelas suas almas, e onde deixaram muitas marcas da sua existência e benfeitorias, colocando um letreiro e o seu brasão de armas. Perto da morte, a viúva instituiu um coro de cinco capelães, instituição que perdurou no tempo. Para o funcionamento do coro deixou um legado e um suporte financeiro robusto para a altura, mas que veio a mostrar-se insuficiente perante a inflação que se foi conhecendo. Todavia, o coro manteve-se em funcionamento até cerca de meados do século XX.

O último capítulo encontra-se centrado na morte dos dois benfeitores. Estudamos os seus testamentos, as suas preocupações e as últimas vontades. Realçamos ainda a forma como este poder e riqueza acabaram por se esfumar, por não existirem descendentes diretos vivos. Perante o facto, Maria Vieira instituiu legados para a sua alma e após o cumprimento destes, a Misericórdia ficou incumbida de distribuir a sua herança pelos pobres. O estudo do testamento de ambos apresenta ainda uma similitude muito grande no que diz respeito à família, à Igreja e à caridade. Tivemos ainda oportunidade de entrar novamente na casa do casal, conhecendo o seu recheio interior, mas também o da sua loja, para uma vez mais sermos confrontados com o poder e o luxo que os rodeou na vida e na morte.

Este livro dá rosto a pessoas, a gente comum, que fez da vida um caminho de ascensão social e de poder. O percurso de vida deste casal de mercadores tornou-se o centro desta obra, mas conferimos igualmente visibilidade ao papel da mulher em seiscentos, à cultura material, às vivências religiosas e a alguns cultos particulares, à salvação da alma, à cidade de Braga e às suas instituições, destacando os diferentes usos da riqueza e do poder.

CAPÍTULO I

1. Percursos de vida: o perfil social do casal de mercadores

Natural da freguesia de Santa Maria do Souto, do concelho de Guimarães, Pedro de Aguiar era filho de António Gomes Barreiros, da citada paróquia, e de Susana Francisca de Aguiar, sua mulher, natural de Braga. Integrava uma família numerosa, de seis mulheres (onde se incluía uma meia irmã) e cinco homens: Maria de Aguiar, casada com Bento Álvares Taveira, mercador da porta da rua do Souto¹, Marta de Aguiar, casada com Francisco Moreno, mercador da rua do Souto, Ana de Aguiar, casada em 1614 com António Gonçalves², Ângela de Aguiar, Antónia de Aguiar, casada com Miguel Ribeiro, ourives, Jerónimo Barreiros de Aguiar, casado com Marta Velosa³, Manuel de Aguiar, alfaiate, Paulo de Aguiar e Martinho de Aguiar. Tinha, como referimos, uma meia-irmã, Margarida Gomes, filha de seu pai. Eram 11 irmãos, distribuídos quase de forma equilibrada entre o sexo feminino e o masculino. Parte dos irmãos do mercador foram batizados pelo padre Jorge de Aguiar, enquanto outros pelo sacerdote Geraldo de Aguiar, provavelmente seus familiares. Pedro foi o terceiro filho a nascer.

1 Este homem estava defunto em junho de 1636, quando lhe nasceu a última filha. ADB, Fundo Paroquial, *Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1635-1646*, fl. 18.

2 Recebeu um dote dado por sua mãe. ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes*, trasladadas em 1784, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>, fl. 226.

3 Tiveram um filho, chamado Gonçalo, que tomou ordens menores.

Sabemos pouco sobre o percurso dos seus irmãos, embora tenhamos informações soltas sobre alguns deles e dos seus filhos. Jerónimo Barreiros da Silva emigrou para a Bahia, aí viveu durante vários anos e morreu. Também Paulo partiu para Angola em data por nós desconhecida e, à semelhança de Jerónimo, faleceu igualmente nessa colónia africana. Realça-se, todavia, o carácter empreendedor de pelo menos alguns dos membros da família, ao deixarem para trás a cidade de Braga na busca de outras formas de sobrevivência, rasgando caminhos em terras longínquas do império.

Pedro de Aguiar veio muito pequeno para Braga. Várias testemunhas do seu processo de candidatura a familiar do Santo Ofício, residentes em Braga, declararam conhecê-lo desde menino⁴, o que, reforça a nossa percepção de que abandonou a aldeia do concelho de Guimarães em criança. Quando chegou à cidade tinha já vários familiares que residiam na freguesia de São João do Souto, dedicando-se a vários ofícios, como sineiros, sapateiros, mas também comerciantes com loja aberta. Existia, por isso, uma ligação à cidade e a vinda dos seus pais esteve provavelmente relacionada com esse facto, mas também como as oportunidades que uma cidade em crescimento apresentava, constituindo um polo de atração. Em finais do século XVI, Braga encontrava-se em franco crescimento, como se comprova através de algumas das suas instituições, de que a Misericórdia é um dos bons exemplos. A abertura a mais homens, feita em 1585 responde precisamente a uma elite em crescimento, que pressionou a confraria a abrir-lhe as suas portas. Proporcionava, pois, muitas oportunidades aos que a procuravam. Era a única cidade do Minho e assim permanecerá até ao século XIX. Sede de uma importante diocese, tendo o arcebispo jurisdição civil e religiosa, Braga possui no século XVII um poderoso cabido, um importante colégio de jesuítas, dois conventos femininos franciscanos no seu interior e um masculino da mesma Ordem nas imediações da cidade, uma robusta rede confraternal,

4 ANTT, *Famílias bracarenses ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes*, trasladadas em 1784, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>, fl. 219.

constituindo a igreja da Sé a principal sede destas instituições, embora se encontrassem em todos os templos e nas capelas. Destaca-se igualmente a Misericórdia, instituição quinhentista, fundada pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) e ainda o Tribunal Eclesiástico⁵. Em termos sociais era dominada por uma elite clerical, que gravitava em torno da Sé e do arcebispo, mas também em várias outras instituições religiosas e laicas. A nobreza ocupava os principais lugares camarários e estava presente nas confrarias mais ricas e poderosas, como se verificava na do Santíssimo Sacramento, da Sé, na de Santa Cruz, na de São Vicente e na Misericórdia. Os mercadores, com lojas abertas principalmente na rua do Souto, mas também nas artérias adjacentes, existiam em grande número. Serviam a população com os seus serviços e produtos, alguns deles importados. Os homens ligados aos ofícios apresentam a outra face da cidade e o dinamismo deste setor. Vários desses ofícios encontravam ancoradouro em confrarias profissionais, de que se destacam a de São Crispim e São Crispiniano, no caso dos sapateiros, e a de Santo Eloi, dos ourives. Na de São Vicente militavam muitos sombreireiros.

Como normalmente acontecia, após o casamento, a mulher ia para a paróquia do marido, onde residiam. E assim deve ter acontecido com Susana Francisca de Aguiar, que se deve ter deslocado para Santa Maria do Souto, mas regressou novamente a Braga pouco anos após. Pedro de Aguiar e a sua família protagonizaram uma mudança do campo para a cidade, que envolveu apenas cerca de duas dezenas de quilómetros. Estas migrações internas foram muito comuns na Idade Moderna e estiveram associadas a muitos fatores⁶. As migrações do campo para a cidade incidiam mais em grupos profissionais ligados aos ofícios e ao comércio do que entre os camponeses. Era com elas que as cidades se renovavam e cresciam. Para o jovem Pedro tratou-se de uma mudança definitiva, porquanto após ela, viveu toda a vida em Braga.

5 Hespanha, António Manuel, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal –século XVII*, Coimbra, Almedina, 1994.

6 Consulte-se Oliveira, António de, “Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900”, in *Arquipélago, História*, 2.1, 1995, pp. 259-307.

Estabelecida em Braga, a família do mercador ganhou raízes, cruzou-se com outros mercadores e ascendeu socialmente. Entre aqueles que com quem se relacionou encontravam-se alguns cónegos, outros sacerdotes, mercadores e *cidadãos*⁷. Houve também alguns elementos desta família que ocuparam lugares na Câmara Municipal como procuradores, sendo os casos de António de Aguiar e Jerónimo de Aguiar, o primeiro em 1572 e o segundo em 1637⁸, o que demonstra o poder que tinham e os lugares que ocupavam. Acrescenta-se ainda que o casamento de Pedro de Aguiar com Maria Vieira não aconteceu por acaso.

Até ao seu casamento, as informações que possuímos são muito limitadas. Casou com Maria Vieira a 10 de fevereiro de 1619, na capela de Santa Ana, numa cerimónia presidida por Bento de Aguiar, abade de S. Mamede, e rodeada por mercadores. Mandado construir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), este templo estava localizado no campo de Santa Ana⁹. Desconhecemos as razões da escolha desta capela para a celebração dos votos, mas talvez as ligações familiares possam ajudar a compreender o facto. O mercador tinha pessoas próximas que residiam no Campo de Santa Ana, onde a capela estava localizada. Entre as quatro testemunhas que assistiram

7 ANTT, *Famílias bracarenses ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes*, trasladadas em 1784, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>, fls. 219-220. Em 1649, faleceu o padre Jorge de Aguiar, abade pensionário de Gavião, que instituiu por herdeiro Jerónimo de Aguiar, cidadão, ambos moradores na rua da Carcova.

8 ANTT, *Famílias bracarenses ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes*, trasladadas em 1784, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>, fl. 220.

9 Costa, Avelino Jesus da, “D. Diogo de Sousa. Novo fundador de Braga e grande mecenas da cultura”, in *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da dedicação da catedral*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 114-115. Este templo foi demolido em 1769 por ordem do arcebispo D. Gaspar de Bragança, para que o local ficasse *esbelto e desimpedido*. As confrarias que se encontravam na capela foram instaladas na igreja de Nossa Senhora da Lapa, localizada muito perto. As imagens foram deslocadas em andores, que seguiram numa procissão organizada para o efeito. Araújo, Miguel Luis de, *Livro Curioso*, Braga, Arquivo Distrital de Braga; Câmara Municipal de Braga, 2020, p. 139. Este arcebispo pôs em marcha um conjunto de obras na cidade, alterando variados aspetos. Na praça onde se encontrava a capela de Santa Ana foi também demolida a *Pracinha*, local onde se vendia o pão.

ao matrimónio, três eram mercadores e um sineiro, demonstrando a presença de homens associados ao negócio. Sublinha-se ainda a presença de familiares a avaliar pelos apelidos. Com exceção de Jerónimo Barreiros da Silva, irmão do noivo, todos os restantes usavam no nome Aguiar, apelido que sabemos ser da mãe. A menção aos apelidos adquire algum significado, pois o casal de benfeitores possuía louça de casa com as armas dos Silva, o que faz supor ser Pedro de Aguiar de uma família com alguma notoriedade, mas não tanta como a de Maria Vieira. O facto de a sua esposa ter na família vários padres, um deles cónego na Sé de Braga, atesta bem a promoção dos filhos, enviando-os para a carreira eclesiástica, o que também aconteceu na do seu marido. O acesso ao clero secular serviu na sociedade da época às famílias para afirmar o seu percurso de ascensão social e ostentar o seu prestígio¹⁰.

O casamento deveria ocorrer num enquadramento semelhante ou igual à condição de cada um dos noivos e, como se constata, isso aconteceu no caso em estudo. Os dois integravam famílias de mercadores e com alguma representação social na cidade, que se alargava a outras profissões e ocupação de cargos.

Oito dias antes de contrair núpcias, Maria Vieira foi dotada pelos seus pais com 250 mil réis em dinheiro, 60 mil réis em enxoval, *um vestido*, ou seja, um conjunto de peças, que se desconhecem, e mais umas casas de dois sobrados, situadas nas traseiras da residência de seus pais, em direção à rua de Janes. Estas casas estavam aforadas por três mil réis e 12 galinhas e eram propriedade da capela de Pedro Ribeiro Ferreira¹¹. Ou seja, a noiva vivia no centro da cidade e será muito perto da residência da sua família que o casal construirá a sua

10 Paiva, José Pedro, “Os mentores”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 208-212; Paiva, José Pedro, “Um corpo entre outros corpos sociais: o clero”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 33, 2012, p. 178; Olival, Fernanda; Monteiro, Nuno Gonçalo, “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal”, in *Análise Social*, v. XXXVII, n.º 165, 2003, pp. 1218-1225; Morgado García, Arturo, *Ser clérigo en la España del Antiguo Regimén*, Cádiz, Universidad de Cádiz, 2000.

11 ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes, trasladadas em 1784*, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4649624>, fl. 217.

moradia. O dote que Maria recebeu materializa a sua condição social e a da sua família. A recém-casada integrava uma família com posses, em dinheiro, bens móveis e propriedades. À semelhança de outros dotes, o de Maria Vieira era diversificado e constava de dinheiro, roupa e uma casa. A presença de roupa e de dinheiro encontra-se em muitos dotes, mas o mesmo já não acontece com a moradia, pois a maioria dos dotadores não possuía casas em quantidade para dotar os filhos, embora, como frequentemente aconteceu nesta região, estes podiam não herdar todos de forma igualitária. Alguns dias após o matrimónio, o marido lavrou escritura no tabelião, dando quitação a seu sogro do dote recebido¹².

Nestas e noutras ocasiões, manter a imagem era um imperativo que as famílias de posses cumpriam. Na informação que possuímos sobre este dote não são mencionadas as contrapartidas dos pais da noiva, mas sabemos que, por norma, quem dava, recebia, vinculando os dotados ao cumprimento de obrigações, quase sempre associadas ao final de vida e aos bens d'alma. Mas podiam integrar outras, como, por exemplo, dotar outros membros da família. Este contrato bilateral constituía não somente uma segurança para quem o recebia, mas também uma estratégia de repartição do património familiar. Podia ainda ser uma antecipação da própria herança e servir para gerir o futuro de outros filhos.

Relativamente a Pedro de Aguiar desconhecemos se foi dotado ou se ele próprio se dotou, como acontecia com alguns homens.

A data exata em que nasceram os dois noivos é também incerta, mas sabemos que Pedro de Aguiar tinha mais de 25 anos, em 1616¹³, o que faz supor ter cerca de 28 anos quando contraiu matrimónio. A idade da esposa também não é conhecida, mas os seus pais para além de outros filhos que batizaram na igreja da paróquia de São João do Souto, levaram mais dois filhos à pia batismal, em 1599 e 1600, mas os registos não

12 ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes, trasladadas em 1784*, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4649624>, fl. 217.

13 ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes, trasladadas em 1784*, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4649624>, fl. 217.

mencionam os seus nomes¹⁴, permanecendo a dúvida se uma delas era Maria. Se for o caso, quando casou teria cerca de 20 anos de idade.

A vida familiar do Antigo Regime era marcada pela presença de muitas crianças. Num regime de fecundidade natural, a existência de crianças no seio familiar era comum e acontecia quer na cidade, quer no campo. O casal em estudo enquadrou-se nessa linha de atuação e passados dois anos de casamento nasceu o primeiro filho, chamado António. Foi batizado em abril de 1621 e apadrinhado por um padre¹⁵. A segunda filha chamou-se Francisca e recebeu a água batismal no começo de maio de 1624, sendo seus padrinhos Francisco Mendes, reitor de São Vicente de Barrolo, e Francisca Carvalho, esposa de Manuel Ribeiro, mercador¹⁶. Estes dois primeiros filhos receberam os nomes dos avós. No caso de António, o do avô paterno e no de Francisca, o da avó materna, o que era corrente na época e materializa a continuação dos nomes familiares. Em julho de 1628 nasceu Francisco, filho terceiro, apadrinhado pelo Dr. Rui Gomes Golias, vigário geral, e por Isabel Vaz, casada com António Ferreira, *cidadão*¹⁷. Já investido em familiar do Santo Ofício, por provisão de D. Fernando Martins de Mascarenhas, Inquisidor Geral, em 1627, Pedro de Aguiar alargou o mundo das suas relações a patamares mais elevados em termos sociais, o que se reflete nas pessoas escolhidas para serem padrinhos deste terceiro filho. O mercador já não se limitava ao círculo de pessoas da mesma profissão e do seu seio familiar. A sua ascensão social configura-se agora no relacionamento com pessoas melhor colocadas socialmente. O casal procurou reunir-se de gente de meios e de reconhecimento social para se unir espiritualmente às suas crianças como padrinhos, podendo

14 ANTT, *Famílias bracarenses ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes, trasladadas em 1784*, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4649624>, fl. 220.

15 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1611-1623*, fl. 153.

16 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1623-1629*, fólio deteriorado na página superior direita.

17 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1623-1629*, fl. 37.

substituí-lo em caso de morte ou necessidade¹⁸. Esta estratégia de ampliação de relações de parentesco espiritual dilatava as redes de sociabilidade e ampliava o reconhecimento social dos pais. No ano de 1631 nasceu José, apadrinhado pelo *conego Gondim* e pela tia Ana de Aguiar. Passados dois anos Maria Vieira deu à luz Manuel¹⁹. O casal teve cinco crianças, mas nenhuma delas chegou à idade adulta. Integrando-se no quadro de uma família de Antigo Regime, os nascimentos foram-se ritmando, tendo Maria Vieira dado à luz entre 1621 e 1633. Ascendente de uma família de mercadores e de outras profissões ligadas aos ofícios, esta mulher tem um percurso de vida marcado pelo ambiente familiar, mantendo uma atividade muito relevante dentro de portas até à morte do marido. Depois desta, e à semelhança de outras mulheres, abraçou a atividade do falecido marido, gerindo a loja de sedas. Contou neste negócio com o auxílio de um sobrinho, que mantinha em sua casa, mas também como o irmão João e o primo cónego. O seu perfil aponta para uma pessoa dedicada à família, ajudando vários sobrinhos e permanecendo muito próxima das suas irmãs. Com o falecimento dos seus filhos, dedicou-se aos sobrinhos e às afilhadas, auxiliando-os e reservando-lhes uma parte da sua fortuna. Mãe e esposa, Maria era analfabeta, como a esmagadora maioria do sexo feminino na época, mas isso não a impediu de na condição de viúva dar prosseguimento aos negócios da casa, nomeadamente no que diz respeito também ao empréstimo de dinheiro a juros e à instituição de legados. Maria Vieira usufruía de autoridade na comunidade em que estava inserida e se durante a vida do marido se manteve sempre na sua sombra, sem contudo, manifestar a sua vontade, com o desaparecimento deste ganhou maior visibilidade pública. Sempre aconselhada e escudada por familiares ligados ao clero, a viúva foi auxiliada nos negócios e

18 Para a função dos padrinhos consulte-se *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo D. Sebastião de Matos no anno de 1639. E mandadas imprimir pela primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo de Braga, Primaz das Hespanhas em janeiro de 1697*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1697.

19 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1629-35*, fls. 25, 45v.-46.

aconselhada na instituição de legados e na direção do recolhimento, o que lhe servia de escudo para qualquer desconfiança que pudesse ocorrer²⁰. A viúva não seguiu os conselhos de alguns homens da Igreja Católica que recomendavam às que sem obrigações maritais e com os filhos crescidos se recolhessem, embora decidisse investir em causas pias, cumprindo igualmente um dos requisitos por eles enunciados²¹.

Apesar de a família se alargar, nenhum dos filhos chegou à idade adulta, como mencionámos. Pensamos terem morrido cedo, uma vez que não integram a lista de crismados existente para a década de 20 da paróquia onde foram batizados e residência de seus pais²². Diga-se também de passagem, que a paróquia de São João do Souto serviu de ancoradouro a vários elementos da família do casal. A elevada taxa de mortalidade infantil da época pode ajudar a compreender estas mortes, de acordo, aliás, com o que se passava em várias partes de Portugal²³ e da Europa²⁴.

Mercador de sedas, Pedro de Aguiar foi também muitas vezes denominado sirgueiro. Esta denominação ocorre sobretudo durante as décadas de 20 e 30, passando posteriormente a ser considerado mercador de sedas. Deixaria de trabalhar a seda e passaria somente a comercializá-la? Manteria a oficina junto à loja, mas a sua atividade principal passou a ser a de comerciante de sedas? Não conseguimos responder às perguntas que formulamos, mas seja qual for a tónica

20 Fernandes, Maria de Lurdes Correia, “Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)”, in *Faces de Eva*, nºs 1-2, 1999, p. 55.

21 Fernandes, Maria de Lurdes Correia, “Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)”, in *Faces de Eva...*, pp. 71-72.

22 Sublinhe-se, no entanto, a dificuldade de ler alguns assentos, devido ao mau estado em que se encontram os registos.

23 Amorim, Norberta, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. Deve ainda acrescentar-se que a paróquia não tem registo de mortalidade infantil, como acontece com a esmagadora maioria das freguesias portuguesas para a época.

24 Para Espanha leia-se Pérez García, José Manuel, “Las claves de la euforia demográfica del bajo Miño a través de San Martín de Caldelas (1580-1680)”, in *Revista de Demografía Histórica*, vol. 27, nº 2, 2009, pp. 77-100.

dominante, esta atividade proporcionou-lhe muitos lucros e um sublinhado enriquecimento.

Para o exercício desta profissão era necessário ser aprendiz durante alguns anos e após eles fazer um exame de habilitação à profissão. Os sirgueiros eram produtores de objetos de grande significado social, por serem de luxo e, por isso, apenas ao alcance dos grupos sociais mais elevados, como era a nobreza e o clero. Os materiais que os sirgueiros produziam destinavam-se a compradores com elevado poder económico e também só eles estavam autorizados pelas leis extravagantes ao uso da seda²⁵. Para adquirir as matérias-primas, os sirgueiros tinham de possuir capitais avultados.

Embora existam muito bons arquivos na cidade de Braga, escasseiam os trabalhos sobre ofícios na Idade Moderna. Sabe-se ainda menos sobre os sirgueiros e os mercadores, o que contrasta com outras cidades e vilas de Portugal para o mesmo período. Braga era na Idade Moderna povoada por elementos do clero e tinha dentro dela não apenas clero secular, mas também clero regular. Este potencial mercado de panos de seda era fundamental para justificar a existência de sirgueiros. O mesmo se refira para o caso dos nobres e até de alguma burguesia endinheirada. Levantar o edifício social e económico da Braga Moderna implica conhecer o mundo dos ofícios e do comércio, repto que se lança aos jovens investigadores.

Pedro de Aguiar terá alcançado cedo riqueza bastante para se fazer irmão da Misericórdia de Braga, assim como de outras confrarias, familiar do Santo Ofício e escrivão do Auditório Eclesiástico de Braga. Fez uma carreira notável, mas convém, recordar ser membro de uma família com algumas posses. Seus avós eram lavradores e seu pai *rentista*. Alguns parentes seus eram homens de negócio e outros estavam associados ao clero. Faleceu na freguesia de São João do Souto, a 25 de dezembro de 1656²⁶.

25 Leia-se Madureira, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. A indústria têxtil*, vol. I, Lisboa, Celta Editora, 2001, p. 170.

26 ADB, Fundo Paroquial, Freguesia de São João do Souto, *Livro*, nº 128, fl. 158v.

Desconhecemos o volume exato do seu negócio, mas a avaliar pelos seus bens, estamos certos de que era um mercador muito rico, que investiu na construção de uma boa casa, em roupa, mobiliário e joias, mas igualmente na aquisição de património móvel e imóvel, em medidas de pão, na rentabilização de capitais através do empréstimo de dinheiro a juro, na Misericórdia, em negócios de outros homens, em doações e ainda em legados. Simultaneamente, foi deixando marcas da sua riqueza e poder em obras de assistência e de cariz religioso²⁷. Edificou as enfermarias da convalescença no hospital de São Marcos, criou um recolhimento para beatas e deixou bens para sustento das recolhidas e para que este se convertesse em convento. Mas a vida deste casal vai além do referido. Vivendo uma vida muito ligada ao religioso, alargou as suas relações a um conjunto de confrarias, deixando marcas preferenciais em algumas delas.

O casamento de ambos reforça as ligações entre as duas famílias, estreitadas não somente por negócios, mas também por relações matrimoniais, o que constituiu uma rede muito relevante para o mercador e o catapultou para o sucesso alcançado. Os casamentos criavam alianças muito úteis para as duas partes²⁸. Se este foi o início de uma vida de casado, o mercador soube rentabilizar o que recebeu e com o seu trabalho e talento para os negócios ganhou muito dinheiro e alcançou um lugar relevante na cidade. Tornou-se poderoso e criou redes de sociabilidade e poder que o colocaram num lugar de destaque numa cidade de pequena dimensão e caracterizada por uma forte presença da Igreja Católica.

Sua esposa, Maria Vieira era filha de Damião Vieira e de Maria Francisca, mercadores, moradores na rua do Souto, em Braga. No processo de candidatura do marido a familiar do Santo Ofício, algumas testemunhas declararam conhecê-la desde pequena, por pertencerem todos à mesma freguesia de São João do Souto. A sua família era constituída

27 Veja-se Cavallo, Sandra, *Charity and power in early moderne Italy. Benefactors and their motive in Turin 1541-1789*, Cambridge, University Press, 1995.

28 Leia-se Costa, Leonor Freire, *Império e Grupos Mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 60.

por mais nove irmãos: Bento, batizado em março de 1590²⁹, André em finais de 1596³⁰, Inocência em 1599³¹, Pedro em março de 1601, Marta em igual mês de 1603, Úrsula em data desconhecida³², João³³, Inácio e Ana. Infelizmente, não encontramos o registo de batismo de Maria no livro de assentos de São João de Souto, paróquia de batismo de todos os seus irmãos, o que nos causa alguma perplexidade. Alguns destes registos não permitem a leitura, todavia, felizmente são poucos, mas não descartamos a hipótese de o dela ser um desses. O mesmo se passa com a sua irmã Úrsula, a qual com a irmã Marta foram encaminhadas para a vida religiosa. Também João foi sacerdote.

Maria integrava uma família de 10 irmãos, cinco do sexo masculino e igual número do feminino. A análise dos livros de registo, bem como a documentação existente na Torre do Tombo demonstram que as duas famílias tinham uma ligação próxima também em termos geográficos. Quer uns, quer outros residiam nas artérias mais ligadas ao comércio: ruas do Souto, São Marcos e Janes. Se alguns dos familiares moravam noutras vias, como era o caso das ruas da Água ou dos Chãos, a proximidade era igualmente grande, residindo muitos deles no centro de Braga. Existia, todavia, um ramo da família que morava em Tibães, freguesia localizada a escassos quilómetros da cidade.

No referido processo de audição de testemunhas, Maria Antónia, mulher viúva, declarou ser Maria Vieira neta pela parte paterna de André Álvares, sapateiro, mas homem *bem onrado e morador na rua dos Chãos da cidade de Braga*³⁴. Já sobre os avós maternos, Ana Gomes e Francisco Martins, foi referido *que hera da gente principal*

29 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1587-1596*, fl. 39.

30 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1587-1596*, fl. 96.

31 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1596-1610*, fl. 19.

32 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1596-1610*, fólhos danificados na parte superior direita.

33 João seguiu a vida eclesiástica, surgindo ao lado de Maria Vieira em vários atos notariais após a morte do seu cunhado, Pedro de Aguiar.

34 ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes, trasladadas em 1784*, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>, fl. 221.

de Braga e que à data ainda tinham irmãos e irmãs vivos. Sobre Ana Gomes, a testemunha mencionou ser de *gente nobilissima*. Maria Antónia asseverava conhecer a família há mais de 40 anos, o que caucionava as suas declarações. Além disso, era da *mesma criação, natureza e vesinhansa*³⁵, ou seja, conhecia bem as pessoas em causa, o que tornava as suas declarações muito credíveis.

Parte da documentação referente aos familiares de ambos encontra-se na Torre do Tombo e integra o livro sobre as famílias ilustres do Minho e de Trás-os-Montes, recopiado em 1784. Nele encontramos parte da árvore genealógica que publicamos.



Imagem 1. Parte da árvore genealógica de Maria Vieira

Fonte: ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes, trasladadas em 1784*, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>, fl. 235.

35 ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes, trasladadas em 1784*, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>, fl. 222.

1.1. Pedro de Aguiar: um percurso do poder

O percurso de vida adulta deste homem foi marcado pela riqueza e poder. A análise do desempenho do mercador em várias instituições da cidade e na Inquisição é bem elucidativa do reconhecimento alcançado e da forma como ao longo da sua vida se serviu dele para alargar e construir redes que o levaram a aumentar o seu poder. O estudo das redes é sempre um caminho para alargar o espaço de análise e os cruzamentos efetuados pelos sujeitos em estudo, levando frequentemente à necessidade de cruzar fontes e consultar vários arquivos³⁶. Saído de uma família com algumas posses, a riqueza acumulada possibilitou-lhe uma ascensão social notável, principalmente em termos locais. Embora as fontes não mencionem muitas particularidades do seu carácter, pensamos ser uma pessoa com um perfil adequado aos cargos desempenhados, nomeadamente ao de tesoureiro e juiz ocupados em algumas confrarias. O mesmo se refira no tocante ao lugar de familiar do Santo Ofício, que exigia ser homem de qualidades em termos de carácter, honra, mas também no campo da escrita e com posses. Defendemos ainda que seria um homem determinado, com horizontes rasgados e talhado para o negócio. Atuava com arrojo, mas sempre com segurança. Era rigoroso e recorria à certificação da memória escrita para caucionar as suas decisões.

1.1.1. *Os cargos na Misericórdia e no hospital*

Em 1626 Pedro de Aguiar entrou na confraria mais poderosa da cidade - a Misericórdia-, numa sessão em que ingressaram também outros candidatos. Fundada provavelmente em 1513, esta instituição foi muito protegida pelos arcebispos locais e conheceu um novo impulso na segunda metade deste século quando, primeiro construiu

36 Veja-se o trabalho de López Díaz, María, “Familia, relaciones sociales y estrategias familiares de las elites urbanas gallegas (XVI-XVIII)”, in Santos, Carlota (coord.), *Familia, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, p. 393.

a sua igreja e depois abriu as suas portas a mais irmãos. Começou a sua atividade com 100 membros, mas rapidamente os procurou aumentar, conhecendo-se um movimento de abertura paulatino, que fez crescer o volume de confrades. O ingresso deste homem aconteceu dois anos após ter-se discutido em Mesa a possibilidade de elevar o volume de confrades, adequando-o ao crescimento da cidade. Depois do aumento, mesmo sem autorização do monarca de mais 20 lugares, a instituição passou a contar com 220 elementos, o que configura a sua importância. Este número ficou consagrado no compromisso próprio, redigido em 1628 e publicado três anos mais tarde. A abertura respondia a uma procura cada vez mais intensa, tendo nos clérigos os principais interessados³⁷. Reunidos sob a provedoria de João Rodrigues Mogo, os confrades da Santa Casa aceitaram o candidato no lugar de Miguel Luís, cerieiro, na categoria de irmão do segundo foro³⁸. Depois de aceite, ele como os restantes tomaram juramento e pagaram a joia de ingresso³⁹. Pedro de Aguiar deu *uma esmola* de dois cruzados⁴⁰. O montante da joia de entrada parece nessa altura não ser fixo. Cada novo membro entregava o que podia, mas devia ser consentâneo com a sua condição social. Na mesma ocasião, outro irmão oficial pagou igual montante, mas um outro entregou somente quinhentos réis. Pertenciam todos aos irmãos oficiais.

Depois de aceite, Pedro de Aguiar como os restantes tomaram juramento e pagaram a joia de ingresso:

(...) *E logo apareceram Pero de Aguiar e Domingos Dias novos eleitos e pela comissão que a mesa me deu desse juramento dos Santos Evangelhos*

37 Para esta problemática veja-se o trabalho de Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os irmãos”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, p. 107.

38 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro quatro das entradas dos irmãos, 1621-1635*, nº 54, fls. 39-39v.

39 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro quatro das entradas dos irmãos, 1621-1635*, nº 54, fl. 40v.

40 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro quatro das entradas dos irmãos, 1621-1635*, nº 54, fl. 39.

e lhes encarreguei sob cargo dele e ai a Antonio Gonçalves eleito em lugar de maior condição que bem e verdadeiramente servissem de irmãos na ditta casa e guardassem o compromisso e estatutos della e assinaram e Pero de Aguiar deu de esmola dois cruzados (...)⁴¹.

Nela ocupou os seguintes cargos: entre 1628-1630 e 1630-1631 foi mesário. Depois em 1637 foi tesoureiro da Mesa

Aos quatro dias do mês de julho de seiscentos e trinta e sete anos, estando em mesa o reverendo bispo de Nicomédia Frei Antonio dos Anjos (...) foi eleito (...) e por meu companheiro ficou Pero de Aguiar tesoureiro de que se fez este termo que assinou com os mais e eu Pedro da Maia de Coimbra, escrivão da casa que o escrevi⁴².

Este cargo foi repetido em 1643⁴³. Talvez pela experiência acumulada, foi eleito tesoureiro do hospital em 1642, em 1646 e em mais dois mandatos. De mordomo, Pedro de Aguiar ascendeu ao lugar de tesoureiro, cargo muito importante e de enorme confiança entre os mesários. De acordo com o compromisso, o tesoureiro devia ser uma pessoa honrada e abonada, que tivesse disponibilidade para as funções que assumia, pois devia deslocar-se todas as manhãs e tardes à instituição, a fim de tratar dos assuntos correntes. Posteriormente, desempenhou o mesmo lugar durante quatro mandatos no hospital. A destreza demonstrada no cargo de tesoureiro da Santa Casa abriu-lhe as portas do hospital de São Marcos, onde foi tesoureiro quatro vezes⁴⁴. São Marcos pertencia à Santa Casa, mas tinha receitas e administração próprias. Para o gerir contava com um provedor e um tesoureiro. O tesoureiro do hospital de São Marcos era designado pelo provedor da Misericórdia e competia-lhe tomar conta das

41 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro quatro das entradas dos irmãos, 1621-1635*, n.º 54, fl. 40v.

42 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos de mesa da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 1598-1632*, fl. 236v.

43 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro 5.º das Eleições 1635-1691*, fls. 24v., 32v.

44 Desconhecemos as restantes datas em que foi tesoureiro do hospital.

rendas do hospital, bem como proceder às despesas, mediante recibo⁴⁵. Era, portanto, um homem da confiança do provedor. Quando Pedro de Aguiar chegou a este lugar no hospital tinha já experiência acumulada nestas funções quer na Santa Casa, quer noutras confrarias. Habitado ao deve e ao haver na sua loja, apresentava competências que os irmãos lhe reconheciam, elegendo-o para mesário e depois, sendo indicado pelo provedor, para tesoureiro. Ser tesoureiro de uma instituição era para além de um lugar de poder, um posto de confiança, pois só uma pessoa bem reputada o podia ocupar, por tratar com dinheiros. Tinha também de ser um irmão com posses, uma vez que com regularidade adiantava do seu bolso dinheiro à instituição, sendo posteriormente ressarcido. Assim aconteceu a Pedro de Aguiar nas várias instituições em que serviu neste cargo. Possuidor de cabedais, o mercador reunia condições financeiras para resolver temporariamente alguns problemas de tesouraria e ainda para não ser tentado a desviar fundos para proveito próprio.

Todavia, apesar de se manter no escalão inferior, o seu prestígio era reconhecido, porquanto a ocupação do cargo de tesoureiro do hospital, quatro vezes, é elucidativo da admiração e respeito de que gozava na confraria e da sua ligação a este instituto. Manteve-se ativo na vida confraternal entre 1626 e 1655, ou seja, durante 29 anos. Este arco temporal possibilitou-lhe um grande conhecimento quer da Misericórdia, quer do hospital, acumulando experiência, mas igualmente muitas relações sociais e de poder.

Apesar dos cargos ocupados, permaneceu no segundo foro, como se confirma através das fontes⁴⁶. Aí se refere, em 1655, um ano antes de morrer, que Pedro de Aguiar, enquanto confrade do segundo foro, foi substituído por Gonçalo da Rocha, celeiro. Foi o provedor, João de Meira Carrilho, que propôs a sua substituição, bem como a de outros irmãos, por motivo de estarem *ausentes e achacosos*, não podendo, assim, servir e acompanhar a Misericórdia. Esta situação

45 *Compromisso da Misericórdia da cidade de Braga*, Braga, Por Francisco Fernandez de Basto, 1631, pp. 28-29.

46 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro 5º das Elleições 1635-169*, fl. 65v.

era corrente em várias congéneres. Sempre que estavam impossibilitados em termos físicos ou mentais e/ou ausentes da terra, os irmãos eram substituídos para que o normal funcionamento da instituição não fosse afetado. O mercador tinha feito testamento em 1652, sugerindo já não estar muito bem de saúde, o que se deve ter prolongado durante os últimos quatro anos de vida.

O facto de ser mercador e residir no centro da cidade tornou-o um homem conhecido por todos. A sua atividade profissional possibilitou-lhe o estabelecimento de redes de conhecimento e a ligação ao mundo confraternal. Ingressou como irmão de segunda condição e a riqueza que alcançou não lhe possibilitou a mudança de lugar, como aconteceu noutras Misericórdias em alguns casos. O facto de Braga ser uma cidade povoada por membros do clero e de as Mesas, mas principalmente a provedoria ter sido ocupada neste século maioritariamente por homens deste estado, deve ter impedido a mobilidade dentro da confraria. Várias Santas Casas registaram casos de passagem de irmãos oficiais para nobres, mas em Braga se pensamos na Câmara, onde os letrados entraram a custo e só no século XVIII⁴⁷, o que, aliás, também acontece na provedoria na Santa Casa, o conservadorismo prevaleceu. Como mencionámos, no século XVII, os principais lugares da instituição foram ocupados por elementos do clero, associados ao cabido e ao próprio arcebispo. Os restantes membros do primeiro foro pertenciam à nobreza da terra. Talvez essa situação tivesse impossibilitado a ultrapassagem desta barreira. Na Câmara espelhava-se o que se passava no resto de Portugal, onde as *tendências oligárquicas* expressavam o corporativismo dos grupos em que se fazia o recrutamento para os cargos, mediante processos eleitorais⁴⁸.

Pedro de Aguiar apesar de muito rico e influente permaneceu até à morte no grupo dos oficiais, todavia, o ingresso na confraria mais

47 Capela, José Viriato, *Fidalgos, nobres e letrados no governo do município bracarense*, Braga, Universidade do Minho, 1999.

48 Monteiro, Nuno Gonçalo, *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, 3ª edição, Lisboa, ICS, 2012, p. 39.

importante do Período Moderno português atesta a sua credibilidade económica e financeira e o seu estatuto social. O benfeitor não conseguiu alterar a sua posição na Santa Casa, mas também desconhecemos se alguma vez o tentou. Foi na condição de confrade do segundo foro que em 1629, aquando da aprovação do compromisso, o seu nome figurou junto aos oficiais, numa coluna separada da dos nobres. E assim será até à morte. Na Santa Casa de Braga conhecemos apenas um caso de alteração de estatuto. Tratou-se de João Duarte de Faria, homem com notável ascensão social na cidade, no século XVIII, tendo conseguido ascender aos irmãos do primeiro foro após alguns anos de ingresso nos do segundo foro.

Em 1629, Pedro de Aguiar iniciou também um périplo pelos lugares de poder da Santa Casa que lhe estavam disponíveis, pois enquanto oficial não podia ascender aos mais importantes como o de escrivão e provedor.

1.1.2. O ingresso na Inquisição como familiar

Como já referimos, 1626 foi ainda o ano de candidatura e o seguinte o de ingresso na Inquisição, na qualidade de familiar. Depois de ingressar neste cargo em 1627, Pedro de Aguiar tonou-se um homem temido. Embora esta instituição tivesse o topo da sua hierarquia reservada ao clero, admitia leigos para ocuparem alguns cargos e exercerem determinadas funções. Para os lugares de deputado, qualificador, notário e comissário era preciso ser eclesiástico, mas para familiar, médico, cirurgião, alcaide e porteiro essa condição não se impunha, consagrando a abertura da instituição à sociedade.

Os familiares eram elementos civis, que não recebiam pelo trabalho que faziam. Representavam a Inquisição nos autos-de-fé e executavam mandatos de captura. Podiam andar armados e usufruíam da *isenção de impostos e serviços, de foro privativo*⁴⁹. O ingresso do

49 Bethencourt, Francisco, "Inquisição", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 114-115.

mercador nesta instituição é feito num momento de alargamento de familiares, que corresponde à década de 20, sobretudo quando comparado com o anterior e o posterior⁵⁰.

Homem rico, o mercador decidiu fazer uma candidatura a familiar do Santo Ofício, em 1626, procurando, assim, obter poder e exercê-lo em nome de uma instituição muito poderosa. Fê-lo numa altura em que a Inquisição estava no seu apogeu, embora fosse também objeto de críticas. Como estipulado, ouviram-se várias testemunhas. Sobre ele, Lucas Dias referiu ser *de boa vida, costumes de credito segredo e confiansa*. Acrescentou ainda ser conhecedor dos seus avós paternos, que designou como *gente riqua*. Tinham sido *lavradores riquos e boa gente*, assim considerou Pedro Afonso, também ele lavrador. Acerca da família, disse Armando Fernandes, sapateiro de 70 anos de idade, que era gente de *bem e pacifica*. Já Pedro Gonçalves mencionou *ser gente muito honrada*, ou seja, qualidades muito apreciadas e que não deixariam de pesar no momento de decisão.

A propósito do solicitante, Jerónimo Lopes sublinhou os seus bons procedimentos e o facto de ser bem quisto por todos⁵¹. Várias testemunhas declararam conhecê-lo desde menino e também aos seus pais. Seu pai, era *rentista*, pessoa que vivia das rendas que cobrava. Seus avós entregavam-se à lavoura. Todos os ouvidos referiram residir o casal na rua do Souto, numa moradia situada no começo da referida artéria, onde se situava o rossio do Castelo.

Também sua mulher foi sujeita ao mesmo processo, tendo sido escutadas seis testemunhas com o mesmo arco de idades para além de outras pessoas velhas, consideradas honradas e virtuosas, confirmando que seus pais eram residentes em Braga e seus parentes eram *todos gente honrada, virtuosa e bem vista de todos os seus vizinhos sem ter raça alguma nem parentesco com judeus ou mouros*.

50 Veja-se Torres, José Veiga, “Da repressão religiosa para a promoção social. A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia comercial”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 40, 1994, pp. 109-135.

51 ANTT, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>.

Em ambos os interrogatórios sobre o casal, constituídos pelas mesmas questões, as testemunhas não apontaram nada de negativo acerca dele, dos seus pais e avós, salientando que eram pessoas muito honradas, de boa conduta, de confiança, ricas, nobres e pacíficas e sem sangue mouro ou judeu. Pedro de Aguiar estava, portanto, apto, por todas as informações serem muito abonatórias quer as respeitantes à sua família, quer às da sua esposa. A confirmação da habilitação data de 3 de fevereiro de 1627, tornando-o um homem muito mais poderoso.

A pertença à Inquisição obrigava a um processo de inquirição sobre o interessado no sentido de provar a sua limpeza de sangue, conhecer a sua forma de vida e capacidades para o desempenho do lugar. A candidatura foi apresentada ao Tribunal de Coimbra, por ser a instituição com jurisdição sobre Braga, e o responsável pela inquirição foi Francisco Leal, abade de São Martinho do Couto, da arquidiocese de Braga. Esta iniciou-se a 22 de setembro de 1626, e incluiu 10 testemunhas, com idades compreendidas entre os 60 e os 80 anos. Para além destas, foram ainda escutadas outras pessoas. A candidatura exigia disponibilidade financeira, sendo necessário pagar o montante inerente às despesas efetuadas.

O ingresso do mercador na referida instituição aconteceu num período de grande perseguição ao judaísmo, após 1605, aquando do perdão geral aos cristãos-novos. Os ataques aos cristãos novos e a caça aos considerados hereges exigiu um aumento de comissários, mas também de familiares, impondo grande medo na sociedade, ao mesmo tempo que se constatava *instabilidade e tensão social*⁵².

Entrar na Inquisição como familiar significava receber uma carta de familiar, ou seja, um atestado de pureza de sangue e estar investido de autoridade localmente, o que possibilitava aceder a outros ofícios públicos. Mas a sua estima alargava-se também à sua família⁵³. Para

52 Leia-se Marcocci, Giuseppe; Paiva, José Pedro, *História da Inquisição portuguesa 1536-1821*, 2ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016, pp. 161-174.

53 Marques, Bernardo Manuel Belo, *Servir no Santo Ofício: os Lourenço Ferreira e a sua ascensão social na Bahía dos séculos XVII e XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2018, dis. de Mestrado policopiada.

tanto, era preciso passar pelo crivo da instituição em que se pretendia ingressar, após ter instruído uma candidatura. A averiguação de dados implicava a audição de testemunhas, que deviam ser pessoas consideradas de crédito, cristãs-velhas, sem inimizades com o candidato, e que não fossem suas parentes. As que se pronunciaram eram todas da cidade de Braga e elogiaram a sua pessoa e a família. Tratava-se de uma inquirição de *genere* que pretendia apurar se o candidato tinha sangue mouro ou judeu. Desejava-se também conhecer a sua vida e os costumes, se era de bom procedimento, se vivia abastadamente, se sabia ler e escrever e se reunia competências para ser encarregue de assuntos de substância e de segredo.

À semelhança de muitos outros que ingressaram primeiro na Misericórdia, servindo a pertença a esta instituição para facilitar o ingresso na outra, Pedro de Aguiar deixou passar apenas escassos meses após ter sido aceite na Santa Casa para solicitar ingresso no Santo Ofício. Esta atitude sugere muita segurança e confiança na sua posição social. Demonstra ainda que após ter passado no crivo da Misericórdia, onde se exigia também pureza de sangue, o mercador se sentiu seguro para tentar o ingresso nos quadros da Inquisição.

1.1.3. A pertença a outras confrarias da cidade

No seu itinerário como confrade passou ainda pelas confrarias de Nossa Senhora dos Prazeres (instalada na igreja do colégio de São Paulo)⁵⁴, dos Santos Passos (erigida na ermida de Santa Ana⁵⁵), do Homem Bom (sedeada na Sé)⁵⁶ e do Santíssimo Sacramento (também na Sé). Estas instituições são as mencionadas nos testamentos do

54 Freitas, Bernardino Senna de, *Memorias de Braga*, vol. III, Braga, Imprensa Católica, 1890, p. 461.

55 Esta confraria mudou-se em 1760 para a igreja de Nossa Senhora da Lapa. Freitas, Bernardino Senna de, *Memorias de Braga*, vol. II..., p. 93. Na capela de Santa Ana existiam ainda as confrarias de São José, de Santa Ana e de Santo Cristo de São Marcelo de Roma.

56 Em 1783, uniu-se à confraria de São Vicente, mudando-se para a sua igreja.

casal, mas Maria Vieira refere outras que se encontravam na *taboa*, sugerindo já não se recordar com exatidão do nome das restantes. A perceção com que ficamos na análise da pertença confraternal é a de que ambos integraram as mesmas instituições, seguindo uma política de união também neste campo. Com exceção das Misericórdias, as mulheres podiam integrar estas instituições, embora quase nunca acedessem aos lugares de poder⁵⁷. Assim, a análise que efetuamos sobre a pertença confraternal não diz respeito apenas a Pedro de Aguiar, mas ao casal.

Fomos à procura das confrarias nos seus vários arquivos particulares, maioritariamente sediados nas igrejas onde funcionavam. Esse percurso de investigação foi produtivo, embora não tivéssemos tido acesso a todas e nas que conseguimos encontrar documentação sobre o casal, a informação não permitiu responder a todas as questões que colocamos. No percurso efetuado, obtivemos informação sobre a pertença do casal à confraria de Nossa Senhora da Ajuda do Parto e de Nossa Senhora da Graça, situadas na igreja da Cividade⁵⁸, pagando de entrada 400 réis⁵⁹. Aquando da morte de Pedro de Aguiar foram remetidos a esta última irmandade 200 réis, talvez para gratificar o seu acompanhamento⁶⁰, embora saibamos que este era gratuito para

57 Acerca da presença feminina no universo confraternal consulte-se Abreu, Laurinda, “Confrarias e irmandades em Setúbal: redes de sociabilidade e poder”, in *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, vol. 1, Porto, Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, p. 12.

58 AICB, Fundo da confraria de Nossa Senhora da Ajuda do Parto e de Nossa Senhora da Graça, *Livro muito antigo dos confrades de Nossa Senhora da Graça hoje unida a Confraria de Nossa Senhora da Ajuda*, fls. 113-130.

59 AICB, Fundo da confraria de Nossa Senhora da Ajuda do Parto e de Nossa Senhora da Graça, *Livro muito antigo dos confrades de Nossa Senhora da Graça hoje unida a Confraria de Nossa Senhora da Ajuda*, fl. 124.

60 AICB, Fundo da confraria de Nossa Senhora da Ajuda do Parto e de Nossa Senhora da Graça, *Livro do recibo e despesa de 1631 a 1670 e inventários de 1625 e termos de 1615 a 1720 da confraria de Nossa Senhora da Ajuda do Parto*, fl. 24. Para este assunto consulte-se Alemán Illán, Anastacio, “Sociabilidad, muerte y religiosidad popular. Las cofradías de Murcia durante el siglo XVIII”, in Álvarez Santaló, Carlos; Buxó Rey, María de Jesús; Rodríguez Becerra, Salvador (coords.), *La religiosidad popular: vida y muerte - la imaginación religiosa*, vol. 2, Barcelona, Anthropos, 1989, pp. 361-383.

todos os seus membros. Seria uma esmola complementar? Queria o mercador ou a sua esposa beneficiar esta confraria com esta deferência, evidenciando a ligação que mantinham com esta invocação?

O alargamento confraternal foi feito de forma ritmada. Em 1626 inscreveram-se na confraria de São João do Souto⁶¹, tendo pago 640 réis pela joia de entrada⁶². Inscrever-se na confraria mais importante da sua paróquia de residência e da de origem de Maria Vieira faria parte da ambição de todos os fregueses, embora apenas alguns pudessem pagar a quota e os anuais que se exigiam.

Nesta instituição, Pedro de Aguiar ocupou várias vezes lugares na Mesa. Em 1633 foi mordomo⁶³, o que veio a repetir-se em 1639.

De raiz medieval⁶⁴, esta instituição estava em funcionamento em 1373 e tem estatutos conservados de 1652, 1682 e 1753. Era muito poderosa, o que lhe conferia muito prestígio.

*Aos vinte dias do mês de Agosto de mil e seiscentos e trinta e nove anos nesta cidade de Braga na igreja de São João do Souto aí foram juntos os oficiais da dita confraria de São João e confrades, e por eleição de giro na forma acostumada foram eleitos por tesoureiro nobre o doutor Francisco Gomes e ficou por juiz Jorge Gomes da Silva e por mordomos Domingos Fernandes sombreireiro e Pero de Aguiar sirgueiro para servirem neste ano a dita confraria a qual eleição se fez na forma acostumada e outrossim foi eleito por escrivão desta confraria Diogo Machado Cotrim cidadão desta cidade (...)*⁶⁵.

61 AISJSB, Fundo da confraria de São João do Souto, *Livro dos confrades de São João do Souto, (?)*-1681, fl. 126.

62 AISJSB, Fundo da confraria de São João do Souto, *Livro da eleição e aceitação de confrades da confraria de São João do Souto, 1570-1697*, fl. 5v.

63 AISJSB, Fundo da confraria de São João do Souto, *Livro de termos e acórdãos de mesas e cabidos da confraria de São João de Souto, 1582(?)*-1686, fl. 234.

64 Leia-se Marques, José, “Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXVI, n.ºs 81, 82 (94-95), 1983, pp. 82-93.

65 AISJSB, Fundo da confraria de São João do Souto, *Livro da eleição e aceitação de confrades da confraria de São João do Souto, 1570-1697*, fl. 6.

O mercador de sedas, aqui ainda tratado como sirgheiro, participou numa Mesa composta por gente dos ofícios, mas também pela elite local. Esta integração possibilitava-lhe agir em diferentes patamares sociais, alargando a sua rede de conhecimentos, ao mesmo tempo que ocupava o lugar do mando em várias instituições⁶⁶. Esta década de 20 parece ter sido fundamental para a sua inserção na rede confraternal da cidade, aumentar os seus conhecimentos e alargar o seu poder.

A passagem pelo órgão mais importante de poder desta instituição aconteceu uma vez mais em 1640, quando o encontramos a assinar os acórdãos das reuniões⁶⁷. Após a morte de cada um dos membros do casal foram celebradas missas para sufragar as suas almas⁶⁸.

Para além da confraria de São João do Souto, o casal inscreveu-se também noutra confraria da mesma igreja. Ambos integraram a confraria dos Fiéis de Deus em data por nós desconhecida⁶⁹ e nela Pedro de Aguiar foi mesário em 1633⁷⁰. No ano seguinte, assumiu o lugar mais importante da confraria ao ser eleito juiz⁷¹. O mercador encontrava-se nessa altura num processo de afirmação pessoal muito forte, que o faz passar pelos cargos mais distintos e poderosos destas instituições.

66 Para este assunto confira-se Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Contrarreforma y religiosidad popular en Cantabria. Las cofradías religiosas*, Santander, Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 1990, p. 55-57.

67 AISJSB, Fundo da confraria de São João do Souto, *Livro da eleição e aceitação de confrades da confraria de São João do Souto, 1570-1697*, fls. 247-248.

68 AISJSB, Fundo da confraria de São João do Souto, *Livro das despesas e recibo da confraria de São João do Souto, 1642-1696*, fls. 72v., 85v.

69 AISJSB, Fundo da confraria dos Fiéis de Deus de São João do Souto, *Livro dos confrades da confraria dos Fiéis de Deus de São João do Souto, 16(??)-1723(?)*, não paginado.

70 AISJSB, Fundo da confraria dos Fiéis de Deus de São João do Souto, *Livro dos arrendamentos e eleições da confraria dos Fiéis de Deus (ou das Almas) de São João do Souto, feito no ano de 1633-1730*, não paginado.

71 AISJSB, Fundo da confraria dos Fiéis de Deus de São João do Souto, *Livro dos arrendamentos e eleições da confraria dos Fiéis de Deus de São João do Souto, feito no ano de 1633-1730*, não paginado.

Foram ainda membros da confraria do Santíssimo Sacramento da sua paróquia, mas desconhecemos em que ano se inscreveram⁷². Nela, Pedro de Aguiar ocupou um lugar na Mesa⁷³. Em todas as instituições, ele fazia-se notar pelo dinheiro que possuía, mas também pelas qualidades que reunia. A sua postura e prestígio, mas igualmente as redes que foi construindo tornaram-no muito conhecido e poderoso. Instituição da elite bracarense, a confraria reservava os lugares mais importantes aos clérigos, muito particularmente aos do Cabido, mas integrava os mercadores e os oficiais nos outros lugares da Mesa, muito particularmente nas funções de tesoureiros e mordomos⁷⁴.

Sabemos também que ambos pertenceram à confraria de Nossa Senhora-a-Branca, todavia, através da documentação preservada não conseguimos obter a data de entrada⁷⁵, embora saibamos que ocorreu durante a década de 20. Nesta instituição ocupou o cargo de tesoureiro durante vários anos, tendo desempenhado este lugar em 1630 e 1631⁷⁶. Como temos vindo a demonstrar, o mercador desempenhou o lugar de tesoureiro em várias confrarias, o que atesta as competências que tinha, assim como a confiança que nele era depositada.

Em 1628, o casal alistou-se como irmãos na confraria da Santíssima Trindade da igreja da Sé, pagando 800 réis⁷⁷. Tratava-se de uma instituição medieval, que na ocasião se encontrava sediada na Sé, mas que

72 AISJSB, Fundo da confraria do Santíssimo Sacramento de São João do Souto, *Livro de assentos de confrades da confraria do Santíssimo Sacramento de São João do Souto, 1637-1797*, fl. 38.

73 AISJSB, Fundo da confraria do Santíssimo Sacramento de São João do Souto, *Livro de assentos de confrades da confraria do Santíssimo Sacramento de São João do Souto, 1637-1797*, fl. 280.

74 Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributo para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, p. 179, dis. de Mestrado policopiada.

75 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Livro dos Confrades de Nossa Senhora-a-Branca - Lista de Irmãos 1628-1747*, fl. 162.

76 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Livro de Despesa 1625-1648*, nº 191, fls. 31, 45.

77 AIPB, Fundo da confraria da Santíssima Trindade, *Livro dos irmãos da confraria da Santíssima Trindade da Sé, 1624-1631*, fl. 96.

posteriormente foi colocada na igreja do Pópulo. O pagamento foi feito ao tesoureiro João Saraiva no mês de junho⁷⁸. Nesta instituição foi ainda eleito para mordomo em 1646, mas por ter muitos afazeres

(...) e ser juiz da confraria do Espirito Santo (...) e não poderia servir conforme e era necessário que se fizesse outro mordomo (...) e quando não que sem embargo de tudo serviria pelo que se falou ao irmão e confrade Francisco Cerqueira para que exercesse e ele disse que de muito boa vontade serviria a dita confraria pelo que fica o dito Francisco Cerqueira servindo este presente ano⁷⁹.

Certamente que não desdenharia ser colega de Mesa presidida Doutor Paulo de Mesquita, mas o facto de ocupar lugar homólogo na confraria do Espírito Santo, conjugado com os muitos afazeres profissionais e de negócios, levaram-no a solicitar a sua substituição.

O casal fez também parte da confraria de São Vicente, mas sobre ambos sabe-se muito pouco, apenas se conhece o registo alusivo às suas mortes⁸⁰. Esta instituição, criada ainda em finais do século XVI, era marcada pela grande adesão de oficiais, nomeadamente de sombreireiros, mas tinha também no seu seio muitos mercadores da cidade⁸¹. Era muito poderosa e dona de uma das igrejas mais importantes de Braga.

A procura de várias confrarias não nos surpreende e vai de encontro ao conhecido para outras pessoas ricas, que visavam, com a acumulação de esforços salvíficos, a salvação da alma. Foram ainda membros da confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Sé. Nesta última

78 AIPB, Fundo da confraria da Santíssima Trindade, *Livro de aceitação dos irmãos e de assentos e outras antiguidades*, fl. 74v.

79 AIBP, Fundo da confraria da Santíssima Trindade, *Livro das eleições das mesas da confraria da Santíssima Trindade, 1626-1718*, fls. 27v.-28v.

80 AISVB, Fundo da confraria de São Vicente, *Livro dos confrades da confraria do mártir São Vicente reformado ano 1637*, fl. 232.

81 Sobre esta confraria consulte-se o trabalho de Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2011, dis. de Mestrado policopiada.

instituição, a mais importante confraria da Idade Moderna da cidade⁸², depois da Misericórdia, e a mais relevante da Sé, ocupou também vários cargos. Esta instituição foi fundada em 1540 pelo então arcebispo de Braga, D. Henrique (1534-1540), mais tarde cardeal, que conseguiu autorização papal para gozar dos privilégios e graças da congénere de Roma⁸³. O facto contribuiu para se transformar numa instituição elitista, por nela se oferecerem benefícios aos seus membros, o que se reflete na sua composição social, onde se encontravam os mais poderosos da cidade⁸⁴.

Para consolidar a sua posição social e juntar benefícios espirituais, Pedro de Aguiar entrou em 1628 para a confraria do Santíssimo Sacramento e imediatamente foi eleito tesoureiro. Em 1631 ocupou o cargo de escrivão, o que voltou a acontecer em 1635 e em 1637. Em 1639 foi mesário e passados quatro anos assumiu o lugar mais importante, chegando a juiz⁸⁵. O cargo de juiz, figura cimeira da instituição, não estava ao alcance de todos. Era necessário reunir poder económico e ser reputado socialmente, como ser pessoa com qualidades humanas e competências para o desempenho do lugar. Ou seja, o visado precisava de ter poder e ser prestigiado na comunidade. Pedro de Aguiar alcançou de forma muito rápida os lugares do mando numa instituição poderosa. Foi mais fácil aqui do que na Misericórdia, onde o facto de existir uma separação entre os membros, não o deixou chegar ao topo do poder. Estamos também a falar de instituições muito distintas, quer quanto aos seus objetivos, quer

82 Veja-se Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributos para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*..., p. 135.

83 Marques, João Francisco, "A renovação das práticas devocionais", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., p. 568.

84 Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributos para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*..., p. 178.

85 AISB, Fundo da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro de termos de eleição de oficiais e aceitação de novos irmãos, 1613-1686*, fls. 33-33v., 34, 35v.-36v., 37, 38, 39, 40-40v., 41, 42-42v., 41, 42-42v., 43-43v.

quanto à sua composição de irmãos. As capacidades que o mercador tinha nas áreas da contabilidade e da escrita, destrezas adquiridas no seu dia-a-dia, são reconhecidas na confraria do Santíssimo Sacramento.

A pertença aos órgãos desta instituição possibilitou-lhe visibilidade pública, não somente nas saídas frequentes de transportar o viático aos doentes, mas também nas procissões em volta do templo, realizadas todos os terceiros domingos de cada mês⁸⁶. Estas confrarias tinham como prática estes momentos de culto, o que lhes conferia exposição pública. Para além deles, tal como as restantes, participava também em outros desfiles processionais organizados por outras instituições congéneres ou mesmo pela Câmara e possuía um recheado calendário de outras atividades religiosas.

Com Trento o culto ao Santíssimo Sacramento, tal como o das Almas do Purgatório e de Nossa Senhora do Rosário foi reforçado, com destaque para o primeiro que se afirmou nesta hierarquia, ocupando o lugar cimeiro⁸⁷.

A pertença à confraria do Santo Homem Bom não pode ser confirmada por falta de documentação. A que se preserva hoje é muito escassa e não permite analisar o corpo de irmãos nem a sua ocupação de cargos. Sabemos, no entanto, que esta instituição data de 1631 e possuía estatutos desde a sua fundação, os quais foram reformados em 1647, 1688, 1725 e 1773. Fundada na Sé, a instituição era composta pelos alfaiates, embora recebesse outros grupos sociais. Tinha como objetivos principais o culto ao santo padroeiro, o acompanhamento fúnebre aos irmãos, a prática de caridade e ainda examinar os que pretendiam exercer o ofício de alfaiate⁸⁸.

86 Barbosa, António Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, vol. II, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 2017, pp. 152-153.

87 Consulte-se Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2..., pp. 324-325.

88 Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributos para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*..., p. 189.

Braga possuía uma rede confraternal muito alargada, contando ainda na segunda metade do século XVIII com mais de sete dezenas destas instituições, ou seja, num período de dificuldades acumuladas, quando muitas já tinham desaparecido ou se tinham agregado a outras mais fortes, o número destas instituições era ainda muito elevado. A escolha estava, portanto facilitada, mas Pedro de Aguiar e sua mulher devem ter pesado bem para onde queriam dirigir os seus investimentos materiais e simbólicos. Pertencer a uma confraria na Idade Moderna era em primeiro lugar buscar proteção espiritual para a hora da morte e depois dela, já que muitas assistiam espiritualmente os que estavam para partir da vida terrena e todas procediam ao sepultamento dos irmãos e celebravam missas por alma. Celebravam ainda a quadra dos Santos, mandando dizer missas por todos os confrades falecidos. Era, por isso, muito vantajoso, mas patrocinavam outros benefícios, como ajudas materiais aos confrades necessitados, inserção em círculos de poder, reforço das identidades, acesso a cargos de poder, desfiles em momentos importantes, ou seja, para além de benefícios materiais, existiam outros de poder e prestígio, nada menos importantes⁸⁹.

Instituições da Igreja Católica, as confrarias contaram na sua instalação com o incentivo dos agentes do clero e das Constituições Sinodais, mas também com o de muitos fiéis, que viam na sua fundação uma forma de incrementar o culto e a divulgação dos valores da instituição a que pertenciam. Existiram em grande número e em Braga a veneração à Virgem Maria registou a maior popularidade⁹⁰.

Como constatámos, foi intensa a vida confraternal de Pedro de Aguiar e da sua esposa. O desempenho de vários cargos em muitas

89 Pedro Penteadó elencou-os num trabalho publicado em 1995. Leia-se Penteadó, Pedro, “Confrarias portuguesas da Idade Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, VII, 1995, pp. 15-18.

90 Capela, José Viriato, “Confrarias e Sociedade”, in Capela, José Viriato (dir.), *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 2003, pp. 594-595.

destas instituições levou-o à acumulação de lugares do mando em simultâneo em alguns anos, o que conjugado com a sua vida de negócio e de investimento em diversos setores económicos, configurou um quotidiano preenchido com muitos afazeres.

1.1.4. A passagem pelo Auditório Eclesiástico de Braga

Foi ainda escrivão do Auditório Eclesiástico de Braga, cargo digno de menção. Este lugar não estava acessível a qualquer pessoa, pois tratava-se de um Tribunal importante, que exigia competências para o desempenho do citado cargo. Para o seu alcance, terá contado a passagem pelos diferentes postos de poder na cidade e o lugar no Santo Ofício, mas também as redes que foi construindo. Após ter iniciado o desempenho de escrivão da mais poderosa confraria da cidade e na confraria do Santíssimo Sacramento, Pedro de Aguiar foi nomeado escrivão do Auditório Eclesiástico de Braga, em julho de 1645, pelo Cabido, em tempo de Sé Vacante. O lugar encontrava-se vago e o facto de ter evidenciado na Misericórdia e na Sé competências no campo da escrita, ter-lhe-á facultado o acesso a esse lugar⁹¹. Os cargos da Santa Casa abriram-lhe as portas de mais uma instituição poderosa da cidade. Possuía uma boa caligrafia e escrevia de forma correta e muito escoreita. As cartas que dirigiu à Mesa da confraria são disso um exemplo, não se estranhando, pois, os lugares de escrivão que desempenhou. Habitado à escrita, devido à sua profissão, que exigia vários registos, e também ao crédito e a muitos atos notariais, o mercador de sedas evidenciava competências na matéria e demonstrou no seu testamento estar habituado ao lançamento de diversos assuntos em livros próprios. Mencionou ter registado em livro autónomo todas as menções referentes ao testamento de seu irmão Jerónimo Barreiros da Silva, de quem foi testamenteiro.

91 ADB, Registo Geral, *Livro*, nº A-30, fls. 237v.-238.

A circulação por vários lugares de poder em instituições diversas da cidade não só lhe possibilitou uma considerável exposição pública, reforçada pela sua profissão, mas também pelo empréstimo de dinheiro a juro. A análise dos livros notariais comprova as vezes que lidou com notários para fazer doações e escrituras. Tal como muitos outros homens deste ramo, Pedro de Aguiar participou em vários negócios e esteve associado a muitas instituições⁹².

Para além da ocupação dos lugares referidos, o seu poder expressou-se ainda de variadas formas. Em 1645 foi testemunha do imaginário Geraldo Fernandes no processo movido na Câmara para obtenção dos privilégios da nobreza. Homem reputado na cidade e ainda no Porto e na vila de Viana da Foz do Lima pelos trabalhos de armador, pintor e imaginário de muitas *architaturas notáveis*, Geraldo Fernandes fez petição à Câmara para viver à lei da nobreza, tendo na ocasião sido chamados vários homens para deporem sobre o pretendente. Pedro de Aguiar foi um deles e mencionou as suas competências e reputação para recordar o dinheiro que lhe emprestou, destinado aos seus trabalhos no Porto e em Viana. Mencionou também a sua limpeza de sangue e os criados e criadas que o serviam⁹³. O mercador sublinhava a condição do imaginário, mas colocava-o numa relação de dependência de si próprio, por lhe emprestar dinheiro para a sua arte, ou seja, Pedro de Aguiar surge neste particular como financiador e promotor de atividades profissionais, ao emprestar dinheiro para esse efeito. A condição de homem rico possibilitou-lhe também o empréstimo de capitais a vários mercadores e a outros oficiais da cidade, o que o fez ainda mais poderoso.

92 Martínez, Sandra, "Servicio de palácio y redes comerciales. Una familia de bordadores en Madrid en el siglo XVII", in Fernández Chaves, Manuel F. ; Pérez García, Rafael, M.; Pérez, Beatrice (dir.), *Mercadores y redes mercantiles en la Península Ibérica siglos XV-XVIII*, Sevilla, Paris, Lisboa, Editorial Universidad de Sevilla, Cátedra de Estudios Sefarditas Alberto Benveniste; Éditions Hispaniques, 2019, p. 198.

93 AMB, *Livro de registo que se ha de fazer de todo as provisões e privilégios e cartas que vierem a Câmara*, fls. 59v., 63v.-64.

Conjuntamente com a sua mulher foi ao longo da vida alargando círculos de sociabilidades, através dos apadrinhamentos de várias crianças suas sobrinhas, mas também de filhos de amigos de profissão. O casal foi várias vezes convidado para ser padrinho de filhos de mercadores e de outros, quase sempre residentes na rua do Souto, ou seja, seus vizinhos.⁹⁴ Aparece também associado a crianças nascidas de pais de outros ofícios, mas residentes perto da sua moradia⁹⁵. As sociabilidades surgem mais reforçadas no seu grupo profissional e num espaço geográfico limitado, quase sempre associado à paróquia de residência.

O lugar de escrivão no Auditório Eclesiástico encontrava-se vago por renúncia da sua proprietária, Luísa Taveira, filha do falecido Roberto Álvares Taveira, e foi entregue ao referido mercador, por ter sido considerado apto ao seu desempenho, devido às suas competências⁹⁶. Assim, terá sido o desempenho de vários cargos que lhe abriu as portas de mais uma instituição poderosa da cidade.

O percurso de ascensão social atesta a riqueza que acumulou como mercador de sedas, com loja aberta no rossio do Castelo, ou seja, no começo rua do Souto, e como investidor em outros ramos de atividade.

1.1.5. O testamenteiro

Na hora de fazer o seu testamento, Jerónimo Barreiros da Silva escolheu o seu irmão Pedro de Aguiar para seu testamenteiro e resolver todas as pendências que a morte arrasta. Infelizmente, não tivemos

94 Consulte-se para este assunto Rey Castelao, Ofelia, “De la casa a la pila: hábitos y costumbres de bautismo y padrinazgo en Santiago de Compostela, siglos XVII-XVIII”, in Saavedra Alías, Inmaculada Arias de; Guadalupe Muñoz, Miguel Luis López (coords.), *Vida cotidiana en la Monarquía Hispánica: Tiempos y espacios*, 2015, pp. 195-214.

95 ADB, Fundo Paroquial, *Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1611-1623*, fl. 166.

96 ADB, Registo Geral, *Livro*, nº A-30, fls. 237v.-238.

acesso ao seu testamento, embora o tenhamos procurado. Não conformado com a profissão de sineiro, este seu irmão emigrou para o Brasil. Esta saída para o Brasil e a direção da sua capital, a cidade da Bahia, foi tomada por vários minhotos durante todo o século XVII e particularmente no período de ocupação espanhola. No Brasil, o emigrante deixou a sua profissão e abraçou outra. O ramo de atividade em que Jerónimo se empregava estava associada de alguma forma à agricultura, mas desconhecemos se era senhor de engenho ou se tinha apenas algumas terras onde se cultivava a cana. A Bahia era uma cidade de atração, por ser pojante em vários ramos de atividade: a produção e comercialização de açúcar, de mandioca e de outros produtos, aos quais estava associada a criação de gado. Estas atividades desenvolveram muito a cidade e o seu porto tornou-se também num relevante interposto de passagem e abastecimento de barcos que rumavam a África e ao Oriente⁹⁷.

Através de uma escritura feita por Maria Vieira em meados de 1659 para nomear um seu procurador por causa desta herança, sabe-se que Jerónimo tinha nomeado testamenteiros nos dois lados do Atlântico, como era frequente nos casos que deixavam herança na colónia sul-americana e em Portugal. O procurador agia em nome da administradora viúva e tinha de arrecadar 400 mil réis em Lisboa, remetidos pelos testamenteiros da Bahia e mais 22 mil réis que possuía João Meireles, procedidos da venda de umas caixas de açúcar que também tinham chegado da capital da colónia sul-americana⁹⁸. A referência ao açúcar não nos possibilita afirmar se era cultivador de cana ou somente homem de negócios, mas sabemos que outros

97 Sobre a Bahia e o seu dinamismo comercial no século XVII leia-se Schwartz, S., “A “Babilónia” colonial: a economia açucareira”, in Bethencourt, Francisco; Kirti, Chauduri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 213-231; Krause, Tiago, *A formação de uma Nobreza Ultramarina: coroa e elites locais na Bahia seiscentista*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015, tese de Doutorado policopiada.

98 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 263, fls. 146v.-147.

minhotos emigrados na Bahia eram negociantes e também andavam envolvidos no negócio do açúcar⁹⁹.

Jerónimo Barreiros da Silva faleceu em data por nós desconhecida na cidade da Bahia, mas antes de 1653, e devia ser homem muito rico. No testamento pedia-se que Pedro de Aguiar recolhesse o dinheiro que lhe deviam e cumprisse os seus legados. O remanescente devia ser dado a juro ou aplicado na aquisição de propriedades e do seu rendimento se ordenasse a celebração de uma missa diária na capela do recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França, em Braga. A instituição de capelas era apenas efetuada por pessoas de posses, ricas, que deixavam dinheiro ou propriedades para as financiar. Nesta altura, Jerónimo tinha conhecimento da fundação do recolhimento pelo irmão e cunhada, o que prova o contacto existente entre eles.

Para tratar da herança de seu irmão Jerónimo Barreiros da Silva, foi nomeado em data por nós desconhecida o mercador Domingos Gomes, morador no campo das Hortas, da cidade de Braga, como procurador. A sua função decorria em Lisboa, junto dos devedores de Jerónimo e consistia em arrecadar também as letras de dinheiro que chegavam dos testamenteiros que este tinha deixado na Bahia. Foi também para o mesmo efeito que Maria Vieira o nomeou novamente em junho de 1659, uma vez mais para acabar de cobrar as dívidas do falecido na capital. A viúva representava agora o seu marido, por ele ter sido testamenteiro do citado irmão. A procuração conferia poderes ao procurador *para cobrar, receber e arrecadar* tudo o que ficava da referida herança em Lisboa, devendo posteriormente entregar o recebido à viúva¹⁰⁰.

99 Krause, Tiago, “Uma elite local e o Atlântico: a Câmara de Salvador e o comércio marítimo (1630-1730)”, in Mathias, C. L. K.; Guimarães, Carlos J. Sampayo (orgs.). *Ramificações ultramarinas. Sociedades comerciais. Século XVIII*, Rio de Janeiro, Mauad, 2017, pp. 131-149; Gouvêa, Maria de Fátima S., “Poder político e administrativo na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”, in Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima S. (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2001, pp. 287-315.

100 ADB, Fundo notarial, *Livro n.º 362*, fls. 146v.-147.

Passados três meses, através de nova escritura de quitação, foi entregue a Maria Vieira mil cruzados provenientes de uma letra, que tinha chegado a Lisboa, vinda da Bahia. Após terem sido cobrados foram entregues à viúva e disso foi dada quitação, aliviando para sempre o citado Domingos Gomes. Uma vez mais Maria Vieira serviu-se de homens de negócios, seus conhecidos e da confiança do marido para resolver assuntos de grande interesse, como era o desta herança. Esta escritura transcreve uma outra em que o mesmo mercador entregou a Pedro de Aguiar o dinheiro cobrado em Lisboa entre 1653 e 1654.

Quadro 1. Herança de Jerónimo Barreiros da Silva entregue a Pedro de Aguiar

Pagador	Montante (em réis)	Ano
Jerónimo Gomes	100.000	1653
Domingos Álvares Pinheiro	400.000	1653
Pedro de Sousa	160.000	1653
Pedro de Sousa	1.645	1653
António da Gama Nunes	34.625	1653
António de Sousa	160.000	1654
António de Sousa	100.000	1654
Marallene (genovês)	40.000	1654
Total	996.270	

Fonte: ADB, Fundo Notarial, *Livro* n° 263, fls. 127v.-128.

Todo este dinheiro foi entregue pelo procurador a Pedro de Aguiar em 1654, o qual possuía um livro com as receitas e despesas da herança do irmão. Homem habituado a ter as contas em dia, o mercador de sedas não aligeirou a responsabilidade que tinha assumido e, tal como nos seus negócios, cuidou de ter tudo organizado.

A análise do quadro demonstra a relação estabelecida por Jerónimo com possíveis mercadores nacionais e internacionais, demonstrando o lastro de ação dos seus negócios e a forma como muitos destes homens trabalhavam.

Com a diligência e eficácia que lhe era conhecida, uma vez mais o casal demonstrou mover-se bem em várias instâncias para cumprir as obrigações a que estava vinculado. Primeiro Pedro de Aguiar, a seguir a viúva, que, mesmo na fase final da sua vida, não descurou o papel de administradora, dando sequência ao trabalho feito pelo seu falecido marido.

A dívida de 30 mil réis referida no testamento de Pedro de Aguiar respeitante aos herdeiros de seu irmão Paulo Gomes de Aguiar indicia também que ele deve ter sido testamentário deste seu irmão, mas a falta de outras informações impossibilita-nos de fazer mais considerações.

1.2. O lugar de Maria Vieira

O lugar que Maria Vieira ocupou na sociedade não é totalmente claro para nós, embora em termos públicos ela nunca tenha ocupado um lugar semelhante ao do seu marido, todavia, após a morte deste, tudo se alterou. O seu espaço era o doméstico, na sombra do marido, e assim permaneceu até à morte deste. Porém, sentimos a sua presença e força em muitos momentos marcados pela exposição pública dele. No estado de viúva demonstrou as capacidades que tinha ao dar prossecução aos negócios do casal, ao aumentar o património, ao gerir o recolhimento que ambos tinham fundado e ao dar prossecução ao cumprimento do testamento do cunhado Jerónimo. A análise do seu testamento prova também ser muito lúcida quanto aos seus desejos, ser uma mulher do seu tempo, dedicada às causas pias e religiosas, mas sobretudo aos afetos. Maria Vieira é uma senhora dedicada à família, não somente à do seu ramo, mas também à do marido, que acolhe, protege e beneficia.

Nas várias escrituras feitas após a morte do seu marido, assim como no seu registo de óbito, é tratada por “dona”, provavelmente por ser assim conhecida. Também ela fez testamento, instituindo por herdeiros universais os irmãos da Santa Casa da cidade. Convocou no seu testamento as confrarias a que pertencia para a acompanharem

à última morada, honrando os seus restos mortais e construindo um desfile fúnebre com pompa e digno de memória. Mantinha com as suas irmãs uma relação de proximidade geográfica e afetiva, assim como com outros familiares que moravam no mesmo rossio e na rua do Souto. A proteção dada às freiras e a casa em que deixava morar Ana Vieira evidenciam o afeto que lhes dispensava. Esta sua irmã residia numas casas da rua do Souto, que Maria lhe comprou, mas desejou que após a sua morte se mantivesse nelas, durante o tempo em que vivesse, protegendo-a até ao seu falecimento. Esta irmã não tinha as mesmas possibilidades financeiras que Maria, sendo por si beneficiada. Na situação de viúva, Maria Vieira socorreu a sua irmã Ana e o seu marido Inácio Francisco da Costa, quando em janeiro de 1658 estando eles com muitas dívidas e sem as poder pagar, correndo o risco de serem executados, decidiu comprar-lhes as casas em que residiam, assim como outros bens. A referida habitação da rua do Souto era foreira do Cabido e por ela pagavam anualmente 600 réis em dinheiro e duas galinhas e a *tinhão por titulo de compra*. Possuíam também um prazo no lugar do Caires, da freguesia de Maximinos, em Braga, composto por campos, casas e árvores de furto, tudo com água de regar e de lima, o que era muito importante para as culturas e valorizava as propriedades. Maria Vieira comprou todos estes bens, dando 400 mil réis pelas casas da rua do Souto e outro tanto pelo prazo de Maximinos. Este era precisamente o montante que o casal devia, ou seja, 800 mil réis. A viúva de Pedro de Aguiar pagou em dinheiro aos devedores e ficou com os bens, deixando a sua irmã e o marido residirem na citada moradia. Este dinheiro serviu para saldar as dívidas. O casal devia 200 mil réis ao convento de Nossa Senhora da Conceição, 300 mil réis a Maria Brandoa, moça solteira e herdeira do licenciado Marcos Dinis, seu irmão, 100 mil réis à irmandade de Santa Cruz, mais 100 mil réis à Misericórdia e igual montante ao padre Bernardo Nogueira de Almeida. Neste ato notarial, a viúva foi acompanhada por outros elementos da família: o padre João Vieira, seu irmão, que assinou arrego dela, o seu sobrinho João Gomes Barreiros, também sacerdote, e o cónego João Pinto

de Eirado, seu primo¹⁰¹. O assunto fazia-se quase entre família, mas Maria Vieira rodeou-se de homens da sua confiança e que entendiam os procedimentos notariais para que tudo ficasse em conformidade com os seus interesses.

O caso de Ana Vieira e do marido é bem demonstrativo das estratégias seguidas relativamente ao crédito. Nele andava envolvido um convento, a Misericórdia e mais uma confraria da cidade e particulares, nestes últimos saliento o caso de membros do clero e de uma mulher solteira. Quem precisava batia à porta de quem tinha, usando as influências e as redes que possuía para aceder ao dinheiro. Sublinhe-se ainda a necessidade existente de se estudar quem dá dinheiro a juro. Os estudos mais recentes sobre o crédito têm evidenciado o perfil dos solicitadores, dando menos realce a quem empresta, todavia, sublinha-se o interesse de analisar os dois intervenientes para uma compreensão mais alargada e aprofundada do assunto.

Acudindo à irmã numa hora de aflição, Maria Vieira demonstrava quanto a estimava, não somente na aquisição dos seus bens e pagando as suas dívidas, mas também ao deixá-la permanecer na casa. O registo de compra evidenciou uma outra característica da família de Maria Vieira: ela não sabia ler nem escrever, mas para além de ter um irmão sacerdote, a sua irmã Ana assinou-o, provando que nem todas as irmãs foram privadas da aprendizagem das primeiras letras. Ana Vieira assinou bem o nome, mas demonstrou dificuldades na assinatura do apelido, elucidando sobre as competências que possuía neste domínio.

Beneficiou também as irmãs Úrsula da Ressurreição e Marta de Cristo, freiras no convento de Nossa Senhora da Conceição, de Braga. Este instituto religioso foi fundado entre 1625 e 1629, pelo cónego Geraldo Gomes e seu irmão, o licenciado Francisco Gomes, reitor de Adoufe, comarca de Vila Real, e recebeu mulheres dos estratos médios da sociedade. Filhas da pequena nobreza local e da região,

101 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 357, fls. 148-150.

bem como de gente dos ofícios constituíam a população mantida em clausura. Muitos homens de negócios e dos ofícios da cidade encaminharam filhas para esta instituição¹⁰², mas as mais ricas eram direcionadas para o convento dos Remédios, cenóbio fundado em meados de quinhentos, que recebia as filhas da nobreza e burguesia mais poderosas.

Apesar de ser rica, Maria Vieira não sabia escrever, à semelhança de muitas mulheres da sua época¹⁰³. A esposa do mercador inscreve-se nas altas taxas de iliteracia feminina. A sociedade considerava mais importante saber comportar-se adequadamente e munir-se de competências domésticas do que ler e escrever¹⁰⁴. A mulher devia também ser portadora de valores religiosos e morais, que passaria aos filhos e quer o poder eclesiástico, quer o civil consideravam mais relevante muni-la desses valores que dotá-la de competências intelectuais¹⁰⁵. A família da mulher em estudo não terá considerado necessário o domínio da leitura e da escrita de uma criança que teria o futuro marcado para viver dentro de portas e ser dona de casa, embora a estratégia relativamente a algumas irmãs tenha sido diferente. Se Maria Vieira foi dos filhos mais velhos ou mesmo a mais velha, pode ter sido desde muito pequena a cuidadora dos irmãos mais novos, constituindo a prioridade da família. Mas se não sabia ler e escrever, numa escritura lavrada em 1654 Maria Vieira deixou sobre si uma informação muito relevante. Referiu *entender tudo muito bem e dava sua autoridade e consentimento* ao que lhe foi lido.

102 Silva, Ricardo Manuel Alves, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2012, tese de Doutoramento policopiada.

103 Veja-se Rey Castelao, Ofelia, “Lecturas y libros en clave de género: una perspectiva comparada sobre la segunda metade del siglo XVIII”, in Iglesias Rodríguez, Juan José; Pérez García, Rafael M.; Fernández Chaves, Manuel F., *Comércio y Cultura en la Edad Moderna*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 2015, pp. 257-292.

104 Consulte-se Ravoux-Rallo, Elisabeth, *Las mujeres en la Venecia del siglo XVIII*, Madrid, Editorial Complutense, 2001, p. 23.

105 López Cordon, María Victoria, “La fortuna de escribir: escritoras de los siglos XVII y XVIII”, in Morant, Isabel; Ortega, M.; Lavrin, A., Pérez Cantó, P. (coords.), *Historia de las Mujeres em España y América Latina*, II, Madrid, Cátedra, 2005, p. 195.

A expressão aponta para o perfil de uma senhora esclarecida, capaz de compreender a estrutura complexa de uma escritura notarial, bem como o significado das palavras escritas. A incapacidade de ler e escrever em nada impedia a sua compreensão dos factos e a realização de projetos. Maria apresentava-se como uma mulher forte e determinada, qualidades que aliadas às do seu marido auxiliam a compreensão do trajeto de vida de ambos.

Na Idade Moderna, o espaço social da mulher era em casa. Nesse papel, precisaria somente de dominar certas competências para atuar em determinados campos, como era o do âmbito doméstico e da maternidade, permanecendo, portanto, uma educação limitada a certos domínios em que estava prevista a sua atuação¹⁰⁶. Apesar de não dominar as competências da leitura e da escrita, provavelmente sabia contar, como era frequente nas mulheres que lidavam com negócios. Como mencionámos, a condição de analfabeta também não a impediu de lidar com processos burocráticos como os que passavam por escrituras notariais, principalmente na condição de viúva. Enquanto foi casada era o marido que se deslocava a casa do notário e não ela. Na condição de mulher rica, recebia-o em sua casa. Dela esperava-se que ficasse no recato do seu lar, no seio da família, onde também era mais fácil ser controlada, não somente pelo marido, mas pela sociedade em geral. Viver recatada era na Idade Moderna um valor em si mesmo, que contribuía para a salvaguarda da sua honra e da honra da sua família. Nas escrituras notarias feitas, pedia a um homem da sua confiança e a vizinhos que assinassem a seu rogo. Nunca se deslocou ao notário para fazer escrituras ou à Misericórdia para tratar dos legados, acompanhando o seu marido, por essas tarefas serem consideradas do universo masculino. Esses eram assuntos de homens, que na época não se atribuíam a mulheres. Era o marido que cuidava de tudo, mas ela concordava, subscrevendo o que em casa tinha sido decidido pelos dois. Apesar de o seu espaço preferencial

106 Lopes, Maria Antónia, *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz das fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, pp. 95-96.

ser o doméstico e de nele a mulher dever ser submissa ao marido, a esposa do mercador não se integra totalmente nessa condição, pois reconhecemos-lhe algum espaço de atuação nas decisões tomadas pelo casal. Essa capacidade de decisão encontra-se plenamente documentada no estado de casada e sobretudo no de viúva.

Embora à época o estado de religião fosse considerado superior ao de casado, por ser entendido como mais perfeito, havia também quem defendesse o matrimónio terreno enquanto expressão da doutrina cristã¹⁰⁷. Em Portugal alguns autores da Idade Moderna apontam também caminhos para alcançar um casamento perfeito, sugerindo atitudes e comportamentos¹⁰⁸. A adoção desses comportamentos levaria ao respeito mútuo e à harmonia familiar, tendo a mulher um lugar de submissão ao marido e de dedicação ao lar.

Como o casal deixou muitos rastros documentais, é possível estudá-lo, mas também a mulher enquanto membro da sociedade em que estava inserida. Sabemos que nem sempre é fácil analisar a mulher na Idade Moderna, sobretudo no que diz respeito às suas vivências públicas, mas no caso em apreço, a documentação existe em abundância, devido aos contactos e às redes construídas pelo casal. A condição social que tinha e as decisões tomadas originou um considerável volume de documentação, que continuou a existir na condição de viúva. O mesmo já não se passou com a maioria das viúvas, principalmente as dos estratos sociais mais baixos, por estarem impossibilitadas de aceder à burocracia da sociedade em que viviam¹⁰⁹, pese embora muitas delas recorrerem às instituições nas

107 Confirma-se o trabalho de Milhou-Roudié, “De la concorde à l’amour conjugal: les humanistes espagnols et le 7^o sacrement”, in Redondo, Augustin (coord.), *Relations entre hommes et femmes en Espagne aux XVIe et XVIIe siècles*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1995, pp. 12-13.

108 Andrade, Diogo de Paiva de, *Casamento perfeito: em que se contem advertências muito importantes pera viverem os casados em quietação, e contentamento*, Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1630; Melo, Francisco Manuel de, *Carta de guia de casado. Para que pelo caminho da prudencia se acerte com a casa do descanso*, Lisboa, Na Officina Craesbeckeana, 1651.

109 Leia-se para esta matéria o trabalho de Rial García, Serrana; Rey Castelao, Ofelia, “Las viudas de Galicia a fines del Antiguo Régimen”, in *Chronica Nova*, 34, 2008, pp. 92-93.

mais variadas situações, sendo possível nos seus fundos documentais encontrar pedaços das suas vidas.

A sociedade da época não permitia uma exposição pública da mulher, pelo contrário, esta devia manter-se resguardada em casa, espaço por excelência feminino, como já mencionámos. Essa situação não significa que não trabalhassem e não tivessem uma intervenção forte em alguns aspetos, como se verificou nos conventos e recolhimentos femininos, onde assumiram papéis de relevante significado.

Pese embora a importância das mulheres na sociedade, o certo é que elas foram esquecidas durante muito tempo pela historiografia¹¹⁰. Relegadas para a casa e ocupando um lugar muito secundário, as mulheres, principalmente as que não residiam no campo, ou se ocupavam nos ofícios, ou nos trabalhos da casa e na educação dos filhos deixaram menos rastros documentais. Mas não era raro desempenharem tudo isto em simultâneo. A mulher devia manter alguma atividade para não ser ociosa, precisava, por isso, de estar ocupada com tarefas que lhe eram próprias, como cozer, bordar e costurar. A gestão da casa era para si uma preocupação diária, que lhe cabia, dando ordens aos criados. Algum do tempo era também passado a rezar. Algumas mulheres que sabiam ler, dedicavam-se ainda à leitura de obras espirituais¹¹¹. Esse não seria o caso de Maria Vieira, por ser analfabeta, mas rezaria no seu oratório e também se ocupava dos negócios da casa, como se comprova principalmente depois da morte do marido. Manteve os panos na sua residência, o que comprova a permanência da loja aberta e entregou-se ao empréstimo de dinheiro a juro e à gestão do recolhimento. O trabalho das mulheres na Braga Moderna é praticamente desconhecido, embora saibamos que à semelhança de outras cidades, também nela

110 Cova, Anne, “Escrever a História das Mulheres”, in *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 4, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1999, p. 117.

111 Sobaler Seco, María Ángeles, “Espacios femininos en la Castilla del Antiguo Régimen. Cultura material y sociabilidad en el estrado”, in Sá, Isabel dos Guimarães; García Fernández, Máximo (dirs.), *Portas adentro. Comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010, pp. 151-154.

andavam envolvidas muitas mulheres em negócios e em outras tarefas. Faltam estudos que tragam à luz essa ligação das mulheres aos ofícios, ao comércio, enfim à vida laboral e produtiva, felizmente já conhecidos para outras cidades, onde muitas se ocupavam da venda de bens de consumo¹¹². No último ano de vida, Maria Vieira decidiu instituir um coro de cinco capelães na igreja de Nossa Senhora-a-Branca, ato que praticou sozinha, embora assessorada e talvez influenciada pelos sacerdotes da família que lhe eram mais próximos.

A viuvez não impediu que continuasse com o negócio do marido e de alguma forma a situação era-lhe favorável, por não existirem dívidas e, pelo contrário, as finanças da sua casa estarem desafogadas. Quando existiam filhos pequenos, salários e dívidas para pagar, as viúvas ficavam em situações de algum desconforto e nem sempre conseguiam prover a casa, sendo muitas vezes confrontadas com a pobreza¹¹³.

O uso do dinheiro para rentabilizar patrimónios não era exclusivo dos homens, também as mulheres se entregavam a esta prática, como alguns estudos mais recentes têm demonstrado¹¹⁴. Aliás, a entrega das mulheres a diversos ramos do comércio é hoje melhor conhecida, fruto dos trabalhos que têm vindo a ser publicados. O estudo de Maria Guilhermina Mota para Coimbra do século XVII demonstra a presença feminina em diversos setores desta atividade. A autora destaca o número de mulheres envolvidas, mas também a diversidade de ofícios exercida no mundo do comércio¹¹⁵.

112 Para Coimbra leia-se o trabalho de Mota, Maria Guilhermina, “O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (séculos XVII-XVIII)”, in *A mulher na sociedade portuguesa. Actas do colóquio*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1986, pp. 270-271.

113 Hufton, Olwen, “Mulheres, trabalho e família”, in Farge, Arlette; Zemon Davis, Natalie (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1991, pp. 67-68.

114 Lopes, Maria Antónia, “Sebastiana da Luz, mercadora coimbrã setecentista (elementos para a história de *As mulheres e o trabalho*)”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 5, 2005, pp. 133-156.

115 Mota, Maria Guilhermina, “O trabalho feminino no comércio em Coimbra (Séculos XVII-XVIII). Notas para um estudo”, in *A mulher na sociedade portuguesa. Actas do Colóquio*, vol. I..., pp. 263-307.

Embora confinada ao espaço doméstico, a esposa e mais tarde viúva do mercador era uma mulher ativa, determinada, profundamente religiosa, construtora de património, de amizades e de relações familiares fortes. Após a morte dos filhos, o casal deve ter alterado o seu rumo de interesses e ergueu projetos associados à caridade, particularmente dedicados aos doentes e às mulheres, mas nunca pôs de parte a ligação à família, como se verifica no testamento de Maria Vieira.

2. Dentro de portas

2.1. O profundo viver religioso

O estudo da vida deste casal coloca-nos perante o religioso nos diversos quadrantes da vida e em patamares distintos. Fica-nos o profundo sentimento de estarmos a estudar duas pessoas muito religiosas, que seguiam de perto os ditames da Igreja contrarreformista, associando-se às suas instituições, servindo-as e servindo-se delas. A constante alusão a Deus e ao modelo de vida que as inspirava, conduzia-as a vivências marcadas e vocacionadas pela religião católica.

Nascidos e casados na Igreja Católica, batizaram os seus cinco filhos e também os devem ter sepultado na mesma fé. Em termos familiares, sabemos que seriam guiados pelos passos de vários homens e mulheres que seguiram o sacerdócio, vivendo no século ou em clausura. Aliás, quer Pedro de Aguiar, quer Maria Vieira dotaram e deixaram parte do seu património a mulheres do seu sangue para professarem em vários conventos da cidade. Era, pois, um caminho curto entre a moradia do casal e essas casas religiosas, com quem acreditamos que o casal mantinha relações próximas e privilegiadas. Neste campo não podemos deixar de mencionar o apoio do mercador às sobrinhas, mas também a suas irmãs, o que ganhou força com o reforço feito na hora da morte por sua mulher. Também a herança deixada por Pedro de Aguiar a uma sobrinha e a ligação que estabeleceu entre ela e a vida conventual é clara sobre as motivações do legatário. Não esquecemos ainda o apoio dado por ambos ao sobrinho João Gomes Barreiros enquanto estudante de

Teologia e mesmo depois de ter tomado ordens, recebendo-o na sua residência e pagando as suas despesas. Mas as relações com os homens da Igreja são maiores e mais profundas: irmãos, sobrinhos e tios fazem parte do universo familiar de ambos, pessoas com quem tinham relações de grande proximidade e com quem interagem frequentemente, pois acreditamos serem visitas da casa e usufruírem do seu conforto e luxo. Todavia, no campo das sociabilidades religiosas entravam também alguns conventos masculinos da Ordem franciscana. Pensamos que esta ligação seria mais forte com Maria Vieira e se tenha estabelecido ao longo da vida, embora fosse mais visível perto da morte. A preferência dada à Ordem de São Francisco estará provavelmente associada à visibilidade que esta tinha na cidade, com os seus vários conventos, principalmente femininos.

A casa de Maria Vieira dispunha de um oratório para as suas orações. No privado da sua moradia, dedicaria uma parte do dia à oração principalmente a alguns cultos, como o do Menino Jesus. Presença forte na sua vida, o culto ao Menino Jesus materializou-se na imagem da sua casa, nas do altar e no coro que lhe dedicou na igreja de Nossa Senhora-a-Branca e ainda na insígnia do hábito das recolhidas em Penha de França e no nicho superior do retábulo do altar que os dois mandaram construir nesta instituição.

A sua inserção no mundo confraternal é outro vetor de análise. Bem cedo, começaram a alargar os círculos religiosos a que pertenciam, inscrevendo-se, como vimos, num alargado número de confrarias, beneficiando algumas delas com importantes legados, como se verificou na do Santíssimo Sacramento, da Sé, e na de Nossa Senhora-a-Branca. Na confraria do Santíssimo Sacramento, o casal fez uma importante doação e, como era costume, usou o notário para lavrar as escrituras. A veneração e este culto é claramente expressa por Maria Vieira em 1647 e 1654. Na primeira escritura que ambos realizaram em 1647, a esposa do mercador referiu ser *com alegre e deliberada vontade e animo* que dava autoridade e consentimento, expressão parcialmente repetida na segunda data, quando acrescentou ser sua vontade exaltar o referido culto, repartindo parte dos

bens que ambos possuíam com o culto Divino¹¹⁶. A esposa chamava a si a explicação da doação, fazendo-o através de um discurso emotivo de adesão, mas principalmente de incremento à veneração do Santíssimo Sacramento. Foi com *vontade, animo e alegria*, palavras por si escolhidas, que justificou a doação feita, retribuindo o muito que tinham recebido. Estas palavras se por um lado elucidam sobre o perfil de Maria Vieira, por demonstrarem a sua força interior e liberdade de decisão, apontam também para o comprometimento, a satisfação e a determinação que punha no que fazia.

Em várias destas confrarias o mercador assumiu variados cargos. Em simultâneo, Pedro de Aguiar tratou de pertencer à Inquisição, fazendo-se familiar da instituição mais temida e poderosa da Idade Moderna. Esta integração, tal como a da Misericórdia possibilitou-lhe alcançar patamares de poder que de outra forma seriam inacessíveis, como foi o cargo de escrivão do Tribunal Eclesiástico da cidade.

A piedade religiosa de ambos, mas principalmente de Maria Vieira abeirou-os da Igreja através da instituição de muitas missas perpétuas ainda em vida. Preocupados com a salvação da alma, percorreram os mesmos caminhos de todos os que podiam, recorrendo ao sufrágio mais procurado na Idade Moderna. E como pessoas ricas que eram não instituíram um legado de missas perpétuas, mas vários, em diversas igrejas e altares da cidade. Pensamos que esta forte ligação à Igreja provinha sobretudo da esposa, senhora pertencente a uma família que tinha vários padres e freiras, um deles cónego da Sé de Braga. Mas na do mercador existiam também membros da Igreja, sendo visível na documentação trabalhada o encaminhamento de mulheres para os cenóbios.

Os legados que instituíram foram sempre marcados por uma linguagem religiosa, colocando Deus no centro das suas vidas e inspirador de todos os seus gestos. Essa matriz religiosa levou ambos a afirmarem-se nos seus testamentos verdadeiros católicos e cristãos,

116 AISC, Fundo da confraria do Santíssimo Sacramento, CF/SS/316, caixa 23, doc. avulso, não paginado.

o que caucionava tudo o que pretendiam como últimas vontades. Mesmo os legados que instituíram na Misericórdia devem ser entendidos como significados do religioso. Era também a Igreja Católica que acalentava a prática das obras de misericórdia como mecanismos de salvação, o que sai reforçado em Trento. Assim, tudo o que fizeram em vida e deixaram para cumprir depois da morte insere-se neste viver religioso e num ambiente de profunda relação com a Igreja Católica.

A construção do seu mausoléu numa igreja onde estavam já sepultados outros familiares responde ao sentimento de reunião da família mesmo depois da morte, mas neste caso particular assume ainda o significado de preparar por mãos próprias a morada eterna. Cedo começaram a tratar deste assunto, beneficiando a igreja e a sua confraria para conseguir os seus intentos. E mais do que um altar e um túmulo, os dois deixaram o seu nome associado à celebração de uma capela de missas diárias. Por fim, e já com a morte à porta, Maria Vieira decidiu instituir um coro de capelães nessa mesma igreja, reforçando a oração em favor das suas almas, mas criando também postos de trabalho para os seus familiares padres, fazendo transitar para eles, desta forma, parte da sua fortuna. Rodeada por padres e freiras, esta mulher decidiu investir nos homens da Igreja, colocando uma vez mais as suas almas e a família de ambos os ramos no centro das suas preocupações.

Este viver e sentir religioso deve ter-se aprofundado após a morte de todos os filhos. O casal deixou de ter preocupações diretas em termos familiares, o que, aliás, proporcionou um investimento maior no religioso, na caridade, mas também nos que eram do mesmo sangue, como temos vindo a referir.

2.2. As sociabilidades domésticas do casal

Apesar dos filhos terem morrido, Pedro de Aguiar e Maria Vieira não viviam sós, pelo contrário. Pessoas do seu estatuto estavam rodeados de criados, como parece ter acontecido. Na escritura lavrada em 1643

em que fizeram uma doação à Misericórdia foi testemunha Domingos Gomes, criado de Pedro de Aguiar. Desconhecemos se trabalhava em sua casa ou na loja de panos. Mais tarde, em 1660, Maria Vieira refere no seu testamento duas criadas e um criado: Maria Rata, Domingas e João Vieira, os quais foram beneficiados pelos serviços prestados¹¹⁷. O serviço doméstico constituiu na Idade Moderna a principal ocupação das mulheres nas cidades, as quais eram polos de atração de trabalho feminino rural. As cidades absorviam mulheres vindas de uma condição social muito baixa, provenientes em grande parte do campo, o que, aliás, também se verificou no casal em estudo, pelo menos em dois deles.

Os criados que a serviam e que ela considerava eram, provavelmente, seus serviçais há vários anos. Tinham dado provas da sua honestidade, predicado imprescindível para se ser contratado¹¹⁸, mas também da sua lealdade, consideração e amizade aos patrões.

Sabemos também que, em 1650, João Gomes Barreiro, estudante de Teologia, vivia com o casal. Era sobrinho direito de Pedro de Aguiar e manteve-se nesta casa pelo menos até perto da morte da tia. Desconhecemos de quem era filho, mas talvez fosse de Jerónimo Barreiros da Silva, que faleceu na Bahia. A sua passagem pela casa dos tios parece ter estado ligada aos estudos, porquanto no testamento do benfeitor é mencionado que estava naquele momento, por ser estudante e enquanto não fosse ordenado, mas o que é certo, é que após tomar ordens, permaneceu na residência, talvez a pedido da tia. A proteção que lhe foi dada pelos benfeitores é digna de menção. Nomearam-no capelão do recolhimento que erigiram até ao fim da sua vida e nele ocupou um lugar de destaque como se verá e foi ainda um dos sacerdotes membros do coro que Maria Vieira instituiu. Estes dois lugares possibilitaram-lhe uma vida desafogada, proporcionada pelos tios. Mas este não foi o único sobrinho protegido. Bento de Araújo

117 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos 1536-1566*, nº 450, fl. 40.

118 Leia-se Hufton, Olwen, "Mulheres, trabalho e família", in Farge, Arlette; Zemon Davis, Natalie (dir.), *História das Mulheres...*, p. 33.

Aguiar, filho de Ana de Aguiar, irmã de Pedro de Aguiar, devia, em 1652, ao tio 65 mil réis que este lhe tinha pago para o livrar de um problema em que se envolveu. O tio foi muito cauteloso na descrição que fez sobre o assunto, mencionando somente o dinheiro gasto num processo com o licenciado Marcos Dinis e com o pagamento feito ao Meirinho de uma alçada, mas sobre esta *nam fallo*, referiu. Como homem de um determinado estatuto social, o mercador manteve recato sobre assuntos familiares, não referindo de que se tratava nem mesmo no seu testamento. Mencionou somente ter feito estas despesas *por amor* que tinha ao referido sobrinho, mas, apesar disso, não deixou também de aludir à espingarda que este levou de sua casa, a qual lhe tinha comprado por quatro mil réis¹¹⁹. Na hora de fazer contas, o mercador não deixava dívidas para trás, mesmo que fossem com quem lhe era muito próximo. Habitado a cobrar, Pedro de Aguiar deixou menção do que estava em falta, sinalizando o montante que faltava pagar da referida espingarda, assim como outras dívidas que familiares e outras pessoas tinham consigo. Como nunca foi associado à venda de outros produtos para além dos que tinha na sua loja, pensamos que vendeu ao sobrinho uma das suas armas de fogo pessoais, pois possuía várias. Como podia andar armado, enquanto familiar do Santo Ofício, o mercador detinha várias destas armas de fogo, as quais podiam ser usadas também para defesa do seu património, nomeadamente do recheio da sua casa e loja.

Como se constata, o casal serviu de ancoradouro à família, muito particularmente aos sobrinhos e irmãos e em particular a alguns deles.

Tendo ficado só, após a morte do marido, Maria Vieira deve ter levado para sua casa duas sobrinhas, filhas de Miguel Ribeiro, casado com sua irmã Custódia de Aguiar, em 1621, as quais são referidas como moradoras na sua residência, e a quem ela deixou 50 mil réis a cada uma no testamento¹²⁰.

119 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Título*, nº 30, fl. 24v.

120 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Títulos 1536-1566*, nº 450, fl. 36.

A não existência de descendentes diretos, pelo menos desde 1643, e o facto de serem ricos, tornaram a sua residência num centro de reunião de alguns familiares, ajudando os que mais precisavam. Este facto está também relacionado com o perfil dos benfeitores: pessoas muito religiosas, dadas a causas sociais e à ajuda aos mais próximos, manteriam um lar harmonioso e atraíam para ele os mais novos. As fontes sugerem também um bom entendimento entre o casal, mas nunca aparece a palavra amor ou afeto referente ao relacionamento que mantinham, o que se verifica em textos escritos para o século XVII e de forma mais incidente no seguinte. As menções deixadas por ambos são demonstrativas de grande consideração e respeito entre eles, evidenciando ainda a existência de companheirismo e afeto¹²¹. As afinidades existentes materializavam-se em posturas harmoniosas, consensualizadas no interior do espaço doméstico. Esse relacionamento contribuía para uma unanimidade de comportamentos e vontades, embora fosse ele quem aparentemente mandasse¹²², pois na esfera pública era Pedro de Aguiar que aparecia a proceder às principais diligências, como seria de esperar.

A ligação que mantinham ao sobrinho João Gomes Barreiro deveria ser muito forte. A preocupação em deixá-lo com a capelania do recolhimento é manifesta na documentação consultada ao que acresce a sua escolha para capelão do coro, em 1660. Simultaneamente, é este homem, talvez pela confiança depositada nele, mas também por ser sacerdote, que representa a família em alguns atos em que está envolvida, como acontece na distribuição de dotes e em muitas escrituras. Através delas, é possível também analisar as suas relações parentais e as sociabilidades: são mencionados os irmãos, alguns primos e os afilhados. Pessoas de posses, o mercador e a esposa foram chamados,

121 A existência deste sentimento está também patente noutros estudos. Leia-se López Villarán, Sara, “Las emociones y el matrimonio en el género epistolar inglés a finales del siglo XVII: carta de Mary More a sua hija Elizabeth Waller (ca. 1670)”, in Candau Chacón, María Luisa (Ed.), *Las mujeres y las emociones en Europa y América. Siglos XVII-XIX*, Santander, Editorial de la Universidad de Cantabria, 2016, pp. 150-152.

122 King, Margaret, *A mulher do Renascimento*, Lisboa, Ed. Presença, 1994, pp. 47-48.

como referimos, a apadrinhar várias crianças, filhas de pessoas suas conhecidas¹²³ e perto da morte recordaram vários rapazes e raparigas filhas de amigos ou conhecidos a quem deixaram dinheiro para o seu futuro.

3. O empreendedorismo de ambos

Um dos traços que mais se evidencia no estudo deste casal é a sua marca empreendedora. Como anteriormente mencionámos, sabemos muito pouco dos dois antes de se unirem maritalmente, mas o facto de serem provenientes de famílias numerosas e associadas ao mundo dos negócios, principalmente da parte da esposa, pode ter deixado marcas no seu itinerário de vida e sido muito úteis na prossecução dos negócios. Já o marido tem também na sua ascendência pessoas ligadas aos ofícios, o que o lançou neste universo, quer em termos de conhecimento e ligações, quer também nos negócios. O contexto em que viveram contribuiu de igual forma para o sucesso de quem tinha dinheiro e ambição, uma vez que o investimento seguro possibilitou ganhos e mais dinheiro.

Ligado às elites, servindo-as através dos produtos de sedas e damascos, entre outros, que vendia na sua loja, Pedro de Aguiar apostou primeiro no seu *curriculum* pessoal, ganhando lastro em termos sociais numa cidade profundamente marcada pela religião e pelas instituições a ela associadas. A integração confraternal abriu-lhe um outro mundo, ao pertencer às mais importantes irmandades de Braga, como era a Misericórdia e a do Santíssimo Sacramento da Sé, mas esteve inscrito em muitas mais, criando redes de sociabilidades, mas igualmente de poder. Aqui militariam também muitos dos seus clientes, com quem manteve relações de proximidade e afinidades grupais. Um outro patamar de ganhos simbólicos foi o

123 Veja-se o trabalho de Rey Castelao, Ofelia, “Ilegítimos y expósitos en A Coruña, 1730-1900: apadrinamiento y anomástica”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Martín García, Alfredo (coords.), *Os marginais (séculos XVI-XIX)*, Braga, Lab2PT, 2019, pp. 20-22.

Santo Ofício, lugar alcançado cedo e que lhe possibilitou a abertura de muitas portas. O ingresso nestas instituições foi pensado e protagonizou uma enorme exposição pública do homem que era Pedro de Aguiar a partir da década de 20 de seiscentos. Esta década é por nós considerada preparatória das seguintes, mas ao mesmo tempo ascensional. Foi ainda nela que o casal começou a aumentar o seu património, construindo a sua moradia principal. Pelo seu custo e descrição se percebe a sua grandeza. Contribuía para a construção da sua imagem e dava visibilidade ao seu poder e prestígio. Essa caminhada de construção de património móvel e imóvel encontra-se muito presente nas duas décadas seguintes, demonstrando a estratégia empreendedora do casal.

Pedro de Aguiar manteve um leque de relações pessoais que lhe permitiu construir um capital de confiança e aumentar a sua reputação. Essas relações estendiam-se a várias áreas que passavam desde o pessoal ao religioso, ao mundo dos negócios, mas também à amizade e confiança. Estamos certos de que todas elas se cruzaram, originando redes e revertendo para aumentar o seu lucro¹²⁴.

Se no início as relações eram principalmente de natureza familiar, estas potenciaram o negócio e o seu crescimento, dando lugar a outros conhecimentos e a novos contactos, criando redes de sociabilidades e negócio¹²⁵.

Com o dinheiro que possuía, proveniente do lucro da loja, o casal começou a investir em áreas muito lucrativas para a época, sabendo aproveitar as oportunidades que surgiam: o empréstimo de dinheiro foi uma delas, mas outras existiram, como o investimento em negócios de pessoas particulares, a aquisição de medidas de pão e de algumas

124 Hancock, David, “The Emergence of an Atlantic Network Economy in the Seventeenth and Eighteenth Centuries: The Case of Madeira”, in Curto, Diogo Ramada; Molho, Anthony (org.), *Commercial Networks in the Early Modern World*, Florence, European University Institute, 2002.

125 Albuquerque, Tomás André Pinto de, *Qual o papel das redes na construção de negócios e a sua relevância para o funcionamento do Império?*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 90.

propriedades, demonstrando o inconformismo e, simultaneamente, uma imensa capacidade de atuar em áreas de negócio, sempre escudado em atos oficiais, recorrendo ao notário. Segurança era a palavra-chave dos negócios do casal, e mesmo assim viu-se envolvido em várias questões de natureza jurídica, tendo de se rodear de advogados e de outros procuradores para defender as suas causas.

O mundo das finanças, através do empréstimo de dinheiro, foi um campo que se apresentou lucrativo, pois os juros eram elevados, demonstrando como Pedro de Aguiar era visto pelos seus pares: um “banqueiro” a quem se podia recorrer para resolver problemas financeiros. E neste mundo tornou seus dependentes muitos colegas de profissão e mesmo a Câmara de Braga, criando redes e alargando o seu potencial de empréstimo e de aquisição. Esse dinheiro não foi aplicado somente em bens de representação; uma parte dele foi investido noutros setores lucrativos, como a aquisição de medidas de pão e de imóveis. A compra de medidas de pão meado nas décadas de 30 e 40 se, por um lado, testemunha uma aplicação de capital, por outro, deve ser entendida como um investimento num setor lucrativo e estratégico, pois embora não tenhamos dados seguros para afirmar, pressupomos que alguns dos cereais recebidos seriam inicialmente encaminhados para o mercado, resultando em lucro para o casal. De outra forma, não é compreensível a receção de um tão elevado número de medidas de pão anualmente. Na eventualidade desta hipótese ser verdadeira, o investimento num setor de enorme relevância para as populações assumia significado e tinha lucros garantidos. Fornecer o mercado de cereais num tempo de crises cerealíferas e de muitas epidemias constituía uma arma muito poderosa e terá levado o casal a um relevante investimento neste setor. Doenças, febres malignas e mortes povoaram o século XVII e marcaram presença em várias localidades portuguesas¹²⁶, incluindo a cidade de Braga. Variola, peste bubónica, tifo, difteria e outras doenças causaram

126 Confira-se Rodrigues, Teresa, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp. 127-148.

grande letalidade e abalaram as populações. Estas epidemias andaram associadas às más condições de vida das populações, mas também a más colheitas e à falta de produtos alimentares. Possuir pão era uma forma de domínio e uma enorme fonte de rendimento. Apostar na compra de medidas de pão é bem elucidativo da perspicácia de Pedro de Aguiar em perceber os setores mais lucrativos e a importância do investimento. A forma de vida deste casal é marcada por grande dinamismo e sentido de oportunidade.

Atento nas suas práticas diárias a tudo o que era possível fazer para alcançar os seus objetivos de engrandecimento e com agilidade em vários campos de atuação, recorreu aos serviços do tabelião geral para formalizar todas as suas ações, o que conferia formalidade e segurança. O tabelião era um perito, com reputação de verdadeiro, desinteressado e diligente, características que lhe davam bom nome e conferiam confiança aos que recorriam aos seus serviços. Trabalhava mediante um regimento, que devia cumprir¹²⁷.

O recurso aos serviços tableónicos aponta para uma outra característica do mercador de sedas, pois privilegiava a cultura escrita. Desde muito novo a residir na cidade, Pedro de Aguiar é um cidadão e assim se comportava dando primazia à escrita em detrimento da oralidade. Se fez contratos orais, como acontecia na época com aqueles que não tinham acesso ao notário, não sabemos, embora admitamos que estes tenham sido os estabelecidos com os criados, mas a frequência com que trabalhou com os tabeliões leva-nos a descartar essa hipótese no âmbito dos negócios. Desconhecemos o seu grau de instrução, todavia o domínio da escrita é evidente em tudo que escreve. O exercício de lugares de escrivão é mais uma prova das suas competências neste domínio.

O mesmo se refira quando os seus interesses estavam em causa. Pedro de Aguiar e Maria Vieira, e ela própria, na condição de viúva, cercaram-se de pessoas qualificadas na área do Direito e de outras

127 Telles, José Homem Correa, *Manual do tabelião ou ensaio de jurisprudencia eurematica*, Lisboa, Na Imprensa Regia, 1830, p. 14.

da sua inteira confiança para lutar em várias frentes, defendendo-se. Neste aspeto, a família, os amigos e os conhecidos foram fundamentais. O casal preferia os advogados da cidade, pessoas suas conhecidas, mas também os parentes mais próximos que pertenciam ao clero, por terem capacidades para resolver assuntos de grande monta e serem respeitados no meio e com ligações a outras personalidades.

Uma das áreas que se destaca no seu percurso é a aquisição de bens imóveis e móveis. Servindo-se dos conhecimentos que tinha, Pedro de Aguiar passou a partir de determinada altura a direccionar os interesses de negócio para a aquisição de terras, casas e outras dependências, investindo num setor seguro e que na época era considerado também prestigiante. O estudo da área geográfica da aquisição deste património demonstra que não se alargou muito nas suas escolhas, preferiu zonas perto da sua residência, distando apenas alguns quilómetros e onde provavelmente tinha conhecimentos. Essa preocupação expressa também a forma como geria o seu património. Na sua mula podia visitá-lo e acompanhar de perto a evolução dos acontecimentos.

O arrojo de fundar uma instituição para mulheres prova também o empreendedorismo do casal. Seguindo os passos de um clérigo rico da cidade, o casal, muito à semelhança deste, erigiu um recolhimento de beatas. Nesta opção, a mão de Maria Vieira teria sido fundamental, numa altura das suas vidas em que todos os seus filhos tinham morrido e não tinham descendentes diretos. Teriam sido as mulheres que a preocuparam, como se evidencia também no seu testamento. Esta atitude insere-se no movimento de piedade popular e na procura da prática de boas obras.

Pedro de Aguiar e Maria Vieira não davam passos em falso, ainda que não estivessem isentos de alguns problemas, que foram surgindo no percurso de vida, sem, contudo, o marcarem, bem pelo contrário, temos a convicção de que se trataram apenas de meros episódios. Habitado ao mundo dos negócios, o mercador sabia que tudo devia ser feito dentro da lei e com as formalidades exigidas, por isso o recurso ao tabelião é uma das suas imagens de marca mais fortes. Nas pousadas

do tabelião geral, situadas no campo da Vinha, muito perto da sua residência, ou na própria, os atos notariais praticados demonstram bem a forma como utilizava este dispositivo legal para fazer os seus negócios. É através dele que se analisa não somente a acumulação de capital e os investimentos feitos, mas também a diversificação de negócios. Sempre que estava só, Pedro de Aguiar deslocava-se ao tabelião ou as escrituras eram lavradas nas instituições parceiras, como aconteceu na Misericórdia ou nas instituições de reclusão feminina, mas quando eram efetuadas conjuntamente com a sua esposa, decorriam na sua moradia. Como referimos, Maria Vieira não saía de casa nestes momentos, eles decorriam na sua residência ou o tabelião deslocava-se a ela para recolher a sua anuência. Na condição de viúva repetiu-se o mesmo sentido de atuação. O lugar público das pousadas do tabelião não era para uma senhora rica, que devia manter-se recatada em sua moradia, mas esse facto nunca a inibiu de acompanhar o seu marido no empreendedorismo conhecido. Quando ficou com essa responsabilidade sozinha, manteve-o ao mesmo nível.

Por fim, o investimento em legados e capelas. O casal direcionou a sua atenção para as confrarias mais poderosas da cidade: a Misericórdia, a do Santíssimo Sacramento da Sé e a de Nossa Senhora-a-Branca foram as escolhidas. O investimento feito foi distinto e direcionado preferencialmente para a última. Sem sabermos os motivos desta predileção, pensamos existirem razões de natureza familiar que aproximaram o casal desta igreja e confraria. Mas na Misericórdia, também instituíram legados muito importantes. Porém, foi na confraria de Nossa Senhora-a-Branca que começaram mais cedo a investir e a quem dedicaram maior atenção.

Mas se os dispositivos materiais como as lápides e o brasão serviram para preservar o nome do casal e as suas benfeitorias, a memória escrita não pode ser negligenciada. Recordamos a materialidade das escrituras notariais e ainda a distribuição anual de um dote de casamento a familiares dos dois ramos, entregue de forma rotativa. Conhecida até à primeira metade de oitocentos, a dotação de mulheres fez presente os dotadores na Misericórdia ao longo de quase 200 anos.

Impressiona de facto a atuação do casal em termos de dinamismo e diversificação dos negócios, na acumulação de capital e no investimento que dele faziam. Se eram incansáveis em perspetivar o futuro e na construção de linhas de aplicação de capitais, faziam-no dentro da lei, procurando diminuir riscos. A modalidade adotada levou a que recorressem várias vezes aos serviços do tabelião geral no mesmo mês e em vários meses do ano. Este dinamismo aconteceu principalmente nas décadas de 30, 40 e 50. Até bem perto da morte, os dois não dispensaram os serviços do tabelião, porque se mantiveram ativos e empreendedores.

CAPÍTULO II

1. A construção do património

A construção e acumulação de riqueza feita pelo casal em estudo não é totalmente clara para nós, uma vez que desconhecemos os rendimentos provenientes da diversidade das atividades em que se envolveram e também as heranças recebidas. Conhecemos apenas o dote de Maria Vieira. O conhecimento que possuímos provem do dinheiro a juro que mantiveram até às suas mortes, do investimento que fizeram em negócios, da provável venda de cereais, pelo menos até à fundação do recolhimento, e o reflexo da riqueza obtida, visível através dos investimentos feitos na aquisição de património móvel e imóvel. A consulta dos livros de notariado foi muito importante para acedermos a algumas aquisições patrimoniais efetuadas pelo casal, embora se mantenham várias dúvidas sobre a proveniência de muitos dos bens imóveis, todavia, o estudo da citada documentação demonstra, em primeiro lugar, a sua abundância e a forma como o casal interagiu com os notários, mas igualmente os cuidados que colocava nos negócios que efetuava. Assinala igualmente a posse da terra ou dos rendimentos desta como uma opção que capitalizava poder e prestígio em tempos difíceis como foram as décadas de 30 e 40 de seiscentos. Foi ainda nesta documentação que se encontraram e analisaram as escrituras de dinheiro a juro e os contratos feitos com outros mercadores da cidade. Pedro de Aguiar passava dinheiro para a mão dos citados negociantes e mercadores, a troco de ganhos obtidos com esse movimento de capital. Era um investimento num setor considerado seguro, de que se esperava rendimento a curto prazo e isento de outros custos. O edifício patrimonial

que levantaram foi um trabalho das suas vidas, começando a erguê-lo bem cedo, logo após o casamento. Deram-lhe corpo no decurso dos anos e mantiveram-no até à morte, como se comprova nas compras que a viúva realizou e nos negócios que manteve-se até ao final de vida.

2. A casa em que moravam

O casal possuía muito património, que pensamos ter sido construído maioritariamente depois do casamento, embora através do dote da esposa se constate que quando iniciaram a vida de casados levavam já bens patrimoniais. Os bens possuídos resultariam do dote de casamento, de alguma herança, mas principalmente do esforço do trabalho enquanto mercadores e investidores¹. Da loja de sedas, do empréstimo de dinheiro a juros, do investimento de capitais em sociedade e da venda de cereais até determinada altura, terá saído o lucro aplicado na caridade, no mercado do consumo, na construção de casas, na compra de outras propriedades, no empréstimo de dinheiro, nas doações e nos legados.

Em 1652, aquando da feitura do testamento de Pedro de Aguiar, o casal era dono de várias casas que tinha comprado. Vivia numa moradia no rossio do Castelo da porta do Souto, do lado de dentro, no coração da cidade, que construiu após o matrimónio. Pedro de Aguiar mencionou ter comprado o chão conjuntamente com a sua mulher e nele terem construído as *casas que hoje estão feitas he tudo passou de tres mil cruzados*. A menção ao dinheiro é própria de quem no seu quotidiano está habituado a fazer contas a tudo em que se envolvia. A despesa referente à construção do edifício é elevada, fazendo supor uma grande casa, onde tinham despendido mais de um conto de réis. Possuíam ainda três moradias na rua do Souto, bem perto da sua residência, uma onde morava uma irmã de Maria

¹ Para este assunto consulte-se o trabalho de Bartolomé, Bartolomé, Juan M., “Inventarios post mortem, cultura material consumo en León durante la Edad Moderna”, in Sá, Isabel dos Guimarães; García Fernández, Máximo (dirs.), *Portas adentro. Comer, vestir, habitar* (ss. XVI-XIX), Coimbra, Imprensa Universitária, 2010, p. 196.

Vieira, e mais duas que estavam arrendadas. Mas tinham mais uma casa na rua de Janes, igualmente a escassos metros da sua moradia e da rua do Souto, outras no campo de Santa Ana, um pouco mais afastadas, mas não muito longe da sua residência e ainda outras casas associadas a campos nas freguesias onde tinham propriedades rústicas. Só em património edificado, o casal somava mais de sete casas.

A residência do casal situava-se num dos espaços mais movimentados da cidade, entre a rua do Souto e as Arcadas. Se a primeira era a principal artéria de negócios de Braga, as Arcadas constituíam um *interposto entre Braga e o seu interland*. O rossio do Castelo era um espaço preenchido por lojas e mercadores, como se comprova em muitas escrituras notariais, em que se menciona a morada de vários destes homens. O casal tinha escolhido um sítio no coração da cidade e do seu comércio, onde residiam outros que tinham a mesma profissão. Mas mais do que isso, o rossio e a rua do Souto eram também locais de moradia de vários familiares de ambos. Era ainda nesse espaço que existia a Alfândega, edificada junto ao Castelo pelo arcebispo D. frei Agostinho de Jesus (1588-1609)². Este lugar consubstancia o surgimento de novos espaços de consumo na cidade, onde figuram novas lojas fixas, numa clara demonstração do impacto do consumo na configuração da urbe. Enquanto lugar de comércio, a cidade era um *motor del crecimiento económico*, em que a oportunidade, a liberdade de transações comerciais e a segurança potenciavam oportunidades de negócio e enriquecimento³.

A opção da compra de casas é clara. Tratava-se de um investimento que podia ser rentabilizado através do seu aforamento, como se verifica em algumas delas. Pedro de Aguiar pensou em aumentar a sua riqueza e poder através também da compra de medidas de pão, numa atitude determinada e consequente, na aquisição de terras que não explorava diretamente, algo que não era consentâneo com o seu estatuto.

2 Bandeira, Miguel Sopas de Melo, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, p. 123.

3 Andrés Ucendo, José Ignacio; Lanza García, Ramón, “Trabajar y vivir en el Madrid de los Austrias, 1561-1700”, in Truchuelo García, Susana; López Vela, Roberto; Torres Arce, Marina (eds.), *Civitas: expresiones de la ciudad en la Edad Moderna*, Santander, Editorial Universidad Cantabria, 2015, p. 174.

A sua localização demonstra igualmente a opção do casal na aquisição de bens situados perto da sua residência e do local de trabalho, o que facilitava a deslocação para tratar de negócios. O facto deste património se encontrar todo localizado no centro da cidade conferia maior visibilidade ao poder dos seus donos.

No que se refere ao mobiliário, constatámos que a moradia em que residiam estava razoavelmente dotada de móveis. Existiam, em 1652, dois tamboretos: um vermelho e um preto; três mesas de dobradiças, 12 cadeiras encouradas e duas cadeiras de pau. Aquando da arrematação dos bens de Maria Vieira, em 1661, a descrição dos bens é maior e sabemos que 10 cadeiras eram de couro preto, quatro eram de pau, cinco eram rasas e estavam muito velhas e havia mais duas, sendo uma pequena e outra velha. Uma delas tinha uma almofada, provavelmente aquela em que se sentava Maria Vieira para estar melhor acomodada. Ou seja, as cadeiras eram 21 e não 10 como anteriormente foi referido. As 12 mencionadas diziam respeito às melhores e não à totalidade destes móveis de repouso. A maioria das casas não possuía estes objetos. As cadeiras escasseavam e possuí-las com couro era muito raro e constituía um sinal de luxo. Tê-las também em número tão alargado sugere a receção de convivas em casa. Já as feitas de pau seriam adequadas aos criados ou a pessoas menos importantes.

Na casa existia também um escabelo, banco onde se guardavam ainda bens, usados na moradia. Como não havia uma sala de jantar, o que só acontecerá na centúria seguinte, em algumas casas nobres, o costume era juntar várias mesas de dobradiças na sala onde se tomava a refeição e depois dela se voltavam a desmontar⁴. Mas o lugar das refeições ainda não estava adstrito a nenhum compartimento, podendo estas ser servidas em diversos locais⁵. As três mesas de dobradiças destinaram-se-iam às refeições do casal e dos que com ele conviviam.

4 Madureira, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano Lisboa 1740-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 201.

5 Sarti, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Ed. Estampa, 2001, p. 225.

Menciona-se também um bufete com duas gavetas, sobre o qual estava colocado um oratório grande, dourado com as imagens de Cristo, do Menino Jesus e de Nossa Senhora do Amparo com uma imagem de um menino em marfim. Este bufete era uma mesa que podia servir para várias funções, entre elas a da escrita, talvez usada por Pedro de Aguiar para essa função. As duas primeiras imagens eram de latão dourado. Este oratório não integrava a lista de bens deixada por Pedro de Aguiar, talvez por ser preferencialmente usado pela esposa, sendo talvez, por isso, subestimado⁶. Acreditamos que existisse antes, por ser um objeto habitual nas casas com posses e, como era costume, deveria estar numa das suas salas. Neles, as senhoras passavam algum tempo dos seus dias, rezando e/ou lendo. Proporcionavam momentos de intimidade e de dedicação à religião⁷. A existência de um oratório numa casa particular servia ainda de refúgio para uma religiosidade mais personalizada⁸. Foi, todavia, no século seguinte que os oratórios nas residências se tornavam mais presentes. Neles, além da oração podia também ocorrer a celebração de missas, dependendo da dimensão e dos objetivos de cada família. Originaram lugares de religiosidade doméstica, muito associados ao sexo feminino, mas destinados também a todos os elementos do agregado familiar⁹.

A presença das imagens citadas chama a atenção para as devoções de Maria Vieira, também explicitadas no seu testamento. Constata-se um enorme apego a Nossa Senhora, a Cristo Redentor e ao Menino Jesus.

6 Sobre este assunto confira-se Fontaine, Laurence, “Redes de buhoneros (vendedores ambulantes) y desarrollo del consumo en Europa durante los siglos VII y XVIII”, in Torras, J.; Yun B. (dirs.), *Consumo, condiciones de vida y comercialización. Cataluña y Castilla, siglos XVII-XIX*, Berlín, Junta de Castilla y León, 1999, p. 320.

7 Carvalho, José Adriano de Freitas, “Um espaço de oração na Época Moderna. O oratório particular: os usos. E também os abusos”, in *Revista Via Spiritus*, 7, 2000, pp. 145-162.

8 Consulte-se Marques, João Francisco, “Orações e devoções”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 605-607.

9 González Heras, Natalia, “Domestic religiosity in the 18 century Spanish Court: elite women, every day life spaces and material culture. An approach to a study in progress”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, p. 98.

Para além do oratório, a moradia tinha também um espelho, vendido em 1661 por 480 réis. Tratava-se de um objeto importante para uso diário, que possibilitava aos seus utilizadores visionarem os seus corpos e a sua indumentária. Os espelhos foram muito utilizados no barroco, proporcionado a ilusão do duplo, ao mesmo tempo que contribuía para a construção da identidade de quem se olhava, pois através das imagens que reflete, permitem ao que se vê uma maior consciência de si¹⁰.

O casal de benfeitores era ainda detentor de 12 livros, adquiridos na arrematação dos bens, em 1661, pelo reverendo João Peixoto, pela quantia de 900 réis¹¹. Como Maria Vieira não sabia ler, estes livros destinaram-se ao uso do marido, que podia ler para ela em voz alta, como era costume em algumas casas. Desconhecemos também o tipo de literatura, mas considerado o perfil do benfeitor, tratar-se-ia provavelmente de literatura religiosa, como era comum na época. O interesse de um padre por estes livros indicia reportarem-se a literatura religiosa ou a vida de santos. Para além destes livros, existiam outros que diziam respeito à atividade comercial e de empréstimo de dinheiro. Sabemos que Pedro de Aguiar assentava determinados assuntos em livros.

A casa tinha várias salas, quartos e uma antecâmara. Havia ainda uma cozinha onde se preparavam as refeições, encontrando-se recheada com o necessário. Os compartimentos estavam divididos por um corredor, onde existia uma arca¹². A organização da casa é agora feita com várias divisões, associadas a tarefas específicas¹³. Entre as várias salas, existia uma que era a melhor e maior. Maria Vieira designou-a *principal*. Provavelmente, seria nela e em outras que se colocavam as três alcatifas existentes, bem como os 12 painéis, uns grandes e outros pequenos, mencionados no seu testamento. Sobre estes painéis não foram mencionados outros pormenores, mas como era vulgar neste tipo

10 Melchior-Bonnet, Sabine, *História do Espelho*, Lisboa, Orfeu Negro, 2016, pp. 195, 233.

11 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos*, nº 4, fl. 77v.

12 Esta arca era avaliada por Pedro de Aguiar em 100 mil réis, montante muito elevado, sugerindo guardar bens caros.

13 Sarti, Raffaella, *Casa e Família...*, p. 218.

de casas, alguns deles eram votivos. Numa das salas existia um *caixão* com gavetas que servia de cofre, guardando-se nele algum dinheiro. Para além destas salas é mencionada pelo menos uma câmara, mas poderiam existir outras a que não se conferir identidade. Na sala onde se armazenavam as sedas, havia duas arcas e na sala principal dois caixões de pau de pinho. O armazenamento em caixas está também associado à conservação dos têxteis, cuja estabilidade da cor é mais sensível à luz. Esses recipientes de depósito estavam fechados com aloquetes, por conterem objetos de valor, como era o caso de alguns pares de meias de seda, retrós e passamanes. Na dita sala encontravam-se também mais seis arcas, entre grandes e pequenas e um grande guarda-roupa. Normalmente, os guarda-roupas eram colocados nos quartos e salas, mas o casal em análise tinha-o na sala, onde conjuntamente com as referidas arcas armazenaria todo o seu espólio para venda. Uma vez que era neste compartimento que guardava os tecidos que vendia, não seria de estranhar que este móvel servisse também para armazenar sedas. Sublinha-se o facto de existirem arcas e guarda-roupa, o que significa a adesão do casal a móveis mais modernos, mas a não dispensa das arcas. Num desses móveis encontrava-se a roupa de linho. Havia ainda uma cadeira pequena, vinda da Índia e cinco cubas¹⁴. Todos os bens contidos nas arcas estavam fechados, nomeadamente as sedas¹⁵. Existia uma grande preocupação em preservar os bens destinados ao negócio, o que se compreende em virtude do seu valor, mas também da conjuntura nacional e local. Portugal encontrava-se em guerra e Braga servia de corredor de passagem a muitos militares que se dirigiam para a fronteira com a Galiza. Durante o conflito (1641-1668), a cidade encheu-se de pobres, obrigando a Misericórdia a um maior esforço de distribuição de esmolas¹⁶. Os tecidos podiam ser roubados ou mesmo

14 Recipientes destinados ao armazenamento de vinho.

15 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos*, nº 37, fl. 35.

16 Leite, António Sérgio Teixeira, “Contributo para o estudo da geografia da pobreza em Braga: a ação da Misericórdia na segunda metade do século XVII”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A Intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 221-229.

desviados pelos criados ou por outras pessoas que acessem à casa. Impunha-se, portanto, a sua guarda e conservação.

Neste período, os bens eram armazenados em caixas, baús e arcas. Como sabemos, este casal usava as arcas para guardar os tecidos que vendia, mas também a sua roupa branca de linho. Todavia, algumas delas serviriam, como era costume, para guardar outros bens à chave ou a aloquete para se manterem seguros¹⁷. O mesmo se passava com os caixões, também existentes na casa em estudo.

Para além das salas, os dois testamentos mencionavam os quartos. Num deles, encontrava-se um leito de pau-preto *marchetado de marfim*, com cortinas de lãs de cores, com franjas e frangões de retos verde. A existência de cortinas conferia intimidade e privacidade ao espaço, proporcionando separação entre o que era público e o domínio do privado. Serviam também para evitar as correntes de ar. A cama ficava, assim, resguardada, e isolada do resto do quarto¹⁸. Nesta cama servia um cobertor pequeno, vermelho com franjas de retos verde. Num outro quarto havia um leito de madeira de nogueira, também dotado de cortinas de linho, conferindo conforto ao quarto e ao ato de dormir. Era coberto com um cobertor de pano verde e um pavilhão da Índia com cinta¹⁹. Mas havia ainda outros catres, onde serviriam os três colchões mencionados. O cobertor de damasco e caxemira, forrado de tafetá com franjas e bolas de ouro, bem como a colcha branca grande de franjas amarelas serviriam talvez, por serem os melhores, na cama do casal. Repara-se que o cobertor era de bons tecidos e possuía bolas de ouro, um luxo acessível a muito poucos. Nas restantes camas usavam-se os cobertores brancos e as mantas. Em todas elas, os lençóis e os travesseiros seriam de linho, pois não existe menção a outro tipo de tecidos. As camas com cortinas ou dossel tinham quatro colunas sobre

17 Sobre os móveis de armazenamento leia-se Madureira, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano...*, pp. 178-179.

18 Sarti, Raffaella, *Casa e Família...*, p. 205.

19 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos*, nº 37, fls. 34-34v.; *Livro de Títulos*, nº 30, fl. 21v.

as quais se colocava um sobrecéu com as cortinas, criando um espaço reservado e íntimo. Estes dosséis podiam existir também em leitos²⁰.

Não sabemos onde estariam as restantes camas e leitos, possivelmente, algumas estariam nas salas, como era corrente na época. Também desconhecemos em que janela era colocada a rede mencionada no rol de bens de Pedro de Aguiar, nem mesmo a sua exata função. Serviria para barrar a entrada de insetos? Acreditamos que este seria o seu principal efeito, mas podia servir outras funções.

O uso de pano de linho conferia *status* e o casal sentia-o também como sinal de ascensão social. Por isso, o incluía em vários contextos, desde as cortinas à roupa branca. Mas este tecido estava também associado à brancura que outros não possibilitavam. O linho era tanto mais caro quanto mais branco e fino. Somente o linho e a seda ofereciam a brancura imaculada que as elites deviam ostentar na sua aparência. Isso significava limpeza, o que era apenas reservado aos mais destacados socialmente²¹. No rol de bens elencam-se ainda três bancais.

Os leitos ou camas eram de boa madeira: uma importada e outra nacional. Uma vez mais os donos da casa demonstravam o seu poder económico na aquisição dos móveis para repouso, comprando a madeira do exterior e também os adereços para as camas. A madeira de pau-preto e a de nogueira são ainda hoje produtos muito apreciados e caros. Possuem grande estabilidade e não sofrem grandes alterações com as variações de temperatura.

Só no testamento de Maria Vieira se faz alusão à roupa branca, que existiria também em qualidade. Verificamos que lhe é conferido pouco destaque, se atendermos à riqueza da roupa exterior usada pelo casal. Este tinha roupa branca de linho, que usava nas suas camas, a qual é deixada por Maria Viera ao hospital de São Marcos, mas não a descrimina. Menciona somente essa roupa de linho, os cobertores brancos e as mantas. Numa lógica de reaproveitamento dos tecidos até à condição de farrapos, este

20 Madureira, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano...*, pp. 211-212.

21 Grieco, Sara F. Matthews, “O corpo, a aparência e a sexualidade”, in Farge, Arlette; Zemon Davis, Natalie (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1991, p. 79.

linho serviria para agasalhar os enfermos, os leitos dos mesmos e ainda para lhes tratar as feridas. Vestia os nus e curava os enfermos.

A existência de várias camas e a riqueza da sua madeira e roupa espelha o nível social dos seus donos e contrasta com a maioria da população que ou tinha apenas uma cama em casa, onde descansavam várias pessoas, ou a maioria delas dormia no chão.

Na cozinha serviam igualmente bons utensílios. Existia um fogareiro de ferro, que se aquecia com lenha, combustível muito consumido na Idade Moderna e que por essa razão levou Pedro de Aguiar a fazer a reserva de vida da metade da lenha da devesa que deixou a seu cunhado António Correia²². Para além deste fogareiro havia, por certo, pelo menos uma lareira onde se confeccionavam as refeições. A lenha e o carvão eram indispensáveis nas casas da época e assim se manterá por alguns séculos. A preocupação com esta fonte calórica expressa-se não somente em tê-la, mas em possuí-la em alguma quantidade, de modo a não ficar desprevenido²³, pois, como se sabe, gastava-se muita lenha, principalmente nos meses mais frios, porém, ela era necessária ao longo de todo o ano, na cozinha. Esta estava ainda dotada de três bacias pequenas e uma grande, um caldeirão de cobre também para a água e um panelão da Índia. A quantidade de louça que serviria numa das salas era considerável e distribuía-se entre peças grandes e pequenas, vindas da Índia. Provavelmente, estaria guardada em algumas das arcas existentes nos diversos compartimentos. Para as refeições existia também um faqueiro dourado com facas de pé em ouro e 15 colheres de prata e dois garfos²⁴. Para lavar as mãos são mencionados dois jarros em prata: um liso e outro lavrado. Nos dias de festa, os convidados eram servidos com talheres feitos dos melhores metais, como se demonstra através das peças com pé de ouro e as colheres de prata.

22 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos*, nº 30, fl. 23v.

23 A propósito da importância da lenha leia-se Madureira, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano...*, pp. 180-181.

24 Para a história da utilização da faca e dos garfos leia-se Elias, Norbert, *O Processo Civilizacional*, 1º vol., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 166-172.

O aparecimento do prato, copo, faca, colher e garfo para cada pessoa evidencia o avanço do individualismo, ao mesmo tempo que deixa para trás costumes da Idade Média, período de existência do prato comum, do uso das mãos para comer e da partilha de colheres e copos. Em oposição, a esse período, *nos séculos XVII e XVIII, pelo contrário, cada um reína sozinho sobre o seu prato, o seu copo, a sua faca, a sua colher, o seu garfo, o seu guardanapo e o seu pão*²⁵.

A preparação dos alimentos far-se-ia em locais próprios. Apenas se conhece a existência de uma alavanca de ferro. Os condimentos utilizados não são dados a conhecer, mas sabe-se que havia um saleiro de ferro dourado, onde se armazenava o sal. Os objetos que incluíam a casa testemunham a capacidade financeira do casal e o gosto requintado que tinha. Só pessoas muito ricas podiam adquirir tantos bens vindos da longínqua Índia e comprar objetos tão caros, como se verifica.

Quadro 1. Objetos vindos da Índia

Objetos	Quantidade
Louça	Grande quantidade, grande e pequena
Cordão	1
Catre	1
Panelão	1
Cadeira pequena	1
Tabaqueiro	1
Garrafa	1
Godrim	1

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos 1536-1566*, nº 450.

A análise dos objetos mandados vir da Índia aponta para a sua diversidade, mas também para distintas finalidades. Serviam para uso pessoal, como o cordão e o tabaqueiro, mas igualmente para as funcionalidades da casa, como se verifica nos restantes. Estes objetos

25 Flandrin, Jean-Louis, “A distinção pelo gosto”, in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1990, p. 268.

expressam não somente a capacidade de aquisição num mercado longínquo, mas ainda o requinte e a distinção de quem os adquiria e usava.

O luxo exteriorizava-se também nas peças de ouro e prata existentes em casa.

Quadro 2. Peças de ouro

Quantidade	Características
1 colar ou favo	-
1 cordão	Comprido do pescoço
uns corais	<i>Com uns extremos e uma cruz</i>
umas contas	<i>De aquila com extremos e uma cruz</i>
2 gargantilhas	<i>Um de obra grande e outras extraordinarias</i>
1 abotoadora	-

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Titulos 1536-1566*, nº 450, fl. 20.

As peças de ouro não eram muitas e várias delas eram de senhora, embora não fossem só as mulheres do campo que as usavam. Também as senhoras das cidades ostentavam várias joias que cobriam o seu corpo. O colar, o cordão, as contas, os corais e as gargantilhas eram usadas por Maria Vieira, já as abotoadoras seriam provavelmente usadas por si ou pelo marido. O número de botões não é mencionado, mas sabemos da relação entre este e o *status* do indivíduo que os usa. A presença de botões encarecia a peça de roupa em que eram colocados, nomeadamente pela elaboração manual das suas casas, o que permitia roupa mais torneada e justa ao corpo. Quer os corais, quer as contas estavam adornadas com uma cruz, como era corrente. No testamento de Pedro de Aguiar particularizaram-se algumas peças, referindo-se que uma gargantilha era *ouro de obra grande* e outra tinha uma cruz grande de ouro esmaltada com uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, invocação também frequentemente encontrada por Olanda Vilaça nas joias por si estudadas²⁶. Também o cordão valia mais de 64 mil réis, ou seja, a dona destas joias enfatizou

²⁶ Vilaça, Olanda Barbosa, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada, p. 371.

o seu valor, ao dar a conhecer que eram peças boas e grandes, aspetos relevantes, classificando as gargantilhas como *extraordinarios*. O valor do cordão distancia-se muito do apresentado pela investigadora citada para os cordões que estudou²⁷, talvez justificado por ser *obra da Índia*²⁸.

Curiosamente, as peças mencionadas são quase todas para colocar ao pescoço, não sendo referidos brincos, nem anéis, comumente utilizados pelas mulheres, e que muito certamente Maria Vieira usaria. Talvez a falta de menção se justifique com o seu uso diário, ou com a opção do casal ter provavelmente seguido o critério de elencar somente as de maior valor, como parece ter acontecido com a roupa branca.

A dona destas joias colocá-las-ia em dias festivos e sempre que saía de sua casa. As idas à rua não seriam frequentes, como sabemos. Como algumas mulheres, Maria Vieira estava mais confinada ao espaço doméstico, a sua vida pública restringia-se à igreja para participar em atos religiosos ou a outros momentos de sociabilidade em casas de amigos e parentes.

O uso de ouro significava o adorno do corpo e era também sinal de poder, pois constituía património familiar²⁹ e uma forma de entesouramento. Testemunha igualmente os patrimónios femininos e a grande relação de proximidade que as mulheres mantinham com eles. As mulheres que podiam não dispensavam adornar o seu corpo e o traje com algumas peças de ouro, principalmente nos dias festivos. O ouro podia ser herdado, passando por várias gerações, como ser adquirido ao longo da vida. Sempre que existia algum dinheiro nas casas de família, ouravam-se as filhas e a mãe. Quem não tinha essa possibilidade, juntava dinheiro para o adquirir³⁰ e, não raras vezes, optava por comprar peças em segunda mão, por serem mais baratas.

27 Vilaça, Olanda Barbosa, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime...*, p. 364.

28 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro*, nº 37, fl. 34.

29 Leia-se para este assunto Vilaça, Olanda Barbosa, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime...*, p. 355.

30 Muitas criadas de servir e outras mulheres de baixa condição social compravam ouro para o poder ostentar, recorrendo em algumas ocasiões ao ouro usado, por ser de preço inferior.

Este património serviu ainda para emprestar, a fim de ser dado como penhor. Maria Vieira recordou no seu testamento ter emprestado *hum favo de ouro e huã banda de ouro com seus esmaltes* a Gregório Vieira, reitor de São Paio de Pousada, para ele empenhar por oitenta mil réis de que fez assinado³¹. Este ouro foi entregue à Misericórdia de Braga após a morte da benfeitora e constava de um favo e um colar de ouro, com pedras que pesavam 98 oitavas, sendo avaliado em 97.200 réis³².

Quadro 3. Objetos de prata

Quantidade	Características
1 prato	Grande com rendilhas à volta
1 prato	Mais pequeno com as armas no centro e renda à volta
1 garrafa	Dourada com feitio da Índia lavrado
1 copo	Com pé dourado
1 copo	De pé dourado com as armas dos Silvas
1 salva	Com dois copos de barquilha
1 barquilha	Maior
1 jarro	Liso
1 salva	Com um púcaro
1 caldeira	-
1 taça	Dourada, grande
1 taça	Dourada, mais pequena
1 castiçal	-
13 colheres	-
2 garfos	-
1 saleiro	-
1 tabaqueiro	Feito na Índia

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos 1536-1566*, nº 450, fl. 20.

31 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de títulos 1536-1566*, nº 450, fl. 33.

32 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de títulos 1566-1593*, nº 448, fl. 81.

A análise dos bens de prata existentes na casa de Pedro de Aguiar demonstra alguns luxos que o dinheiro possibilitava, mas igualmente um estilo de vida. A posse de bens elegantes e confortáveis evidencia uma cultura que se vai alargando nas cidades, denunciando bom gosto, mas também capacidade financeira para os adquirir³³. Em primeiro lugar, a existência de pratos com as *armas dos Silvas*. Embora não seja clara esta menção aos Silva, sabemos que alguns membros da família de Pedro de Aguiar usavam este apelido, o que pode ter levado a usar este brasão. O casal ostentava objetos com brasão, sinal de riqueza e de estatuto social. O tabaqueiro de prata evidencia ainda a possibilidade do mercador ser fumador. Jarro, caldeira, barquilha, saleiro, salvas e taças eram igualmente deste metal nobre. As muitas colheres de prata atestam o seu uso em alturas em que a casa receberia muitos convidados. Mas se existiam muitas colheres, já os garfos de prata eram apenas dois, apontando para o seu pequeno número, num século em que segundo Jean-Louis Flandrin cada pessoa dispunha já do seu prato, da sua faca, da sua colher e do seu garfo³⁴.

Como se constata, a baixela utilizada pelo casal era de prata e abrangia vários utensílios.

3. Vestidos de ouro e prata

O perfil dos benfeitores é melhor conhecido através dos bens que possuíam e da forma como se apresentavam vestidos. A análise dos seus testamentos é demonstrativa dos hábitos e formas de vida, mas igualmente dos espaços e dos objetos que continham e das necessidades de consumo. Constata-se o conforto de que se faziam rodear, nomeadamente através das joias, mobiliário e da roupa. Não restam

33 García Fernández, Máximo, "Home and outdoors: personal clothing and house comfort: evolution and significance in Castile between 1650 and 1850", in Santos, Carlota (coord.), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, pp. 405-406.

34 Flandrin, Jean-Louis, "A distinção pelo gosto", in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dirs), *História da vida privada. Da Renascença ao século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1992, p. 264.

dúvidas de que usavam o dinheiro que possuíam para se destacarem dos restantes mercadores da cidade, construindo uma imagem de riqueza e poder. Todavia, o mundo das suas sociabilidades encontrava-se entre os pares de profissão, mas também no meio do clero. Como já referimos, as testemunhas que os acompanhavam nas escrituras eram mercadores e clérigos, bem como no momento da elaboração dos seus testamentos. Porém, nesses momentos estiveram também presentes outros homens dos ofícios: ourives e tosadores.

Na casa de residência pessoal, os luxos são notórios em tudo o que é mencionado. No que diz respeito à roupa de vestir, o vestuário fala de quem o usa e refletia na Idade Moderna posições sociais. Como refere Daniel Roche, o vestuário tem a função de comunicar, passando por ela a relação que cada um estabelece com a comunidade em que está inserido³⁵. Pedro de Aguiar trajava de forma muito luxuosa: usava tecidos importados, o que para si não seria de difícil aquisição, aparelhados com os metais preciosos de ouro e prata. O rol de roupa que deixou no seu testamento aponta para duas toilettes principais e talvez por isso deu-lhe maior relevo. Uma era melhor do que a outra, mas ambas eram de luxo. O vestido: capa, roupeta, calções, era *cor de cravo escura*, de pano fino de Londres e as casas dos botões das referidas peças eram de fio de ouro. Mas o mercador tinha também casas de botões de fio de prata.

Vivendo num tempo em que os corpos eram julgados pela forma como se apresentavam, ou seja, pela aparência, o investimento de quem podia realizava-se na proporção do seu estatuto social. A roupa possibilitava efetuar de forma rápida uma leitura do estrato social a que se pertencia. Cada um devia vestir-se de acordo com o seu estatuto social, não devendo entrar em incumprimento, adotando formas distintas de se apresentar. Ultrapassar as normas de vestir era muito mal visto, originando estratégias de garantir o *status quo*, evitando atos de subversão social³⁶.

35 Roche, Daniel, *História das coisas banais*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 206.

36 Pellegrin, Nicole, "Cuerpo del común, usos comunes del cuerpo", in Corbin, Alain; Courtine, Jean-Jacques; Vigarello, Georges (dir), *Historia del cuerpo. Del Renacimiento a la Ilustración*, Madrid, Taurus, 2005, pp. 160-161.

Não se limitando aos produtos nacionais, o mercador vestia-se com tecidos importados, ampliando o mercado de luxo e trajando à moda, o que significa também um novo modelo de consumo e gosto pela novidade, pelo que era internacional. As mangas do gibão eram de tela parda e ouro. As meias que calçava eram pardas, de seda e possuíam *dois pares de linguas* com pontas de ouro. Tinha dois cintos pretos que colocava na toilette. Estes cintos, muito na moda, na época, serviam para tornar as peças mais adelgaçadas ao corpo, adaptando a roupa à fisionomia de quem a usava, ao mesmo tempo que facilitava a colocação de algibeiras, importantes para quem transportava dinheiro. Usava um chapéu com um *trancelim* de ouro³⁷, ou seja uma fita em ouro que torneava a aba. Na cabeça para além do chapéu colocava em algumas ocasiões uma carapuça. Esta peça encontrava-se em algumas das suas peças de vestuário, como foi o caso de um dos seus capotes, que tinha uma carapuça ou capuz. O seu corpo era ainda adornado com uma espada e adaga com cabos e guarnições de prata dourada, que serviam para sua defesa e era próprio dos homens da sua condição, pois reportavam-se à nobreza e à cavalaria e significavam masculinidade³⁸. Pedro de Aguiar gozava do privilégio do porte de armas, o que lhe era permitido pelo seu estatuto no Santo Ofício³⁹.

Nos dedos usava um anel com diamantes: duas esmeraldas e uma safira. Claramente se nota o preenchimento com adornos das extremidades do corpo, tidas como mais nobres, como a cabeça e as mãos. O anel era também importante na *performance* da masculinidade nobre. A colocação de pedras preciosas nas joias é segundo Gonçalo Vasconcelos e Sousa mais frequente no século seguinte,

37 Sobre o trancelim veja-se Mota, Rosa Maria dos Santos, *Glossário do uso do ouro no Norte de Portugal*, Porto, Universidade Católica Editora, CIONP, CITAR, 2011, p. 99.

38 Laneyrie-Dagen, Nadeije, “O testemunho da pintura”, in Vigarello, Georges (ed.), *História da Virilidade. A invenção da Virilidade. Da Antiguidade às Luzes*, Lisboa, Orfeu Negro, 2018, pp. 406-407.

39 Leia-se Bettencourt, Francisco, “Inquisição”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 450.

quando começaram a chegar em abundância, vindas do Brasil⁴⁰, mas já em seiscentos, Pedro de Aguiar usava joias com a sua aplicação.

Esta indumentária, ricamente adornada, era a melhor que possuía e por isso no rol surgiu em primeiro lugar. Seria a indumentária mais rica e apropriada aos dias mais importantes. Os bons panos e o ouro adornavam o que vestia o seu corpo e constituíam uma forma de fixar a hierarquia social⁴¹, pois, como é sabido, a roupa exteriorizava a posição social de cada um. Num período em que a maioria da população era analfabeta, os sinais passados pela indumentária assumiam um grande significado, por colocarem em relevo a construção social do corpo.

E é essa mensagem que também é passada no seu hábito de Santo Ofício, todo em ouro. Demonstra pertencer à nobreza, condição alcançada com a sua integração nesta poderosa instituição. Vestir um hábito com esta característica era, em primeiro lugar, um sinal de forte convicção religiosa, mas igualmente de grande distinção social.

Para os dias menos solenes, o mercador vestia roupas menos faustosas, mas igualmente ricas. O vestido mais escuro que tinha era igualmente de pano de Londres, mas já não é dito que era de pano fino. Pano de Londres é um lanifício produzido com lãs finas⁴². Sublinha-se o uso de têxteis em seda para os dias de festa e dos lanifícios para o dia-a-dia. A lã é mais robusta e resistente que a seda, mas tingem pior e é mais grossa. A seda adapta-se melhor aos usos de distinção, porque reflete melhor a luz e fixa melhor a cor, e a lã ao quotidiano, permitindo estabilizar a temperatura corporal, por ser mais resistente.

Integrava roupeta, calções e capa, mas também pano para confeccionar uma carapuça, guarnecida com abotoadura de prata fina.

40 Gonçalves de Vasconcelos e Sousa, *A joalheria em Portugal (1750-1825)*, Porto, Civilização Editora, 1999, p. 64.

41 Roche, Daniel, *História das coisas banais...*, p. 206.

42 Leia-se Corona, Dávila; Montserrat Durán Pujol, Rosa Maria; García Fernández, Máximo, in *Diccionario histórico de telas y tejidos: castellano-catalán. Estudios de historia*, Salamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2004, p. 120.

A espada tinha cinto e talim de prata. São ainda mencionadas outras espadas e adagas com cabos do mesmo metal. Com esta indumentária calçava sapatos ou botas, também eles com línguas de prata.

Possuía ainda outras capas menos caras: duas de baeta e outra preta de barregana e três roupetas. O facto de a capa estar mais relacionada com as atividades públicas do mercador, como as movimentações para comércio ou negócios, pode relacionar-se com as deslocações que efetuava nas mulas que possuía.

Em termos de roupa, sabemos ter ainda 97 panos de seda, 30 volantes novos e 30 já usados e 12 volantes de peneiras. Segundo Rafael Bluteau os volantes eram panos finos usados pelos armadores das igrejas⁴³. Esta menção é muito importante e pode esclarecer um pouco mais sobre o leque de clientes do mercador, pois se considerarmos a atividade religiosa da cidade e das suas festas, poderemos pensar no fornecimento deste material a muitas igrejas e confrarias. Seria o mercador fornecedor dos armadores bracarenses nessas arquiteturas efémeras em tecido? Sabemos somente que alugava bons panos para algumas festas da cidade, mas desconhecemos se o fazia diretamente às instituições ou se trabalhava com armadores, como se processava em várias localidades, de que Lisboa é exemplo⁴⁴.

Este era apenas algum do recheio de sua loja, pois na venda dos bens após a morte da viúva o rol é mais extenso e pormenorizado, o que faz pensar que o mercador elencou apenas o que considerou de maior valor.

Sem termos conhecimentos das suas viagens, sabemos que Pedro de Aguiar se deslocava numa mula. Em 1652, a mula tinha uma sela nova e nas suas deslocações, no Verão, usava um chapéu para que o

43 Bluteau, Rafael, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, vol. 8, pp. 565-566.

44 Sobre as armações e os armadores de Lisboa na Idade Moderna leia-se o trabalho de Ferreira, Maria João Pacheco, "Das armações e do ofício de armador na cidade de Lisboa nos séculos XVII e XVIII", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, no 7, 2019, pp. 113-136.

sol não o incomodasse⁴⁵. Este acessório, que resguardava a cabeça, significava também respeito. Pode ainda estar relacionado com a civildade, que incluía dinâmicas de pôr e colocar o chapéu em público perante determinadas pessoas ou sociabilidades. Relaciona-se, também, com a proteção de uma das partes mais sensíveis do corpo, a cabeça, em relação às injúrias do ar.

Este homem trajava à moda e demonstrava distinção social com o que o seu corpo envergava. Usava ainda espadas e adagas, como mencionámos. As adagas podiam servir também para partir alimentos em refeições fora de casa; antes da complexificação dos outros talheres, já a faca era de uso pessoal. Na sua casa havia outras armas, nomeadamente de fogo. Existia uma espingarda pequena, outra grande e ainda uma pistola grande, que seriam usadas para segurança pessoal e patrimonial. Com muitos bens e dinheiro, Pedro de Aguiar precisava de se defender de pessoas mal-intencionadas, andando provavelmente armado, pelo menos em algumas ocasiões. Sabemos que elas eram admitidas aos familiares do Santo Ofício e isso o obrigaria a andar armado. Mas as espingardas podiam significar igualmente que o benfeitor caçava, mas não dispomos de nenhuma informação sobre a hipótese que colocamos.

À semelhança do marido, Maria Vieira vestia-se também de forma distinta e luxuosa. A senhora tinha vários vestidos: um preto de damasco, que seria o melhor; mais dois de sarjeta, constituídos por roupão, saia e mantilha. Para se resguardar do frio possuía vários gibões: um de tela, *cor de lirio*, abotoado com botões de ouro de fio fino; outro pardo de lama e ouro, com passamanes de ouro e mais um de veludo preto. Em algumas ocasiões, usava ainda alhetos de tela, um azul e outro verde, com passamanes de ouro. Podia também cobrir-se com um manto de seda. Usava meias pretas de seda com ligas e rendas pretas e na cabeça colocava um chapéu forrado

45 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos*, nº 30, fls. 20v.-21. Lencina Pérez, Xavier, “Los inventarios post mortem en el estudio de la cultura material y el consumo. Propuesta metodológica. Barcelona, siglo XVII”, in Torras, J.; Yun B. (dirs.), *Consumo, condiciones de vida y comercialización. Catalunã y Castilla, siglos XVII-XIX...*, p. 55.

de tafetá, com uma trança de passamane de ouro⁴⁶. Os adereços que envergava demonstram o cuidado tido com o corpo, ao mesmo tempo que atestam a reputação de quem os utilizava.

Mas se este era o guarda-roupa de Maria Vieira em 1652, em 1660 referiu no seu testamento somente dois *vestidos* e um gibão, sendo um de pano de sarjeta e tom *anogueirado*, ou seja, de preto, guarnecido de azul, com uma saia e roupão. O outro *vestido* incluía saia e roupão e era de veludo. A análise das peças na data acima referida, sugere ter-se, entretanto, desfeito de algumas peças⁴⁷. No final da vida, talvez a benfeitora tenha começado a doar o seu vestuário, como acontecia com alguma vulgaridade nos grupos sociais abastados e até nos remediados. Era frequente a distribuição de roupa entre os que estavam mais próximos: familiares e criados eram agraciados com alguns bens, onde se incluía roupa. Tratava-se de uma forma de reconhecimento pelos serviços prestados, que exprimia em alguns casos afeto. Aquando da feitura do testamento isto acontecia também com alguma regularidade.

Nas peças de roupa estudadas não há referência a camisas, o que não deixa de ser notório, pois neste período esta peça era comum e tinha importantes funções, na medida em que o corpo não era lavado, mas sim apenas parte dele⁴⁸. A camisa, por estar em contacto direto com o corpo, absorvia as suas secreções, sendo importante a sua mudança com frequência. Todavia, a substituição desta peça dependia das posses económicas, uma vez que exigia substituta e lavagem.

A análise das cores utilizadas pelo casal aponta para diferentes tonalidades de acordo com o sexo. O marido era mais sóbrio, usava preto e pardo, ou seja, tons escuros e pouco chamativos. O uso do preto parece estar relacionado com a tecnologia de tingimento, que permitiu um preto denso, fechado e luminoso. Sabe-se também que a conotação

46 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos*, nº 30, fls. 21v.-22.

47 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos*, nº 37, fl. 34v.

48 Leia-se Vigarello, George, *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988, pp. 29-30.

da cor com o estatuto se faz pela qualidade e luminosidade da cor, daí que se prefiram cores intensas e se desconsiderem as tonalidades indefinidas, como as pardas, o que significava maior preocupação com matérias espirituais e materiais do que com a exibição e luxo⁴⁹. Até a cor de cravo era escura. Também a sua esposa primava pelo uso do preto, embora os alhetos de tela fossem de tons mais abertos, como o roxo, cor considerada muito próxima do preto, o verde e o azul e um dos vestidos ostentasse a cor da nogueira, acastanhado, portanto. O uso de cores escuras e mesmo do preto predomina nos grupos sociais mais elevados do século XVII e evidencia uma ligação à contenção do corpo. Significa dignidade e distinção e está frequentemente associado ao poder. Será preciso esperar pelo século seguinte para o vestuário se tornar mais colorido e leve⁵⁰. Os tecidos eram igualmente requintados, mas não existe referência a panos importados.

Embora aparentemente não tivesse sido aplicado tanto ouro no vestuário da esposa como no do marido, as joias elencadas nos dois testamentos provam que eram maioritariamente de senhora, o que sugere o uso de várias delas no quotidiano e muito provavelmente também nos dias mais importantes.

A escolha de tecidos e a capacidade de os adquirir não era um problema para este casal. A posse de uma loja de sedas colocava Pedro de Aguiar numa situação favorável relativamente a outros cidadãos de igual estatuto económico, pois conhecia o mercado e sabia bem como comprar os melhores panos. Mas as roupas do casal demonstram também os cuidados tidos com a aparência, designadamente com as partes do corpo que eram expostas a julgamento público⁵¹.

Como se constata, o casal distinguia-se pelos tecidos usados, mas de forma geral pela riqueza do seu vestuário. O ouro estava presente em várias peças que ambos vestiam. Sublinham-se os sinais externos

49 Riello, Giorgio, *História da Moda: da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa, Texto e Grafia, 2013, pp. 28-29.

50 Sarti, Rafaella, *Casa e Família...*, p. 336.

51 Grieco, Sara F. Matthews, "O corpo, a aparência e a sexualidade", in Farge, Arlette; Zemon Davis, Natalie (dir.), *História das Mulheres...*, p. 75.

de riqueza material, o luxo e a necessidade de o mostrar aos seus pares e a toda a comunidade, o que constituía um sinal diferenciador⁵².

A descrição das peças do vestuário dos dois contrasta com a das peças de roupa da casa. Estas últimas são fracamente descritas, o que evidencia o lugar ocupado aos olhos do casal. Para além das cores dos cobertores, praticamente mais nada se menciona. Mas sobre a roupa do corpo é referido o tecido, a cor e as guarnições. As rendas estão também presentes, como sinal de adorno e requinte. Este facto demonstra que vestir o corpo pessoal era muito mais significativo e relevante que o recheio da casa⁵³.

4. O empréstimo de dinheiro a juro

O estudo do empréstimo de dinheiro a juros, assim como a aquisição de medidas de pão e de propriedades e o investimento em outros negócios é feito fundamentalmente através da análise dos livros de notas e no caso do empréstimo a juros é-o também baseado nos testamentos. As fontes notariais, embora muito ricas, pela diversidade de temas e assuntos, colocam alguns problemas ao investigador, desde logo pela falta de sistematização dos atos. A inexistência de um índice e o facto de haver apenas um título em cada ato obriga a percorrer livro após livro na tentativa de encontrar o que se pretende, pois a diversidade documental é enorme⁵⁴. É, por conseguinte, um percurso longo, que exige muita persistência para se alcançar o que se pretende. Procurar assuntos nas notas dos tabeliães é um exercício

52 Consulte-se para este assunto o trabalho de García Fernández, Máximo, “La cultura material cotidiana: la complejidad de la vida privada en Castilla y Portugal durante el Antiguo Régimen”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, pp. 115-116.

53 García Fernández, Máximo; Dávila Corona, Rosa María, “Vestirse e vestir la casa. El consumo de productos textiles en Valladolid (1700-1860)”, in *Obradoiro de História Moderna*, nº 14, 2005, p. 148.

54 Para esta matéria leia-se o trabalho de Amorim, Inês, “As Fontes Notariais: uma reflexão metodológica”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. II, t. XXXVI, 2002-2003, pp. 99-100.

de resiliência, que consome imenso tempo ao historiador e que não consegue ser exaustivo, devido à imensidão da documentação. Como referem Irene Vaquinhas e Fernando Taveira impõe-se a formação de equipas de trabalho para levantar, organizar e analisar esta fonte ou então o recurso a uma metodologia de sondagens⁵⁵. Talvez pelas razões aduzidas, estas fontes não têm sido devidamente trabalhadas em todas as suas potencialidades⁵⁶. Apesar desta dificuldade, o certo é que vários atos notariais seguem a mesma estrutura⁵⁷. Percorremos os livros notariais de Braga, mas o facto de alguns se encontrarem em restauro, não puderam ser consultados.

Estes registos eram efetuados por uma pessoa sem nenhuma preparação especial para o exercício do cargo. O tabelião sabia ler e escrever, tinha de ter passado no exame de escrita e alguma experiência no ofício, o que aprimorava com o tempo. Essa situação afasta-o de outras profissões, designadamente dos juristas, nas quais se exigia uma formação superior, universitária. Apesar de não ter formação académica, havia quem utilizasse obras de carácter geral na sua aprendizagem⁵⁸. Quem exercia o tabelionato não podia ser membro do clero, tinha de ser homem casado ou casar num certo prazo e pessoa de crédito, pois essa característica conferia-lhe credibilidade e respeito⁵⁹.

55 Vaquinhas, Maria Irene; Fonseca, Fernando Taveira, “Os atos notariais como fonte para a História Económica e Social”, in Leal, Maria José da Silva; Pereira, Miriam, Halperne (coords.), *Arquivo e Historiografia*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, p. 357.

56 Leia-se Barros, Amândio Jorge Morais, *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, tese de Doutoramento policopiada.

57 Fernandes, Ana Maria, *O Arquivo Notarial no Estado Novo*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2011, p. 54, dis. de Mestrado policopiada.

58 Rojas García, Reyes, “La literatura notarial castellana durante el siglo XVI y su difusión en América”, in *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 2012, p. 4.

59 Leia-se Lalanda, Maria Margarida Sá Nogueira, “Práticas notariais e o acervo histórico da Câmara Municipal de Lisboa”, in *Um acervo para a História*, Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, s.d., p. 176.

Em cada cidade, o número de tabeliães era variável e estava relacionado com o desenvolvimento urbano⁶⁰. Esta função era exercida quase de forma padronizada, convertendo-se em vários casos numa tarefa familiar, que passava de pais para filhos e em alguns casos a outros familiares, como eram os genros⁶¹.

Em cada escritura, o notário referia os outorgantes e intervenientes no assunto, a natureza e características do mesmo, as cláusulas que lhe conferiam validade, o lugar e assinatura, a data e as assinaturas de todos os presentes.

Num período em que em Portugal não havia bancos, o que virá a acontecer apenas somente mais de dois séculos após, contrariando o que já era comum no Norte da Europa, com expressão clara nas Províncias Unidas do Norte, local onde surge o primeiro banco em 1609, o crédito particular foi a opção possível e envolveu muita gente. Quem tinha liquidez financeira, como era vulgar nos homens de negócios, mas também, por exemplo, nos do clero, dedicou-se à valorização de capitais, entregando dinheiro a juros. Para além de particulares, várias instituições concediam dinheiro a crédito, enquanto outras, por sua vez, recorriam à solicitação de capitais, quando necessitavam.

Quem precisava de dinheiro recorria a empréstimos, feitos mediante a elaboração de uma escritura, mas também e, não raras vezes, apenas através da palavra oral⁶².

No universo do crédito nem tudo é muito claro. As fontes são omissas, sendo poucos os casos que mencionam as razões que levavam as pessoas ao mercado do crédito. Os motivos da sua necessidade nem sempre são explicitados, porém, quando surgem percebe-se que

60 Em Tui existiam 32 notários em finais do século XVIII. Añoveros Trías de Bes, Francisco Xabier, *Papeles y familia. El archivo de la Casa de la Canicouba de Tuy*, Santiago de Compostela, Faculdade de História y Geografía, 2019, p. 230, tese de Doutoramento policopiada.

61 Aguinalde, Borja de, *Guía para la reconstrucción de familias en Guipúzcoa*, Guipúzcoa, Diputación Foral de Guipúzcoa, 1994, p. 41.

62 Costa, Leonor Feire, “Entre nós basta a palavra: as práticas informais de crédito na investigação histórica”, in *Ler História*, nº 41, Lisboa, 2001, pp. 161-182.

o destino do dinheiro está relacionado com a aquisição de bens, com a realização de obras, ou o casamento de uma filha e até o pagamento do seu dote, ou mesmo o pagamento de outro empréstimo. Quando conhecidos, demonstram a diversidade da aplicação do dinheiro. Também os solicitadores do crédito constituem um assunto pouco estudado, pese embora a sua abordagem em alguns trabalhos publicados. Neles, demonstra-se claramente que o crédito diz respeito a grandes e a pequenos, embora a abordagem se tenha debruçado mais sobre os montantes envolvidos e não tanto acerca do perfil dos solicitantes.

Embora o crédito abarque instituições e pessoas particulares, a análise tem recaído mais no primeiro caso. Porém, como se trata somente de uma parte dos intervenientes neste negócio, seria muito útil alargar a análise aos particulares, conferindo-lhes visibilidade na dupla função de solicitadores e emprestadores.

Colocar dinheiro no mercado do crédito era uma atividade muito lucrativa, mas simultaneamente perigosa. Como alguns estudos têm demonstrado, os juros não eram pagos no tempo previsto, nem o capital retornava como acordado⁶³. A modalidade do empréstimo nem sempre era uniforme. Por vezes, ficava apenas debaixo do compromisso da palavra, mas à medida que o incumprimento registou maiores percentagens, exigiu-se com mais regularidade uma escritura, fiadores e até penhores. Apesar destes mecanismos de segurança, várias dívidas perpassaram por várias gerações, acabando por não serem cobradas⁶⁴. Quem emprestava procurava reaver os juros e o

63 Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp. 84-86; Pereira, Maria das Dores Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008; Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013, pp. 285-302.

64 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 489-493.

próprio, mas nem sempre com sucesso. E a dívida podia atravessar gerações de devedores e de fiadores e acabar por nunca ser cobrada.

O casal em estudo utilizou o crédito para aplicar dinheiro que tinha, colocando várias pessoas da cidade e dos arredores sob o seu poder.

Como referimos anteriormente, a análise que fazemos recorre às escrituras efetuadas no tabelião, mas também aos testamentos de ambos. No primeiro caso, o registo é feito pelo marido e no seu assento tableónico apenas é mencionado o seu nome, nunca o da esposa. Estas escrituras ocorreram nas décadas de 30, 40 e 50, tal como a compra de bens imobiliários e medidas de pão. Terá sido um período de muito lucro para o casal, que o disponibilizou a crédito e decidiu aplicar na aquisição de património e no investimento em setores lucrativos. Por outro lado, presente-se que a partir de determinada altura os dois tinham já pensado a edificação do recolhimento de Nossa Senhora de Penha de França, o que vem a acontecer na década de 50.

Todas as escrituras de dinheiro a juro justificam a disponibilidade do casal para investir neste setor. É referido que o dinheiro se destinava a gastos da casa ou a ser empregue na aquisição de propriedades ou ainda em *outras coisas*. A sua aplicação no crédito devia ser entregue a pessoas consideradas seguras, mas também honestas. Existe em todas as escrituras a ideia de que o empréstimo a juros não é uma ação condenável, pois deve ser empregue em fins considerados legais e entregue a pessoas honradas. Procurava-se, assim, retirar toda a carga negativa que caía ainda sobre este negócio. Na Idade Média, o crédito a juros era entendido como um negócio causador de pecados que levariam ao Inferno, porém com o surgimento do Purgatório alterou-se essa crença⁶⁵.

Ignoramos quando o mercador de sedas iniciou a prática de entrega de dinheiro a juro, sabemos, contudo, que em 1633 participou numa entrega de dinheiro, quitação e distrate do valor de 255 mil réis que tinham as madres do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da

65 Leia-se a propósito Le Goff, Jacques, *A bolsa e a vida. A usura na Idade Média*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2007.

cidade e de que era fiador o mercador de sedas Domingos Gonçalves, morador na rua de São Marcos, de Braga. O ato foi realizado nas grades do referido mosteiro, sendo o dinheiro entregue a Pedro de Aguiar, que o tinha emprestado⁶⁶.

Este mosteiro tinha acabado de ser fundado, o que faz supor que o empréstimo de dinheiro se direcionava para algumas obras que se mostravam necessárias à instituição. Recorde-se também que duas das irmãs de Maria Vieira eram membros do cenóbio, o que aproximava a família da instituição, tornando-a conhecida e de confiança.

Em agosto de 1639 o tabelião geral deslocou-se à casa do mercador para lavrar a escritura de entrega de 60 mil réis a juro, dinheiro entregue a António Fernandes, correiro, da rua de São Marcos, vizinho do rossio do Castelo. O juro cobrado a 6,25% anual devia ser entregue na casa de Pedro de Aguiar em boa moeda corrente, como a entregue por si ao correiro. Este apresentou por fiador António Correia Barreto, residente em Braga⁶⁷. Apesar de conhecermos estes dois atos de empréstimo para a década de 30, foi a partir de 1643 que esta atividade se apresentou mais sequencial.

No mesmo ano de 1639 e cinco meses antes, Pedro de Aguiar foi ao notário conjuntamente com o padre João Pereira, do couto de Tibães, lavrar uma escritura de confissão de dívida. Este clérigo assumia a dívida de um colega, o padre Luís da Cunha, abade da freguesia de Cabanelas, que devia ao mercador de sedas 20 mil réis de mercadoria da sua loja, tendo-a levado mediante uns assinados de dívida e mais 30 mil réis que pedira a juro ao citado mercador. A dívida somava 50 mil réis e perante a falta de pagamento, Pedro de Aguiar exigiu uma escritura notarial para maior segurança, obrigando-se o padre João Pereira a saldar a dívida existente⁶⁸.

Esta confissão de dívida demonstra como atuava o mercador na sua loja com os clientes. Se não tivessem dinheiro para pagar, os que

66 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 254, fls. 181v.-182.

67 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 284, fls. 151-151v.

68 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 282, fls. 84-85.

lhe ofereciam alguma segurança, levavam a mercadoria, mas deixavam textos escritos confessando o que deviam. A agilidade do mercador está patente numa prática que outros também seguiam e que consistia na venda a fiado, mas mediante o compromisso escrito da dívida. Nada era feito ao acaso, nem sem segurança mínima. Habitado ao negócio, Pedro de Aguiar sabia que não podia facilitar e tratava de tudo com muito profissionalismo e racionalidade.

Contratado com Francisco Gomes, homem solteiro e filho de Cristóvão Gomes e de Isabel Gonçalves, moradores no termo de Guimarães, Pedro de Aguiar fez uma escritura de entrega de 100 mil réis de dinheiro a juro, em 1643. Como nas que se seguem, o dinheiro foi entregue no ato e ao juro de 6,25%⁶⁹.

Em vários destes atos notariais surgem familiares do mercador de sedas na função de testemunhas e nunca como solicitadores de crédito. Os que precisavam de dinheiro procuravam provavelmente outro ou mesmo instituições, como fez Domingos de Aguiar, em 1646, que preferiu recorrer à Santa Casa da cidade para lhe emprestar 30 mil réis⁷⁰, não os solicitando ao seu familiar.

Ao logo dos anos, o mercador de sedas transformou-se num especialista no mercado do crédito, atuando numa cidade com outros agentes no empréstimo de capital a juro. Socorria principalmente pessoas particulares, de que se destacam os mercadores⁷¹.

Mais tarde, em 1646, foi a vez de socorrer um outro mercador. Pedro de Aguiar emprestou 200 mil réis a um colega de profissão. António Vaz Peixoto, mercador de panos na rua do Souto, precisou de dinheiro para aplicar em produtos da sua loja, dinheiro que lhe foi emprestado ao juro de 6.25%, tendo dado como fiador o cidadão de Braga, João Dantas de Araújo. Uma vez mais, como sempre acontecia nestas circunstâncias, foi referido que o juro se encontrava

69 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 299, fls. 82-84v.

70 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 306, fls. 131v.-132.

71 Rocha, Maria Manuela, “Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII-XIX)”, in *Análise Social*, vol. XXXIII, (145) 1º, 1998, pp. 91-115.

em linha com o praticado pela Misericórdia da cidade⁷², justificando desta forma o elevado juro praticado, mas corrente.

No ano seguinte, em 1647, foi novamente disponibilizado o montante de 200 mil réis a Pedro de Areias, morador na porta do Souto, seguindo os mesmos cuidados postos nas escrituras anteriores⁷³. Um ano após, uma nova escritura serviu para dar a juro 100 mil réis a Vitorino Gonçalves, morador na rua dos Anjos, de Braga, com a justificação de que tinha necessidade deles. Nela foram estabelecidas as mesmas condições das anteriores⁷⁴.

Após esta data não dispomos de mais empréstimo de dinheiro, o que pode estar associado ao pagamento das doações e legados na Misericórdia, mas também ao projeto do recolhimento, de que falaremos nas páginas seguintes. Porém, não restam dúvidas de que o casal atingiu nesta década de 40 muita liquidez e que a usou para aumentar a sua riqueza e poder.

Na ocasião em que lavrou o seu testamento, 1652, Pedro de Aguiar declarou ter cerca de quatro contos de réis a juro, como se demonstra através do quando 4.

Quadro 4. Empréstimo de dinheiro a juros em vida de Pedro de Aguiar

Devedores	Montante (em réis)
41	3.772.000

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Títulos 1536-1566*, nº 450, fls. 19-19v.

No universo dos 41 devedores, 12, ou seja, 29,2% eram mercadores, pessoas conhecidas e alguns deles seus vizinhos, por residirem em ruas próximas da sua casa. A solicitação de crédito dentro do mesmo grupo profissional demonstra a confiança dos colegas de profissão em Pedro de Aguiar, uma vez que o recurso ao crédito efetuava-se

72 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 350, fls. 102-103.

73 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 316, fls. 7-8v.

74 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 321, fls. 138-139v.

preferencialmente entre familiares, amigos ou conhecidos⁷⁵. Se aos mercadores agregarmos outros homens dos ofícios, constatamos que 43,9% dos que lhe deviam dinheiro pertenciam a este universo de profissões. Para além dos mercadores já mencionados, em mais seis homens encontramos dois sapateiros, um ourives, dois carpinteiros e um barbeiro, mas destes, como de outros, não conseguimos encontrar as escrituras. Nos restantes verificam-se alguns membros do clero e outros sem nenhuma menção. A entrega de dinheiro a homens do mesmo ramo profissional demonstra em primeiro lugar a rede de conhecimentos e sociabilidades do mercador de sedas, mas principalmente uma postura de vida orientada para a obtenção do lucro⁷⁶.

O total do capital emprestado montava a quase quatro contos de réis, muito dinheiro para a época. Mas este não era o montante total que ambos possuíam, pois Pedro de Aguiar faz menção aos 700 mil réis entregues ao recolhimento das beatas, bem como existiria ainda outro que andaria envolvido no seu negócio.

A clientela de Pedro de Aguiar não se cingia apenas a pessoas particulares, também algumas instituições se abeiraram dele para pedir dinheiro a juros, sendo essencialmente uma clientela urbana⁷⁷. No começo de março de 1637 o mercador de sedas deslocou-se à Câmara de Braga para, na presença do Dr. Francisco Lopes da Rocha, com alçada na cidade, e dos vereadores Gaspar do Rego de Barros, Baltazar Pinto Lobo e Álvaro Leite, fidalgo da Casa de Sua Majestade e comendador da Ordem de Cristo, e ainda o Dr. Simão Barreto

75 Consulte-se Fontaine, Laurence, “Assistance et solidarité en Europe, XIIIe-XVIIIe siècles”, in Ammannati, Francesco (ed.), *Assistenza e solidarietà in Europe*, Firenze, Firenze University Press, 2013, pp. 3-13.

76 Vaquinhas, Maria Irene; Fonseca, Fernando Taveira, “Os atos notariais como fonte para a História Económica e Social”, in Leal, Maria José da Silva; Pereira, Miriam, Halperne (coords.), *Arquivo e Historiografia...*, p. 362.

77 Acerca deste tipo de crédito consulte-se Costa, Leonor Freire, *Viver a Crédito: Práticas de Empréstimo no Consumo Individual e na Venda a Retalho (Lisboa, Séculos XVII e XIX)*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Gabinete de História Económica e Gestão da Universidade de Lisboa, 1998.

Gavião e o procurador Jerónimo de Aguiar⁷⁸, lavrar uma escritura de empréstimo de dinheiro ao Município de Braga. Perante a disponibilidade de dinheiro apresentada pelo próprio Pedro de Aguiar, que afirmou ter um montante para aplicar em mercadorias para a sua loja, mas no momento não o fazer, e tendo-lhe sido pedido pelos mercadores da cidade e pelo citado procurador para o aplicar a juro, emprestando-o à Edilidade para investir na casa nova que estava em construção, junto ao Paço antigo e ainda em outras obras da cidade que se impunha que fossem realizadas, decidiu acudir às necessidades da Câmara com mil cruzados, à razão de juro de 6,25% anual. A escritura sublinha o lucro obtido pelo prestador ser muito superior ao que ganharia se o investisse em mercadorias. Em contrapartida, a Câmara dava como penhora os seus bens de raiz, assim como todas as suas rendas. O montante era elevado, exigindo garantias consideradas suficientes. Porém, como o arcebispo tinha poder espiritual e temporal, teve que autorizar este empréstimo. D. Sebastião de Matos Noronha (1635-1641) sublinhou o facto das obras da Câmara estarem começadas há muito tempo, por o antigo Paço se encontrar em ruína, e a Edilidade não dispor de finanças, devido às suas rendas andarem empenhadas, para as terminar. Assim, autorizou o citado empréstimo para que estas pudessem ser acabadas⁷⁹.

Este empréstimo é muito elucidativo do poder económico do mercador e de como financiava obras públicas, simbolicamente a Câmara Municipal, mas igualmente da estratégia que seguia na diversificação dos empréstimos e negócios.

A falta de verbas próprias era corrente na Idade Moderna e não só esta como muitas outras Câmaras recorreram a empréstimos para conseguirem realizar despesas avultadas. Na de Braga, o mesmo se repetirá em 1756 quando decidiu construir uma nova sede, pedindo dinheiro emprestado à confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, do concelho da Póvoa de Lanhoso.

78 Desconhecemos se se tratava do seu irmão Jerónimo.

79 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 272, fls. 152-153v.

Nesta operação financeira, Pedro de Aguiar encontrava-se rodeado dos mais importantes poderes da cidade: o poder religioso e o poder camarário. Ambos precisaram dele, usando o seu dinheiro para acabar as obras que estavam paradas por falta de liquidez da instituição em causa. O lastro financeiro deste homem era de monta e a perspicácia como investia o capital que tinha são dignos de registo. O crédito era mais vantajoso que o negócio e a aplicação de dinheiro, demonstra-o bem.

A análise aos montantes permite verificar que os mais elevados andavam nas mãos dos mercadores, e que estes subiam quase sempre acima dos 100 mil réis. As razões do pedido do dinheiro quase nunca foram explicitadas, mas percebe-se que em vários casos foi direcionado para o negócio. O exemplo de dois mercadores que solicitaram dois empréstimos evidencia não somente confiança nos emprestadores, mas também necessidade de dinheiro em vários momentos⁸⁰. Já os clérigos e os restantes homens dos ofícios pediam montantes consideravelmente inferiores.

Homem experiente no negócio, o mercador seguia este assunto com algum profissionalismo, assegurando-se de que o dinheiro não se perdesse, como acontecia com frequência, por incapacidade dos tomadores pagarem e também em alguns casos dos fiadores. Por isso, fazia escrituras públicas e recebia penhores, como forma de garantir que o dinheiro não entrava em descaminho. O casal recebeu penhores em objetos de ouro e prata, mas também roupa de cama e até pessoal. Estes bens serviam para assegurar o dinheiro emprestado. Em caso de incumprimento, a dívida estava garantida se não totalmente, em parte, com os objetos penhorados. O juro cobrado nas escrituras e letras oscilava entre 5 e 6,25%. Várias instituições e particulares usaram este expediente para assegurar que não seriam defraudados⁸¹.

80 Para esta matéria leia-se Ramos, Odete, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2015, p. 385.

81 Matos, Artur Teodoro de, “Empréstimos e penhores de uma confraria de Goa no século XVIII”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, 2002/2003, pp. 555-563.

Contrariamente ao crédito solicitado a instituições⁸², o crédito particular tem sido menos estudado, provavelmente pela existência de uma documentação menos acessível. Todavia, merece ser analisado por, pela mão dos particulares, passar uma parte muito importante do financiamento da sociedade moderna. Mas se o mercador emprestava, também recorreu ao crédito, abeirando-se da Misericórdia, de quem era irmão.

O testamento de Maria Vieira atesta também o envolvimento desta mulher nesta atividade, dando sequência aos negócios do marido neste setor.

Quadro 5. Empréstimo de dinheiro a juros por Maria Vieira na condição de viúva

Devedores	Montante (em réis)
19	840.070

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, 7º Livro de *títulos*, nº 37, fls. 32v.-33.

Como se constata pela análise do quadro 5, desceu muito o número de devedores e com eles o montante emprestado. A viúva manteve a atividade creditícia com mais moderação. Apesar disso, cuidou particularmente do retorno do dinheiro, exigindo penhores, principalmente nas dívidas maiores. Entre os 19 devedores, 5 tinham entregue penhores, ou seja, 26,3%. Foram deixados objetos de ouro, mas também peças de roupa. Os herdeiros de Adriano de Teive entregaram como garantia de uma dívida de 43.470 réis *hum cobertor de damasco caramezi com barras e huma mantilha do mesmo damasco com pellmanes de ouro e hum travesseiro lacrado de retros caramezi*. Mas também uma saia que estava empenhada em casa da viúva, sendo vendida por 400 réis, em 1662⁸³.

Entre os devedores de Maria Vieira contam-se homens do clero e leigos. Todos tinham feito uma escritura pública. Existem também

82 Leia-se o trabalho de Carboni, Mauro, *Il credito disciplinato. Il Monte di pietà di Bologna in età barroca*, Bologna, Il Molino, 2014.

83 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Termos 1662-1678*, nº 8, fl. 79.

herdeiros a assumir a dívida de familiares, provando o que afirmámos acima sobre a dificuldade de algumas dívidas serem pagas. Num caso constata-se a solicitação de capital para pagar uma outra dívida.

Com a morte do marido, os mercadores parecem ter desaparecido enquanto solicitadores de dinheiro a crédito. Entre os 19 apenas é mencionada essa profissão para um deles, embora sobre muitos não seja referida a ocupação. O registo privilegia outros aspetos, designadamente a morada. São vários os que eram seus vizinhos, residindo na mesma rua e nas circunvizinhas, conhecendo-a bem e sabendo das suas atividades neste campo. Nem todos tinham feito uma escritura pública, alguns somente um *assinado*, ou seja, o que demonstra critérios distintos, mas evidenciando cautelas com o negócio.

Para além de dinheiro a juro, os benfeitores investiram na compra de muitas propriedades que andavam aforadas, quer em Braga, quer fora da cidade. Eram ainda donos de duas juntas de bois que tinham a ganho em Prado, atual concelho de Vila Verde, e em Fraião, freguesia pertencente ao concelho de Braga, onde um caseiro cuidava dos seus bens. Mas eram ainda detentores de muitos bens móveis e imóveis.

A exploração da terra exigia a existência de gado bovino e outro, embora o mencionado fosse o mais utilizado nos trabalhos da lavoura. Devido ao seu preço nem toda a gente o podia ter, sendo propriedade apenas de quem tinha rendimentos para o efeito. Quem não o possuía, tomava-o a ganho, contratando com o dono a divisão dos lucros⁸⁴.

5. O investimento em negócios

Para além do empréstimo de dinheiro a juros, o mercador de sedas manteve também paralelamente uma outra atividade lucrativa: investia dinheiro no negócio de outros homens da cidade e de fora dela, mediante acesso a lucro. Intervinha em mais um setor

84 Oliveira, Aurélio, *Terra e Trabalho. Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o Antigo Regime, A Abadia de Tibães – 1620-1822*, vol. I, Porto, Edições ISMAI e CEDTUR – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico, 2013, pp. 266-267.

de risco, rodeando-se de precauções e selecionado as pessoas com quem negociava. O primeiro de que temos conhecimento data de outubro de 1633, quando estabeleceu um contrato de parceria com Francisco de Oliveira, alfaiate e morador na rua do Carvalhal, de Braga. Pedro de Aguiar investia dinheiro e aguardava o lucro que devia chegar a cada seis meses. No caso em estudo o mercador de sedas investiu 100 mil réis para o sapateiro usar no seu negócio, pondo o seu trabalho. O dinheiro só podia ser usado para mercadorias lícitas, que não estivessem associadas a corrupção, tendo o sapateiro de pagar sempre os direitos a Sua Majestade. Em caso de perda, esta seria assumida pelo parceiro de negócio, mas nunca pelo mercador, o qual ficava obrigado também todos os seis meses a entregar os ganhos na casa de Pedro de Aguiar, devendo os mesmos ser divididos em partes iguais entre os dois, após tirados o principal e os gastos. O lucro devia ser entregue em boa moeda de ouro ou prata, e sempre que o mercador de sedas lho pedisse, não podendo ser alegado que este estava investido. De imediato, Pedro de Aguiar entregou o dinheiro ao novo parceiro de negócios, o qual apresentou fiador e hipotecou todos os seus bens. Em 1634 fez um contrato com o tratante João Gomes, morador na praça Nova da porta do Souto. A escritura foi lavrada nas casas de Francisco Vaz, cidadão de Braga, situadas no campo da Vinha. A escritura lavrada na presença dos próprios e de testemunhas assentava num contrato acordado previamente entre ambos que previa a entrega de 50 mil réis por Pedro de Aguiar, dando João Gomes o *seu trabalho e industria de sua pessoa e de seus negociadores*. O modelo de contrato era igual ao supra citado e as condições as mesmas. João Gomes ficava impedido de apresentar qualquer motivo para não devolver o próprio e os ganhos ou afirmar que o dinheiro estava investido. Para o efeito hipotecou todos os seus bens móveis, imóveis e o terço da alma e apresentou como fiador Lourenço Fernandes, sirgheiro, da Rua Nova⁸⁵.

85 ADB, Fundo notarial, Livro nº 256, fls. 87-88v.

O uso das fontes notariais para o estudo destes e de outros negócios, nomeadamente no que diz respeito ao comércio, tem sido muito limitado, embora a riqueza das fontes seja imensa⁸⁶. Para um estudo dos negócios e dos mercadores da cidade, a consulta desta fonte é incontornável. Este é mais uma temática que precisa de ser estudada!

Neste mesmo ano, mas no mês de Setembro, o tabelião de notas deslocou-se à casa de Pedro de Aguiar para efetuar novo contrato do mercador de sedas com Pedro Rodrigues de Alvarenga, morador em São Salvador de Covas, concelho de Vila Nova de Cerveira. Tratava-se de mais um mercador, que levava 200 mil réis de Pedro de Aguiar para investir nas mesmas condições dos contratos acima referidos. Como se referia na escritura, tratava-se de um contrato de parceria e obrigação⁸⁷. Pedro de Aguiar entrava com dinheiro e os sócios com o seu trabalho e loja, sendo o lucro dividido todos os seis meses e sem perdas para o investidor.

As aplicações feitas por Pedro de Aguiar em setores lucrativos não deixam de surpreender, pois o mercador de sedas estava em simultâneo a investir em negócios de outros e a solicitar crédito para a sua loja, como aconteceu em 1637. Nesse ano fez um grande empréstimo à Câmara de Braga e pediu um outro à Misericórdia para a sua loja. Em junho do citado ano deslocou-se à Misericórdia onde se encontrava o provedor Manuel Luís de Azevedo e mais mesários para lavrarem uma escritura notarial que estabelecia um contrato e parceria entre a confraria e o mercador. O provedor declarou a disponibilidade de dinheiro, após consulta de *peessoas doudas e religiosas*, que pertencia aos pobres, para investir em *fins licitos e ganho honesto*, estando contratado com Pedro de Aguiar para lhe dar 590 mil réis além dos 410 que já tinha levado anteriormente, através de uma escritura, feita em março de 1636, o que perfazia um total de 2.500 cruzados. O dinheiro destinava-se a aplicar na sua indústria, para empregar em mercadorias

86 Veja-se o trabalho de Ferreira, Sérgio Carlos; Ribeiro, Joana Isabel de Almeida; Rodrigues, Pedro Gentil; “Episódios de comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. 5, 2004, p. 212.

87 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 260, fls. 151v., 154-154v.

consideradas lícitas, ficando obrigado a pagar cada seis meses a metade dos lucros obtidos, os quais seriam divididos em partes iguais entre os credores e o mercador e nas condições acima mencionadas, assim como os juros, que corria à razão de 6, 25% de juro⁸⁸.

Tal como Pedro de Aguiar, também a Santa Casa investia em negócios, recorrendo ao capital que tinha, aplicando-o em setores rentáveis e entregando-o a uma pessoa de total confiança. Irmão da confraria, o mercador servia-se da instituição, como muitos outros, para se abastecer de dinheiro⁸⁹.

Mas como se justifica esta dupla opção? Emprestava e simultaneamente pedia, submetendo-se ao pagamento dos juros que recebia e à entrega de metade dos lucros. Pedro de Aguiar financiava outros e financiava-se na Santa Casa, atuando em várias frentes e acumulando lucro. Solicitar crédito não o diminuía porque acreditamos que ganhava com este negócio. O dinheiro que ia buscar à Misericórdia era novamente emprestado nos muitos empréstimos que fazia. Ou seja, jogava com o seu dinheiro e com o dos outros, numa lógica de acumulação de capital e de poder. Aproveitando uma situação adversa, a partir de 1641, o mercador de sedas viu em vários setores oportunidades de lucro e aumento de liquidez, os quais transformou em fatores de sucesso⁹⁰. Sublinha-se que o investimento em negócios era mais lucrativo que o empréstimo a crédito, uma vez que lhe proporcionava rendimentos semestrais enquanto no outro eram anuais.

Em 1644, o mercador de sedas recebeu na sua casa o tabelião e o padre Afonso de Magalhães, morador na vila de Viana da Foz do Lima, o qual informou ter necessidade de 50 mil réis, que o mercador

88 ADB, Fundo notarial, *Livro n.º 274*, fls. 115-117v.

89 Leia-se a propósito Monteiro, Nuno Gonçalves, *A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Casa Nacional da Moeda, 2003. Veja-se também Ramos, Odete, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)...*, p. 346.

90 Béguin, Kátia, "Notaries and Domestic Lending in Wartime (Seventeenth and Eighteenth-Century France)", in Lorenzini, Marcella; Lorandini, Cinzia; Coffman, D'Maris (eds.), *Financing in Europe. Evolution, Coexistence and Complementarity of lending. Practices from the Middle Ages to Modern Times*, s. n., Palgrave, Macmillan, 2018, p. 196.

lhe prometera emprestar à razão de juro referido, valor seguido também pela Misericórdia da cidade. O dinheiro foi imediatamente entregue pelo mercador em moedas correntes⁹¹. Ficou estabelecido que os juros deviam ser pagos duas vezes ao ano: uma em meados e outra no fim, possibilitando um maior controlo ao prestador. O contrato obrigou o solicitante a hipotecar os bens existentes e os que no futuro viesse a possuir, como garantia do dinheiro emprestado⁹². No mesmo ano emprestou mais 200 mil réis a Alexandre Correia, morador na rua do Souto, pessoa sua conhecida e do mesmo ramo profissional. O dinheiro destinava-se a ser usado em mercadorias⁹³. O juro a pagar era igual ao anterior e a modalidade de pagamento também, sendo o dinheiro entregue em moedas de seis vinténs e outras em moeda corrente⁹⁴. E ainda mais 100 mil réis a João Álvares, ferreiro, morador na rua Nova, utilizando as condições anteriormente referidas no que respeita ao pagamento de juros e hipoteca⁹⁵. Só neste ano, o casal emprestou 350 mil réis em dinheiro que dizia ter disponível para despesas de sua casa, mas que afinal estava livre para o colocar a render.

6. A aquisição de medidas de pão e de bens imóveis

Foi nas décadas de 30 e 40 que o casal decidiu adquirir bens de raiz em vários concelhos e medidas de pão. O investimento tinha como finalidade rentabilizar o dinheiro que possuía e canalizar as medidas de pão para venda, senão na totalidade, uma parte delas, e posteriormente para o recolhimento e a capela que instituíram na igreja de Nossa Senhora-a-Branca.

91 Para este assunto consulte-se Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2015, pp. 284-287.

92 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 303, fls. 135-136.

93 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 306, fl. 109.

94 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 306, fl. 109.

95 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 306, fls. 140-141.

A compra de medidas de pão parece ter-se iniciado em 1633, data em que o mercador de sedas comprou 35 medidas de pão pelo preço de 37 mil réis ao colega de profissão Álvaro Leite Pereira⁹⁶. Posteriormente, em 1635, João Martins, mercador e morador do rossio do Castelo, logo vizinho de Pedro de Aguiar, decidiu trespassar para o seu colega um contrato que tinha de arrendamento de medidas de pão. João Martins tinha arrendado os frutos e rendimentos da quinta de Cabanas, da freguesia de São Martinho de Dume, termo de Braga, e da quinta de Agra, do concelho da Póvoa de Lanhoso, por nove anos, dos quais já tinha colhido quatro anos. Desistindo do restante tempo, contratou com Pedro de Aguiar passar-lhe o arrendamento dos restantes cinco anos, ou seja, 1.000 medidas de pão, pagando 200 por ano, sendo 120 de milho e 80 de centeio, devendo ser pão limpo e entregue na casa do mercador de sedas, pelo dia de São Martinho. As medidas deviam equivaler às usadas na Alfândega, perfazendo um total de 30 mil réis. Na sequência, Pedro de Aguiar entregou o dito montante de dinheiro e João Martins declarou-se pago para sempre, mas o mercador de sedas, querendo manter-se seguro, exigiu um fiador. Serviu essa função Geraldo Ribeiro, morador na quinta de Cabanas, que garantiu o ganho a Pedro de Aguiar⁹⁷.

A experiência não correu bem, pois no ano seguinte, o mercador de sedas foi levado a fazer uma escritura de *espera e obrigação* por não lhe ter sido pago atempadamente. Em junho do referido ano, Pedro de Aguiar lavrou escritura no tabelião com Domingos Gonçalves e sua mulher e ainda António Lopes, moradores na freguesia de São Martinho de Dume. O citado mercador tinha alcançado sentença contra Gonçalo Ribeiro, pedreiro, residente na referida paróquia e familiar dos ditos Domingos Gonçalves e António Lopes. Estava em causa a falta de pagamento das medidas de pão anteriormente referidas e que Gonçalo Ribeiro igualmente não pagara e temia que outros credores de João Martins o procurassem também para saldar

96 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 254, fls. 137-139.

97 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 264, fls. 3-4v.

outras dívidas. Pediu, por isso, que se compusessem e que o mercador esperasse mais algum tempo e prometeu pagar cinco mil réis no dia de São Miguel a partir de 1637 e daí para diante, ao mesmo tempo que Domingos Gonçalves ficou obrigado a pagar 35 mil réis, sendo 15 mil entregues no dia de São Miguel e o restante nos próximos quatro anos no citado dia. Já António Lopes ficou com o encargo de pagar 25 mil réis, que entregaria no próximo 29 de setembro. Enquanto principais pagadores, estes homens procuraram suavizar o pagamento, sem contudo, deixarem de o fazer⁹⁸. Para o mercador de sedas, a escritura de espera e obrigação procurava resolver a falência de João Martins, pouco tempo após o contrato assinado.

A entrada neste circuito parece ter sido feita pela mão de colegas de profissão, alguns vizinhos e talvez amigos, demonstrando a articulação e diversificação de negócios, mas também o perigo que podia surgir quando estes não corriam bem. As ligações profissionais terão servido de mola propulsora para novos investimentos, uma rede bem articulada que estabelecia dependências uns dos outros, mas onde Pedro de Aguiar foi sempre vencedor.

Adquirir e ostentar bens de raiz ou móveis, usar títulos e estabelecer relações sociais nas várias instituições a que pertenceu e em termos profissionais, e de amizade foi o caminho seguido pelo mercador como forma de ascensão e distinção social. Pedro de Aguiar para além de ser referido pelo seu nome, era sempre nomeado como familiar do Santo Ofício, cargo que lhe dava muita notoriedade em termos locais.

Este movimento de compras de bens de raiz e medidas de pão prosseguiu em abril de 1637 quando o casal de mercadores decidiu adquirir a Domingos Jácome e a Inês Gonçalves, marido e mulher, moradores na freguesia de Santa Maria da Avelada, termo de Braga, uma bouça e mais propriedades, e ainda duas medidas de pão meado. A escritura abria ainda a possibilidade aos compradores, de mais tarde, da metade do casal que compravam, serem-lhes pagas 20 medidas do

98 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 269, fls. 159-160v.

citado pão. Um casal estava geralmente dividido em diversas subunidades culturais, constituindo os prazos uma delas. Característica da pequena e média propriedade, o casal era uma importante unidade na vida agrária familiar, principalmente no noroeste de Portugal. Podia ser identificado como quinta, herdade e granja⁹⁹, estar emprazado a vários indivíduos e incluir várias casas. Tratando-se da principal unidade agrária do Minho, era composta normalmente por campos, leiras, casa agrícola, palheiros, etc. Os vendedores deram como fiador Domingos Rodrigues¹⁰⁰. Nesta data, Pedro de Aguiar e Maria Vieira tinham ainda filhos vivos, pois a compra destinava-se a eles e aos seus herdeiros, o que faz pensar que estes ainda não tinham morrido.

Passados dois anos, em 1639 o casal voltou a comprar mais 20 medidas de pão a Domingos Afonso e a sua esposa Margarida Gonçalves e 12 a Álvaro Luís Vieira e a sua mulher Isabel Gonçalves, moradores na freguesia de Parada de Gatim, termo da vila de Prado, que dista de Braga apenas alguns quilómetros. Os dois casais tinham vários campos e leiras, alguns com árvores de fruto e vinha, e venderam ao mercador estas medidas de pão meado, as primeiras pelo preço de 40 mil réis e as segundas por 24 mil réis. Nas escrituras estudadas encontramos várias árvores, como castanheiros, salgueiros, videiras e oliveiras¹⁰¹. O vinho desta região é verde, cultivado em videiras de enforcado e ou em ramadas ou latadas. Como menciona Aurélio de Oliveira, a existência de árvores nos campos da região era abundante e comum.

A escritura ocorreu na casa do tabelião, no campo da Vinha, homem que lavrará várias escrituras do mercador. Percebem-se as relações de proximidade entre ambos, o que levou Pedro de Aguiar a

99 Aurélio de Oliveira encontrou na abadia de Tibães uma variedade de árvores e de vegetação para os séculos XVII e XVIII. Leia-se Oliveira, Aurélio, *Terra e Trabalho. Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*, vol. I..., p. 84. Durães, Margarida, "A posse da terra na região rural de Braga no século XVIII", in *Ler História*, 43, 2002, p. 58.

100 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 275, fls. 26-27.

101 Oliveira, Aurélio, *Terra e Trabalho. Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o Antigo Regime*, vol. I..., p. 255.

recorrer com frequência aos seus serviços¹⁰². Nela se estabeleceram as condições de recepção e de prazo de entrega do pão na casa de Pedro de Aguiar, já no ano em questão, pelo São Miguel¹⁰³.

Entre 1639 e 1647 não conhecemos mais investimento na aquisição de medidas de pão, o que pode estar relacionado com os legados e as doações feitas à Misericórdia e a outras confrarias da cidade. Recorde-se que foi neste arco temporal que se conheceu um enorme investimento na confraria de Nossa Senhora-a-Branca e no hospital de São Marcos.

Dois meses após, foi lavrada nova escritura, agora na casa do mercador entre ele, sua mulher e Pedro Francisco, casado com Ana Gonçalves, residentes na freguesia de São Mamede de Escariz, concelho de Penela, em que estes vendiam 12 medidas de pão meado àqueles, pelo preço de 24 mil réis e nas condições acima mencionadas¹⁰⁴.

Em maio de 1647 o casal Pedro Gonçalves e Isabel Domingues, da freguesia de São Pedro de Escariz, do concelho de Portela das Cabras, fez uma escritura com Maria Vieira e Pedro de Aguiar, vendendo-lhes 12 medidas de pão meado, de trigo e centeio, por 24.000 réis. Estas medidas de pão saíam de um campo cercado que levava de semente oito alqueires de centeio, de outro campo que levava de semente dois alqueires de centeio, o qual tinha água de lima e de regadio, e de mais um outro que era regado com água de lima. A referência em várias escrituras à existência de água, quer de regra, quer de lima é pertinente e nas terras pesadas do Minho assume grande relevância. Sem água, os campos são menos produtivos e alguns cereais como o milho requerem-na em abundância. Terras com água eram mais valorizadas. Todas estas propriedades estavam livres de qualquer obrigação, pois não tinham sido hipotecadas, doadas ou alienadas. As medidas

102 Sobre estas relações leia-se Fontaine Laurence, “L’activité notariale (note critique)”, in *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, 48^e année, n^o 2, 1993, p. 477.

103 ADB, Fundo notarial, *Livro n^o 283*, fls. 134v.-137.

104 ADB, Fundo notarial, *Livro n^o 284*, fls. 84v.-86v.

de pão tinham que ser pagas no dia de São Miguel a partir do citado ano, por assim ter ficado acordado e pago¹⁰⁵.

Considerado o baixo rendimento por semente, principalmente no que diz respeito ao trigo e centeio, a área de cultivo tinha de ser alargada, pese embora estarmos perante uma propriedade muito repartida, de minifúndio, composta, por vezes, de parcelas de terra muito pequenas¹⁰⁶.

Passados dois meses, foi lavrada nova escritura, surgindo uma vez mais Pedro de Aguiar como comprador de mais 12 medidas de pão. Venderam Francisco Fernandes e sua mulher Maria Gonçalves, lavradores e moradores na freguesia e concelho supra citado. Estas medidas de pão custaram 24.000 réis, igual montante ao pago anteriormente, e foram adquiridas nas mesmas condições. Saíam de um campo que levava de semente *mais ou menos* sete alqueires de centeio, de um outro que tinha uveiras e tojo e levava de semente cinco rasas¹⁰⁷ e de mais outro que levava três rasas de semente. Esta escritura tem como pormenor o facto de ser mencionado que Maria Vieira estava presente¹⁰⁸.

Já na condição de viúva, Maria Vieira prosseguiu com os negócios da família, seguindo a mesma estratégia do marido. Em finais de janeiro de 1657, com o tabelião em sua casa, comprou mais medidas de pão. Nessa altura, a compradora teria já na ideia a fundação do coro e a sustentação dos padres coreiros. De outra forma, não se justifica a aquisição de mais medidas de pão. Adquiriu de Bento Fernandes e de sua mulher, lavradores da freguesia de Atiães, termo de Prado, 10 medidas de pão pagas anualmente, provenientes de uma leira que possuíam na citada freguesia. O pão seria entregue em casa da compradora, pelo São Miguel¹⁰⁹, e devia apresentar os mesmos procedimentos das medidas

105 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 313, fls. 42v.-43v.

106 Para este assunto consulte-se Oliveira, Aurélio, *Terra e Trabalho. Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o Antigo Regime, A Abadia de Tibães – 1620-1822*, vol. II..., pp. 204-205.

107 Antiga medida com capacidade aproximada do alqueire.

108 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 317, fls. 13v.-14.

109 Confira-se Medeiros, João Luís, *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo-funcionamento e património (das origens a meados do século XVII)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003, dis. de Mestrado policopiada.

anteriormente compradas pelo casal. Estavam em causa 22 mil réis, que Maria Vieira pagou na hora aos citados vendedores. No mesmo dia e no mesmo local, comprou mais 10 medidas de pão a Gaspar Fernandes e a sua mulher Ângela Gonçalves, lavradores e moradores na freguesia acima referida, provenientes de umas casas, currais, palheiros e uma leira com uveiras e árvores de fruta, pelo preço de 42 mil réis. As exigências colocadas pela compradora eram as mesmas em todos os atos notariais e decalcavam o que o seu falecido marido exigia¹¹⁰.

A cultura das árvores de fruto existia em todos os campos do Minho, com predominância, para as laranjeiras, limoeiros, tangerineiras e cidreiras nas terras baixas e abrigadas. Já os castanheiros cultivavam-se mais em planaltos e montanhas¹¹¹.

No ano seguinte, a viúva continuou a comprar medidas de pão no concelho de Vila Chã. Em julho foi feita nova escritura de compra a João Carvalho e sua mulher Ana Francisca, lavradores, de 11 medidas de pão anualmente, respeitantes a dois campos: um situado na freguesia de Esqueiros e outro na freguesia de Parada de Gatim. As medidas eram de pão meado e tinham o valor de 24.200 réis. As condições estabelecidas na escritura repetem as enunciadas anteriormente, ficando a compradora isenta de qualquer responsabilidade, uma vez que os cereais deviam ser entregues em sua casa, tal como anteriormente afirmámos¹¹². O montante foi pago no ato, atuando sempre à semelhança de Pedro de Aguiar.

Ainda em 1658 e poucos dias após a escritura anterior, Maria Vieira adquiriu mais 26 medidas de pão meado, pagas anualmente a outra mulher chamada Francisca de Azevedo, viúva do vidraceiro Pedro Álvares e moradora na rua do Anjo. A escritura foi lavrada na moradia da citada Francisca de Azevedo e contou com a presença do padre João Gomes Barreiros, enquanto representante da tia.

110 ADB, Fundo notarial, *Livro n° 357*, fls. 9v.-11.

111 Ribeiro, Orlando, *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1945, p. 124.

112 ADB, Fundo notarial, *Livro n° 359*, fls. 191-192.

As 26 medidas eram pagas a Francisca de Azevedo pelos herdeiros de Marcos Domingues de Figueiras, do concelho de Vila Chã, que agora as trespassava à viúva do mercador de sedas, pelo valor de 60 mil réis. As condições de pagamento e de entrega das referidas medidas eram as mesmas das escrituras anteriores¹¹³.

Para além do negócio em causa, a fonte é elucidativa sobre outro aspeto que merece destaque: o envolvimento das mulheres na condição de viúvas em negócios, seguindo uma estratégia familiar e rentabilizando e aumentando o seu património¹¹⁴.

Dois dias após, uma vez mais a viúva do mercador de sedas recebeu em sua casa o tabelião, testemunhas e os vendedores para lavrar mais uma escritura de compra de 10 medidas de pão pagas anualmente. Venderam Domingos Vaz e sua mulher Maria Dias, lavradores da freguesia de São Martinho da vila de Prado, provenientes de um campo que possuíam com uveiras e água de rega e de lima, no valor de 24 mil réis. Maria Vieira mantinha as mesmas cláusulas das escrituras anteriores e uma vez mais fazia-se acompanhar pelo irmão e sobrinho, padres¹¹⁵.

À semelhança do que fazia a pequena nobreza na Galiza, o mercador e a sua esposa investiram na aquisição de medidas de pão e menos na compra de terras como forma de aumentar o seu património¹¹⁶.

Maria Vieira decalcava a estratégia do seu marido, aumentando o património familiar. Rodeava-se agora mais do seu irmão padre João Vieira e do sobrinho João Gomes Barreiros, que a acompanhavam nestes atos, na condição de padres e de familiares muito próximos.

113 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 360, fls. 14v-15v.

114 Sobre a condição das mulheres viúvas veja-se o trabalho de Fernandes, Maria de Lurdes Correia, “Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)”, in *Faces de Eva*, 1-2, 1999, pp. 51-86.

115 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 360, fls. 28v.-29v.

116 Saavedra, Pegerto, “La vida de los pazos gallegos entre la civilidad y la rudeza”, in *Chronica Nova*, nº 35, 2009, p. 169.

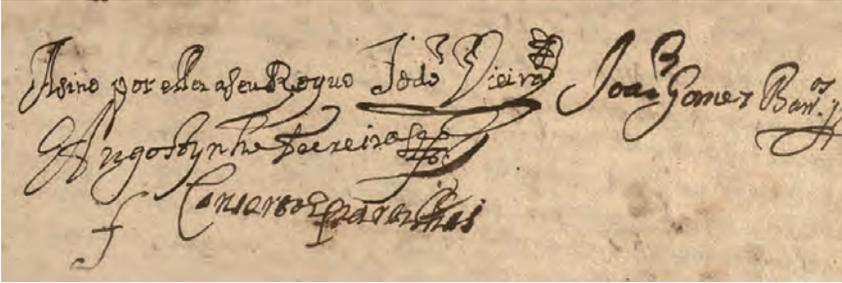


Imagem 1. Imagem das assinaturas de João Vieira e João Gomes Barreiros

Fonte. Fundo notarial, Livro nº 363, fl. 147.

Sublinhe-se que em dois anos Maria Vieira comprou 67 medidas de pão, gastando 152.000 réis. O ritmo a que efetuou estas aquisições é demonstrativo do plano seguido para a concretização do projeto do coro, que nessa altura já devia estar pensando.

As aquisições estudadas inserem-se num projeto de afirmação e consolidação da ascensão social do casal, à semelhança do que era corrente na época,¹¹⁷ mas algumas delas prepararam também o futuro do recolhimento e da instituição do coro. A morte de Pedro de Aguiar não abateu Maria Vieira neste particular. Atuando rodeada de segurança, a viúva deu continuidade ao aumento da propriedade familiar, investindo na aquisição de bens e dando dinheiro a juro.

Uma outra opção de investimento passou pela aquisição de propriedades nos arrabaldes da cidade e numa área mais alargada, mas não muito longe de Braga. A aquisição de bens imóveis rurais, parece ter sido uma outra opção. O casal de mercadores comprou em 1636 o prazo de um campo a Alexandre Lobo, cidadão de Braga, e a sua mulher Madalena de Barros, situado na freguesia de Fraião, termo da cidade. Esta propriedade pertencia à confraria de São João do Souto. O campo da Gândara, cerrado sobre si, era também possuidor

¹¹⁷ Para este assunto consulte-se Neto, Margarida Sobral, *O universo da comunidade rural...*, p. 69.

de água e foi trespassado por 40 mil réis, dinheiro que o mercador de sedas entregou no ato aos vendedores¹¹⁸. No ano seguinte, o casal de mercadores trespassou este prazo aos lavradores António Gonçalves e Isabel Rodrigues, moradores na citada freguesia de Fraião, ficando obrigados a entregar a Pedro de Aguiar 24 medidas de pão anualmente em sua casa e nas condições supra citadas¹¹⁹.

Em 1642, o tabelião voltou à casa do mercador e nela apareceram Bento Luís e sua mulher, Maria Fernandes, moradores em Lamações, mais Tomé Luís e sua mulher, Teresa Francisca, moradores na rua de São Marcos, em Braga, para venderem uma leira com *seus pertences e entradas e saídas e serventias* que tinham na referida paróquia. O terreno possuía árvores de fruto e foi vendido por 7.800 réis, pagos pelo comprador na hora em moeda corrente, que os vendedores contaram e receberam, declarando-se pagos. Embora a escritura ocorresse na casa de Pedro de Aguiar, Maria Vieira não esteve presente, nem as razões foram esclarecidas¹²⁰.

Passados quatro anos, o mercador fez nova escritura para adquirir mais terras. Desta vez fê-lo a Maria Antónia, viúva de Sebastião Gomes, residente em São Paio, de Vila Verde. Comprou por 27 mil réis metade de um campo que levava quatro alqueires de semente de centeio¹²¹, uma metade de um lameiro que de semente levava três quartos de centeio, mais metade de outro campo que levava uma rasa de semente de centeio e ainda metade de uma leira que levava a mesma quantidade de semente do referido cereal. Adquiriu também metade de umas casas dotadas de uma eira e metade de uma bouça¹²². A paisagem agrária integrava também bouças. Estas proporcionavam mato aos camponeses, que existia entre as árvores, o que permitia o

118 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 271, fls. 108v.-110.

119 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 272, fls. 113v.-115.

120 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 294, fls. 173v.-174v.

121 Embora o milho estivesse difundido na região, o centeio continuava a ter uma forte implantação. Leia-se Neto, Margarida Sobral, *O universo da comunidade rural*, Viseu, Palimage Editores, 2010, p. 266.

122 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 312, fls. 106v.-107v.

abastecimento destas plantas para as cortes dos animais, mas não só, e ainda lenha, combustível indispensável nas habitações.

Estávamos no mês de maio e após seis dias nova compra foi efetuada à viúva de Tomé Ribeiro da freguesia da anterior. O mercador estava no momento interessado em adquirir terras e casas na citada região, fazendo-o a um ritmo impressionante. Comprou palheiros e currais, um eido e terra lavradia, 9 medidas de pão meado, tudo pela quantia de 18 mil réis, pagos em moedas de dois tostões e outras moedas correntes em Portugal¹²³. Nessa altura, a preferência pelo negócio estava direcionada para o extinto concelho de Portela das Cabras e Vila Chã, atual concelho de Vila Verde.

Mais tarde, Pedro de Aguiar mudou de opção e deixou esse espaço geográfico, passando a investir em Lamações, localidade mais próxima da sua residência e muito perto da de Fraião, onde já tinha outros imóveis. Em agosto de 1647 o casal adquiriu um conjunto de propriedades na freguesia de Lamações, termo de Braga. Estas tinham sido doadas ao colégio de São Paulo da cidade, instituição dos jesuítas, por Maria Nogueira, moça solteira, já falecida. Pedro de Aguiar comprou a herdade por 8 mil réis, que pagou de imediato, no ato. Tratava-se de *um encouto*, formado por casas com uma eira, um cortelho, um souto com passagem de um ribeiro e castanheiros, carvalhos, salgueiros, loureiros¹²⁴, ou seja, um conjunto de imóveis com diversas árvores relevantes para o mundo rural de seiscentos, como eram as de fruto, mas igualmente outras que dariam madeira para a vida camponesa e para a vida doméstica.

A aquisição de propriedades e de medidas de pão num período em que a quebra de rendimento da terra era acentuada pode ser explicada como uma forma de aplicar dinheiro num setor considerado seguro, mas também como maneira de garantir a vida das beatas do recolhimento que o casal fundaria, pois garantia o pão consumido diariamente. É também notória a subida de preço dos cereais o que estará ainda associado

123 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 313, fls. 42v.-43v.

124 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 317, fls. 113-114v.

a condições climatéricas adversas¹²⁵. Neste sentido, assegurar cereais significava segurança para as beatas, pois mesmo em tempo de preços aumentados viam a sua subsistência garantida com os rendimentos para confeccionar o pão. Homem de negócios, Pedro de Aguiar pensou numa estratégia segura para deixar as mulheres recolhidas numa situação confortável, tonando a instituição viável após a morte do casal.

Mas se comprou, o casal também vendeu. Em julho de 1647, decidiu vender umas casas que possuía na rua do Souto por 260 mil réis a Frutuoso Gomes, mercador na mesma rua, e a sua mulher Francisca Gomes. Este casal já residia nas referidas casas, embora no momento da compra Francisca Gomes estivesse presa, não estando, por isso, presente no ato. As casas eram compostas por dois sobrados e confrontavam a nascente com Miguel Rodrigues, tratante, a poente com Francisco da Costa, mercador de panos de linho, a norte com a praça e a sul com Dominguos Ferreira, violeiro, da rua das Águas¹²⁶. As informações deixadas sobre os confrontantes são bem elucidativas das atividades económicas existentes na rua mais importante da cidade em termos de negócio, mas também da sua diversidade. O comprador pagou no ato o montante negociado. Pensamos serem estas as casas que Maria Vieira recebeu de seus pais no dote de casamento, mas não temos total segurança sobre o que afirmámos.

Sobre todos estes campos e leiras são referidos com pormenor os confrontantes, deixando o investigador com informação para conhecer os proprietários, bem como os confrontantes e ainda estimar a dimensão destas através da semente que levavam.

Em todos estes atos notariais, Pedro de Aguiar e a mulher contaram com diversas testemunhas. Eram pessoas muito próximas, algumas delas suas familiares e outras do mesmo ramo profissional ou de outros negócios. Viviam maioritariamente na cidade ou nas suas imediações, refletindo o seu universo de relações.

125 Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vol. I..., pp. 228-232; Faisca, Carlos Manuel, "O preço da crise: níveis de vida no Portugal seiscentista", in *Revista da História da Sociedade e da Cultura*, 12, 2012, pp. 258-262.

126 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 316, fls. 198v.-199.

7. A conflitualidade e o recurso a procuradores

A relação do casal, nomeadamente do mercador, com os tabeliães da cidade não se limitou aos atos já referidos. Em 1634, 1639, 1644, 1646, 1648, 1653, 1656 e 1657 Pedro de Aguiar e Maria Vieira tiveram necessidade dos seus serviços para passar procurações a pessoas de sua confiança, a fim de tratar de negócios que tinham em Braga e em outras cidades do reino. A primeira procuração de que temos conhecimento foi passada em 1634 e tinha por objetivo delegar poderes em vários homens da cidade para tratar de um conflito com um vizinho. Os licenciados Pero Pereira, Fernão da Silva e Pero Machado, mas também Manuel Pereira e André Gomes, este último mercador, e ainda a Amaro Tinoco foram investidos de poderes para *requerer e alegar* em seus nomes. Estava em causa um conflito com Manuel Ribeiro, morador no rossio do Castelo, por este ter em curso umas obras na sua moradia, que prejudicavam os interesses de Pedro de Aguiar e Maria Vieira¹²⁷. Interessados na sua defesa, não se pouparam a esforços para salvaguardar os seus interesses, nomeando seis homens para tratar do assunto.

A relação que o mercador mantinha com muitos destes homens era mais do que estritamente profissional e de prestação de serviços. Com André Gomes, por exemplo, devia ser muito próxima, porquanto Pedro de Aguiar foi conjuntamente com Gaspar da Rocha, também mercador no campo de Santa Ana, de Braga, fiador do dote de casamento de sua mulher. Em abril de 1633, André Gomes, seu vizinho e colega de profissão, passou escritura de quitação, desonerando de qualquer pagamento os citados fiadores, por o dote estar pago e eles quites e livres¹²⁸.

Passados cinco anos, em 1639, nova procuração foi passada a António Pires Lopes, morador na cidade de Lisboa, para poder, *cobrar, receber e arrecadar* de Pedro Ribeiro, natural de Braga, por qualquer

127 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 257, fls. 70v.-71.

128 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 252, fls. 57v.-58.

via que fosse e passar *paga e quitação*¹²⁹. A escritura feita em casa do mercador não esclarece a proveniência da dívida, mas devia estar associada aos negócios da sua loja, tendo-se servido de uma pessoa sua conhecida que residia na capital. Em 1644 nova procuração foi passada, desta vez a uma pessoa de família, ao seu cunhado António Correia, também mercador, para tratar de assuntos na cidade do Porto, numa causa que movia, juntamente com mais quatro homens, contra Francisco de Barros, da referida cidade. António Correia era muito próximo de Pedro de Aguiar em termos profissionais e pessoais. A confiança que nele depositava levou Pedro de Aguiar a nomeá-lo seu testamenteiro. A procuração dava ao seu cunhado plenos poderes para agir tanto nas justiças *assim eclesiasticas como senhoris*¹³⁰. Outra procuração foi passada em 1646 no Campo da Vinha, onde morava o tabelião Martim Gonçalves, sendo desta feita ao licenciado Manuel da Costa Ferreira e ainda a Manuel Nunes, a Francisco Soares da Costa e a António André de Barros, este último mercador, para atuar na cidade do Porto, sugerindo tratar-se da causa anterior¹³¹. Uma vez mais, o leque de procuradores alargou-se, o que parece indiciar que o processo era complexo e demorava a resolver-se, precisando também de pessoas competentes em Direito. Dois anos volvidos, foi feita nova procuração pelo mercador a mais três homens com plenos poderes para o representar na causa que tinha na Justiça¹³². A informação que possuímos destes atos é muito escassa e pouco elucidativa sobre a questão em causa, embora seja clara sobre a determinação do mercador em resolver os pendentes que tinha, fazendo-se representar no local por homens que considerava serem de sua inteira confiança e bons defensores dos seus assuntos e interesses.

Talvez para tratar de vários assuntos resultantes da morte de Jerónimo Gomes da Silva, em 1653 Pedro de Aguiar e Maria Vieira

129 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 285, fl. 120.

130 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 320, fls. 130-131.

131 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 314, fl. 165.

132 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 317, fls. 84-84v.

passaram procuração a vários homens: aos advogados de Braga: Jácome de Araújo, João Francisco Góis, Manuel da Costa, Bento de Araújo, ao sobrinho que residia em sua casa João Gomes Barreiros, a Domingos Gomes, mercador e morador na rua Nova, de Braga, e a Bento Borges para em seus nomes poderem possuir, *procurar, requerer e alegar* em todas as suas causas e em todas as Justiças¹³³. O plantel de juristas e de outros homens era extenso e demonstrador em primeiro lugar da força mobilizadora do casal e da capacidade que tinha de lutar pelos seus interesses na Justiça. Uma vez mais o sobrinho acompanhou estes homens, representando e seguindo de perto os interesses familiares.

Já perto da morte do mercador, mas com assuntos por resolver, o casal fez seus procuradores em Março de 1656 o licenciado Bento da Fonseca, de Barcelos, e Pedro Gonçalves, de Joane, para em seu nome poderem *procurar, requerer e alegar* numa causa que movia a Francisco Gonçalves, da freguesia de São Martinho de Pousada, termo de Barcelos, e a Jorge Gonçalves, de Joane. A razão não é muito clara, mas sabe-se que estava em causa uma troca e venda de um casal efetuada pelo dito Jorge Gonçalves ao referido Francisco Gonçalves. Os poderes dos procuradores alargavam-se para que pudessem embargar qualquer obra que Francisco Gonçalves pensasse realizar¹³⁴. Ainda que não possuamos todos os contornos para analisar esta matéria, trata-se de um conflito entre o casal e dois homens e tem como mote umas propriedades. A conflitualidade rural era grande na Idade Moderna e está presente em vários aspetos do quotidiano, como trabalhos mais recentes têm demonstrado¹³⁵.

No ano seguinte, Maria Vieira contratou os serviços dos advogados Jácome de Araújo, João Francisco Góis e Manuel da Costa, pessoas já suas conhecidas e a quem anos antes tinha recorrido conjuntamente

133 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 350, fls. 81v.-82.

134 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 350, fl. 109.

135 Leia-se Monkkonen, H.; Johnson, Eric, A. (ed.) *The Civilization of Crime. Violence in Town and Country since the Middle Age*, Illinois, University of Illinois Press, 1996, p. 13.

com o seu esposo, passando-lhes uma procuração, assim como ao sobrinho, João Gomes Barreiros, na altura ainda estudante, e ainda a Domingos Gomes, mercador da rua Nova, a Inácio Francisco da Costa, da rua do Souto, e a José de Sousa, morador da rua das Águas, da cidade de Braga, para cada um deles poder *requerer, procurar e alegar* em seu nome¹³⁶. O assunto não foi dado a conhecer, mas percebe-se que se mantinha em aberto uma questão séria que a viúva não pretendia descurar. O envolvimento de sete homens, três deles advogados evidencia a importância da matéria e a forma como Maria Vieira lidava com ela. Tal como o seu marido, mantinha-se atenta e vigilante em tudo o que lhe dizia respeito.

Uma outra dimensão do casal foi enquanto enfiteuta, alargando assim a sua base de rendimento. Pedro de Aguiar foi enfiteuta de um casal de terras em Barbudo, concelho de Vila Chã, o qual pertencia ao Cabido da Sé de Braga. Em março de 1635 foi à casa do tabelião, no Campo da Vinha, para fazer uma escritura de fiança e obrigação com o referido órgão eclesial, após lhe ter dirigido uma petição e ter recebido um despacho com esta indicação. O mercador de sedas pagava anualmente ao Cabido de renda e foro oito alqueires de pão meado¹³⁷, duas galinhas e três vinténs em dinheiro, mas não recebia das pessoas a quem o casal estava aforado, antes pelo contrário faziam *muitas mal feitorias*, o que o terá levado a queixar-se ao Cabido. Perante a falta de pagamento, este exigiu um fiador ao mercador. No ato estava presente Pedro Gomes, mercador da cidade, tendo acordado ser fiador e principal pagador de Pedro de Aguiar, declarando assumir esta função de livre vontade¹³⁸. Como não recebia, o mercador de sedas entendia não pagar, alegando falta de pagamento dos foreiros, mas encontrou quem lhe pedisse responsabilidades, exigindo que na ausência de pagamento do próprio, o fiador o fizesse, o que levava Pedro de Aguiar a não descurar as suas responsabilidades.

136 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 354, fls. 161v.-162.

137 Feito à base de milho e centeio. Sobre as espécies de pão leia-se Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vol. II..., pp. 835-846.

138 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 263, fls. 103-103v.

CAPÍTULO III

1. Por reconhecerem as muitas merces que Nosso Senhor lhes tem feito e faz nesta vida

A análise da vida do casal de mercadores balança entre o rigor dos negócios e a piedade, o que o conduziu à instituição de legados e a doações. A frequência com que Pedro de Aguiar se dirigiu ao tabelião para lavrar escrituras de compra de medidas de pão, de propriedades, de empréstimo de dinheiro, de investimento em negócios e de doações demonstra a segurança com que trabalhava e o racionalismo que colocava na esfera das transações que envolviam dinheiro. Este comportamento determinado e rigoroso, que devia também adotar enquanto familiar do Santo Ofício e nos negócios, contrasta com a linguagem religiosa utilizada na instituição de legados pios e do coro, de uma casa para mulheres e na efetuação de doações. Os lucros do dinheiro ganho foram usados para devolver a Deus o que ambos tinham recebido, entendendo a riqueza não como sua, mas de Deus, a quem a faziam retornar. Esta era agora disponibilizada para melhorar as condições de vida dos mais desfavorecidos e contribuir para salvar as almas dos benfeitores. O casal acreditava que seria agraciado por Deus, uma vez que praticava a caridade em seu nome¹.

¹ Leia-se Dompnier, Bernard, “Les pratique dévotionnelles du jubilé”, in *Revue de l’Histoire des religions*, t. 217, n° 3, 2000, p. 452.

1.1. As doações feitas e os legados instituídos na Misericórdia de Braga

O casal de mercadores é recordado na Misericórdia de Braga como benfeitores num tempo em que cresciam as despesas e eram poucas as receitas. Escolheu o final de vida para fazer bem aos pobres, repartindo parte do que tinha, numa altura em que todos os seus filhos estavam já mortos e começava a preparar a sua despedida da vida terrena. Pedro de Aguiar e Maria Vieira elegeram duas estratégias principais: fazendo doações e instituindo legados, por vezes, vertendo uma na outra. Começaram por fazer doações, mas acabaram, mais tarde, por instituírem legados em simultâneo e depois ainda somente legados. Neste percurso, fundaram também uma importante instituição para beatas: o recolhimento de Nossa Senhora de Penha de França, sublinhando a preocupação que tinham com as mulheres, o que se evidencia igualmente noutras atitudes, como é o caso da distribuição de dotes de casamento, como se verá. Mas deve ainda salientar-se a instituição de uma capela com cinco capelães no coro feita por Maria Vieira, perto da sua morte.

Em 1643, o casal decidiu fazer a sua primeira doação à Santa Casa, numa escritura lavrada na Misericórdia, estando presente Manuel Álvares Pinto, desembargador na Relação, o provedor da referida confraria, Cristóvão Pereira Correia, fidalgo da Casa Real, o provedor do hospital de São Marcos, dois servos da Misericórdia e o próprio Pedro de Aguiar. Na ocasião, o benfeitor declarou fazer a doação por reconhecer conjuntamente com sua esposa os benefícios que Deus lhes tinha feito, bem como conhecer a difícil situação em que se encontrava o referido hospital, considerando ser suas obrigações repartir com os que mais precisavam², ou seja, eram invocados motivos religiosos para fazer transitar uma parte da sua riqueza para uma instituição de caridade e praticar uma obra de misericórdia. O casal pensava ser a hora de retornar a Deus o que dele tinha recebido, servindo-se da

2 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 299, fls. 52v.-53.

caridade e dos pobres e em particular do hospital, para o fazer. Esta forma de fazer o bem evidenciava amor a Deus e ao próximo, através do exercício da caridade. Foi ainda neste ano que instituiu na igreja de Nossa Senhora-a-Branca uma missa quotidiana perpétua. Trata-se, por conseguinte, de um marco temporal importante e demonstrativo do reforço de uma estratégia mais voltada para a preparação da vida do Além, utilizando a caridade como mecanismo salvífico.

1.2. A situação do hospital de São Marcos na primeira metade de seiscentos

Conhecedores das necessidades que o hospital experimentava, fruto de uma grande procura de doentes, quer das febres, que das feridas, mas também do gálico, o que obrigou a obras de remodelação dos espaços e ao crescimento nesse século, Pedro de Aguiar e sua esposa tomaram a decisão de o beneficiar³. O facto de o benfeitor ter sido tesoureiro da Misericórdia e do hospital várias vezes possibilitou-lhe um conhecimento profundo da instituição e a frequente constatação das suas maiores necessidades. As deslocações frequentes ao hospital confrontavam-no com as dificuldades diárias e a necessidade de lhes fazer face, num contexto de guerra e de uma sequência de anos de enorme carência. Estas devem ter sido tema de conversa com o próprio provedor hospitalar. Estes procedimentos caritativos devem também ser lidos como mecanismos de consolidação da sua reputação em termos comunitários⁴.

3 O hospital de São Marcos conheceu muitas dificuldades no século XVII, mais vincadas em meados e na segunda metade. Este assunto encontra-se em Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os serviços de saúde e a assistência à doença”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia (1513-2013)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 355-357.

4 Para este assunto leia-se Pinto, Sara, “Do depósito do crédito”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, p. 48.

O século XVII foi muito difícil para o hospital de São Marcos. Apesar de ter rendas próprias, a instituição foi confrontada com atrasos sucessivos de pagamento neste setor e com défices consecutivos, o que a terá levado a agilizar vários procedimentos para se manter em funcionamento. A difícil situação de uma instituição que assentava as suas receitas em foros e rendas decorre das dificuldades em cobrar essas mesmas receitas, pois as populações não pagavam devido à conjuntura de guerra em que nos encontrávamos⁵. Em 1622 o seu provedor solicitou autorização ao rei para fazer peditórios no arcebispado, o que foi aprovado por seis meses e o terá levado a interagir com o arcebispo para obter licença para os párocos recomendarem a dádiva de esmolas aos fiéis com a mesma finalidade⁶. Esta era a metodologia normalmente utilizada em várias Misericórdias: pediam ao rei e depois serviam-se dos bispos da diocese para que os párocos demonstrassem aos fiéis a importância da esmola e da caridade. Era uma estratégia que resultava em frutos, devido ao papel assumido pelo sacerdote entre os crentes. Agindo na suposição de que dar aos pobres constituía um instrumento poderoso que um dia seria recompensado, os fiéis acreditavam na eficácia da esmola e usavam-na como uma forma de aproximação a Deus. A Igreja Católica difundia esta crença e Trento valorizou as obras de caridade enquanto meios salvíficos.

As décadas de 20 e 30 foram muito complicadas em termos económicos e sociais em Portugal. Os elevados impostos e os maus anos agrícolas colocaram as populações em muito más condições, o que se repercutia na saúde. As crises de produção geravam fome, grande inflação dos preços dos produtos e simultaneamente diminuição do poder de compra. A população ficava sujeita às variações de mercado, e nem todos conseguiam sobreviver, sendo, por vezes, confrontados com a necessidade de auxílio. A má alimentação e a subnutrição

5 Esta situação não era particular deste hospital. Outros também a viveram. Para o hospital de Todos os Santos leia-se Ramos, Rute Isabel Guerreiro, *O Hospital de Todos os Santos. História, Memória e Património Arquivístico (Sécs. XVI-XVIII)*, Évora, Universidade de Évora, 2018, pp. 187-188, tese de Doutoramento policopiada.

6 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro do tombo do hospital 1539-1718*, n.º 452, fl. 490.

potenciavam a doença e as epidemias grassavam entre as populações, causando também elevadas mortes⁷. Corpos mal nutridos eram mais suscetíveis à doença e apresentavam menores capacidades de a combater. A alimentação dos pobres na Época Moderna era frágil em proteínas e vitaminas, ou seja, era deficiente e causadora de doenças⁸. Os estudos mais recentes sobre a clientela hospitalar evidenciam a sua subnutrição e a importância da alimentação fornecida pelos hospitais para ganharem saúde. A sua recuperação após alguns dias de internamento atesta as baixas taxas de mortalidade existente nos hospitais portugueses⁹.

As rendas do hospital deixavam também de se pagar, por incapacidade financeira, o que se refletia nos particulares e nas instituições. O ano de 1635 foi particularmente complicado em Braga, por nela ter existido uma peste, sentida igualmente noutras cidades e vilas do reino. Tratou-se de um surto de varíola conhecida em Lisboa no ano seguinte¹⁰.

Apesar de esse ser o tom nacional, Aurélio de Oliveira menciona o aumento da produção agrícola entre 1629 e 1638 para as terras do mosteiro de Tibães, inserido na região de Braga. Esse crescimento segundo o mesmo historiador diminuiu na década de 40, período a partir do qual retornaram os bons níveis de preços até 1662¹¹. Se, por um lado, estes fatores podem ter sido decisivos para o investimento do casal, uma vez que uma parte substantiva dos seus rendimentos

7 Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vol. II, Viseu, Palimage Editora, 2015, pp. 643-649.

8 Lindemann, Mary, *Medicina e Sociedade no início da Idade Moderna*, Lisboa, Replicação, 2002, p. 26.

9 Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 655-667.

10 Rodrigues, Teresa, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizontes, 1990, pp. 135-136.

11 Oliveira, Aurélio, *Terra e Trabalho. Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o Antigo Regime, A Abadia de Tibães – 1620-1822*, vol. II, Porto, Edições ISMAI e CEDTUR – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico, 2013, p. 160.

provinha das rendas, a procura hospitalar exigia cada vez mais dinheiro disponível e São Marcos não o possuía.

A doação do casal acontecia numa altura de grande significado para o hospital e para o reino. Como referimos, São Marcos atravessava uma fase muito difícil de falta de verbas, sendo confrontado com graves dificuldades. Em tempo de carestia e de guerra da Restauração todos os esforços eram poucos para fazer frente a tantas privações e a muitas pestes que atacavam as populações. Acresce ainda o facto de os homens serem arrolados para o Exército e de as pessoas, exauridas de recursos, serem obrigadas a contribuir para a formação de um corpo militar que combatesse contra os espanhóis¹². A derrama que caía sobre os povos empobrecia-os ainda mais, levando-os ao incumprimento do pagamento de foros e rendas, o que ecoava nas cortes através dos procuradores concelhios, que faziam presentes a gravosa situação em que as populações se encontravam. As demonstrações da sobrecarga de impostos, acabavam, todavia, por ter pouco efeito¹³. Em 1656, a Mesa da Misericórdia assumia a urgência de terminar o tomo dos bens do hospital por haver muitas propriedades mal seguras e existirem arrendatários que não pagavam as rendas e os foros há 40 e 50 anos¹⁴. Constatava-se a necessidade de medidas mais enérgicas e de controlo do património hospitalar, por ser dele que provinham os principais rendimentos.

O crescimento das despesas e a falta de receitas para as cobrir levou a provedoria do hospital de São Marcos a solicitar à Misericórdia o envio de dinheiro para se manter aberto, cobrindo os défices que se iam sucedendo ano após ano, evidenciando as dificuldades sentidas num dos setores mais importantes da Misericórdia¹⁵. Ou seja, o hospital

12 Leia-se Costa, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 23-52.

13 Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias do Alto Minho no contexto da Guerra da Restauração”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 36, tomo I, 2004, pp. 461-473.

14 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1653-1661*, nº 7, fl. 69.

15 A propósito das dificuldades sentidas por algumas Misericórdias leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias portuguesas. Séculos XVI a XVIII*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2013, p. 37.

batia às portas possíveis para se financiar, pois os constrangimentos eram enormes e asfixiavam o funcionamento da instituição. Estava, portanto, aberto a benfeitores e precisava deles como nunca. A ajuda dada pelo casal de benfeitores vinha na hora certa e contribuía para uma nova dimensão do hospital¹⁶.

São Marcos conheceu ao longo do século XVII uma grande procura por parte dos doentes, o que se refletiu no crescimento do próprio complexo. Foi necessário alargar e fazer crescer a pequena instituição quinhentista para dar resposta ao aumento das solicitações. A análise das plantas deste hospital demonstra as alterações físicas introduzidas em seiscentos, evidenciando o seu crescimento e complexidade. Situação semelhante foi experienciada pelo hospital D. Lopo de Almeida, da Santa Casa do Porto, onde se verificou a elevação do número de enfermos na primeira metade de seiscentos e particularmente no período da guerra da Restauração, com reflexos evidentes no aumento da despesa¹⁷. Os gastos com o setor da saúde ia em crescimento e os hospitais despendiam, de facto, muito no socorro aos pobres¹⁸.

Acresce ainda o facto de São Marcos ser o único hospital da diocese de Braga a proceder a tratamento de doentes do gálico¹⁹. Fazia-o na Primavera e no Outono, alturas que se reuniam melhores condições climáticas para o tratamento a que os doentes se sujeitavam. Porém, nessas duas temporadas, não raras vezes, foi preciso escalonar diferentes

16 Sobre os motivos dos benfeitores consulte-se Cavallo, Sandra, “The motivations of benefactors: an overview of approaches to the study of charity”, in Barry, Jonathan; Jones, Colin (eds.), *Medicine and Charity before the Welfare State*, Londres, Routledge, 1991, pp. 46-62.

17 Leia-se Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, “A saúde do corpo”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. I (1499-1668), Coimbra, Almedina, 2018, pp. 328-329.

18 Consulte-se para este assunto o estudo de Dinges, Martin, “Self-Help and Reciprocity in Parish Assistance. Bordeaux in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, in Horden, Peregrine; Smith, Richard (eds.), *The Locus of care. Families, Communities, Institutions and the Provision of Welfare since Antiquity*, Londres, Routledge, 1998, p. 112.

19 Nos pequenos hospitais de algumas vilas minhotas era tratado um número muito limitado destes doentes, sem, contudo, possuírem instalações que lhes estivessem destinadas, nem outras condições para os atenderem. Por essa razão, todos os restantes eram direcionados para Braga, a fim de serem assistidos em São Marcos.

períodos de receção dos doentes para responder a uma procura cada vez mais robusta. Este tratamento avolumava a despesa da instituição, que se lamentava dos enormes gastos feitos com ele. Durante toda a Idade Moderna, o hospital recebeu doentes do gálico de toda a diocese, o que fazia disparar as suas despesas na Primavera e no Outono.

1.2.1. A construção das enfermarias de convalescentes

Com a pressão exercida pelos doentes sobre o hospital e sem capacidade para receber todos os que o procuravam, o mais comum foi diminuir o tempo de internamento, o que se repercutia no regresso ao hospital dos que não estavam totalmente curados. A Historiografia mais recente tem demonstrado os sucessivos reinternamentos dos que saíam dos hospitais sem completo restabelecimento. Algumas Misericórdias como não tinham capacidade para possuir enfermarias para convalescentes davam alta aos doentes, mas estes eram visitados em suas casas por mesários com essa função, deixando-lhes uma esmola em cada visita, de forma a poderem alimentar-se melhor e a ficar mais vigorosos²⁰. Mas em vários hospitais, principalmente nos de maior dimensão, esses espaços estavam já presentes.

A recaída de doentes e o seu reingresso nos hospitais foi um fenómeno corrente em toda a Europa da Idade Moderna e decorre da superlotação hospitalar²¹.

O casal de benfeitores do hospital de São Marcos serviu-se de dinheiro que tinha a juro na mão de dois mercadores da rua do Souto, num total de mil cruzados para os dar ao hospital. O capital trespassava para a Misericórdia, mantendo-se a juros nos referidos

20 Anica, Arnaldo Casimiro, *O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira. Da fundação à atualidade: notas*, Tavira, s. n., 1983, p. 31.

21 García Rivas, Manuel, “El Hospital Naval de Ferrol en 1598”, in *Revista de Historia Naval*, 9, 32, 1991, p. 106; Claude Dinet, “Recherche sur la clientèle hospitalière aux XVIe et XVIIe siècles: l'exemple de Blois”, in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 33, 1979, pp. 345-355.

mercadores, ou seja, só mudava de dono e permanecia a render. Com ele, os benfeitores queriam que se construísse no hospital uma casa para a convalescença dos doentes; ou seja, um setor com duas enfermarias, sendo o remanescente empregue na compra de roupa de linho, mantas e cobertores. Os doadores estabeleciam como condição que os

*(...) rendimentos dos dittos mil cruzados destes primeiros quatro anos sejam pera se fazer hum lanço de caza pera a convalescencia dos dittos doentes e na cabeça da ditta caza se fara hum altar com o seu retabullo acomodado nas ilhargas do qual estarão os santos Phisicos de huã São Cosme e da outra São Damião e a meo a imagem de vulto de São João de Deos (...)*²².

Para além das enfermarias, que deviam estar prontas num espaço de tempo de quatro anos, ordenava-se também a construção de um altar com a colocação das imagens de São Cosme, São Damião e São João de Deus onde se celebrariam 12 missas anuais, uma por mês, possibilitando aos convalescentes a assistência a esta celebração. O hospital desempenhava na época uma dupla função: curar o corpo e salvar a alma, pelo que existiam no seu interior espaços e pessoas destinadas a estas duas atribuições. A disponibilização de serviços religiosos aos doentes é demonstrativa do investimento que a Igreja fazia, tornando o hospital num lugar de conversão e de prática religiosa intensa. A celebração de missas, bem como de outros serviços religiosos oferecidos aos doentes permitiam que estes cumprissem as suas obrigações religiosas e não as descurassem durante o internamento. Em tempo de disciplinamento e confessionalização, o hospital serviu os interesses da Igreja Católica, tendo a assistência espiritual um papel relevante na cura²³.

²² ADB, Fundo notarial, Livro nº 299, fl. 53.

²³ Arcuri, Andrea, *Disciplinamiento social y vida cotidiana en la época de la confesionalización: costumbres, sacramentos y ministerios en Granada y Sicilia (1564-1655)*, Granada, Universidade de Granada, 2020, tese de Doutoramento policopiada.

O montante doado era considerado suficiente pelos benfeitores que determinaram a aquisição de roupa de cama, do remanescente. O enfermeiro que trabalhasse nas enfermarias de convalescença de Braga era contemplado com dois mil réis para comprar roupa e calçado. O vestuário seria composto de roupeta e calções de saragoça, ficando obrigado a colocar esta indumentária no dia de Todos os Santos. O montante serviria ainda para a aquisição de calçado. De igual modo, a sua mulher receberia 200 réis para comprar sapatos e outro tanto para a sua criada. Tratava-se de um incentivo, *um premio*, como lhe chamavam, para que servissem os pobres com mais zelo e vontade, o que representava muito, por a roupa e o calçado serem caros e os enfermeiros serem mal pagos²⁴. Sublinha-se o facto de ser nomeada ainda uma criada, para assessorar os enfermeiros. O modelo inspirava-se no funcionamento das restantes enfermarias, onde o trabalho assalariado integrava criados. Neste caso, era pago pelos benfeitores.

Como se constata, para além da remodelação física do hospital, com a construção da ala da convalescença, acrescentava-se assalariados ou pedia-se aos existentes que acumulassem funções, o que era muito corrente nos hospitais da Idade Moderna, mediante o reforço do salário e de outras condições de trabalho existentes. Tudo estava pensado de forma a garantir o funcionamento deste setor hospitalar.

O dinheiro sobranete dos 1.000 cruzados que andavam a juro, seria utilizado pelo provedor do hospital para curar e sustentar os convalescentes entre cinco e sete dias, gastando dois vinténs com cada um. Os dias de tratamento eram provavelmente estabelecidos tendo em consideração a experiência de Pedro de Aguiar na Misericórdia. Os que desejassem fazer o restabelecimento em suas casas recebiam um arrátel²⁵ de carneiro e dois pães e os que não ingerissem esta carne recebiam o equivalente aos dois vinténs. Adequava-se o socorro à situação e desejo de cada um, podendo este ser em alimentação ou em dinheiro.

24 Para este assunto consulte-se Lopes, Maria Antónia, “Enfermeiros e enfermeiras nos hospitais portugueses dos séculos XVIII e XIX: continuidades e ruturas”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Homens, Instituições e Políticas (Séculos XVI-XX)*, Braga, Lab2PT, 2019, p. 163.

25 Antiga unidade de medida de peso equivalente a 459 gramas.

Para maior controlo, os benfeitores ordenavam a existência de um livro, onde constasse a despesa feita com cada um dos doentes, construindo assim memória escrita para futuro. Era também uma forma de controlar o dinheiro gasto, responsabilizando os intervenientes no processo. Pedro de Aguiar e Maria Vieira criaram condições financeiras a esta secção hospitalar, mas exigiram clareza nas despesas e nas receitas e uma contabilidade autónoma.

Na eventualidade dos empréstimos serem entregues à Misericórdia, mandava-se que fossem empregues na aquisição

(...) de herdades seguras pera que do rendimento dellas se cumpra e satisfaça com as obrigações atras ou os deem a pessoas certas e seguras com boas fianças, a razão de juro que serão pessoas chans e abonadas com outorga de suas molheres sendo cazados²⁶.

Os doadores admitiam vários cenários se o dinheiro regressasse à Santa Casa, mas desejavam que os investimentos futuros fossem seguros, de modo a não defraudar as suas intenções e a manter em funcionamento a valência criada. Por isso, solicitavam que, em caso de entrega do dinheiro a juro, este fosse contratado com pessoas abonadas e de boa consciência.

Depois de lavrada, a escritura foi lida a Maria Vieira na sua casa, recebendo a sua total concordância, todavia, e de acordo com o seu marido, esclareceu que

(...) a caza que se ha de fazer dos rendimentos dos ditos mil cruzados pera a convalescencia dos doentes não poderá servir nem sirva pera a convalescencia dos doentes que se curem de boibas, mas a porção se lhes dará na forma e modo que atras fora declarada como aos mais doentes na convalescencia deles²⁷.

26 ADB, Fundo notarial, Livro nº 299, fl. 53v.

27 ADB, Fundo notarial, Livro nº 299, fl. 54.

A benfeitora esclarecia um pormenor que fazia grande diferença e que não estava contido na escritura da doação: nas enfermarias da convalescença não se aceitavam doentes do gálico, devido ao enorme contágio desta doença. Todavia, estes não ficariam sem apoio, pois receberiam igual montante para fora do hospital poderem continuar o seu restabelecimento. O problema residia em não poderem usar as enfermarias dos restantes doentes. Estas, como é mencionado nas fontes, reservavam-se somente aos doentes das febres. Não se fala nos das feridas, mas acreditamos que se destinassem às duas tipologias.

A sífilis e os outros males venéreos conheceram enorme expressão na Idade Moderna. Quando os seus portadores eram internados, eram tratados, mas como não tinha cura, os doentes podiam sair melhorados, mas muitos regressavam no ano seguinte²⁸. Era, portanto, um problema que se agravava ano após ano, registando-se em alguns deles uma forte incidência da doença. Esta causava grande medo na Idade Moderna e matava muito. Para a tratar embora se recorresse à sangria, o mercúrio foi o principal produto usado, mormente os efeitos colaterais graves que provocava²⁹.

Perante o número elevado de portadores desta doença, a menção dos benfeitores integra-se na preocupação geral dos agentes hospitalares em separar estes dos restantes internados. Esta razão explica os cuidados postos na escritura, para que futuramente não surgissem dúvidas.

28 Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento das boubas no hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna”, in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, Espanha, 2014, pp. 31-53.

29 Lindemann, Mary, *Medicina e Sociedade no início da Idade Moderna...*, pp. 57-58. Consulte-se também Arrais, Duarte Madeira, *Do methodo de conhecer e curar o morbo gallico: propõem-se diffinitivamente a essência, specias, causas, sinais, pronóstico e cura de todos os affetos gálicos* e largamente se trata do azougue, salsa parrilha, guaycão, pao santo, raiz da China e todos os mais remedios della e enfermidades, Lisboa, Antonio Craesbeck de Mello Impressor, de S. A., 1633.

1.3. A convalescência nos hospitais portugueses da Idade Moderna

A existência de hospitais ou enfermarias de convalescência visava proporcionar aos doentes mais uns dias de internamento para que pudessem regressar a casa completamente restabelecidos, uma vez que perante a pressão exercida pela procura hospitalar era-lhes dada alta sem que estivessem totalmente curados. Simultaneamente, libertavam-se camas nos hospitais, a funcionar quase sempre sobrelotados. Esta realidade levava a que muitos, passados alguns dias, recaíssem e regressassem ao hospital, obrigando-o a mais despesa³⁰. Existem, portanto, razões de saúde, associadas a motivos financeiros para explicar a existência de enfermarias reservadas a pessoas que ainda não estavam totalmente curadas. Na Época Moderna, poucas localidades estavam dotadas de hospitais de convalescência, o mais comum foi existirem enfermarias para receber estes doentes nos hospitais gerais. Coimbra foi uma das cidades que teve um hospital de convalescentes no edifício do hospital real³¹. Neste hospital, os doentes recebiam uma alimentação constituída à base de pão, galinha e carneiro, sendo-lhes servida também marmelada e vinho, ou seja, uma dieta alimentar forte, que procurava restabelecer corpos mal nutridos³².

Como referimos, o mais frequente foi a existência de uma ou duas enfermarias nos hospitais gerais, dependendo o seu número da sua dimensão, da capacidade económica de as edificar e manter e ainda da existência ou não de legados. O hospital da Misericórdia de Vila Viçosa tinha no começo do século XVIII uma enfermaria para

30 García Rivas, Manuel, “El Hospital Naval de Ferrol en 1598”, in *Revista de Historia Naval*, 9, 32, 1991, p. 106; Claude Dinet, “Recherche sur la clientèle hospitalière aux XVIe et XVIIe siècles: l'exemple de Blois” ..., pp. 345-355.

31 Lopes, Maria Antónia, “Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos enfermos e funcionários (meados do século XVIII- meados do século XIX)”, in *História da saúde e das doenças*, Lisboa, Edições Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras; Instituto Alexandre Herculano, 2012, p. 149.

32 Lopes, Maria Antónia, “Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos enfermos e funcionários (meados do século XVIII- meados do século XIX)” ..., pp. 156-157.

estes doentes, onde provavelmente se juntariam homens e mulheres. Em 1785, a confraria recebeu uma doação um edifício, onde projetou levantar um hospital para convalescentes, sonho que não chegou a realizar³³. A política desta Santa Casa relativamente aos convalescentes sofreu alterações, de acordo com as necessidades sentidas. Em 1763, em plena guerra dos Sete Anos, a vila serviu de quartel geral, enchendo-se de soldados. Perante um surto de febres que matou muita gente, foi montado um hospital de campanha e desmontado após o conflito, o que fez transitar militares para o hospital da confraria para nele convalescerem³⁴. Em contexto bélico e de epidemia tudo se alterou e o hospital da Misericórdia serviu não somente para tratar militares, mas também para os restabelecer.

Nos primeiros anos de funcionamento, o hospital de Todos os Santos não tinha espaço para convalescentes, sendo instalado mais tarde, no reinado de D. João III. Foi com este monarca que se ergueu uma enfermaria, considerada *caza muito grande espaçosa alegre e muito propria e acomodada para convalescentes por estar no mais alto do hospital*. Lugar solarengo e alto, o espaço destinado aos convalescentes era tido em elevada consideração. Estava ainda dotado de três grandes janelas, por onde circulava o ar e entrava luminosidade³⁵. Este cómodo estava localizado na parte nascente do edifício³⁶. Há medida que os hospitais cresciam, foram-se criando espaços para estes doentes. Também no de Ponte de Lima havia um local que lhe era destinado, embora, devido à política de assistência aos enfermos levada a cabo pela confraria, nos leve a pensar que se tratava de uma enfermaria de reduzidas dimensões. Talvez por esse motivo, a

33 Veja-se Espanca, Túlio, “Figuras gradas e casario antigo dos arruamentos de Vila Viçosa”, in *A cidade de Évora*, nº 57, 31, 1974, p. 237.

34 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 199.

35 Consulte-se Carmona, Mário, *O hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa*, Lisboa, s. ed., 1945, p. 237.

36 Carvalho, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital e Todos-os-Santos*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa; Academia Portuguesa da História, 1949, p. 58.

instituição tenha decidido reduzir o tempo de internamento e visitar os que mandava para casa, dando em cada visita, em número de três, 50 réis de esmola, o que também acontecia no hospital de D. Lopo, da Misericórdia do Porto, onde os doentes recebiam igual montante³⁷. Este dinheiro servia para convalescerem, ao mesmo tempo que possibilitava às confrarias acompanhar e vigiar o tratamento. Neste hospital foi criada uma destas enfermarias na década de 60 do século XVII, espaço aumentado nas décadas seguintes para alargar o número de camas e responder a um volume maior de doentes³⁸. A falta de espaço para receber doentes era crónica em muitos destes institutos, levando a que, por vezes, estivesse deitado mais do que um por leito³⁹.

A sobrelotação hospitalar obrigava ao desenvolvimento de várias estratégias, na tentativa de ser encontrado um equilíbrio entre a capacidade disponível de internamento, as receitas disponíveis e as necessidades dos doentes.

Em Viana da Foz do Lima, a Misericórdia preocupada com a melhoria das condições de salubridade, equipamento e conforto, equacionou em meados do século XVIII a aquisição de umas casas situadas perto do hospital para delas fazer a sua extensão e melhoramento. Nesse projeto pensava-se também dotar os doentes de um período de mais dias de internamento, para convalescer, pois não existia uma enfermaria que lhes fosse destinada. O acordo entre a Misericórdia e o dono dos citados prédios apenas foi alcançado em

37 Vários hospitais enviavam também medicação e géneros alimentares aos que se curavam em casa. Para o hospital geral de Pamplona consulte-se Ramos Martínez, Jesús, *La Salud Pública y el Hospital General de la Ciudad de Pamplona en el Antiguo Régimen (1700-1815)*, Navarra, Gobierno de Navarra, 1989, p. 316.

38 Leia-se para este hospital o trabalho de Esteves, Alexandra, “Do hospital D. Lopo de Almeida ao Hospital de Santo António”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. II (1668-1820)..., p. 263.

39 Para o hospital da Misericórdia de Setúbal consulte-se o trabalho de Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, pp. 97-100; García Guerra, Delfim, *El Hospital Real de Santiago 1499-1804*, s. l., Fundación Barrie de la Maza, 1983, pp. 169-170.

1771, o que possibilitou o arranque do projeto, pese embora as dificuldades financeiras que foi necessário enfrentar⁴⁰. No hospital de São Cristóvão da Bahia existiam seis enfermarias em 1694, sendo uma delas destinada a convalescentes. Estava dotada de 18 catres e 24 esteiras, número muito considerável, quando comparado com o de outros hospitais metropolitanos. Assinala-se ainda a versatilidade destes dispositivos de descanso, pois podiam ser removidos para outros espaços⁴¹.

A mesma filosofia presidia aos hospitais termais. No das Caldas da Rainha existia um espaço destinados aos convalescentes, situado na “casa da rouparia”, num edifício contíguo ao hospital. Aqui a separação de homens das mulheres fazia-se por pisos, ficando os primeiros instalados no piso térreo e as segundas no piso superior⁴².

A consulta a vários trabalhos sobre Misericórdias em que se analisa o desempenho dos seus hospitais não se mostrou muito frutífera, por vários deles serem de pequenas dimensões e não disporem de espaços para convalescentes. Por outro lado, nos que são abordados, a importância dada a estas enfermarias não tem sido objeto de destaque, provavelmente pela pouca informação existente nas fontes. Os doentes transitavam das enfermarias comuns para estas sem existir nenhuma preocupação com o seu registo, o que se reflete na inexistência de livros com essa informação.

40 Para este hospital veja-se Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013, pp. 435-437.

41 Consulte-se para este hospital Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império ultramarino português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp. 282-283.

42 Leia-se Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, vol. I, Braga, Universidade do Minho, 2013, pp. 185, 195, tese de Doutoramento policopiada.

1.4. As dificuldades do processo e as divergências com a Misericórdia de Braga

Em 1645, Pedro de Aguiar agastado com o não começo das obras, dirigiu-se a uma reunião da Mesa da Santa Casa e acusou a instituição de ter colocado o montante doado a juro, e não ter cumprido o estabelecido entre as partes. Solicitava à Mesa autorização para o provedor do hospital poder dar-lhes início, sendo necessário *derubar a casa velha da banda de baixo*. A autorização foi conseguida, após ter sido decidido o lugar onde seriam edificadas, que *era continuar o lanço que vem da cozinha do ditto hospital athe o cabo junto a rua que vem do Mosteiro*⁴³, ou seja, a Nordeste do edifício. Passados poucos meses, em meados do mesmo ano, o benfeitor fez saber em nova reunião da Mesa estar disponível para acrescentar mais 600 mil réis que estava na mão de Pedro Álvares Monteiro e de sua mulher, de Braga, à doação anterior com a obrigação de serem dados a juros, estabelecendo como condição a entrega anual pela Misericórdia de 40 mil réis ao casal enquanto fossem vivos. Após a sua morte, o referido montante seria para aplicar na distribuição de dotes de casamento ou de freira, de uma órfã de pai ou de mãe, descendente de um dos ramos familiares do casal. A par desta doação, deu mais 100 mil réis à confraria para esta mandar celebrar cinco missas anuais, uma no dia da Visitação (dois de julho) e as restantes noutros dias festivos, ficando o remanescente para a aquisição de castiçais e lampadários de prata para a igreja da Santa Casa⁴⁴. A celebração das referidas missas começava imediatamente, o que significava que seriam ditas ainda em vida dos benfeitores. Esta doação acontecia conjuntamente com a instituição de um legado, destinado ao pagamento de dotes e à entrega de um montante anual para os mesmos, a missas e ainda à aquisição de equipamento religioso. Uma vez mais o casal investia em bens destinados à iluminação das igrejas, fazendo-o desta feita na igreja da Santa Casa.

43 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou actas 1632-1645*, nº 5, fls. 190-190v.

44 ADB, Fundo da Misericórdia, *6º tomo de títulos do hospital de São Marcos*, nº 499, fl. 70.

O atraso das obras parece justificar-se com algum descontentamento existente na Misericórdia sobre o montante doado, o que exigiu ao casal de mercadores o desembolso de mais dinheiro para a obra. Esta entrega era, no entanto, acrescida de várias obrigações para a confraria.

Assume particular relevo o facto de estas enfermarias serem construídas durante a guerra da Restauração. Braga foi transformado num corredor para a frente de batalha do Minho, onde se combatia. Esta fronteira, tal como a do Alentejo, foram os principais locais de combate. Se foi necessário deslocar soldados para combate nas fronteiras, foi também preciso mantê-las resistentes, ofensivas e defensivas socorrendo os militares enfermos e substituindo-os por outros. Desta forma, a cidade de Braga assistiu a uma constante mobilização de tropas em direção ao Alto Minho, nomeadamente para Valença e Monção, provenientes de várias regiões do reino. A guerra era disruptiva para toda a sociedade, mas a sua incidência fazia-se sentir de forma mais intensa nas regiões em que se combatia. Para além disso, os militares eram ainda causadores de várias destruições: colheitas que se perdiam, casas que ardiavam, populações que fugiam amedrontadas. Eram ainda fatores de doenças, com reflexos na saúde pública⁴⁵.

No mesmo ano de 1645 e já com as obras em curso, as enfermarias da convalescença foram objeto de outra doação, embora mais pequena. O provedor da Santa Casa, o Dr. Manuel da Costa Mesquita, doou 100.000 réis para serem colocados a juro e o seu rendimento ser aplicado na *convalescença e mantimento dos pobres convalescentes*⁴⁶. Como aconteceu em outros projetos, também no hospital de São Marcos se juntaram vontades para dar novo impulso ou viabilizar obras em curso. Vários hospitais da Idade Moderna contaram com o auxílio de particulares e mesmo da Coroa para dar corpo a projetos em execução ou ainda para o seu lançamento. Este esforço de cooperação com os hospitais para ajudarem os convalescentes esteve

45 Lindemann, Mary, *Medicina e Sociedade no início da Idade Moderna...*, p. 28.

46 ADB, Fundo da Misericórdia, 6º tomo de títulos do hospital de São Marcos, nº 499, fl. 70.

presente em vários deles. No hospital de D. Lopo de Almeida, do Porto, uma legatária deixou no século XVIII 400 mil réis para estes enfermos e doentes pobres⁴⁷.

Apesar de tudo parecer correr bem, com a mudança da Mesa, em julho, os novos mesários rejeitaram os 700 mil réis dos doadores alegando não ser conveniente à instituição aceitar tais obrigações. O facto de o montante não ser entregue em dinheiro, colocava dificuldades de cobrança ao devedor. Decidiram em 1646 que fosse o doador a tratar da cobrança do dinheiro⁴⁸. Na sequência desta decisão, Pedro de Aguiar, homem avisado e com muita experiência de negócios, apareceu numa reunião da Mesa, já em tempo de outra provedoria e mordomos, acusando a anterior gestão de ter anulado, sem consulta da Junta, um contrato assinado por si e pela Mesa em funções em 1645 e ratificado pela Junta, o que não poderia ter acontecido sem a mesma solenidade, ou seja a decisão tomada em 1646 sofria de nulidade por não cumprir os requisitos formais. O provedor João de Brito da Cunha e mais mesários assumiam agora *não ter força e vigor* a decisão dos anteriores confrades e comprometiam-se a honrar o contrato assinado em 1645⁴⁹.

A reviravolta ocorrida não é de todo inédita e casos destes conhecem-se em várias Misericórdias. Mesários que discordam dos compromissos anteriormente assumidos, anulando-os. Mas no caso em estudo, o que terá levado a tal posição? Teria Pedro de Aguiar desentendimentos com alguns dos seus confrades? A ocupação de vários lugares de poder gerava, por vezes, inimizades e o facto de se ter anulado um compromisso anteriormente assumido, parece indiciar algum desconforto. Situações de grande zelo institucional podem também ajudar a compreender esta tomada de posição, contudo, é certo que o ambiente era agora mais favorável ao mercador de sedas.

47 Esteves, Alexandra, “Do hospital D. Lopo de Almeida ao Hospital de Santo António”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da santa Casa da Misericórdia do Porto, vol. II (1668-1820)*..., p. 263.

48 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1645-1653*, nº 6, fls. 34-35.

49 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1645-1653*, nº 6, fl. 42.

Em 1648, os benfeitores efetuaram nova doação à Misericórdia, tendo a confraria recebido duas cartas de Pedro de Aguiar. Numa das missivas, a construção da casa para convalescentes encontra-se mais esclarecida, dando-se a conhecer não somente as enfermarias, como a despensa e o referido retábulo para a celebração mensal. Nessa data, estavam já prontas as enfermarias: uma para homens e outra para mulheres, contendo cada uma os seus compartimentos, catres com enxergões, colchões, lençóis e dois bancos. Cada catre estaria dotado de dois lençóis, uma manta, um cobertor e um cabeçal com fronha, ou seja, roupa suficiente para os doentes estarem bem acomodados. Os catres eram móveis que serviam para repouso, sendo muito populares neste período. Esclarecia-se também que se daria aos doentes das boubas para convalescerem em casa uma ração de carneiro, pão e meio quartilho de vinho ao jantar e outro à ceia. A novidade consiste no esclarecimento feito relativamente à bebida. Estudos mais recentes têm demonstrado as bebidas disponibilizadas aos internados, demonstrado que o vinho integrava as suas refeições⁵⁰. Desconhecemos a localização exata destas enfermarias, bem como a despensa, embora considerando o referido em 1645, pesamos que estariam situadas a Nordeste do edifício.

Também o altar e o retábulo estavam prontos. Este último era dourado e estava guarnecido com uma imagem de São João de Deus, que se encontrava colocada sobre uma peanha, debaixo da qual se localizava um escudo pequeno dos doadores. Nas ilhargas do dito altar estavam pintados São Cosme e São Damião, santos ligados à Medicina, por terem sido médicos. Sentindo a falta de paramentos e algumas alfaias litúrgicas no altar, os benfeitores desejavam apetrechá-lo, para que mais comodamente pudesse funcionar. Com as obras concluídas, esta última doação deve ter sido direcionada para a aquisição de consumíveis, efetuar eventuais pagamentos atrasados e dotar esta ala do hospital de verbas para poder começar a funcionar.

50 A propósito do vinho servido nos hospitais aos enfermos leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra 1750-1850*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 658.



Imagem 1. São João de Deus

Fonte: Cortesia do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga.

A devoção a São João de Deus deve ter crescido muito no hospital, ao ponto de anualmente ser alvo de uma festa para a qual a Misericórdia mandava fazer bolos destinados aos doentes das enfermarias. Esses mesmos bolos eram repartidos pelos fiéis que acoressessem à igreja do hospital, mas em 1748 a ação foi suspensa devido às *inlicitas acoens do povo*⁵¹. A suspensão de esmolas diretas aos pobres nos dias de festa ou noutras ocasiões ritualizadas aconteceu ao longo do século XVIII em várias Santas Casas e apesar dos motivos indicados estarem normalmente associados a atos pouco dignos dos pobres, na verdade

51 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou atas 1746-1751*, nº 14, fl. 116.

o que estava em causa era o desvio de dinheiro para outros setores, como era o da saúde, que passou a ser o grande sorvedouro de receitas. Esta situação encontra-se documentada para Ponte de Lima, Ponte da Barca e Monção. Simultaneamente, as Misericórdias contavam com receitas cada vez mais minguadas, devido ao atraso do pagamento de foros, rendas e pensões, mas também com a diminuição de legados, o que resultava num menor investimento na salvação da alma.

Como constatamos, o casal de benfeitores em estudo era detentor de um brasão de armas e para além deste símbolo, a sua benfeitoria foi gravada na pedra que estava sobre a porta da despensa, deixando para sempre os seus nomes associados à fundação das enfermarias para convalescentes do hospital de São Marcos⁵². A avaliar pela lápide existente, e que ainda hoje se preserva no complexo hospitalar, atualmente transformado num empreendimento hoteleiro, a despensa era de dimensões consideráveis. Este compartimento seria para guardar os bens destinados à cozinha dos doentes, roupas e outros objetos necessários ao funcionamento das enfermarias. Posteriormente, a lápide foi removida para o local onde se encontra na atualidade, ou seja, para uma das paredes da ala norte do claustro. As obras ocorridas no hospital em 1764 conduziram à alteração do lugar da lápide. Esta menção foi nela acrescentada, justificando, assim, a mudança. Na década de 60 de setecentos o hospital conheceu algumas obras, sendo a substituição da varanda de madeira por material mais duradouro, a maior. Estas obras foram custeadas por vários benfeitores⁵³. Ora, foi precisamente durante elas que se colocou numa das paredes a referida lápide.

52 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 320, fls. 130-130v.

53 Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. A assistência no hospital de S. Marcos*, vol. IV, Braga, Santa Casa da Misericórdia e Autora, 2008, pp. 87-88.

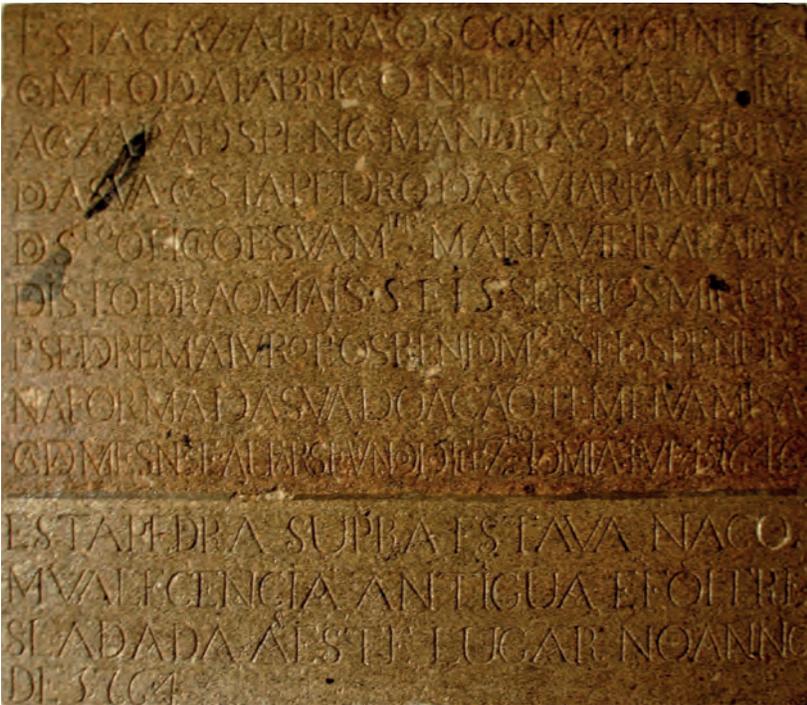


Imagem 2. Lápide colocada primitivamente sobre a porta da despensa das enfermarias dos convalescentes

Fonte: Cortesia do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga.

O casal de mercadores não estava a fazer pouco pelo hospital de São Marcos, bem pelo contrário. À sua custa construiu duas enfermarias para convalescentes, com altar e retábulo, umas lojas existentes nas enfermarias e a despensa. Este acrescento equivalia a uma parte do hospital, pelo espaço que ocupava, mas o seu significado ia muito além do espaço físico. Na verdade, estamos perante um novo serviço que o hospital disponibilizava totalmente pago por particulares. Os benfeitores não apenas criaram, mas também sustentarem financeiramente esta obra pia, sublinhando o desempenho dos leigos na promoção das obras de caridade. Nas palavras do doador era *um lanço* para os convalescentes, por não existir onde se acabassem de curar.

Quando os doentes saíam do hospital e ainda não estavam totalmente curados, não podendo regressar por si próprios aos locais de destino, a instituição fornecia cavalgadura e passava uma carta de guia, oferecendo ainda uma esmola. Procurava-se que se dirigissem à Misericórdia mais próxima dotados de condições para serem novamente auxiliados e assim chegarem ao seu destino. Estes auxílios faziam subir as despesas com os doentes, ao mesmo tempo que atestavam a forma integrada como as Misericórdias assistiam os pobres doentes. Possuir enfermarias para convalescentes ajudava a suprimir algumas destas despesas, porquanto, quando saíssem, os enfermos estariam já mais robustecidos.

Como os hospitais eram para pobres e estes estavam sempre superlotados, quando apresentavam sinais de melhoras era-lhes dada alta, mas muitos regressavam por não terem condições em suas casas para se restabelecerem. Nesta perspetiva, a implementação desta valência não auxiliava apenas a instituição, mas também, e de forma direta, os pobres que ainda não estavam totalmente curados.

O investimento de particulares nos hospitais das Misericórdias é temática analisada em alguns trabalhos, demonstrando o apoio a novos projetos ou a instituição de legados para alimentar ou curar doentes⁵⁴. Já a construção de uma ala com serviços especializados parece-nos mais raro e no caso em apreço disponibilizava ainda serviços religiosos particulares aos internados, uma vez que nas restantes enfermarias existiam altares, bem como no claustro. O hospital tinha ainda uma igreja acoplada, com ligação direta para as enfermarias, feita através de uma escadaria, possibilitando a passagem do capelão mor com o viático a qualquer hora do dia ou da noite, levando-o aos doentes. Deve ainda acrescentar-se o papel de particulares na assistência espiritual dos internados e na salvação da alma. A colocação de sacerdotes a celebrar e a ajudar a bem-morrer e o pagamento de breves para beneficiar doentes e mortos, são algumas dessas expressões.

54 Para este assunto leia-se Magalhães, Vera, *O Hospital Novo da Misericórdia de Viseu. Assistência, Poder e Imagem*, Viseu, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 2011.

Dos rendimentos do dinheiro dado a juro é feita menção nos livros do hospital, sabendo-se quanto e quando foram pagos, mas também como estavam a ser aplicados⁵⁵.

A construção da ala do hospital aconteceu na sequência de obras que o edifício sofreu na década anterior, devido à necessidade de maior espaço para internamento. Nessa altura, o hospital tinha já dois pisos e uma varanda, conferindo ao edifício uma nova imagem⁵⁶. Provavelmente agradado com a obra efetuada, e atendendo às necessidades do momento, o casal decidiu em 1648 reforçar a doação para a casa dos convalescentes com mais 200 mil réis em dinheiro de contado, perfazendo 1.200 mil réis, com mil cruzados oferecidos em 1643 e os 600 mil réis entregues em 1645. Maria Vieira deu a sua outorga e consentimento ao contrato feito pelo seu marido, hipotecando todos os seus bens⁵⁷.

Estas doações tinham, no entanto, contrapartidas. O casal exigiu cuidado e preservação com os símbolos deixados sobre a sua benfeitoria: o letreiro existente sobre a pedra da despensa deveria manter as letras do texto *sempre abertas e esculpidas e destinttas*, ou seja, legíveis, e o escudo *estara sempre sem se poder tirar ainda que no tempo futuro aja mudança do dito altar e retabullo*⁵⁸. Os seus nomes, o seu escudo e a descrição das suas benfeitorias deveriam permanecer *ad eternum*, pois segundo os doadores serviriam para dar a conhecer o seu bom zelo, levando outros a praticarem atos semelhantes. De facto, passados quase 400 anos e depois de muitas vicissitudes experimentadas pelo hospital, ainda hoje é possível ver a lápide numa das paredes do claustro e ler-se o texto deixado. Nele, os doadores perpetuaram os benefícios feitos à Santa Casa, explicitando-os em particular. Já o brasão desapareceu. Os sucessivos melhoramentos

55 ADB, Fundo da Misericórdia, 4º tomo de títulos do hospital de São Marcos, nº 454, não paginado.

56 Consulte-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. A assistência no hospital de S. Marcos*, vol. IV..., pp. 70-71.

57 ADB, Fundo notarial, Livro nº 320, fls. 155v.-156.

58 ADB, Fundo notarial, Livro nº 320, fl. 331.

do edifício levaram a obras de remodelação e ampliação, que tiveram implicações na preservação do património. O caso do brasão assinalado será provavelmente um dos exemplos, mas outros devem também ter desaparecido.

Acrescentavam ainda que a despensa nunca fosse cedida ao capelão do hospital, podendo ser apenas usada por religiosos e religiosas de São João de Deus. Já as lojas da despensa e enfermarias ficavam à disposição do provedor do hospital para fazer delas o que melhor entendesse, desde que não houvesse fogo, devido ao dano que poderia provocar ao complexo habitacional. As relações que o mercador mantinha com o capelão do hospital não são esclarecidas, mas presente-se que não seriam amistosas, a avaliar pela proibição explícita. Também não conseguimos apurar a preferência conferida aos religiosos de São João de Deus, pois não desempenhavam qualquer função neste hospital. A presença destes religiosos no hospital nunca foi mencionada, embora saibamos que existia nele um compartimento destinado a receber religiosos, os quais podiam pernoitar quando estivessem de passagem na cidade. A devoção a este santo, expressa já na imagem mandada colocar no altar, pode ajudar a compreender esta menção, mas não se nos afigura razão única para a explicar.

Em 1649 já com o altar e retábulo prontos, Pedro de Aguiar solicitou autorização ao Cabido, por estar em período de Sé Vacante, para benzer o altar de São João de Deus, São Cosme e São Damião das enfermarias da convalescença, a fim de nele se poder celebrar. Após análise do reverendo Cristóvão Mendes, capelão do convento dos Remédios, o Cabido declarou ter o altar condições suficientes para celebração, tendo, por isso, recebido autorização para ser benzido⁵⁹. As mesmas condições não existiam num outro retábulo colocado nas dependências ocupadas pelos enfermeiros, que apesar de bem ornado, tinha elementos considerados profanos e sujeitos a críticas. O altar das enfermarias dos convalescentes foi benzido no dia 25 de abril de 1649

59 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro do tomo de títulos do hospital 1559-1761*, nº 454, não paginado.

pelo padre Domingos Carvalho de Oliveira, que também celebrou uma missa rezada nele, acompanhado pelos padres Lourenço Pais e Francisco Pereira, da cidade. A cerimónia foi enobrecida com música e instrumentos, contando com harpa e *rebequinha*. O dia foi assinalado com festa, existindo música para os doentes internados. Não foram, todavia, fornecidos outros pormenores da cerimónia. Estariam presentes os benfeitores? Provavelmente Maria Vieira não, mas o marido estaria com certeza. Quantos doentes assistiriam à inauguração? Quem mais se juntou ao ato? Estamos convencidos de que a Mesa marcaria presença, mas alguns dos assalariados também estariam? Ficam-nos muitas dúvidas sobre este dia festivo, que assinalava o funcionamento de mais uma valência no hospital, pois as enfermarias já estariam a receber doentes.

Apesar do investimento feito, em 1665 as enfermarias da convalescença estavam sem uso, nas palavras do médico Jácome Varela, que sugeriu a utilização do espaço para separar doentes das *febres* dos das *feridas*, de forma a minimizar o contágio das doenças⁶⁰. Esta falta de utilização devia ser temporária, e em situação de epidemia, como era a que se vivia no momento, impunha-se a separação dos enfermos. Estranha-se, no entanto, que passados somente 16 anos após a inauguração as citadas enfermarias estivessem desocupadas, tendo em consideração, por um lado, o contexto de guerra em que se vivia e, por outro, o volume crescente de enfermos que chagava ao hospital. Pressionado pela situação, a posição do Dr. Jácome Varela pode ser entendida como uma sugestão para maior racionalismo na utilização dos espaços hospitalares, mas igualmente para maior controlo sanitário, devendo, talvez as citadas enfermarias terem no momento pouca ocupação. A necessidade de alargar os espaços de internamento deve ter sacrificado temporariamente a convalescença. A variação do número de internados era constante nos hospitais, quer nas enfermarias dos doentes comuns, quer nas da convalescença, como se demonstra na imagem abaixo.

60 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Memória e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, p. 38.

O hospital de São Marcos passou a partir do momento indicado a possuir uma ala destinada aos convalescentes, mas em meados do século XVIII em virtude das obras de remodelação e devido ao crescimento do complexo hospitalar, para responder à enorme procura que se fazia dos seus serviços, as enfermarias destinadas a estes doentes foram desmanteladas e surgiram outras mais modernas, amplas e arejadas.



Imagem 3. Enfermarias da convalescença

Fonte: Cortesia do Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga.

A data exata em que deixaram de funcionar estas enfermarias não é fácil de conhecer, porém, em 1759 os mesários queixavam-se da falta de enfermarias para acolher tantos doentes e de espaço para lhes proporcionarem convalescença em local adequado e separado, por constatarem a recaída de muitos, devido à falta de separação entre eles. A ocupação do mesmo espaço facilitava a propagação de doenças,

acabando alguns por recair, permanecer internados, contagiando os que estavam mais próximos. Assim, resolveram construir no claustro, junto à enfermaria dos homens, mais duas para a convalescença: uma para o sexo masculino e uma outra para as mulheres, anexa à enfermaria das mesmas, tendo para o efeito de demolir parte da varanda nova⁶¹. Ou seja, eram criados novos espaços para os convalescentes ao mesmo tempo que as obras se sucediam em São Marcos.

O encerramento das enfermarias mandadas construir pelo casal de benfeitores e a ocupação do espaço para outras funções devem ter estado associados a vicissitudes do próprio hospital. A sua construção evidencia a necessidade sentida e o acompanhamento que São Marcos disponibilizava aos seus internados, replicando os serviços disponibilizados pelos hospitais de maiores dimensões. Prova-se também que estas enfermarias deram origem a outras mais modernas no século XVIII, as quais foram recetoras de alguns legados. Em 1788 António Pinheiro, membro da congregação do Oratório de S. Filipe de Néri, de Viseu, deixou no seu testamento uma verba ao hospital para aquisição de uma bula para os defuntos, devendo o remanescente ser aplicado na convalescença dos doentes⁶².

61 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou atas 1757-1769*, nº 16, fl. 64.

62 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de títulos 1508-1824*, nº 462, doc. nº 34, não paginado.

CAPÍTULO IV

1. *Inspirados por Deos*

1.1. A preocupação com a moral das mulheres

Num período em que a mulher estava sujeita a um cerrado escrutínio social e religioso, impunha-se manter a honra e o seu bom nome para não cair em desgraça moral e social. Com a Contra Reforma aumentou a preocupação com a moral feminina, por a mulher ser considerada a guardadora da honra familiar. A sociedade era muito mais permissiva com os homens do que com as mulheres no tocante à honra e à sexualidade¹. Nela se depositavam todos os cuidados para a preservar. Perdê-la significava ser desonrada, desconsiderada social e religiosamente, ou seja, cair em desgraça. Para que isso não se verificasse, era preciso proteger a mulher, por ser tida como incapaz de o fazer sozinha². Em situação de orfandade de pai, as preocupações aumentavam. A falta do progenitor para a orientar e proteger podia significar o des-caminho e a perda da honra. Como comumente as fontes demonstram, a proteção de mães velhas e viúvas e também as achacadas de doenças fragilizava a situação das filhas jovens, podendo ocasionar grande desproteção. Por vezes, a existência de dívidas colocava também as raparigas na dependência de terceiros, o que podia resultar em perigo para a sua honra. Assim, a receção de um dote constituía um dispositivo de auxílio às famílias camponesas, comumente

1 Leia-se Torremocha Hernández, Margarita, “Soltería, mujer y litigiosidad en el cotidiano de la Edad Moderna”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, p. 159.

2 Lopes, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010.

endividadas devido a vários fatores³. Estas ajudas alcançavam um grande significado, o que levava à enorme procura e à disputa que se fazia para alcançar um dote. Consideradas incapazes de se auto protegerem em termos morais, as mulheres tornaram-se alvo de caridade preferencial e as jovens em particular, criando-se mecanismos de proteção. Os dotes de casamento e a fundação de recolhimentos inscrevem-se nesta linha de ajuda ao sexo feminino, constituindo-se como mecanismos específicos dedicados às mulheres.

Na Misericórdia de Braga, os dotes distribuídos foram possibilitados pela instituição de legados⁴, o que, aliás, foi comum em muitas outras, embora houvesse também quem em número reduzido os distribuísse das suas receitas. Não cabe neste trabalho uma análise mais alargada sobre os dotes desta confraria, mas no seu arquivo encontra-se muita documentação que possibilita o seu estudo.

1.2. *Quem ouver de ser provido*

Na doação efetuada em 1645, o casal instituiu a distribuição anual de um dote de casamento, sendo este rotativo entre órfãs familiares de Pedro de Aguiar e de Maria Vieira. Tratava-se de uma repartição equitativa, não privilegiando nenhum dos ramos familiares. Esta era a vontade dos benfeitores, embora nem sempre assim tenha acontecido, como veremos.

A instituição de dotes para casamento nas Misericórdias tem sido um tema tratado por vários investigadores. Quem trabalha nos arquivos destas instituições sabe que não é difícil encontrar documentação que ateste o seu envolvimento nesta prática de caridade.

3 Consulte-se o trabalho de Sixto Barcía, Ana María, “Lismonas, dotes e instituciones asistenciales”, in Esteves, Alexandra (Coord.), *Sociedade e pobreza. Mecanismos e práticas assistenciais (Séculos XVII-XX)*, Vila Nova de Famalição, Húmus, 2018, p. 30.

4 Oliveira, Flávia, “Casar órfãs em Braga: os dotes de casamento da Misericórdia da cidade (séculos XVII-XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; García Martín, Alfredo (coords.), *Os marginais (séculos XVI-XIX)*, Braga, Lab2PT, 2019, p. 97.

Sabemos também que algumas delas, principalmente as mais pequenas não receberam esses legados, nem distribuíram dotes das suas receitas, mas quer as grandes, quer as de média dimensão conservam fontes e, por vezes, os processos completos, demonstrando por um lado, a forma como a mulher era vista na Idade Moderna e, por outro, a procura desse benefício e a atuação da instituição distribuidora.

Os dotes eram normalmente deixados a órfãs de pai, mas no caso em estudo podiam ser contempladas órfãs de pai ou de mãe. Este critério demonstra que não estava em causa somente a falta de poder masculino, mas que a fragilidade podia surgir também da ausência materna. No primeiro caso, entendia-se a debilidade da candidata por não ter quem a dotasse nem a protegesse, uma vez que o pai tinha por obrigação resguardar a honra das mulheres da sua casa e, portanto, das suas filhas. Na sua falta, seguia-se a mãe, mas, por ser mulher, era tida como incapaz de o fazer, sobretudo em situação de doença ou velhice. Era, por conseguinte, preciso dotar as raparigas para que a sua honra não perigasse e sob a proteção do marido a conservasse. Nos dotes instituídos pelo casal de benfeitores, o sentido do dote é um pouco distinto. Se, por um lado, se procura colocar no mercado matrimonial uma rapariga órfã, por outro, o dote assume a função de transmissão de património para um dos ramos familiares, isto é, interessa considerar a honra feminina, mas conjugá-la com a passagem de património para a família, desde que fossem cumpridos os critérios enunciados pelos dotadores. E é nesse sentido também que as candidatas podem ser órfãs de pai ou de mãe.

O casamento de órfãs foi objeto de atenção de muitos benfeitores. Homens e mulheres preocupados com a posição da mulher na sociedade, considerando que o melhor estado para se manterem virtuosas era o casamento, fosse terreno, ou espiritual, decidiram instituir dotes para lhes facilitar o matrimónio, pois sem ele uma mulher dificilmente se casaria⁵.

5 Carboni, Mauro, *Il dote della "povertà. Famiglia, risparmio, previdenza: Il Monte del matrimonio di Bologna (1583-1796)*, Bologna, Il Molino, 2000.

A produção historiográfica sobre as Misericórdias tem dado a conhecer o investimento particular em dotes de casamento e a sua confiança nestas confrarias, evidenciando o capital social de que gozavam para praticar uma obra que não estava inscrita nas obras de misericórdia⁶. Mas o estudo destas instituições tem também sublinhado formas de dotação, que privilegiavam principalmente os dotes a pessoas sem ligações familiares, a avaliar pelo que se tem publicado, muito embora existissem também laços de sangue que falavam mais alto no momento de distribuir o que existia⁷. Esta modalidade foi adotada em outros contextos tendo, contudo, o mesmo objetivo: fazer transitar patrimónios para familiares⁸.

6 Entre outros, vejam-se os trabalhos de Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1550 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, pp. 107-109; Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 426-427; Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra 1750-1850*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 803-874; Lopes, Maria Antónia, *Protecção em Portugal na Idade Moderna...*, pp. 18-19; Pardal, Rute, *As elites ao tempo da dominação filipina*, Lisboa, Colibri/CIDHEUS-UE, 2007; Fernandes, Sofia, “A dotação de órfãs na Misericórdia de Penafiel nos finais da época moderna e inícios da época contemporânea”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 315-334; Araújo, Maria Marta Lobo de, *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000; Araújo, Maria Marta Lobo de, “Casadas com trigo e cevada: as órfãs e os dotes da Misericórdia de Portel no século XVIII”, in *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, nº 20, 2008, pp. 59-71; Silva, Pedro J. Barbosa, “Dotes de casamento: Exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde (séculos XVII e XIX)”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)*, Braga, Lab2PT, 2019, pp. 102-118; Braga, Isabel Drumond, “A Misericórdia de Ceuta e a protecção às donzelas 1580-1640”, in *Congresso Internacional de História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. III, Braga, 1993, pp. 445-463; Carbonelli e Esteller, Montserrat, *Sobreviure a Barcelona. Donnes, pobresa i assistència al segle XVIII*, Barcelona, Eumo Editora, 1997.

7 Araújo, Maria Marta Lobo de, “Dotar para casar: os dotes e as órfãs do padre Francisco da Cunha 1750-1880”, in *Ler História*, nº 44, 2003, pp. 61-82.

8 Chabot, Isabel, “La loi du lignage. Notes sur le système successoral florentin (XVIe-XVIIe siècles)”, in *Clio, Histoire, Femmes et Sociétés. Femmes, dots et patrimoines*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1998, p. 55.

Também o auxílio a órfãs para professar, seguindo um dos modelos de espiritualidade barroca, procurados por muitas mulheres⁹, conheceu durante a Idade Moderna alguma atenção por parte de certos benfeitores, embora não tenha registado a popularidade alcançada pelos dotes de casamento¹⁰. Recorde-se que o volume de religiosas, ainda que tivesse crescido muito nos séculos XVII e XVIII, era substancialmente reduzido quando comparado com o de todas as que contraíam matrimónio terreno.

O casal de benfeitores estabeleceu que as órfãs que se casassem, receberiam um dote e seriam recebidas no altar do Santo Nascimento de Jesus Cristo da igreja de Nossa Senhora-a-Branca, da cidade, mandado construir por si. Na cerimónia do matrimónio estariam presentes o escrivão e o tesoureiro da Santa Casa, supervisionando o ato, assim como acompanhariam a cerimónia de profissão de freira, nos momentos em que pudessem participar, demonstrando o grande zelo e cuidado postos pela instituição distribuidora. Era também altura de recordar às órfãs a necessidade de implorarem pelos instituidores.

Pedro de Aguiar e Maria Vieira estabeleceram regras para a distribuição dos dotes. Enquanto fossem vivos, seriam eles a seleccionar as candidatas. Nos anos em que não existissem órfãs nem candidatas a freiras, os juros do dinheiro seriam guardados para no ano seguinte se poderem distribuir, alargando-se o volume de dotes ao capital disponível. Na escolha das órfãs eram seleccionadas as que fossem mais próximas dos benfeitores. Do dinheiro do dote eram retirados 100 réis para pagar ao capelão que celebrasse o casamento, ao qual assistiria a órfã que fosse para freira no ano em que o dinheiro fosse aplicado para

9 Para este assunto veja-se o trabalho de Toremocha Hernández, Margarita, “Modelos de espiritualidade barroca “De la que tomó estado matrimonial”, in Burrieza Sánchez, Javier (ed.), *El alma de la mujeres. Ámbitos de espiritualidad femenina en la modernidade (siglos XVI-XVIII)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2015, pp. 181-210.

10 Sobre dotes de freiras leia-se Silva, Ricardo Manuel Alves, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2012, tese de Doutoramento policopiada; Araújo, Maria Marta Lobo de, “Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga no século XVII”, in *NW, Noroeste. Revista de História*, I, 2005, pp. 113-136;

esse fim. A sua presença demonstrava a inexistência de candidaturas para os outros dotes e a aplicação do dinheiro num dote para freira¹¹.

A escritura de 1645 difere substancialmente da elaborada em 1643. Se na primeira o objetivo foi beneficiar o hospital em termos materiais e espirituais, na segunda há claramente uma aposta diferenciada. Investe-se também em dotes para casar ou fazer professar órfãs parentes dos dois benfeitores, na celebração de missas e em equipamento para a igreja da Santa Casa. Patenteia-se uma diferença de postura, mais consentânea com o comum dos legatários: ajudar órfãs para casar ou feiras e mandar celebrar missas. Como anteriormente referimos, este acordo foi posteriormente rejeitado pela nova Mesa, aduzindo as declarações também já citadas. A posição levou o benfeitor a contestar em 1647 e a exigir que a decisão passasse pela Junta, o que não tinha acontecido. No compromisso determinava-se a obrigatoriedade de audição dos definidores para a aceitação de legados. Com implicações futuras, a aceitação de encargos exigia uma atitude alargada e responsável, pois os irmãos deviam preservar a instituição e não colocá-la em risco. Impunha-se, pois, avaliar as condições propostas e decidir de acordo com os interesses da instituição. Esta situação obrigou as duas partes a fazerem novo contrato em que se estabelecia um legado na Misericórdia. Assim, dos réditos destes 200 mil réis, o provedor e o tesoureiro do hospital ficavam obrigados a entregar anualmente 10 mil réis a duas religiosas enquanto fossem vivas¹². As religiosas eram Marta de Cristo e Úrsula da Ressurreição, irmãs de Maria Vieira, e professoras no citado convento de Nossa Senhora da Conceição, como já anteriormente referimos. A Santa Casa assumia a obrigação de dar cinco mil réis ao ano a cada uma e perante a morte de uma delas os 10 mil réis transitavam para a sobrevivente. O casal dava ainda à Misericórdia 100 mil réis livres, além dos outros que já tinha entregue, e um ornato roxo de damasco, composto por: três frontais, três panos de estantes e uma vestimenta, sem mais obrigações para além dos 40 mil réis anuais para os dois,

11 ADB, Fundo da Misericórdia, 6º tomo de *títulos do hospital de São Marcos*, nº 499, fls. 70-71v.

12 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 320, fl. 330v.

enquanto vivos. Este dinheiro passava depois da sua morte para o dote da referida órfã, tal como está previsto no primeiro contrato. A carta do benfeitor terminava com votos de longos anos para os mesários, para que pudessem manter-se ao serviço de Deus¹³. Acrescentava-se mais 200 mil réis para as enfermarias da convalescença.

Perante a nova proposta, a Misericórdia decidiu convocar a Junta para se pronunciar sobre as condições contidas nas cartas e aceitou as novas condições. Uma vez mais a escritura foi lida a Maria Vieira na sua casa, que o ratificou¹⁴. A Mesa declarava o gosto com que *todos festejavão os grandiosos acrescentamentos de legados* feitos à casa e ao hospital, fazendo-o para que tudo ficasse mais seguro e na forma do compromisso. Justificava ainda alguns dias de atraso para convocar a Junta e anunciava ter sido uma decisão tomada por todas as favas brancas, o que correspondia a unanimidade. A resposta enviada a Pedro de Aguiar deixava em aberto a data da escritura, a qual devia ser agendada de acordo com a conveniência dos benfeitores. Os irmãos imploravam a Deus muitos anos de vida para eles, de forma que pudessem continuar a fazer-lhes muitos benefícios¹⁵. A carta foi assinada pelo provedor e por mais seis mesários.

Adotando uma postura totalmente diferente do anteriormente sucedido, a Mesa da Santa Casa respondia agora aos benfeitores num tom laudatório, elogiando-os e esperando deles novas contribuições. A flexibilidade evidenciada quanto à data da feitura da escritura demonstra total disponibilidade para lhes agradar, mas também submissão relativamente às suas vontades.

A escritura foi realizada e o benfeitor entregou os 300 mil réis aos confrades presentes, que

(...) eles contarão e receberão hem si com os ditos setecentos mil reis que a ditta caza tinha fazia a ditta quantia do ditto conto de reis os quaes a ditta Caza Provedor e irmãos della aceitarão pera os empregar em juro ou

13 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 320, fls. 126- 127.

14 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 320, fl. 155v.

15 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 320, fl. 127.

*herdades seguras que rendão pera satisfação da dita obrigação emquanto não houver ocasião de fazer o ditto emprego darão o ditto dinheiro a razão de juro na forma que a ditta Casa da a pessoas certas e seguras chãs com fianças abonadas (...)*¹⁶.

A escritura veio pôr fim a um período de menor entendimento entre os benfeitores e a Santa Casa e resultou em mais benefícios para a instituição, deixando clarificadas as cláusulas estabelecidas entre as partes¹⁷. Passada uma semana, foi lida a Maria Vieira na sua casa e, tal como as anteriores, recebeu o seu beneplácito¹⁸.

A ligação deste casal à Santa Casa é relevadora em primeiro lugar da forma como os homens seiscentistas entendiam a caridade e a salvação da alma e ainda da relação pessoal que Pedro de Aguiar mantinha com os homens de poder. Em novembro de 1650, o casal decidiu liberar a Santa Casa do pagamento anual de 40 mil réis, conforme escritura lavrada no notário. Dirigindo-se, agora, o notário a sua casa, os dois alegaram *muitas e justas causas* para alterar de posição, fazendo transitar o dinheiro de imediato para o pagamento de um dote de casamento ou para professar¹⁹. Contrariando o habitual, Pedro de Aguiar recebeu o notário na sua residência provavelmente, por já estar doente. Talvez a idade avançada o impedisse de sair, mantendo-se mais por casa, de onde geria a vida e onde ia preparando a morte. Sem precisar do dinheiro, o casal decidiu alienar a medida de precaução que tinha criado para si e beneficiar de imediato uma mulher.

A vontade deste casal não é de todo inédita, pois alguns benfeitores instituíram dotes de casamento que começaram a ser pagos ainda em suas vidas²⁰. A mesma estratégia é seguida pelos benfeitores da

16 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 320, fls. 128-128v.

17 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 320, fls. 128v.-129.

18 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 320, fls. 129-129v.

19 ADB, Fundo notarial, *Livro* n° 329, fl. 158v.

20 Veja-se para a Misericórdia do Porto o trabalho de Machado, Maria de Fátima, “Dotes e casamentos. As órfãs do Porto no século XVI”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Tomar estado...*, pp. 235-249.

Misericórdia de Braga, numa altura em que a confraria distribuía ainda um número limitado destes benefícios.

Sempre muito interventivo na regularização das suas vontades e com ideias muito claras sobre os procedimentos, o casal de benfeitores elencou também os critérios para a seleção das dotadas. Como sabiam da procura que o benefício alcançaria, Pedro de Aguiar e Maria Vieira decidiram colocar alguns entraves, como todos os benfeitores faziam, e privilegiar certos aspetos considerados merecedores²¹. Assim, as dotadas teriam de ser órfãs de pai ou mãe, moças donzelas, honradas, virtuosas e parentes próximas dos benfeitores. Pediram ainda que na cerimónia de casamento estivessem presentes o tesoureiro ou o escrivão da Santa Casa²². Casariam na igreja de Nossa Senhora-a-Branca, no altar já anteriormente referido e a quem as sacramentasse era pago com um tostão. Como também já mencionámos, a que tomasse ordens tinha de assistir à missa no mesmo altar, na *primeira oitava do Natal*, data em que se realizava o casamento.

Na hora da morte, Maria Vieira recordou novamente as órfãs suas familiares e acrescentou mais 20 mil réis ao dote, subindo este para 60 mil réis. Esclareceu que na eventualidade da Misericórdia, sua herdeira, não aceitar esta obrigação, o citado aumento passava para o recolhimento de mulheres que os dois tinham erguido, devendo este ser convertido num convento de religiosas que professassem a Regra de São Francisco²³. O montante era elevado e assume particular relevância numa sociedade em que o dinheiro era escasso entre os camponeses e representava uma mais-valia para as raparigas que pretendiam casar, tornando-as mais atraentes no mercado matrimonial²⁴.

21 Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Composição da irmandade, administração e recursos (das origens a cerca de 1910)*, vol. II, Braga, Santa Casa da Misericórdia e Autora, 2003, pp. 641-642.

22 Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*, vol. III, Braga, Santa Casa da Misericórdia e Autora, 2006, p. 246.

23 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos*, nº 37, fl. 36.

24 Labajo Murillo, Leyre, *Mujer y dote en el medio rural castellano: Medina del Campo a finales del Antiguo Régimen*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2014.

1.2.1. Os processos de candidatura e os trâmites seguidos

A documentação da Santa Casa permite estudar estas dotações entre 1652 e 1796, à exceção dos anos de 1723 e 1730. Para o século XIX, período em que a procura deste benefício decaiu, encontramos somente dois registos. Com o envolvimento da mulher em tarefas remuneradas fora de casa, os dotes de casamento deixaram de ter tanta procura, embora pensemos que no caso em estudo se associaram outros fatores. Assim, o século XIX assistiu naturalmente a uma queda, ao mesmo tempo que a inflação os tinha desvalorizado. Refira-se, no entanto, que em alguns casos, mesmo com uma procura mais reduzida, se mantiveram até às primeiras décadas de noventa.

A candidatura ao dote estava sujeita a um processo, que implicava a apresentação de uma petição, de certidão de batismo e outra do pároco da residência da candidata, em que atestasse as suas virtudes, bons costumes, pobreza e descendência, servindo de prova que a ligasse familiarmente aos benfeitores. Desconhecemos se era enviada uma árvore genealógica, como se conhece para alguns dotes destinados a familiares dos benfeitores, ou se a prova era efetuada através de outro mecanismo. Na documentação conservada não existem árvores genealógicas. Depois de receber a propositura, a Misericórdia ouvia testemunhas que não tivessem laços de sangue com a candidata para garantir o distanciamento e a veracidade dos factos e dirigia uma missiva à dotada, comunicando-lhe ter sido aceite, após o que esta devia pedir permissão para contrair núpcias e lhe era concedida licença para se esposar.

Após fazer a propositura, a candidata era sujeita a um interrogatório, pretendendo-se saber de quem era filha e se era órfã, se era donzela, honesta e virtuosa, se era parente dos instituidores por via do pai ou da mãe e se os progenitores eram familiares dos instituidores e em que grau²⁵.

25 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fl. 3.

As regras de dotação exigiam rotatividade anual entre as familiares de cada um dos dotadores, ou seja, um ano o dote seria entregue a uma familiar de Maria Vieira e no seguinte a uma de Pedro de Aguiar. Porém, este critério nem sempre foi cumprido, não existiu uma distribuição equitativa de dois em dois anos, devido à deficiente distribuição efetuada pela Misericórdia.

Os depoimentos feitos sobre as candidatas evidenciavam as suas virtudes e qualidades, referindo também, em alguns casos, a componente religiosa, ao assinalar a frequência da missa, como fez João Gomes de Carvalho, alfaiate de 60 anos, sobre uma candidata de São Cosme do Vale, referindo que assistia diariamente à missa e frequentava os sacramentos²⁶. Já sobre Quitéria da Costa, casada em 1816, uma testemunha mencionou ser esta temente a Deus, sublinhando aspetos religiosos. Era perante o capelão da Misericórdia que as testemunhas juravam sobre os Santos Evangelhos e depunham.

O estudo dos livros de dotes do casal demonstra que a sua distribuição se iniciou em 1652 quando os dois ainda estavam vivos, como anteriormente mencionámos, e era realizada muito próximo do Natal. A primeira beneficiada foi Marta Gomes, familiar de Pedro de Aguiar, para se unir matrimonialmente a João Fernandes, morador no campo da Sé, sendo o dote entregue em janeiro, como acontecerá com algumas, pois outras recebem o dinheiro em fevereiro e mesmo noutros meses. No ano seguinte, a rotatividade não se verificou e uma vez mais o dote beneficiou uma familiar do mercador²⁷. Só em 1654 surgiu uma do ramo de Maria Vieira. Mas nem todos os dotes serviram para casar na terra, os de 1659 foram atribuídos a duas madres do convento dos Remédios da cidade, Mariana da Madre de Deus e Úrsula da Ressurreição, sobrinhas de Pedro de Aguiar²⁸. Nesta altura, o casal tinha familiares em diferentes conventos da cidade.

26 ADB, Fundo da Misericórdia, *Relação dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira*, nº 416, não paginado.

27 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fl. 3.

28 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fl. 15.

Ainda na década de 50 os dotes conheceram atrasos no pagamento. Em 1657 assumia-se que a Mesa passada não tinha efetuado o pagamento do dote por falta de dinheiro que *não tinha entrado*. O montante deixado tinha sido colocado a juro, ficando os dotes prisioneiros do pagamento dos juros ou da entrega do próprio. Assim, só foi possível pagar os dotes atrasados no ano assinalado, por ter chegado, proveniente do pagamento de juros²⁹.

Com a morte de Maria Vieira em 1660, os dotes passaram para 60 mil réis, mas só em 1666 esse montante foi entregue, sem explicação nas fontes que possibilitem conhecer as razões do atraso. Aconteceu também que a Misericórdia não atuava como devia e em vez de prover apenas uma candidata, a mais próxima em termos de consanguinidade e que reunisse os restantes requisitos, dotava todas as que concorriam e, por isso, o dinheiro não chegava e os atrasos começaram a acumular-se. Em 1665 e 1666 a Santa Casa pagava dotes de 40 mil réis a jovens casadas há vários anos, mas que ainda não tinham recebido o seu pagamento. Acontece que este montante tinha subido para 60 mil réis, mas como tinham sido atribuídos antes de 1660, a confraria pagava o que estava em vigor na altura do provimento. Também se acentuou uma tendência que se esboçava nos dotes pagos anteriormente e que dizia respeito ao atraso com que eram satisfeitos. A partir de 1668, passaram a ser entregues com dois anos de atraso, mas este acentuou-se com o decurso do tempo e, ainda no século XVII, vários casos foram pagos com 8, 9 e mais anos de atraso³⁰. Mas se esta demora oscilou nos finais de seiscentos entre os anos assinalados, nas duas primeiras décadas de setecentos, o prazo foi ainda mais dilatado, demonstrando as dificuldades da Santa Casa em honrar o seu compromisso, o que, aliás, acontecia em muitas outras Misericórdias e mesmo nas confrarias religiosas.

29 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fl. 3.

30 Graça do Vale, familiar de Maria Vieira e moradora na rua dos Biscainhos, foi dotada em 1690 e recebeu o dote em 1701. ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fl. 34.

A primeira década do século XVIII foi muito dura para a Misericórdia de Braga. Os preços dos produtos dispararam na cidade e na região, agravando a situação do hospital de São Marcos, procurado por um número crescente de doentes. Foi sob a provedoria do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1709-1712) que se sentiu necessidade de tomar medidas para que o hospital continuasse a responder às necessidades da população doente. Nessa altura, recebeu uma forte ajuda do citado arcebispo, que ordenou aos seus médicos o tratamento dos doentes domiciliados para não sobrecarregarem os da Santa Casa. Esta situação pode ajudar a explicar a falta de liquidez para pagar os dotes, tendo a confraria assumido como prioridade o tratamento de doentes institucionalizados.

Na Misericórdia de Braga o atraso não se verificou apenas neste legado, também os dotes instituídos no começo do século XVII pelo padre António Faleiro conheceram situação similar³¹.

A maior parte dos dotes foi entregue depois do casamento, o que era vulgar em muitas Misericórdias e, por vezes, com muito atraso³². Normalmente, o dinheiro que suportava os dotes era colocado no mercado do crédito estando sujeito às flutuações de entrega e até ao pagamento dos juros, como vários estudos têm demonstrado. Esta realidade, que retardava o pagamento dos dotes, obrigava as jovens a manterem-se sem fama nem rumor, mesmo depois de casadas, sob pena de perderem a dotação. Tratava-se, por conseguinte, de um modelo de controlo que atuava sobre a conduta feminina³³.

Na Santa Casa de Braga, os dotes eram pagos na casa do despacho, na presença de vários mesários, entre eles, o provedor, os dotados e

31 Leia-se para este assunto Machado, Manuela, “Proteger a honra de donzelas pobres: os dotes do padre António de Abreu Faleiro na Misericórdia de Braga (séculos XVII a XIX)”, in *Livro de Atas do I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População*, vol. III, Guimarães, Câmara Municipal, de Guimarães, 2012, pp. 237-238.

32 Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*, vol. III..., p. 249.

33 Groppi, Angela, “Dots et institutions: la conquête d’un patrinoiné”. (Rome, XVIIIe-XIXe siècles), in *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés. Femmes, Dots et Patrimoine...*, p. 141.

algumas testemunhas. Em meados do século XVIII, aumentou a formalidade do ato e a Mesa passou a estar presente em peso ou na sua maioria, o que resultava em muitas presenças e assinaturas. Em vários casos contamos entre 14 a 16 homens e apenas uma mulher, que, por regra, não sabia escrever, assinando alguém a seu rogo. O dinheiro, em moeda corrente, era entregue e contado por quem o recebia, para que posteriormente não alegasse não o ter recebido na totalidade.

Apesar de os instituidores terem estabelecido rotatividade anual nos dotes de ambos os ramos familiares, na prática isso não se verificou. A documentação demonstra dotações anuais a quem se candidatava e quase nunca aconteceu a rotatividade desejada, por falta de candidaturas. Todavia, quando surgia ocasião, a confraria procurava fazer o acerto o que resultava num desequilíbrio, caracterizado por em vários anos consecutivos serem entregues a familiares de Pedro de Aguiar e noutros a mulheres da família da sua esposa. Esta constatação surgiu mencionada no livro de assentos, talvez devido à contestação feita pelas pretendentes e verificada a contabilidade, confirmou-se a falta de rigor na atribuição. Recordar-se que os mesários ocupavam cargos anuais e que a falta de um registo claro e rigoroso podia colocar em perigo o cumprimento do legado, como aconteceu. Em 1672 a Mesa analisou os pareceres dos letrados da Casa, os licenciados João Francisco Gomes e Cristóvão Pinto Barbeira, que se pronunciaram sobre a confusão existente na rotatividade. Ambos foram unânimes na entrega de dois dotes: um de Pedro de Aguiar e outro da sua esposa, no mesmo ano, por falta de atribuição em 1671 e 1672. A Mesa aceitou este procedimento e resolveu pagar o de Maria Vieira a João Fernandes e Isabel Vieira, por esta ser a familiar mais antiga e mais próxima da legatária. Este dote era respeitante a 1671. O dote do mercador foi entregue a Francisco Cerqueira e a Vitória de Aguiar, por ser considerada a mais antiga em casamento e a mais próxima em termos familiares³⁴. Com esta decisão, a Mesa acertava os dotes,

34 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fls. 9-10v.

mas não foi a última vez em que os procedimentos tiveram que ser corrigidos. Volvidos quatro anos, surgiu mais uma questão: o órgão diretivo tinha a conselho dos letrados provido o dote em Isabel Sá, casada com João Francisco, porém, porque *algumas pessoas tinham feito embargo na mão do Tizoureiro*, ordenou que o referido mesário não entregasse o dinheiro que já tinha em sua posse, nem estivesse presente na sessão da Mesa quando o dito dote fosse atribuído. Foi também decidido ir a casa do tesoureiro buscar os 60 mil réis para ser a Mesa a entregá-los³⁵.

Quando se iniciaram os protestos, a confraria mudou de estratégia e para atuar com maior segurança seguiu as instruções dos seus letrados na análise das candidaturas, mas nem mesmo assim ficou isenta de problemas³⁶. O caso atrás demonstra também a implicação de alguns mesários nos protestos, o que levou a Mesa presidida por Pedro de Aguiar da Cunha Souto Maior a retirar a confiança ao tesoureiro.

Em finais da década de 80 surgiram novamente problemas com a distribuição destes dotes e nessa altura os interessados recorreram ao Juiz dos Resíduos para tentar valer o que consideravam ser um direito seu. Em 1689 foi proferida sentença a favor de Comba do Espírito Santo, religiosa do convento dos Remédios, a quem se entregaram os 60 mil réis. No ano seguinte, perante a apresentação de uma sentença do mesmo órgão pagou-se o dote a Mariana de Andrade, casada com João da Silva e em 1690 Amaro Dias e sua mulher Marta Vieira foram julgados por preferidos em terceiro lugar, recebendo o dote³⁷. A Misericórdia viu sair para fora de portas uma decisão que era sua, mas acatou as sentenças que lhe foram apresentadas e pagou

35 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fl. 12.

36 A mesma medida foi tomada por outras Misericórdia na tentativa de aplanarem problemas e agir com maior segurança. Leia-se Ramos, Maria Odete Neto, “Dotar órfãs com posses ou donzelas pobres? As hesitações dos mesários da Misericórdia dos Arcos de Valdevez na distribuição de dotes do abade de Cabreiro (século XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves Alexandra (coords.), *Tomar estado...*, pp. 251-273.

37 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fls. 15v.-18.

sem hesitação. Como se constata, as familiares dos legatários eram pessoas que defendiam os seus interesses, fazendo transitar o assunto para órgãos competentes, na tentativa de alcançar o almejado dote.

Na provedoria de frei Manuel António Sousa, comendador da Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa de sua Majestade, em dezembro de 1696, foram colocadas sobre a Mesa mais quatro sentenças de preferência de dotes de Pedro de Aguiar que estavam vencidos, mas não pagos. Com estes pagamentos, a Misericórdia assumia que estava a trabalhar mal, prometendo dotes para os anos futuros a todas as concorrentes³⁸. As dotadas foram escalonadas, tendo surgido em primeiro lugar Maria Tinoca, mulher viúva de Manuel Rodrigues, em segundo Natália Gomes, casada com António Vieira, em terceiro Maria Gomes, mulher de Francisco Gonçalves e, por fim, Maria Fernandes, casada com Manuel Fernandes. A Santa Casa pagou 60 mil réis a cada, mas o assunto ainda não estava totalmente resolvido. Passados três anos, Domingas Luís reclamou o dote, apresentando uma sentença que a colocava em quinto lugar, o que levou a confraria a desembolsar o pagamento de mais um dote³⁹. Uma vez mais o assunto não é claro para o investigador. Como se chega a esta situação? Como se pode incorrer em tamanho erro? Os critérios deixados pelos legatários não estavam a ser seguidos pelos distribuidores dos dotes? Proviam outras em vez das que reuniam melhores condições? Ou pensavam que todas as candidatas deviam ser dotadas, prometendo-lhes o dote?

Sem dinheiro para pagar tantos dotes, a Santa Casa recorreu ao do *coro por estes andarem metidos nelle*. Sublinha-se a escassez de informação sobre o fundo de onde provinha o dinheiro, embora se perceba a falta de liquidez direta, mas igualmente alguma confusão nos fundos dos legados.

38 Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*, vol. III..., p. 251.

39 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fls. 17-17v.

Embora não haja dúvida de que as Misericórdias medraram com os legados recebidos, o certo é que com eles vieram muitos problemas decorrentes de vários assuntos. Em Maio de 1699 foi analisada em Mesa a situação de Isabel Carvalho, casada com Domingos Fernandes, a qual tinha levado 20 mil réis a juro da Santa Casa *com a esperança do dote que lhe pertencia*, por ser familiar de Maria Vieira. O dote ainda não lhe tinha sido entregue por não estar vencido no citado momento, diziam os irmãos. Agora, passados 12 anos, Isabel reclamava-o, sem nunca ter pago juros do dinheiro que levou nem o ter devolvido, embora a Misericórdia a tivesse colocado na Justiça. A Santa Casa pagou o dote, mas ordenou ao seu tesoureiro que descontasse os 20 mil réis, os juros e as custas do processo que tinha movido contra João Fernandes de Abreu, seu fiador⁴⁰. Era altura de acertar contas e a confraria não perdeu num momento em que se confrontava com muitas reclamações.

Nas primeiras décadas de setecentos, a Misericórdia pagou vários dotes às familiares dos dois ramos que tinham apresentado sentenças, validando as suas pretensões e demonstrando que a confraria continuava a atuar de forma errada. Em junho de 1703 a Santa Casa pagou um dote a uma candidata que tinha ficado em sétimo lugar, mas apresentou uma sentença do Juiz dos Resíduos que lhe abria a porta da dotação⁴¹. A confraria já não pagava dotes apenas às que reuniam melhores condições no que se refere aos critérios impostos pelos dotadores, mas a todas que concorriam, tendo somente estas de lutar para alcançar os 60 mil réis. Os pagamentos foram-se fazendo e em 1706 pagaram-se dois dotes a familiares de Maria Vieira que tinham ficado em primeiro e em segundo lugar, após terem apresentado sentença do tribunal da Relação da cidade. Nos de Pedro de Aguiar surgem candidatas em 1709 a exigir o dote, colocadas em 10º lugar, como se verificou com Maria Francisca. Nesta situação, não era fácil trabalhar sem errar. A Misericórdia perdeu o poder sobre a

40 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fl. 18v.

41 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fl. 21.

distribuição destes dotes, uma vez que todas as que não eram pagas no ano em que concorriam, recorriam da decisão e a sua pretensão era validada. Todas as dotadas registadas eram portadoras de sentença, alcançada no juiz dos Resíduos ou na Relação e ocupavam os mais diversos lugares na lista de candidaturas. Esta realidade acontecia nos dois ramos familiares e não contribuía em nada para cumprir o determinado pelos instituidores.

A normalidade do procedimento parece ter surgido em 1715 quando foi dotada D. Luísa de Matos, religiosa do convento do Salvador, instituição da cidade, onde se seguia a Regra de São Bento. Estes dotes eram menos concorridos e, por isso, menos sujeitos a lutas intestinas. Nessa altura, os irmãos não se deslocaram ao convento, sendo o dote entregue pelo tesoureiro Manuel Barbosa a um procurador, mediante procuração passada pela religiosa para o efeito⁴².

Com o decurso dos anos, a situação não se alterou e na década de 20 a confraria continuou a pagar dotes alcançados através de *sentenças que tiverão entre si as pretendentes nos residuos desta Cidade*⁴³. A Santa Casa pagava mas não sem antes se inteirar da situação, através do pedido de muitos pareceres a pessoas muito consideradas, anexos aos papéis da dita pretendente, como se verificou em 1727, no caso de Domingas Vieira da Cruz, colocada em 13º lugar na lista das concorrentes⁴⁴.

Mulheres reivindicativas, erros cometidos e sindicâncias aos dotes aconteceram em várias Misericórdias, provando erros humanos, mas também mulheres e homens muito atentos ao que tinham direito e não era cumprido⁴⁵.

42 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fls. 27v.-28.

43 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fls. 34v.-35, 37.

44 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fls. 38v.-39. Houve, porém, quem fosse colocada em 19º lugar e tivesse também direito ao pagamento do dote.

45 Para a Santa Casa de Ponte de Lima veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, pp. 598-603.

A análise dos dotes de finais do século XVII e inícios do seguinte demonstra a grande concorrência existente. Isto mesmo se patenteia no caso de Custódia Vieira e Maria Vieira, quando casaram no mesmo dia e *se comprometerão em repartirem o dote entre si*. Em 1717 a Mesa entregou 30 mil réis a cada uma⁴⁶. O assunto deveria ter sido tratado na Santa Casa, mas desconhecemos a resposta dada, porém, foi validado nas sentenças que ambas apresentaram na instituição distribuidora. A repartição de dotes não é um tema muito abordado e não deve ter surgido muitas vezes, todavia, este caso é demonstrativo das estratégias implementadas para se aceder a algum dinheiro, mas também da grande procura que neste momento existia. Perante a necessidade, muitas vezes imposta pela oportunidade de casar, era preferível receber algum dinheiro do que nenhum. E 30 mil réis era ainda uma boa quantidade! O mesmo consenso foi encontrado em 1719 para pagar os dotes de 1717 a Ana Vieira, entretanto viúva, e a Custódia Vieira, casadas no mesmo dia na igreja de Nossa Senhora-a-Branca. O assunto estava contratado entre ambas e o dinheiro foi repartido pelas duas em partes iguais⁴⁷. O mesmo se prova com o pagamento do dote a Madalena no ano seguinte, colocada em 12º lugar nas familiares de Pedro de Aguiar.

O montante do dote era aliciante e ninguém o queria perder, mesmo se a candidata tivesse entretanto falecido. Em 1728 a filha de uma petionária considerava-se com direito ao dote, o que levou a confraria a consultar peritos. Um deles defendeu que esta não tinha direito ao mesmo, pois sua mãe ainda não tinha sido provida no momento da morte e os dotes destinavam-se apenas a estas.

O erro cometido pelos mesários nos processos anteriores era assumido pela Mesa de 1724, que procurou junto de um perito esclarecer a sua situação e saber se devia ou não pagar os dotes que erradamente tinham sido prometidos a todas as petionárias. O sub chantre da Sé defendeu o pagamento às que já estivessem casadas para não

46 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fl. 31.

47 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fl. 31.

defraudar o marido, que sem esse benefício não teria casado⁴⁸, mas também às solteiras para procurarem marido. Defendeu ainda que o facto de ter sido outra Mesa a prometer o dote, não devia obstar ao seu pagamento⁴⁹. Uma vez mais se sublinha a dependência das mulheres dos homens. O dote era-lhe atribuído a ela, mas era ele que o reclamava, fazendo acreditar que apenas aceitou o matrimónio por ela estar dotada. Esta situação de fragilidade e dependência da mulher encontrava respaldo nos textos religiosos, legais e culturais da época⁵⁰.

A situação da Santa Casa era frágil e esta não conseguia corrigir os seus procedimentos. A sindicância ocorrida em 1734 teceu críticas à atuação da instituição e ordenou a correção dos erros anteriores, afirmando-se em 1736 que a Santa Casa *despachou dotes erradamente, enganou as miseráveis esposadas*, devendo, por isso, pagá-los da sua bolsa, e no futuro cumprir o estabelecido pelos dotadores⁵¹. A partir desta data, a Mesa resolveu iniciar um novo livro de registo, *para que não se continue com a confusão com que se tem feito no livro velho trocando os turnos e dandose desordenadamente contra a forma e condições da instituição*⁵². Admitia-se o erro e demonstrava-se vontade de mudar procedimentos. O livro recorda as condições em que os dotes foram instituídos, os critérios de seleção das dotadas e estabelece diferenças no tocante às que casavam na terra e às que se reuniam maritalmente com Deus. Sublinha ainda o local de casamento para as primeiras e as

48 O interesse suplantava qualquer sentimento. Leia-se Ruiz Sastre, Marta; Macías Domínguez, Manuel, “Cuando el amor desaparece. Ruptura de noviazgo y separación matrimonial en el antiguo régimen. El caso del arzobispado de Sevilla”, in Serrano Martín, Eliseo, *De la tierra al cielo. Líneas recientes de investigación en Historia Moderna*, Zaragoza, Diputación de Zaragoza, 2013, pp. 997-1013.

49 ADB, Fundo da Misericórdia, *Relação dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira*, nº 416, fls. 9-12.

50 Leia-se Hespanha, António Manuel, “Estatuto jurídico da mulher na Época Moderna”, in *Oceanos*, nº 21, 1998, pp. 8-16.

51 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fl. 80.

52 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fl. 1.

obrigações das segundas, acrescentando que os instituidores tinham solicitado ao escrivão e ao tesoureiro da Misericórdia que acompanhassem, apadrinhando todas no ato, sendo as primeiras no altar que possuíam na igreja de Nossa Senhora-a-Branca e as segundas acompanhadas até ao ingresso no mosteiro onde tomavam ordens⁵³. A instituição fazia-se representar por alguns dos mais elevados membros da direção, acompanhando a dotada e chancelando a atribuição do dote. Advertia-se ainda para não ser provida mais do que uma por ano, impedindo-se despachos para cumprir no futuro. Recordaram-se também os procedimentos dos escrivães na receção das candidaturas, procurando assegurar-se da sua orfandade, qualidades morais e ascendência familiar, estabelecendo as relações de parentesco com os instituidores até onde fosse possível⁵⁴. A instituição procurava emendar o erro e recomeçar, sublinhando e criando memória para futuro dos princípios estabelecidos com os instituidores e das práticas seguidas pela instituição. Neste processo, destaca-se também o papel assumido pelos escrivães e, de alguma forma, pelos tesoueiros.

Após esta situação, a Santa Casa pagou alguns dotes em atraso, pertencentes às familiares de Pedro de Aguiar, alguns deles prometidos há várias décadas. O de Ana Gomes atribuído em 1704, foi entregue ao seu marido em 1736, já na condição de viúvo⁵⁵, tendo o atraso sido justificado com dúvidas surgidas e o pagamento com a existência de um filho, seu herdeiro. O rapaz sabia escrever e assinou o registo⁵⁶. Esta situação não é inédita e acontecia sempre que o prazo de pagamento se dilatava muito⁵⁷.

53 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fls. 2-3.

54 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fls. 2v-3.

55 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fl. 3v.

56 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fls. 5-5v.

57 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*, Braga, CITCEM, 2011, p. 100.

Após a resolução de problemas antigos, a Santa Casa retomou aparentemente a normalidade, mas os dotes continuavam a não ser pagos no momento do casamento. O de Ana Antónia foi entregue em abril de 1736, depois de casar na primeira oitava do Natal de 1735, mas o de Teresa Vieira, casada em 1737, só foi recebido em junho do ano seguinte na presença do provedor Afonso de Magalhães, Chantre da Sé, e do tesoureiro João Duarte de Faria⁵⁸. Ou seja, a Santa Casa protelava o pagamento destes dotes o tempo que podia, aplicando o dinheiro deles noutros setores e deixando as dotadas numa situação de fragilidade e dependência.

Embora na grande maioria dos casos, o dote tenha sido pago ao casal, houve também quem recorresse a um procurador para o receber, estando munido de um instrumento legal que lhe possibilitasse a representação, mas também de outros documentos, como era a declaração em como tinha sido provida, a certidão do registo de casamento e a prova de parentesco. Isto acontecia sempre que os dotados moravam longe e não tinham possibilidade de se deslocar à cidade⁵⁹. Em 1655 foi o sobrinho dos instituidores João Gomes Barreiros que serviu de intermediário entre os dotados e a Santa Casa. Apareceu no primeiro de janeiro na confraria munido dos documentos necessários para receber o dote de Catarina de Barros e Francisco Luís⁶⁰. Refira-se, aliás, que este sobrinho acompanhou o pagamento de vários dotes, representando a família, mantendo uma relação presencial com os dotados.

Mas nada do que parecia era e uma vez mais a Mesa incorreu em erro na atribuição destes dotes. Após queixa de uma das partes, os mesários solicitaram opinião avisada ao padre Manuel José dos Reis, lente de Prima, da Universidade de Coimbra, sobre as dúvidas

58 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fls. 6-7.

59 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fls. 10, 18.

60 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 415, fl. 2v.

que se colocavam. Em dezembro de 1740 rebentou o problema, após consulta do livro de registo para saber a quem atribuir o novo dote, tendo sido colocados editais a chamar as parentes de Maria Vieira. Vendo-se excluídas, as familiares do seu marido protestaram e verificou-se o equívoco em que laborou o escrivão, descobrindo-se o engano em que a Mesa tinha incorrido. O conselho do referido lente, que defendeu o registo para memória futura, assentava no princípio de não haver tempo para colocar novos editais a convocar as parentes de Pedro de Aguiar, nem contribuir para a imagem da Misericórdia assumir publicamente o engano, uma vez que as familiares de Maria Vieira *tinham adquirido jus pelo chamamento que se lhes fes pello ditto edital* e ter o órgão gestor atuado com boa-fé, defendendo, por isso, que a Mesa entregasse o dote à parente do ramo da esposa e posteriormente repusesse o equilíbrio entre as partes⁶¹. O recurso a peritos foi frequente e denota não somente o desnorte reinante e os erros cometidos nestas distribuições, mas também a conflitualidade existente no setor⁶². Apesar de defender uma posição airosa para a confraria, o sacerdote não deixou de a criticar, ao apontar o erro, embora considerasse não ser doloso.

Com mais este aviso, os escrivães passaram a ser mais rigorosos e informativos sobre as dotadas. Os registos obedecem a um novo formulário, sendo colocado no cabeçalho a que ramo familiar pertencia, a filiação das dotadas e, depois do dote pago, a expressão defensiva da Santa Casa ao registar que a dotada *deu esta santa casa por quite e livre para todo o tempo do mundo*, desonerando-se de futuros requerimentos para pagamentos.

Habitado já a algum ruído nesta prática, em 1746 embora o dote pertencesse ao ramo de Pedro de Aguiar, não houve candidatas, o que levou o órgão diretivo a proceder a uma consulta aos seus

61 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fls. 9-10.

62 Para esta matéria leia-se o trabalho de Ramos, Maria Odete Neto, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez, 2015, pp. 323-333.

membros, que votando numa caixa, decidiram atribuí-lo a Perpétua Gomes, casada há 16 anos, com licença da Mesa, sem ter ainda o dote pago⁶³. A confraria ia gerindo como podia erros anteriores, pagando dotes de forma muito retardada, mas cumprindo o que estava prometido. Em 1750 novo lapso foi detetado no provimento de dois anos consecutivos às candidatas do ramo do mercador sem atender às da esposa, o que levou a uma correção em 1753, dotando-se em dois anos sequenciais as familiares de Maria Vieira. Embora a preocupação existisse, os erros mantinham-se, o que sugere algum descontrolo dos mesários ao prestarem pouca atenção à rotatividade, agindo com alguma liberdade, esquecendo ou desconhecendo o que estava instituído, nem mesmo lendo as menções deixadas em livros recentes. Podemos ainda admitir redes clientelares atuantes em momentos importantes como era o da distribuição dos dotes.

Apesar de os instituidores terem estabelecido o prazo da distribuição e a altura do casamento, na segunda metade de setecentos, estava tudo alterado. A Mesa atribuía o dote em abril e passados poucos dias era pago, como aconteceu em 1771 com Custódia Maria, familiar de Maria Vieira, dotada a 3 de abril e com o dote pago no dia 8⁶⁴. Estaria já casada quando foi provida? Casou nos cinco dias que medeiam os prazos indicados? No ano seguinte, regressou-se a alguma normalidade respeitante ao pagamento e casamento, mas o provimento foi efetuado em novembro, como parece ser plausível para o matrimónio acontecer na primeira oitava do Natal, embora nem sempre este calendário se respeitasse e houvesse provimentos em dezembro.

Em 1776 as alterações continuavam e uma dotada em junho recebeu o dote em novembro perante a Mesa, o provedor e as testemunhas, como era habitual, mas o calendário estava alterado, ao mesmo tempo que se constata alguma confusão nos registos, o que

63 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fl. 14.

64 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fl. 39.

resultou novamente em engano por parte dos mesários, que em 1783 entregaram um dote que pertencia às parentes de Pedro de Aguiar às de Maria Vieira, não respeitando a rotatividade. Isso deu lugar a duas advertências: uma que constata o facto e reconhece que ficara por entregar o de 1784 às familiares de Maria Vieira, o qual deveria apenas ser entregue no começo do ano seguinte. Numa outra advertência lavrada no livro de registo, guardado na gaveta do móvel em que se encontrava a imagem do Santo Cristo, feita pelo escrivão, reconhece-se esse lapso e esclarece-se que os dotes se vencem anualmente a 26 de dezembro. Mas ia mais longe ao ordenar que o dote em falta das familiares do mercador fosse entregue ao mesmo tempo que se pedia aos irmãos uma atuação atenta e rigorosa nesta matéria, para que a alternância fosse sempre respeitada⁶⁵.

Como se verifica, registaram-se muitas interferências na distribuição destes dotes e isso mesmo é constatado pela Mesa em 1783 ao admitir ter entregue antecipadamente o dote a uma familiar de Maria Vieira, pago em 1782 quando só o deveria receber em 1784. Assumia-se ainda ter sido dada maior atenção à rotatividade a partir de 1741 e terem sido entregues mais dotes às familiares da benfeitora do que do benfeitor, erro responsável pelo pagamento de alguns que estavam vencidos⁶⁶.

Apesar dos cuidados e das advertências, a falta de clareza manteve-se e em 1790 querendo os mesários proceder à dotação, sentiram *embaraço e pouca clareza com que se tinha procedido tanto a respeito da sua entrega como do seu provimento*, tomando a decisão de examinar os livros existentes. Encarregaram o trabalho ao irmão Miguel Luís de Araújo de analisar os livros desde 1737 a 1790, o que o levou a elaborar um quadro, que ficou guardado numa arca. Advertiam-se os futuros mesários da sua existência e da necessidade de trabalharem na distribuição dos dotes, seguindo este instrumento.

65 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fls. 51-51v.

66 ADB, Fundo da Misericórdia, *Relação dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira*, nº 416, não paginado.

Relação dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira

Ano	Nome do dote	Valor
1712	Almofada de seda	1712
1716	Almofada de seda	1716
1718	Almofada de seda	1718
1721	Almofada de seda	1721
1723	Almofada de seda	1723
1725	Almofada de seda	1725
1727	Almofada de seda	1727
1729	Almofada de seda	1729
1731	Almofada de seda	1731
1733	Almofada de seda	1733
1735	Almofada de seda	1735
1737	Almofada de seda	1737
1739	Almofada de seda	1739
1741	Almofada de seda	1741
1743	Almofada de seda	1743
1745	Almofada de seda	1745
1747	Almofada de seda	1747
1749	Almofada de seda	1749
1751	Almofada de seda	1751
1753	Almofada de seda	1753
1755	Almofada de seda	1755
1757	Almofada de seda	1757
1759	Almofada de seda	1759
1761	Almofada de seda	1761
1763	Almofada de seda	1763
1765	Almofada de seda	1765
1767	Almofada de seda	1767
1769	Almofada de seda	1769
1771	Almofada de seda	1771
1773	Almofada de seda	1773
1775	Almofada de seda	1775
1777	Almofada de seda	1777
1779	Almofada de seda	1779
1781	Almofada de seda	1781
1783	Almofada de seda	1783
1785	Almofada de seda	1785
1787	Almofada de seda	1787
1789	Almofada de seda	1789
1790	Almofada de seda	1790

Relação dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira

22

Imagem 1. Relação das providas entre 1712 e 1790

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, *Relação dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira*, nº 416, não paginado.

Este quadro concluiu que a Misericórdia devia 4 dotes às familiares do mercador, por não existir dinheiro disponível, devido à falta de pagamento do juro real, e cinco às da sua esposa, mas os mesários acabaram por pagar dois, ficando em dívida apenas três. Terminava-se a lembrança, com um pedido aos futuros mesários para atribuírem e pagarem os dotes em falta⁶⁷. De imediato, foram entregues dois às parentes de Maria Vieira, mas nenhum aos do seu marido, dando-se seguimento à rotatividade. Esta falta de pagamento será mais tarde fonte de problema, pois continuavam a ficar dotes em atraso. As fontes não mencionam que estas advertências se deviam a exigências

67 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fls. 54v.-55.

das familiares de ambos os ramos, mas estamos convencidos de que foram elas a sinalizar o problema.

Torna-se igualmente claro que à semelhança de outras Misericórdias era o juro real que consumia o dinheiro de muitos legados, fazendo esperar os que tinham direito a ele, pois andava ao serviço do Estado. O recurso do Estado às Misericórdias não era matéria nova, desde há muito tempo que a Coroa lançara mão deste mecanismo para se financiar, tornando as Santas Casas suas credoras, principalmente as mais ricas⁶⁸. Este dinheiro provinha principalmente de legados recebidos por estas instituições⁶⁹.

Estes dotes conheceram uma nova fase em 1802, quando se assumem as repetidas confusões e declara-se haver seis dotes de Pedro de Aguiar por distribuir por não haver pretendentes, nem mesmo depois dos editais serem afixados. Assim, a Mesa resolveu assumi-los como legados não cumpridos e entregar o dinheiro ao hospital de São Marcos. Era o prenúncio do fim dos dotes, que começavam a ser menos procurados em várias instituições, ao mesmo tempo que também se inicia a decadência dos atribuídos pelas famílias⁷⁰. Mas foi ainda a mobilização de fundos deixados para uma obra pia para outra em clara ascendência⁷¹.

O trespasse do dinheiro para São Marcos acontecia numa altura de sublinhada aflição para o hospital, não apenas devido à situação política em que o país se encontrava, a sair de uma guerra, mas principalmente pelo acréscimo de despesas e falta de receitas. Os últimos anos do século XVIII foram muito difíceis para o hospital, o que levou o arcebispo D. frei Caetano Brandão (1790-1805) a

68 Sobre a Misericórdia de Lisboa veja-se o trabalho de Rodrigues, Lisbeth, “Os padrões de juro da Misericórdia de Lisboa, 1767-1797”, in *Ler História*, nº 74, 2019, pp. 143-146.

69 Abreu, Laurinda, “Misericórdias: patrimonialização e controlo régio (séculos XVI e XVII)”, in *Ler História*, 44, 2003, pp. 5-24.

70 Nazzari, Muriel, *O desaparecimento do dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

71 Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade...*, pp. 143-145.

beneficiá-lo com várias esmolas. A inflação era galopante e os preços dos produtos muito altos, mas existiam também *febres malignas* na cidade, o que obrigava a maior investimento nos cuidados de saúde. A procura do hospital cresceu muito devido às doenças, resultando em mais despesas.

Assim, em abril do ano seguinte depois de se ter constatado não existirem candidaturas há quase 10 anos, foram entregues 420 mil réis ao tesoureiro do referido hospital, provenientes dos citados dotes. Também nos de Maria Vieira havia seis por pagar e somente se tinham entregue três, igualmente por não haver candidaturas, todavia, ficavam na gaveta dois requerimentos, que o escrivão considerava reunirem condições para as candidatas serem dotadas no final do ano⁷². Esta opção não foi, contudo, *absoluta*, adjetivo utilizado na pena das fontes, pois os irmãos comprometiam o hospital a pagar os dotes em caso de haver candidatas elegíveis, como de facto se veio a verificar mais tarde. Mas para não agirem sem segurança consultaram frei Serafim da Conceição, que corroborou a posição tomada pela Misericórdia. Como anteriormente se referiu, as fontes preservadas apontam somente para a entrega de três dotes no século XIX: um em 1816, outro em 1819 e o último em 1831, o que de facto prova a sua escassa procura. Se até meados do século XVIII a pressão sobre a confraria era grande, volvidas algumas décadas o dote deixou de ter pretendentes e o dinheiro que lhes estava destinado foi aplicado no setor que mais pesava à Misericórdia, o hospital.

A análise desta lembrança reporta-nos para um novo contexto, ou seja, para um período em que os dotes deixaram de ser atraentes, não apenas pela desvalorização do montante, mas provavelmente também pela dispersão geográfica das hipotéticas interessadas. Como se constata, a sua grande maioria não residia em Braga, o que conjugado com a necessidade de casar na cidade e depois voltar para receber o dote resultasse em despesa e trabalho que contribuía para não

72 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802*, nº 414, fls. 62-62v.

serem procurados. Se esta realidade se constata neste legado, não se verificou em outros distribuídos na cidade. Os distribuídos pela confraria de São Vicente mantiveram-se até bem mais tarde, com uma procura mais diminuta no século XIX, mas mesmo assim ativos até quase ao final da centúria⁷³.

Uma outra realidade que está associada aos dotes em estudo diz respeito à aplicação do dinheiro no hospital, por o legado deixar de ser cumprido. Esta prerrogativa tinha sido pedida a Roma em 1712 na provedoria do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, à semelhança do que já se verificava nas Misericórdias de Lisboa, Porto e Évora⁷⁴. Com uma inflação galopante e sem recursos, o hospital enfrentava despesas que não conseguia pagar num período de crescente procura por parte dos doentes. O pedido foi despachado favoravelmente e a partir de 1713 São Marcos passou a beneficiar dos legados não cumpridos de toda a diocese de Braga, muito embora conhecesse também a resistência de algumas instituições religiosas em direcionarem os fundos dos legados não cumpridos para o citado instituto.

No caso dos dotes de freiras, estes eram pagos após a profissão e no respetivo convento. O escrivão e o tesoureiro da Misericórdia deslocavam-se à instituição em causa e entregavam o dinheiro às freiras dotadas. Assim aconteceu em 1659 quando surgiram Úrsula da Ressurreição e Mariana da Madre de Deus, sobrinhas de Pedro de Aguiar e freiras professas no convento dos Remédios (casos já anteriormente citados), perante os referidos mesários para tomarem conta do dinheiro e declararem que o receberam. Mariana sabia escrever e em seu nome e da irmã, assumiu ter recebido o dinheiro⁷⁵.

A naturalidade das dotadas foi variada e espelha a distribuição geográfica das famílias dos dotadores. Nas duas primeiras décadas,

73 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*..., p. 66.

74 Monteiro, Abílio Augusto, *Direito Português sobre Legados Pios*, Porto, Typ. De Antonio José da Silva, 1879, pp. 14-18.

75 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735*, nº 415, fl. 5.

as dotadas eram quase todas de Braga e das freguesias limítrofes, mas com o avançar do tempo, a dispersão geográfica evidencia que para além deste concelho houve também jovens dos de Póvoa de Lanhoso, Barcelos, Ponte de Lima, Chaves, Vieira do Minho, Amarante, Barcelos, Guimarães, entre outros. Sublinhe-se, contudo, a incidência geográfica no Minho e Trás-os-Montes, embora se reconheçam casos de outras regiões. Também se constata que se inicialmente, os registos mencionavam o grau de parentesco com os dotadores, essa informação foi-se perdendo à medida que os anos se afastavam das suas mortes, materializando uma suavização das suas memórias. Possuíam talvez resquícios de informação que não possibilitavam estabelecer uma relação segura com o grau de parentesco.

Já os dotes para freiras conheceram um número muito mais limitado, mas possibilitaram evidenciar os cenóbios privilegiados da cidade: o dos Remédios, de Nossa Senhora da Conceição e do Salvador foram os citados, com sublinhada preferência pelo primeiro. As jovens escolheram os conventos de Braga para se casarem com Deus, o que lhes facilitava contactos mais estreitos com a família, apesar de viverem em clausura.

Já Mariana Aguiar, foi contemplada com um dote em 1672 por suas irmãs também o terem sido, facto recorrente em casos semelhantes, provando a virtudes e os bons costumes da família⁷⁶. Aquando da candidatura de suas irmãs foi mencionado serem muito pobres.

(...) e padessem muitas necessidades por causa das quaes se auzentarão desta cidade para a vila de Guimarães adonde lhe sobreveo hua doensa de que foi purgado (o marido) e lhe abrirão duas fontes por cauza da falta de vista por não ter donde travalhasse nem possa ganhar [sic] a vida⁷⁷.

Quando à pobreza se agregava a doença, a situação das órfãs ficava ainda mais comprometida. Porém, a pobreza declarada deve

76 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos 1598-1722*, nº 457.

77 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Títulos 1598-1722*, nº 457, fl. 452.

ser sujeita a uma reflexão. Todas estas candidatas possuíam alguns bens, embora de pequena monta, o que significava uma vida difícil, principalmente no mundo rural, onde a sujeição às flutuações da produção e dos preços dos produtos afetavam muito as famílias. Os quinhões de terra que tinham não chegavam para alimentar o agregado familiar, também por em certos casos se encontrarem endividadas, como acontecia com Luísa Marques Moreira.

A orfandade aliada à pobreza, ao bom procedimento e costumes, mas também a pertença a uma família de mulheres dotadas eram ingredientes muito importantes para alcançar o dote.

Este estudo comprova ainda o que outros autores têm demonstrado sobre a atuação de algumas Misericórdias e confrarias religiosas no que se refere aos erros cometidos na seleção das dotadas e no pagamento dos dotes. Dependentes da instituição distribuidora, as mulheres estavam sujeitas não somente aos critérios que os benfeitores deixavam, mas também à sua atuação, o que as tornava sujeitadas duplamente. Apesar disso, usavam os meios que tinham ao seu dispor para lutar pelos seus interesses, evidenciando uma posição determinada na sua defesa.

2. A instituição do recolhimento de Nossa Senhora de Penha de França

Uma vez mais se reconhecem motivos religiosos subjacentes a esta fundação. Segundo os benfeitores foi a inspiração divina que os levou a tomar a decisão de instituir uma casa para mulheres viverem recolhidamente. Esta devia guardá-las, conservando o seu bom nome, através de um quotidiano marcado pela oração, a presença em serviços religiosos e por práticas de caridade. Este modelo, inspirado numa espiritualidade contrarreformista, serviu de mote a alguns fiéis com riqueza para fundar este tipo de estabelecimentos, vinculando mulheres a uma vida recolhida e de oração.

Desde a Idade Média que existiam em Portugal respostas assistenciais destinadas às mulheres. Nelas, incluíam-se solteiras, velhas

ou novas, viúvas, ou seja, pessoas sem amparo que necessitavam de auxílio. Podiam também receber mulheres casadas, quase sempre por motivos ocasionais, que se prendiam em alguns casos com a ausência temporária do marido.

A historiografia portuguesa dispõe hoje de um razoável conjunto de trabalhos sobre recolhimentos para mulheres honradas e não honradas, embora para as últimas em número mais reduzido, permitindo uma visão alargada do funcionamento e objetivos destas instituições. Eram casas onde se privilegiava uma vida dentro de muros, o trabalho, a oração, de modo a garantir a conservação da honra e das virtudes⁷⁸.

Preocupado com a salvação do sexo feminino, o casal de benfeitores seguiu os passos de outros e criou um recolhimento para mulheres beatas. A ideia foi materializada entre 1650 e 1652. Em agosto de 1652 o casal instituiu, através de uma escritura notarial, uma casa no Campo de Santa Ana, ou seja, um recolhimento para sete beatas.

Contrariamente à maioria dos recolhimentos instituídos no pós-Trento para órfãs, este não se destinava a mulheres sem tutela paternal, mas sim a todas as que respeitassem os critérios estabelecidos pelos benfeitores. A historiografia tem dado maior relevo aos recolhimentos para raparigas órfãs e também aos dedicados às prostitutas e menos a este tipo de casa que apresenta algumas diferenças relativamente às restantes, nomeadamente no que se refere à clausura, à disciplina, à formação espiritual e moral e até à sua gestão, em alguns casos. Apesar de serem instituições igualmente marcadas por imporem um modelo para todas as recolhidas⁷⁹, as beatas não estavam sujeitas a um regime de clausura total ou quase total, como se verificava em muitos outros

78 Reis, Maria de Fátima, “Caridade e Clausura: honra e virtude feminina em Lisboa na Modernidade”, in Abreu, Laurinda (ed.), *Asistencia y Caridad como Estratégias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad* (s. XV-XX), Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, pp. 315-322.

79 Reis, Maria de Fátima, “Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência na época moderna. Os Recolhimentos de Lisboa”, in Abreu, Laurinda (Ed.), *Igreja, caridade e assistência na península ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Colibri; CIDEHUS, 2004, p. 265.

recolhimentos. Como o seu objetivo prioritário era contribuir para santificar a alma dos instituidores, através da oração e das práticas de caridade, podiam sair, mas de forma muito controlada. Todavia, a semiclausura era praticada em instituições similares, permitindo saídas para participar em atos religiosos, normalmente em favor da alma dos instituidores. A administração também não apresentava uma estrutura tão vinculada como nos restantes. Em alguns deles, existia uma mulher que administrava a instituição, mas não servia de regente. O mesmo se passava relativamente ao cumprimento de regras, disciplina e formação religiosa, moral e material. Nestes recolhimentos, ou beatérios, as mulheres não se sujeitavam a nenhum programa de formação espiritual, nem tinham diretor espiritual, embora existisse um capelão que celebrava na sua capela e as ouvia em confissão. Existem, por conseguinte, algumas diferenças entre os dois tipos de instituições.

Nos recolhimentos para beatas privilegia-se a oração e a assistência a missas pela alma dos instituidores, ao mesmo tempo que se exigia uma vida recatada e a prática de obras de caridade.

2.1. A vida no seu interior e os processos de gestão

O casal de benfeitores comprometeu-se a mandar edificar a casa e uma capela sob a invocação do Menino Jesus e, apesar do compromisso, salvaguardaram a possibilidade de não o construírem em suas vidas, afirmando ser sua vontade que os seus bens presentes e futuros móveis e de raiz ficassem vinculados a esta instituição. Provavelmente, a doença de Pedro de Aguiar conduziu a esta salvaguarda. O casal desejava fundar o recolhimento, mas duvidava de o fazer em suas vidas, deixando, no entanto, firmada a sua vontade de que esta fosse concretizada. Apesar desta possibilidade, o percurso de Pedro de Aguiar demonstra assertividade e persistência, pelo que apenas motivos muito ponderosos o impossibilitariam de não concretizar o projeto. A administração da casa seria feita pelos instituidores, passado

à sua morte para a confraria de Santa Cruz, da cidade⁸⁰. Ou seja, os instituidores assumiam-se, enquanto vivos, como administradores do recolhimento e dotavam a instituição de bens suficientes para o seu funcionamento. Só à sua morte a gestão transitava para uma das mais poderosas confrarias da cidade. Como refere Laurinda Abreu, algumas destas fundações constituíam-se em reflexos da “ vaidade ” dos instituidores, possibilitando-lhes gerir propriedades pessoais, mas ao serviço da caridade⁸¹. Não sabemos se esse era o caso do mercador e parece-nos que o projeto se coaduna mais com o perfil da sua esposa, embora materializasse o poder de ambos na cidade, reforçando a sua posição social e benfeitora.

A confraria de Santa Cruz foi erigida na igreja do Espírito Santo, pertença do hospital de São Marcos, em finais do século XVI e nela permaneceu até 1635, quando os seus confrades decidiram, em litígio com a Misericórdia, construir igreja própria e mudarem-se para ela. Muitos dos seus irmãos eram simultaneamente confrades de Santa Cruz. Esta instituição integrava parte da elite da cidade e tornou-se numa confraria poderosa, por atrair muitos legados, o que lhe possibilitou realizar cerimónias grandiosas⁸². A majestosidade do seu templo evidencia ainda o poder que a instituição possuía. Desconhecemos se eram irmãos desta confraria, mas acreditamos que a integrassem e o facto terá pesado na decisão, embora as fontes consultadas não esclareçam o assunto.

Para o sustento das recolhidas, os instituidores doavam 210 medidas de pão pagas por António Gonçalves (28), Domingos Martins e Pedro Martins (18), Gregório Veloso (14), Ana Fernandes (12), Domingos Martins (10), Álvaro Luís (24), Domingos Francisco e Brás Pires (25), Beatriz e seus filho (20 e duas galinhas), Maria

80 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 329, fls. 23v.-24.

81 Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 230-231.

82 Para o conhecimento das suas festas veja-se o trabalho de Silva, Elsa Liliana Antunes, *A festa na confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2013, dis. de Mestrado policopiada.

Antónia, viúva (14), Domingos Gonçalves (14), Pedro Gonçalves (12) e Francisco Fernandes (12)⁸³. As propriedades aforadas estendiam-se por um espaço geográfico não muito alargado; estavam situadas nos arredores de Braga e no atual concelho de Vila Verde⁸⁴. As medidas referidas somam 199, sendo as restantes 11 pagas por Pedro de Aguiar e Maria Vieira. Era intenção do casal que cada recolhida tivesse 30 medidas de pão anualmente para seu sustento. Com esta dotação, os instituidores garantiam a sua alimentação, criando-lhes condições para sobreviver, o que conferia tranquilidade às mulheres.

Se aparentemente o sustento das beatas estava assegurado, o facto de assentar maioritariamente nos rendimentos de propriedades rurais aforadas colocava-as dependentes dos bons anos agrícolas e do pagamento das rendas. Esta situação era tanto mais grave, quando durante a guerra da Restauração se acentuaram as dificuldades da população e muitas rendas deixaram de ser pagas atempadamente, por falta de rendimentos para o fazer. Mas se as beatas tinham a sua sobrevivência garantida, ficaram também com obrigações. Tinham de mandar celebrar anualmente quatro missas na Sé de Braga com responso sobre a sepultura do Dr. Simão de Abreu, antigo proprietário do campo que estava aforado a António Gonçalves.

Para as restantes despesas das beatas, o casal deixava mais 200 mil réis em dinheiro que se devia dar a juros, de modo a que do seu rendimento se colmatassem as mencionadas 11 medidas de pão em falta. Também para a fábrica da capela eram deixados mais 100 mil réis que deviam seguir o mesmo rumo, ou seja, ser postos a render e mais outro tanto para dos seus juros se mandar celebrar todas as segundas-feiras uma missa na referida capela do Menino Jesus. Estas celebrações deviam ser efetuadas pelo sobrinho João Gomes Barreiro, à época residente na moradia dos benfeitores e estudante de Teologia, condição que se manteria enquanto fosse vivo. Esta nomeação protegia-o e mantinha-lhe uma fonte de financiamento

83 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1632-1645*, nº 5, fl. 188v.

84 ADB, Fundo notarial, *Livro nº 329*, fls. 24v.

regular, pois tratava-se de uma herança que perduraria no tempo. Muitos testadores usaram esta estratégia para beneficiar parentes, consignando-lhes a celebração de missas por alma⁸⁵. No caso de este falecer, cabia à mencionada confraria de Santa Cruz nomear sacerdote de *bom viver e costumes*, pagando-lhe o preço corrente das missas. O remanescente do dinheiro ficava para a confraria dar anualmente 1.000 réis à beata mais velha com o objetivo de na primeira oitava do Natal fazer um jantar na dita casa com as beatas do recolhimento de Santo António do Campo da Vinha, como forma de agradecimento pela ajuda recebida destas no começo do recolhimento de Penha de França⁸⁶. O citado montante devia ser-lhe entregue no dia de São Tomé⁸⁷, ou seja a três de julho. O auxílio prestado pelas beatas de Santo António aos fundadores não é identificado, pelo que se desconhece em absoluto.

Após a morte de Jerónimo Barreiros da Silva, irmão de Pedro de Aguiar, do qual foi testamenteiro, como referimos, a capela do recolhimento passou a ter uma missa diária que o primeiro instituiu. Enquanto vivo, Pedro de Aguiar cumpriu esta vontade, e, depois da sua morte, foi a sua viúva que, na qualidade de administradora dos bens do cunhado, deu continuidade à celebração. Com este legado, as beatas passaram a dispor de culto quotidiano, intensificando a prática religiosa dentro do recolhimento.

A associação do recolhimento de Santo António ao de Nossa Senhora de Penha de França merece alguma reflexão. O primeiro recolhimento criado em Braga foi o de Santo António, em finais do século XVI, pelo Dr. Domingos Peres, também ele irmão da Santa

85 Leia-se sobre este assunto o trabalho de Fernandes, Paula Sofia Costa, “Legados de missas: salvar almas protegendo parentes capelães”, in Santos, Carlota (coord.), *Família, Espaço e Património*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 175-186.

86 Para o recolhimento de Santo António consulte-se Machado, Carla Manuela, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2014, p. 95, dis. de Mestrado policopiada.

87 ADB, Fundo notarial, *Livro nº 329*, fl. 25.

Casa e homem muito rico⁸⁸. À sua morte, em 1608, esta instituição transitou por sua vontade para a administração da Misericórdia da cidade. Este recolhimento tinha somente seis mulheres e, tal como as de Penha de França, não viviam em reclusão total. Existem pois algumas semelhanças no funcionamento e na forma como os instituidores perspetivaram a mulher e a sua vida. Quer num, quer noutro caso, elas só estavam autorizadas a sair para assistir a missas e rezar pela alma dos instituidores. Cumpriam regras estabelecidas por estes⁸⁹, eram financiadas pelas medidas de pão e dinheiro deixados pelos instituidores e no caso do de Santo António ainda por muitos bens móveis deixados pelo abade Domingos Peres. As mulheres que habitavam as casas que instituíram viviam num regime de semiclausura. Quando foi fundado o recolhimento de Nossa Senhora de Penha de França, Domingos Peres já tinha falecido há muito tempo e o casal de benfeitores não deve ter convivido com ele, todavia, conhecia a sua obra e deve ter-se inspirado nela, através de contactos próximos com as recolhidas. O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha estava localizado próximo da residência do casal, facilitando a comunicação entre as partes envolvidas.

Estabelecer uma reunião de recolhidas, numa altura do ano de grande significado religioso, como é o Natal, era procurar a comunhão de princípios e de um modelo de vida comum, mas também gerar sociabilidades. Seria um momento de troca de vivências, provavelmente do agrado de todas as envolvidas, uma vez que estavam privadas de o fazer com outras pessoas.

Estas duas casas eram as únicas existentes em Braga durante o século XVII para mulheres que não querendo ser freiras, desejavam o aprofundamento espiritual, através de uma vida recolhida. Todavia, o arcebispo D. frei Aleixo de Meneses (1612-1617) programou a criação de um recolhimento para receber rapazes e raparigas

88 Castro, Maria de Fátima, “O recolhimento das beatas de Santo António do campo da Vinha”, in *Revista Bracara Augusta*, vol. XLVI, 1995/1996, pp. 169-250.

89 Mais tarde, em 1747, a Misericórdia criou novas regras para o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha, adaptando-as ao tempo e às características da instituição.

adolescentes, mas a ideia não vingou. Posteriormente, já no século XVIII foram criados mais quatro.

Para o funcionamento do recolhimento de Nossa Senhora de Penha de França, os instituidores estabeleceram regras, seguindo uma vez mais o que o abade Domingos Peres tinha determinado para o recolhimento que fundou: em primeiro lugar competia-lhes a eles a seleção das candidatas enquanto fossem vivos, o que de facto demonstra o seu compromisso e a manutenção do seu poder na instituição. Na eventualidade de uma delas morrer, reservavam para elas a faculdade de a substituir. Após a sua morte, o preenchimento do lugar vago deveria ser efetuado pelas recolhidas num prazo de 40 dias. Nesta casa só eram aceites cristãs velhas, sem sangue infeto, devendo também ser virtuosas, de bons costumes, donzelas e que tivessem no mínimo 20 anos. Os critérios de seleção correspondiam ao ideal de mulher: cristã velha, sem raça de mouro, judeu ou de outra infecta nação nem infamada de tal, e com declaração que será pessoa virtuosa de bons costumes, donzela ou viúva, honesta⁹⁰, ou seja com alguma maturidade, embora nem todos os recolhimentos tivessem os critérios no que toca à idade, devido aos objetivos que perseguiam⁹¹. No geral, estes eram também alguns dos predicados exigidos noutros recolhimentos. Excluía-se as mulheres casadas, pela condição que possuíam, admitindo somente solteiras e viúvas.

90 BNA, 54-XI-40, nº 206. Agradeço esta informação e a transcrição do documento à Professora Laurinda Abreu.

91 O recolhimento de Nossa Senhora da Esperança preocupava-se com as órfãs na sua juventude, procurando também dotá-las de algumas competências, por isso as idades em que nele se mantinham eram diferentes. Entravam entre os sete e os 14 anos e tinham de deixar a instituição aos 25. Leia-se Jesus, Elisabete, “O recolhimento das órfãs de Nossa Senhora da Esperança”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, (1668-1820)*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2018, p. 311; Ferreira, J. A. Pinto, *Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança: fundado na cidade do Porto no séc. XVIII*, Porto, Câmara Municipal do Porto, s.d., pp. 125-170.

A todas era solicitada uma vida recatada, devota e dedicada aos outros, auxiliando-os em termos espirituais e materiais. Tratar-se-ia de mulheres que deviam procurar ser exemplares, através das suas condutas e práticas, mas não estamos perante modelos de santidade, como se pedia às virgens, principalmente na condição de mártires e religiosas⁹². Às beatas exigia-se uma vida de recolhimento e oração, mas não se impunha clausura total, nem votos.

A faculdade de serem elas a escolher a substituta para o lugar vazio conferia-lhes muito poder, pois só introduziam na casa quem desejavam. Num universo tão limitado de mulheres, escolher quem queriam para companheiras assumia relevância. Estas instituições não estiveram isentas de intrigas, inimizades e conflitos, conhecendo-se para algumas delas momentos difíceis de lutas internas, caracterizados por violência física e verbal⁹³. A historiografia demonstra também que apesar de viverem em clausura ou semiclausura, estas mulheres possuíam informação do que se passava no exterior e conheciam a vida das candidatas ao lugar vago. Possuir a capacidade de selecionar a próxima companheira era fundamental e transparecia o poder destas mulheres, pois com o seu voto estavam a garantir a subsistência, o recato e uma vida honesta à selecionada. Num período em que a procura destas casas era grande, obrigando muitas delas a receber mulheres para além do *numero clausus*, decidir quem ingressava era muito relevante, porque levava a uma seleção das interessadas⁹⁴.

92 Leia-se Mendes, Paula Almeida, “Em busca da perfeição cristã: práticas espirituais e devotas dos leigos em Portugal (séculos XVI-XVII)”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, p. 84.

93 Torremocha Hernández, Margarita, *De la mancebia a la clausura. La casa de Recogidas de Magdalena de San Jerónimo y el convento de San Filipe de la Penitencia (Valladolid, siglos XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2015; Lopes, Maria Antónia, “Transgressões femininas no Recolhimento da Misericórdia do Porto, 1732-1824”, in *Saúde, Ciência e Património- Atas do III Congresso da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016, pp. 96-97.

94 Magalhães, António, “Mulheres protegidas e homens protetores: o recolhimento de S. Tiago e a Mesa da Misericórdia de Viana no século XIX,” in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra; Coelho, José Abílio (coords.), *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2014, pp. 95-107.

Decidir a escolha significava também prestígio e era ainda demonstrativo da capacidade que as recolhidas tinham de gerir os seus próprios destinos. Embora devessem obedecer à mais velha, existia margem para se manifestarem, principalmente num momento importante. Todavia, em 1698 o arcebispo D. João de Sousa (1696-1703) determinou a introdução de uma mulher, o que foi muito mal visto pelas recolhidas. Estas negarem-se a abrir as portas à enviada pelo prelado, sendo presas cinco mulheres por ordem do arcebispo: três na cadeia do Castelo e duas no Aljube⁹⁵. Esta decisão quase significou o fecho da instituição, pois apenas duas ou uma permaneceu no recolhimento. Vários pormenores desta ocorrência não foram identificados, nomeadamente a identidade da mulher indesejada pelas recolhidas. Que razões alegaram para não a integrar? Quanto tempo as mulheres permaneceram na cadeia? Como não se preserva documentação sobre o funcionamento do recolhimento, desconhecemos se doravante o poder de admissão transitou para o arcebispo ou se se manteve nas recolhidas, ou se ainda foi usado um modelo misto. O choque de poderes foi evidente e a atitude de manter a sua autonomia e o poder de que estavam investidas foram pagas com pena de prisão. Introduzindo-se num campo que não devia, por não respeitar as determinações dos instituidores, o arcebispo faz valer o seu poder.

No recolhimento de Penha de França, as mulheres que ingresavam eram adultas, o que se compaginava com as funções que lhes eram solicitadas. A casa funcionava com uma hierarquia de poder: as recolhidas deviam obediência à mais velha em idade, a qual seria substituída pela mais antiga na casa, aquando do seu falecimento. No seu dia-a-dia as beatas usavam um hábito igual às do recolhimento de Santo António do Campo da Vinha, ou seja, o hábito da Ordem Terceira de São Francisco. Estes hábitos eram *pardos*, cingidos com cordão e sobre eles podiam ser colocados os mantos de saragoça,

95 Freitas, Bernardino José Senna, *Memorias de Braga*, vol. I, Braga, Imprensa Catholica, 1890, pp. 391-392.

tecido grosseiro, de lã preta⁹⁶. O manto das recolhidas de Nossa Senhora de Penha de França ostentava como sinal particular uma insígnia do nome de Jesus, colocada do lado esquerda, oferecida pelos instituidores. A indumentária criava homogeneidade, passando uma imagem de humildade e honestidade. A presença do nome de Jesus é constante, demonstrando a grande devoção que o casal lhe dedicava, como temos vindo a afirmar.

A adoção dos princípios de vida francisca foi comum em vários recolhimentos da cidade e de outras localidades⁹⁷. Só em Braga foram quatro os recolhimentos que seguiram a Regra Terceira de São Francisco e um a de São Domingo⁹⁸. Já o recolhimento da Caridade seguiu a Regra da Santíssima Trindade. Presente em muitos recolhimentos, a Regra de São Francisco estava também associada a vários conventos femininos da cidade e a um masculino, localizado extra-muros⁹⁹. A presença franciscana em Braga é ainda patente numa confraria instalada na Sé e será na segunda metade do século XVII criada uma Ordem Terceira de São Francisco¹⁰⁰. Estamos, portanto, perante um cenário marcado pelos franciscanos, principalmente no que se refere ao feminino, pois para além dos recolhimentos contam-se mais três conventos, aos quais se juntaram os de Nossa Senhora da Penha de França e de Santa Teresa, no século XVIII.

96 Machado, Carla Manuela, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)...*, p. 112.

97 Para o recolhimento da Misericórdia de Viana da Foz do Lima leia-se o trabalho de Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013, p. 577.

98 Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna”, in Abreu, Laurinda (Ed.), *Asistencia y Caridad como Estrategia de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)...*, p. 301.

99 Silva, Ricardo, “Fundações conventuais franciscanas no arcebispado de Braga na Época Moderna”, in Paláez Rosal, Manuel (dir.), *El Franciscanismo em la Península Ibérica. El viaje de San Francisco por la Península Ibérica y su legado (1214-1240)*. Actas, vol. II, Córdoba, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2012, pp. 393-405.

100 Leia-se sobre esta instituição o trabalho de Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: as associações de terceiros em Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2010, tese de Doutoramento policopiada.

As beatas de Nossa Senhora de Penha de França tinham um programa de tarefas a cumprir por semana, materializado num calendário que ia de segunda a sábado: às segundas-feiras eram obrigadas a assistir à missa pelas almas dos instituidores, na capela do recolhimento; nas quartas-feiras iam à igreja da Misericórdia assistir à missa das oito horas da manhã; nas quintas-feiras tinham de estar presentes na missa celebrada na igreja do Espírito Santo do hospital de São Marcos, após o que visitavam os enfermos do citado hospital; às sextas-feiras assistiam à missa na igreja de Santa Cruz e ao sábado iam à igreja de Nossa Senhora-a-Branca com a mesma obrigação. Todas estas missas eram celebradas à hora mencionada e nelas as beatas estavam obrigadas a rezar pelas almas de Pedro de Aguiar e de Maria Vieira. Na igreja de Nossa Senhora-a-Branca tinham também de aspergir água sobre a sepultura dos instituidores.

O sustento, o resguardo moral e o recolhimento em casa própria tinham como contrapartida a assistência a missas, a oração e a caridade, o que constituía um investimento simbólico por parte dos fundadores¹⁰¹.

101 Osswald, Helena, "A definição de pobreza nos registos de entrada dos doentes do Hospital da Misericórdia do Porto (1596-1688)", in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, p. 62.

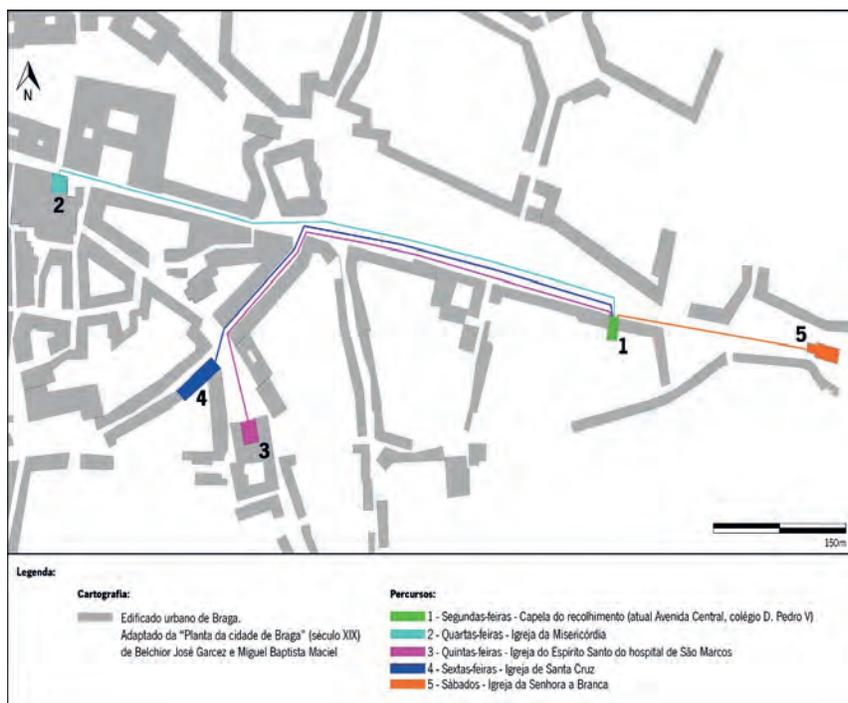
Quadro 1. Obrigações e deslocações das recolhidas em 1650

Dias da semana	Local	Objetivo
Segundas-feiras	Capela do recolhimento	Assistir à missa pela alma dos fundadores.
Quartas-feiras	Igreja da Misericórdia	Assistir à missa, pelas 8h da manhã.
Quintas-feiras	Igreja do Espírito Santo do hospital de São Marcos	Assistir à missa, pelas 8h da manhã, pela alma dos fundadores e visitar os doentes do hospital de São Marcos.
Sextas-feiras	Igreja de Santa Cruz	Assistir à missa pela alma dos fundadores.
Sábados	Igreja de Nossa Senhora-a-Branca	Assistir à missa pela alma dos fundadores e lançar água sobre a sua sepultura.

Fonte: ADB, Fundo notarial, Livro nº 329, fl. 25.

Este calendário de tarefas obrigada as mulheres a sair todos os dias, exceto aos domingos e às terças-feiras, embora fosse apenas de manhã e para esta função, após a qual deviam regressar ao recolhimento. Somente às quintas-feiras demorariam um pouco mais devido à visita que faziam aos internados no hospital. Estas mulheres estavam obrigadas a recato quando saíam e a evitar contactos com pessoas, tal como acontecia com as do recolhimento do Campo da Vinha.

O mapa abaixo assinala a deslocação das mulheres, materializando visualmente o percurso efetuado.



Mapa 1. Deslocação das recolhidas em 1650

Fonte: Mapa construído sobre a "Planta da Cidade de Braga", de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, do século XIX.

Utilizamos esta planta por ser a fonte cartográfica mais antiga a representar com rigor métrico o edificado e as artérias da cidade. Neste sentido, apesar de ser do século XIX, é possível admitir que ainda conserva, em traços gerais, a topografia da cidade da Época Moderna.

As recolhidas saíam do ponto 1 e deslocavam-se às igrejas anteriormente citadas, sendo a mais afastada a da Misericórdia e a mais próxima a de Nossa Senhora-a-Branca. As viagens eram curtas, estamos a falar de poucas centenas de metros para se deslocarem à igreja mais distante.

Posteriormente, o casal de mercadores mudou de opinião e reformulou as obrigações a que as beatas estavam vinculadas. Esta alteração foi consequência do possível desentendimento entre os benfeitores e a confraria de Santa Cruz, pelo que a frequência da igreja da confraria foi retirada do circuito das recolhidas, todavia, a documentação consultada no arquivo desta confraria não possibilita conhecer essa hipotética situação, por não ter ficado qualquer menção no seu livro de atas¹⁰².

Quadro 2. Obrigações e deslocações das recolhidas em 1652

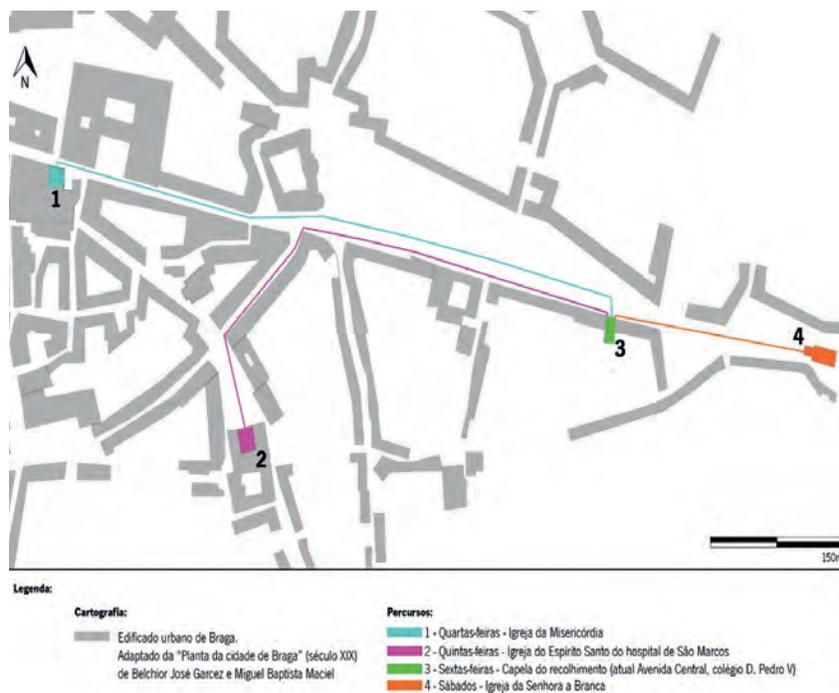
Dias da semana	Local	Objetivo
Quartas-feiras	Igreja da Misericórdia	Assistir à missa pela alma dos fundadores.
Quintas-feiras	Igreja do Espírito Santo do hospital de São Marcos	Assistir à missa pela alma dos fundadores e visitar os doentes do hospital de São Marcos.
Sextas-feiras	Capela do recolhimento	Assistir à missa pela alma dos fundadores.
Sábados	Igreja de Nossa Senhora-a-Branca	Assistir à missa pela alma dos fundadores e lançar água sobre a sua sepultura.

Fonte: ADB, Fundo notarial, Livro nº 335, fl. 165v.

Como se demonstra pela análise do quadro, as recolhidas ficavam livres às segundas e terças-feiras, começando a cumprir as obrigações à quarta-feira e terminando ao sábado. No domingo iriam também à missa, como todos os fiéis.

Com a eliminação da igreja de Santa Cruz, o percurso passou a fazer-se quase em linha reta, com exceção da ida ao hospital e à sua igreja, que obrigava a um pequeno desvio.

102 AISCB, Fundo da confraria de Santa Cruz, *Livro dos Termos das mezas*, 08T-13, nº 22.



Mapa 2. Deslocação das recolhidas em 1652

Fonte: Mapa construído sobre a "Planta da Cidade de Braga", de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, do século XIX.

O recolhimento tem neste mapa o nº 3 e nele se verifica as deslocações das beatas nos dias em que tinham de ir às igrejas sinalizadas no quadro 2. Estas obrigações estavam adequadas à idade das mulheres que nele habitavam. Só no estado adulto tinham maturidade para cumprir este calendário de missas, rezar e visitar os enfermos do hospital. A presença de beatas no hospital não pode deixar de merecer a nossa reflexão: em primeiro lugar, por não sabermos quem visitavam. Só mulheres? Os dois sexos? Todos os doentes ou apenas os das febres e das feridas? Não confortavam os do gálico? O texto dos benfeitores não discrimina, sugerindo serem todos, o que não deixa de ser interessante constatar, num período em que

as mulheres estavam mais circunscritas à casa e os contactos com o sexo oposto deviam ser limitados e vigiados. Por outro lado, se pensarmos na dedicação demonstrada por este casal relativamente aos doentes do hospital, esta obrigação, que constitui uma obra de misericórdia, parece-nos perfeitamente adequada a mulheres que deviam praticar a caridade através da visita aos enfermos e ainda da oração pelos mortos. Acresce ainda o facto de o hospital contar com mulheres enquanto doentes e serviçais.

Em 1651, o casal de benfeitores voltou a fazer nova escritura de instituição do recolhimento, numa altura em que a casa, situada no campo de Santa Ana, já estava em construção. A moradia tinha sete *cubiculos*, ou seja, sete celas, uma para cada e mais um oratório ou capela, de invocação de Nossa Senhora de Penha de França. O altar possuía uma imagem do Menino Jesus colocada no nicho superior do retábulo. O casal esperava poder em vida acabar esta construção, mas reiterava o anteriormente consagrado na primeira escritura: caso ambos morressem, deixavam os seus *bens pera satisfação de tudo*¹⁰³, ou seja, garantiam que o seu desejo fosse efetivado. Pela primeira vez, a capela assume o nome de Nossa Senhora de Penha de França, pois na escritura anterior era designada por Menino Jesus e as suas missas já não eram celebradas às segundas-feiras, mas às sextas-feiras. Nessa data, foi suprimida a frequência da igreja de Santa Cruz, como constátamos. A menção ao Menino Jesus continua, mas secundarizada, surgindo somente como imagem e não na designação do nome da capela.

Embora o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha tenha servido de modelo ao casal de instituidores, a distribuição das beatas por celas era diferente. Na instituição do abade Domingos Peres estavam alojadas duas por cela, o que pode estar associado ao facto do recolhimento funcionar na casa do instituidor e de não existir mais espaço para alojamento¹⁰⁴.

103 ADB, Fundo notarial, Livro nº 331, fl. 160v.

104 Machado, Carla Manuela, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*..., p. 35.

Nesta segunda escritura, os instituidores clarificaram uma questão de relevo: a administradora, ou seja, a recolhida mais velha, não podia alhear património sem consentimento das restantes ou da sua maioria. Esta cláusula limitava o seu poder e fazia recair em todas a responsabilidade da decisão, o que demonstra maior pragmatismo e alargamento da responsabilidade da sustentabilidade da instituição ao conjunto das recolhidas. Era também uma medida de segurança, pois não implicava apenas a decisão de uma pessoa, mas alargava-a às restantes. Simultaneamente, percebe-se que em determinados momentos todas as mulheres eram chamadas para se pronunciarem sobre os assuntos mais importantes.

Para o seu sustento, o casal voltou a discriminar as medidas de pão que tinha determinado, mas acrescentou mais 14, embora as contas não estejam corretas.

Se na escritura de 1650 o casal deixava mais 200 mil réis em dinheiro que se devia dar a juros, subiu em 1652 a quantia para 300 mil réis, estabelecendo que este fosse entregue *na cidade a pessoas certas e seguras e com boas fianças chans leigas e abonadas* para do rendimento se tirarem 1.000 réis no dia de S. Tomé, para *hospedarem* as beatas do recolhimento de Santo António do Campo da Vinha na primeira oitava do Natal¹⁰⁵, ou seja oito dias após o dia 25 de dezembro. Já não se fala em jantar, mas sim em hospedar as referidas beatas, deixando-nos na dúvida se pernoitariam em Penha de França ou se somente almoçariam juntas. Para as beatas ficavam agora também 300 mil réis para do seu rendimento a juro dar a cada uma 2.000 réis e não mais, mesmo que o dinheiro sobejasse. Deixavam mais 100 mil réis para ser entregue a juro e do seu rendimento dotar a capela do necessário para funcionar condignamente, mais 100 mil réis para do mesmo modo se pagar ao capelão anteriormente citado para celebrar *as cinco chagas de Cristo*. O remanescente deste último montante seria depositado numa arca. Deixavam ainda mais 200 mil réis para também serem dados a juros e conjuntamente com

105 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 331, fl. 161v.

o referido remanescente serem colocados numa caixa, servindo de fundo de maneiio à instituição. Esta caixa estaria fechada à chave e só podia aceder ao dinheiro a administradora da casa, possuidora de uma das chaves, enquanto a outra ficaria na mão de outra recolhida que a assessorasse. Com esta menção, prevê-se uma gestão com duas cabeças, embora a segunda estivesse sujeita à primeira. A distribuição das chaves por mais do que uma pessoa era corrente no Antigo Regime e colocava a responsabilidade do dinheiro em quem a detinha, permitindo um controlo mais efetivo e fazendo recair nos detentores do mecanismo de abertura o ónus da conservação do montante existente.

O capital só podia ser usado para comprar bens de raiz ou ser colocado no mercado do crédito e, neste último caso, um montante inferior a 50 mil réis. Como era conhecido o risco do empréstimo a juro, limitava-se o volume a emprestar para, em caso de falência ou não pagamento, diminuir o prejuízo.

Desta vez, os instituidores acrescentavam mais dinheiro ao recolhimento, disponibilizando um conto de réis para despesas da casa¹⁰⁶.

Talvez pensando melhor ou colhendo novas informações, na segunda escritura Pedro de Aguiar e Maria Vieira estabeleceram que no caso de não existir provimento de um lugar vago nos 40 dias imediatos, seria o Juiz dos Resíduos da cidade a eleger uma mulher com as seguintes características: virtuosa, de bons costumes, donzela ou menina honesta e com mais de 16 anos de idade. Cabia também ao mesmo Juiz tomar contas à instituição após a morte dos instituidores, o que deveria repetir de três em três anos, ganhando pelo serviço dois mil réis, pagos com a mesma periodicidade. Ao escrivão eram pagos 200 réis pelo seu trabalho. Apesar de se introduzir um novo poder no recolhimento, o que permite constatar a vontade de conservar a sua saúde financeira, através de um controlo exterior, foi vontade dos instituidores limitar-lhe a sua ação, porquanto só podia atuar no campo da contabilidade, nas cobranças dos rendimentos e rendas e

106 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 331, fl. 162.

na seleção de uma beata, passados 40 dias da vacatura. Ao associar a ação do Juiz dos Resíduos à cobrança, os benfeitores pensariam talvez numa ação mais eficaz junto dos foreiros. Já a sua introdução na seleção das recolhidas constitui uma forma de pressão sobre todas as restantes para diligenciarem a ocupação do lugar vago. Sublinha-se igualmente a descida de idade das recolhidas em quatro anos, facto para o qual não existem explicações, mas que poderá estar relacionado com a esperança média de vida nesse período. A autorização para entrar com 16 anos aponta para uma maior longevidade, mas não deixa de nos criar alguma perplexidade, em função das exigências colocadas a estas mulheres. Por um lado, um calendário fixo de missas e, por outro, a visita semanal aos internados no hospital de São Marcos. Se assistir a atos religiosos era algo a que as adolescentes estavam habituadas desde pequenas, o mesmo já não se passava relativamente a visitas de enfermos em contexto hospitalar. Em todos os hospitais trabalhavam mulheres como enfermeiras, hospitaleiras, cristaleiras, criadas, cozinheiras e lavadeiras e outras, estando, portanto, habituadas à presença feminina, não apenas enquanto assalariadas, mas também como doentes e visitantes. Menos comum era entrar um grupo de recolhidas para consolar os internados em dia e hora certos. Estamos, no entanto, perante a prática de uma obra de misericórdia, como anteriormente assinalámos. As alterações eram substantivas, uma vez que era introduzido um poder externo na instituição e descida a idade de acesso. Estabelecia-se também que as saídas de casa se limitavam à frequência das igrejas e arrabaldes da cidade, sendo mencionado o convento de São Francisco, situado nas imediações de Braga, como possível itinerário de visita, cuja Regra era agora formalmente instituída. Nestas deslocações, as beatas não *poderão sair nem recolher-se senão juntas nem entrar em casa particular*. Tinham também de *envergar os hábitos na forma que os trazem as beatas de Santo António e a cor dos vestidos será a parda à franciscana*¹⁰⁷. Era dentro de portas que deveriam passar a maioria

107 BNA, 54-XI-40, nº 206.

do tempo, aprimorando as suas virtudes. Embora fossem obrigadas a sair para participar nas atividades religiosas e assistenciais referidas, o recolhimento era um espaço de segurança que devia manter honradas as que o habitavam¹⁰⁸. Esta mesma cláusula está presente no recolhimento de Santo António do Campo da Vinha, instituição que permitia saídas com objetivos semelhantes e estabelecia o mesmo procedimento para quando as suas recolhidas saíam à rua em grupo. Estas nunca podiam sair sozinhas nem manter contactos próximos com quem se cruzavam, e nem entrar em casas particulares. As saídas estavam limitadas e deviam ocorrer no enquadramento acima referido.

A vontade dos instituidores era a de aproximar as beatas do recolhimento agora fundado com outras instituições de cariz franciscano, quer fossem femininas, como era o recolhimento de Santo António do Campo da Vinha, quer masculinas, como acontecia no convento de São Francisco.

O funcionamento do recolhimento previa ainda a existência de um arquivo com livros, existindo um deles com as entradas das mulheres e através do qual se saberia quem era a mais antiga para suceder à administradora¹⁰⁹. Infelizmente, desconhece-se a existência dessa documentação. Não sabemos se se perdeu ou se se encontra em lugar incerto. Em todo o caso, esta menção supõe que a administradora da casa dominasse a leitura e a escrita. Prevendo desentendimentos e conflitos internos pelo poder, os instituidores clarificavam a sucessão, aplanando essas situações.

Passado um ano, nova escritura foi lavrada pelos instituidores, efetuada no último dia de maio, conjuntamente com o reverendo João Pinto de Eirado, primo de Maria Vieira.

À semelhança do verificado nas doações ao hospital de São Marcos, o casal de benfeitores fez também várias escrituras para o recolhimento fundado, alterando posições anteriores e afinando linhas de

108 Magalhães, António, “Um refúgio de “mulheres principais”? O recolhimento de S. Tiago na Viana do Castelo do século XIX”, in Santos, Carlota (coord.), *Família, Espaço e Património...*, p. 223.

109 ADB, Fundo notarial, *Livro nº 331*, fls. 162-162v.

atuação. Subentende-se percepções diversas à medida que os assuntos iam evoluindo, levando a correções e inovações. Outros instituidores usaram a mesma estratégia, mas também existiu quem não procedesse a alterações no estipulado. Pedro de Aguiar e Maria Vieira preferiram ir alterando à medida que assistiam à concretização dos projetos, mas estamos convictos de que as circunstâncias também conduziram a mudanças. No que diz respeito ao recolhimento, as alterações foram substantivas e reportaram-se a vários aspetos: modalidade de gestão; atribuições às recolhidas, idade de ingresso e receitas. Regista-se, por conseguinte, profundas alterações durante os dois anos de construção e início de funcionamento da instituição.

2.2. Os problemas na gestão do recolhimento e as relações com a Misericórdia

Em novembro de 1655, o casal procurou entregar a gestão do recolhimento à Misericórdia da cidade, num profundo *volte face* relativamente ao anteriormente estipulado. As razões não são conhecidas, mas a Santa Casa para além de experiência na gestão de um recolhimento similar, representava um forte poder. Na proposta feita à referida confraria, o benfeitor assegurava ter dotado a instituição de meios e de bens para funcionar, esclarecendo ainda ter o recolhimento um almude de azeite anual para consumo, que ele e sua mulher lhe davam¹¹⁰. À Santa Casa entregavam 300 mil réis como recompensa pela administração da citada instituição. A passagem da gestão do recolhimento efetuar-se-ia apenas após a morte dos instituidores. Até lá, eram eles que se ocupariam dela. Posta a proposta a votação na Misericórdia, esta foi aprovada por maioria e com várias condições. Sabe-se, desde logo que nem todos estiveram de acordo e a anuência foi conseguida mediante algumas cláusulas: revogação

110 O azeite é uma gordura importante para a cozinha, mas era usada igualmente para a iluminação das casas.

das funções do Juiz dos Resíduos no recolhimento; subtração dos direitos que as beatas tinham relativamente à administração da casa, ficando esta somente na mão da Santa Casa, como era verificado no recolhimento de Santo António do Campo da Vinha; acrescento de mais 1.000 réis anuais às beatas e obrigação do padre João Gomes Barreiros, celebrante na capela do recolhimento, fornecer as hóstias, o vinho e a cera para as celebrações. A Misericórdia comprometia-se a aceitá-lo enquanto vivo como sacerdote das beatas, mas exigia que este mantivesse total disponibilidade para a função, não podendo ter outra ocupação. Impunha-lhe a celebração pessoal das missas e só era admitida a sua substituição em caso de doença ou de prisão, sendo o seu salário suspenso e desviado para pagar ao substituto. Clarificava-se ainda que nem o capelão nem os seus sucessores possuiriam qualquer direito sobre as esmolas e outras ofertas feitas na capela do recolhimento, as quais seriam remetidas para a confraria. O capelão ficava ainda impedido de fornecer sepultura na capela e de cobrar por qualquer serviço religioso que nela fizesse. À sua morte, a Santa Casa chamava a si o direito de nomear para o lugar quem entendesse, pagando-lhe somente 50 mil réis por missa. Definia também o perfil do novo sacerdote: pessoa idónea, de boa vida e costumes, que podia ser despedido sempre que a instituição administradora considerasse não estar a ser bem servida. Relativamente às 210 medidas de pão, a Santa Casa reclamava o direito de averiguar as condições em que se encontravam, anunciando que faria todas as seguranças que considerasse necessárias. Mas a Misericórdia ia mais longe nas exigências colocadas ao definir que o contrato só seria assinado com os benfeitores após entrega de 1 conto e 100 réis em dinheiro, quando o recolhimento estivesse *perfeito e acabado*. Os mesários ameaçavam ainda com o distrato do contrato em caso de dúvidas¹¹¹. Como se constata, passados três anos após a abertura, a instituição ainda não estava totalmente acabada, o que se evidencia também noutras instituições semelhantes.

111 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou actas 1653-1661*, nº 7, fls. 45-47.

Atentos às responsabilidades que assumiam numa altura em que recebiam muitos legados, os mesários colocaram várias exigências no contrato, pois estavam a integrar mais uma instituição. Em simultâneo, arredaram outros poderes da administração do recolhimento, como foi o caso do Juiz dos Resíduos, retiraram as beatas da administração e definiram a atuação do capelão e das esmolos da capela. Mesmo assim, o contrato não foi validado por todos os mesários. Com esta posição, a Santa Casa evidenciava enormes cuidados na aceitação de legados, procurando não colocar em perigo o futuro da instituição. Vivendo tempos difíceis, de perda de receitas e de aumento de despesas com o hospital e com os pobres, gerada pela guerra da Restauração, estas exigências significavam ainda a experiência acumulada de aceitação de legados bem e mal sucedidos. Esta, como outras Misericórdias, debateu-se com situações de ambos os géneros, tendo, sempre que necessário, anulado contratos e exigido contrapartidas. Apesar das condições colocadas, passados sete meses, em meados de 1656, a Santa Casa decidiu revogar o termo de aceitação, por os instituidores não aceitarem as condições que lhes tinham sido impostas pela confraria¹¹². Esta posição não deixa de ser estranha, mas simultaneamente compreensível. Por um lado, os benfeitores tinham já acumulado uma tentativa falhada de entrega da governação do recolhimento, mas não admitiram as vastas condições que lhes eram impostas. A Santa Casa demonstra também pouco interesse em integrar o recolhimento, caso contrário não colocaria tantas exigências e nem mesmo assim agradava a todos os mesários. Havia quem se mostrasse renitente e não concordasse com o documento. Assiste-se ainda pela segunda vez às dificuldades enfrentadas por Pedro de Aguiar na Misericórdia. Recorde-se a doação para a construção das enfermarias dos convalescentes. Estamos certos de que o mercador não agradaria a todos e o facto de ser tão poderoso geraria também inimizades, mesmo entre os seus pares.

Mas o que teria levado os instituidores a esta posição? Pensariam no excesso de poderes que a Misericórdia chamava a si? Considerariam

112 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou actas 1653-1661*, nº 7, fl. 64.

que o sobrinho João Gomes Barreiros ficava com condições limitadas? Esta posição da Santa Casa ao deitar por terra a posição das recolhidas na gestão desagradaria profundamente aos benfeitores? Sem podermos responder a estas perguntas, sabemos que o casal assumiu a administração do recolhimento e que após a morte de Pedro de Aguiar, ficou somente Maria Vieira nesse papel, permanecendo o modelo gizado pelos dois. Esta situação não era a desejada pelo casal, pois procurou mais do que uma vez entregar a gestão do recolhimento a uma instituição. Porém, se tal não foi possível, a assunção de responsabilidades da viúva de forma direta no recolhimento, ainda que a fizesse por interposta pessoa, possibilitou-lhe uma intervenção pública que não conheceu durante a maior parte da sua vida, como aconteceu a muitas outras mulheres¹¹³. Enquanto gestora da instituição, embora apoiada pelo sobrinho, a viúva foi confrontada com novos desafios e assumiu outras responsabilidades. Igual situação aconteceu na loja, pois Maria Vieira não a encerrou, mas manteve-a com o auxílio de uma pessoa próxima e que era merecedora da sua estima. Fica, pois, muito claro que a morte do marido ocasionou exposição pública à viúva, nunca conhecida anteriormente, embora sempre apoiada por homens que lhe eram muito próximos e da sua confiança. Na assunção de responsabilidades fora de casa, a benfeitora não foi caso único. Muitas mulheres na condição de viúvas assumiram os negócios da família, dando-lhes continuidade e, não raras vezes, alargando-os¹¹⁴.

Após a morte do marido, a viúva assumiu a direção do recolhimento, certamente auxiliada pelo sobrinho que nele era capelão. No seu testamento beneficiou a instituição, deixando 1.000 réis a cada beata, mas exigindo que acompanhassem o seu corpo até à sepultura. Mas esta era uma esmola destinada a um fim específico e

113 Para este assunto veja-se Cavallo, Sandra; Warner, Lyndan (eds.), *Widowhood in Medieval and Early Modern Europe*, London, Routledge, 2014, p. 21.

114 Leia-se, Lopes, Ana Mafalda Pereira, “Viuvez e doação de bens à Misericórdia do Porto no século XVIII. O caso de Clara Maria do Rosário”, in *Pessoas, Arte e Benemerência. IV Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2020, pp. 212-216.

imediatamente, pois para o seu futuro estabeleceu a compra de um campo e as casas situadas junto ao recolhimento de que era dona Eva de Aguiar, para serem dadas às beatas *pera mais comodidade e serviço seu*¹¹⁵. Considerando que podia ser diminuto o rendimento que lhes disponibilizava, acrescentou a devesa de Andrias que era *dizimo a Deos*, situada junto da ponte Nova, com a condição das recolhidas não a poderem vender, aproveitando o seu rendimento, nomeadamente a lenha para uso na casa¹¹⁶. Esta propriedade tinha sido deixado por Pedro de Aguiar em testamento ao seu cunhado António Correia, com a reserva da lenha para si e a sua mulher enquanto vivos. Sentimos alguma perplexidade ao ver a sua viúva dispor dela, mas admitimos que tenha negociado com o cunhado para a poder deixar às baetas do recolhimento.

Todas as casas da Idade Moderna gastavam esta fonte calórica, não somente para a confeção dos alimentos, como também para aquecimento da habitação. Aceder a este combustível no campo era mais fácil, mesmo para quem não o possuíam, pois era muitas vezes oferecido. Já na cidade, a lenha era mais frequentemente comprada, deixando sem alternativa quem não a possuía. Conhece-se a dádiva de lenha a algumas instituições, como era o caso de confrarias, para depois ser vendida em leilões¹¹⁷. Mas houve também legatários que instituíram a dádiva de lenha aos pobres. Na Misericórdia de Braga foi instituído um legado de lenha em finais do século XVII para ser distribuído pelo Natal aos que mais precisavam. Possuir este bem era fundamental por possibilitar autonomia e menos despesas. Maria Vieira teve ainda o cuidado de determinar que a lenha era para uso comunitário e não para utilização pessoal, garantindo a todas o acesso a este bem.

115 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Titulos*, nº 37, fls. 35, 36v.

116 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Titulos*, nº 37, fl. 37v.

117 Sobre a venda de lenha em leilões em Braga leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Resgatar almas do Purgatório: os peditórios das confrarias das Almas da Braga Barroca”, in Martín García, Alfredo; Pérez Álvarez, María José (coords.), *Religiosidad y Reforma Católica en el Noroeste de la Península Ibérica*, Madrid, Sílex, 2019, pp. 133-161.

No codicilo, feito cinco meses após o testamento, a instituidora estabeleceu mais 100 mil réis para as beatas, os quais deviam ser dados a juro, devendo render para as despesas do recolhimento¹¹⁸. Conhecedora dos gastos e necessidades da instituição, a benfeitora procurou com este gesto criar-lhe mais condições de sustentabilidade.

Como a Misericórdia de Braga ficou benfeitora da fortuna de Maria Vieira, por esta não ter herdeiros forçados ascendentes nem descendentes, cabia-lhe a administração do dinheiro a juro deixado às recolhidas, assim como tudo o que dissesse respeito à compra do campo e casas situados junto ao recolhimento e às demais vontades. Em junho de 1664, Filipe Jácome de Sousa, provedor da Santa Casa, conjuntamente com outros irmãos e algumas testemunhas, nomeadamente servos da confraria, aparecerem no tabelião, tal como o padre João Gomes Barreiros, procurador das beatas, investido de todos os poderes para *poder cobrar e arrecadar tudo o que devido lhes for por qualquer via que seja*, o qual invocou o testamento de Maria Vieira, sua tia, para reclamar os juros dos 100 mil réis, que corriam à razão de 5%, enquanto a Santa Casa não os entregasse. Invocava ainda a necessidade que as beneficiadas tinham do montante e dos juros que a confraria lhes devia, sendo por ele solicitados à Mesa, o que acontecia no momento perante o tabelião. O dinheiro foi entregue por Inácio Coelho, tesoureiro da confraria, no total de 105 mil réis.

Como segurança da entrega, a confraria obrigou o procurador a hipotecar *todos os seus bens e rendas presentes e futuras para nunca mais as beatas pretenderem couza alguma da dita casa da Santa Misericórdia*, o que ele garantiu ao assumir *pelenicima quitação e livrança geral deste dia pera todo o sempre*¹¹⁹.

Doze anos passados, em 1676 foi realizado um contrato no tabelião entre a Misericórdia e as beatas do recolhimento, representadas pelo procurador Dr. António Pinto, advogado e morador em Braga, em que se reconhecia a impossibilidade da Santa Casa comprar o campo e as

118 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Titulos*, nº 37, fl. 41.

119 ADB, Fundo notarial, *Livro nº 378*, fls. 90-91.

casas, entregando-lhes, por isso o valor das referidas propriedades, ou seja, 850 mil réis, com a condição de que enquanto não pagasse todo o montante, entregaria 30 mil réis anualmente de juro, devendo ser pagos em dois semestres. Para além de já não ser seu representante o sacerdote João Gomes Barreiros, neste documento são conhecidas as mulheres que estavam na casa, as quais se designavam a si próprios por *madres beatas* e tinham recorrido à Justiça, onde alcançaram sentença favorável. Eram Isabel de Jesus, Ana da Trindade, Maria dos Anjos, Serafina da Glória, Águeda da Assunção, Maria de São José e Antónia de São João. O procurador recordou as obrigações da Santa Casa e apontou a falta de cumprimento do legado da instituidora, admitindo dificuldades na negociação da compra¹²⁰. A situação era complicada e ajuda a compreender as décadas de atraso na instituição do convento.

Com este acordo, a Misericórdia foi entregando ao recolhimento o que devia, e assim em 1701 tinha já passado 200 mil réis às beatas, estando em falta 650 mil réis. A intenção era pagar nessa data, mas sem conhecermos as razões, o montante não foi entregue. Na ocasião era regente Ana da Trindade, há pelo menos 25 anos na instituição, mas estavam também Luísa de São Francisco, Catarina de Cristo, Antónia de São João, Custódia de Cristo, suas companheiras. Note-se que não são referidas sete mulheres, como seria de esperar, mas apenas cinco. Através desta documentação, as mulheres que tanto preocuparam o casal de benfeitores ganham rosto, sabendo-se pelo menos o seu nome. A falta de documentação produzida internamente impede-nos de as conhecer, saber de onde vieram, os seus progenitores, o que pretendiam com a sua passagem na instituição, assim como outros detalhes que informariam sobre o seu perfil social.

Uma vez mais foi historiado o processo e as obrigações da Santa Casa em pagar-lhes o juro anual, tendo no momento acordado com a Misericórdia o pagamento dos 650 mil réis para as recolhidas poderem comprar as casas e quintal a Gabriel Leite para unirem ao recolhimento. Com este acordo, cumpria-se a obrigação da testadora

120 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 405, fls. 81v.-82.

e as recolhidas distratavam a anterior escritura lavrada com a Santa Casa¹²¹, pois a Misericórdia entregou o dinheiro às beatas, que andava a juro de 3,5% ao ano¹²², montante muito inferior ao que normalmente se praticava.

2.3. De recolhimento a convento

O conflito tinha-se agudizado porque as beatas não ficaram paradas e com os legados recebidos deram início à construção do convento, evidenciando uma forte vontade de se tornarem mulheres consagradas, estatuto muito apreciado na época. Era nesse estado que as mulheres podiam alcançar a perfeição e a santidade¹²³. As recolhidas compraram parte da cerca, mais três moradas de casas, onde gastaram mais de cinco mil cruzados e iniciaram a construção do edifício para a clausura e uma nova igreja. Esta atitude demonstra o carácter empreendedor destas mulheres, o que já tem sido sublinhado para outros contextos, evidenciando a força do sexo feminino. Após este esforço, diziam-se pobres e com dívidas, encontrando-se prontas para entregar o dinheiro que tinham para a construção do convento a um *Fundador*. Este tardava em aparecer, porquanto era necessário investir para construir o que faltava¹²⁴.

Após análise, a Santa Casa concordou entregar o dinheiro do legado, com a condição de que se o convento não se erigisse, as recolhidas ficavam obrigadas a devolvê-lo à confraria com juros, devendo o pagamento ser efetuado com brevidade¹²⁵.

121 ADB, Fundo notarial, *Livro nº 495*, fls. 51v.-52.

122 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou actas 1694-1709*, nº 8, fl. 143v.

123 Veja-se Mendes, Paula Almeida, “Em busca da perfeição cristã: práticas espirituais e devotas de leigos em Portugal (séculos XVI-XVII)”, in *Revista Portuguesa de História...*, pp. 85-87.

124 ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes*, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4649624>, fls. 212-213.

125 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou actas 1723-1734*, nº 12, fl. 85v.

O percurso desta instituição é comum a outras que começaram por ser recolhimentos e posteriormente passaram a conventos¹²⁶. No ano seguinte, a Misericórdia fez as contas referentes à venda da casa de Maria Vieira e Pedro de Aguiar, de outras que possuíam na rua do Souto e de uma quinta em Fraião¹²⁷, no valor de 2. 161.000 réis, entregue ao arcebispo, que tomou a decisão de fundar o cenóbio¹²⁸. A viúva tinha deixado mencionado no codicilo que o produto da venda da casa em que residia e das da rua do Souto, tal como o da sua quinta e outras propriedades existentes em Fraião, com exceção do campo deixado ao licenciado Manuel Vieira, fosse entregue a quem assumisse a mudança do recolhimento para convento¹²⁹.

O montante foi cobrado pelo padre Custódio Antunes de Barros, procurador das beatas, o qual assumiu que o recolhimento se ia transformar num convento de religiosas professas com o patrocínio do arcebispo, que o colocava sob a sua proteção e para o qual já possuía breve apostólico. Informou ainda que a decisão do prelado assentou numa petição feita pelas recolhidas e, que com o dinheiro recebido, as mulheres davam-se por satisfeitas e pagas¹³⁰.

Foi D. Rodrigo de Moura Teles, que, na sua prelatura, assumiu, em 1725, a passagem do recolhimento a convento, como inicialmente os fundadores tinham prescrito. Mandou dar continuidade às obras e pagou das rendas da Mitra o que faltava, assim como as dívidas das beatas.

O cenóbio foi inaugurado em 1727 com 13 religiosas: a abadessa Josefa da Assunção e a porteira Maria Susana vieram do convento

126 Atienza López, Ángela, “De beatérios a conventos: nuevas perspectivas sobre el mundo de las beatas em la España Moderna”, in *História Social*, nº 57, 2007, pp. 145-168; Torremocha Hernández, Margarita, *De la mancebía a la clausura. La casa de Recogidas de Magdalena de San Jerónimo y el convento de San Filipe de la Penitencia (siglos XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2014.

127 Esta quinta foi adquirida por João de Meira Carrilho, em 1662, pelo valor de 500 mil réis.

128 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos termos ou actas, 1723-1734*, nº 12, fls. 94v., 95v.-96.

129 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Titulos*, nº 37, fl. 41.

130 ADB, Fundo notarial, *Livro nº 611*, fls. 65-65v.

do Salvador, da Ordem de São Bento, e a vigária e mestra das noviças Maria da Trindade chegaram do convento de Nossa Senhora da Conceição, concecionistas, ambos de Braga. Pelas quatro horas da tarde de quatro de junho de 1727 surgiram com grande acompanhamento na igreja onde foi entoado o *Te Deum Laudamus*, seguido de um tríduo nos três dias seguintes, ou seja, três dias de pregações antes da data festiva¹³¹. Esta forma de abertura era corrente e a mobilidade de religiosas entre instituições acontecia quase sempre por estas razões. No dia da abertura, o sermão que integrou a festa foi entregue a Filipe de Jesus, reitor do colégio de Nossa Senhora do Pópulo, no segundo dia foi o frade José da Nazaré que o proferiu e no último dia esteve a cargo de frei Manuel de Santiago, todos do mesmo colégio, congregação dos eremitas de Santo Agostinho, de Braga. No primeiro tríduo foram lidos os estatutos do cenóbio, já confirmados por breve apostólico. Passados quatro dias da inauguração, o próprio arcebispo lançou o hábito a 13 noviças¹³², sendo após esta cerimónia as religiosas existentes mais as noviças encerradas em clausura¹³³. Os pormenores existentes na documentação à guarda da Torre do Tombo possibilitaram conhecer a cerimónia de inauguração da instituição, bem como outros detalhes, que nem sempre estão acessíveis para análise, por falta de informação.

No ano seguinte à abertura do convento, faleceu D. Rodrigo de Moura Teles, ato precedido de um *acidente*, que levou os médicos a considerá-lo morto. Esse facto foi muito sentido dentro do cenóbio, levando as religiosas a desfazerem-se em *lagrimas, suspiros, petições e promessas*, o que foi tido como relevante no alcance de algumas

131 Sobre a importância dos tríduos leia-se Marques, João Francisco, “Oração e devoções”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 615-616.

132 Foram: Mariana do Nascimento, Custódia do Sacramento, Maria das Neves, Maria da Cruz, Maria dos Santos, Guiomar da Assunção, Marta de Cristo, Francisca de Jesus, Custódia Maria, Joana do Espírito Santo, Susana da Ressurreição.

133 ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes*, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4649624>, fl. 244.

melhoras. Momentos vividos com grande intensidade, a doença e a morte eram sempre ocasiões de enorme dramatismo e simbolismo nas casas religiosas, onde as freiras se desdobravam em orações e preces.

O desejo de viver em clausura era manifestado por muitas mulheres, por considerarem ser a via mais segura de aceder a uma vida santa, através do casamento com Deus. Era na clausura, através de um forte controlo social e moral, que a mulher atingia a perfeição. Esta era a posição dos homens da Igreja, mas também de muitos moralistas. Muitas acederam a esta condição por imposição familiar, seguindo uma estratégia montada para as manter controladas e seguras, enquanto outras desejaram viver entre muros, na procura de uma vida espiritual dedicada a Deus. Nesse mundo onde imperava a Regra, as mulheres viviam vidas ritmadas por práticas religiosas e pelo trabalho, embora fossem de alguma forma livres dentro de portas, sobretudo quando comparadas com as mulheres casadas, mais sujeitas ao poder do marido. Nos conventos, as freiras exerciam o poder temporal e espiritual, o que vulgarmente não acontecia no século.

Não pensemos, todavia, num quotidiano pautado pela passividade e pacatez. A historiografia recente tem dado a conhecer vidas conventuais agitadas, com conflitos no interior e também com o exterior e mulheres aguerridas na defesa dos seus interesses. As devassas apresentam quadros diários muito distanciados da Regra e em alguns momentos semelhantes à vida do século.

Após fundação, o convento de Nossa Senhora da Penha de França prosperou e em 1744 o arcebispo D. José de Bragança (1741-1756) constatou a existência de 40 religiosas¹³⁴, número elevado para um instituto com poucos anos de vida, pese embora ser muito inferior ao conhecido por instituições mais antigas e prestigiadas, como eram os conventos dos Remédios e o de Nossa Senhora da Conceição.

134 Soares, Franquelim Neiva (Introdução, compilação, transcrição e notas), *Relatórios das Visitas Ad Limina da Arquidiocese Bracarense (1585-1910)*, vol. II, Braga, Arquidiocese de Braga, 2015, p. 864.

CAPÍTULO V

1. Larga mao [que] tem feito tantas merces

1.1. As doações feitas à confraria do Santíssimo Sacramento da Sé

Foi com a expressiva frase que abre este capítulo que Maria Vieira justificou a doação do casal à confraria do Santíssimo Sacramento, em 1647. Para a esposa do mercador a doação pagava favores recebidos e esperava continuar a receber. Esta situação justificava o investimento num culto que considerava muito importante.

Para além das fortes ligações à Misericórdia da cidade, o casal em estudo manteve também relações muito estreitas com outras confrarias, nomeadamente com a do Santíssimo Sacramento da Sé. Uma vez mais foi, segundo eles, a inspiração divina que os conduziu a um grande feito. Pedro de Aguiar ocupou os lugares mais importantes na confraria do Santíssimo Sacramento, demonstrado o seu peso social e religioso. Nos cargos desempenhados, o mercador ganhou maior exposição pública, pois esta irmandade tinha por função levar o viático aos enfermos, fazendo-o em procissão, mas não só, uma vez que ocupou cargos de relevo e criou redes sociais e clientelares¹. Para além desta importante função, estas instituições zelavam pelos sacrários, investindo receitas na sua conservação e manutenção, promoviam uma festa anual em louvor do Santíssimo Sacramento, faziam orações diante do seu altar e ordenavam a celebração de uma missa pela alma dos irmãos todos os terceiros domingos, sendo em

¹ Para este assunto veja-se o trabalho de Xavier, Ângela Barreto; Hespanha, António Manuel, “Redes clientelares”, in Mattoso, José (dir), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 340-346.

muitos casos seguida de uma procissão em torno da igreja. Todavia, a principal função destas agremiações era a promoção do culto eucarístico², associado aos *mistérios da paixão, morte e ressurreição de Cristo*³. Embora estas fossem alguma das práticas comuns destas confrarias, existiam diferenças entre elas. Cada uma respondia ao seu meio de inserção e estava dele dependente, embora todas investissem muito nos seus momentos festivos, originando cerimónias catequéticas deslumbrantes⁴.

A instituição da confraria do Santíssimo Sacramento da Sé integrou-se no esforço da Igreja Católica de alargar a veneração a este culto, o que levou à instalação destas instituições nas igrejas paroquiais, mas também nas matrizes. A elas ligavam-se as pessoas mais importantes em termos locais.

O arcebispo de Braga D. frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582) teve um papel muito relevante na instalação destas confrarias na sua diocese, sendo-lhe atribuída a ordem da sua implementação no pós-concílio de Trento. Recorde-se que este prelado participou na magna reunião de Trento, tendo após ela implementado um conjunto de medidas na diocese. O segundo impulso foi dado pelas Constituições Sinodais de Braga, publicadas em 1697⁵.

A igreja mais importante da cidade de Braga devia constituir um exemplo para todos os outros templos, abrigando o maior número de confrarias e promovendo os cultos a elas associados. Na do Santíssimo

2 Marques, João Francisco, “Rituais e manifestações de culto”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 568; Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 98-99.

3 Consulte-se Abreu, Laurinda, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, p. 84.

4 Abreu, Laurinda, “Confrarias e Irmandades: a Santificação do Quotidiano”, in *Actas do Colóquio Internacional A Festa*, Lisboa, s. n., 1992, pp. 420-440.

5 *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo D. Sebastião de Matos no anno de 1639. E mandadas imprimir pela primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo de Braga, Primaz das Hespanhas em janeiro de 1697*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1697.

Sacramento militavam os homens mais poderosos da cidade. A instituição aceitava fiéis do primeiro e segundo foro, sendo governada pelos homens mais ilustres da cidade. Em meados do século XVIII foram seus juízes os cónegos da Sé e as suas dignidades, chegando o arcebispo D. José de Bragança (1741-1756) a ocupar o lugar de juiz, em 1752⁶.

Esta como outras atividades da instituição da Sé de Braga nem sempre eram seguidas pelos seus irmãos, faltando e deixando a confraria a ridículo perante a comunidade, o que acontecia também com muitas congéneres, que se viram a braços com esse problema ao longo de toda a Idade Moderna, principalmente nos séculos XVII e XVIII. Foi por esta razão, que a associação em análise permitiu a partir de data por nós desconhecida que pessoas que não lhe pertenciam integrassem os referidos cortejos, ou seja, seguissem nos acompanhamentos do viático, engrossando a procissão. Esta estratégia contribuía para maior visibilidade pública, aspeto relevante num universo confraternal denso, como era o da Braga barroca. Se esta era já uma anomalia, por os irmãos não assumirem os atos da irmandade como relevantes, o facto de terem em sua posse os livros da instituição acentuava a gravidade, porque originava descontrolo. Esta realidade levou a Mesa em junho de 1651 a exigir que os citados livros se encontrassem na mão do escrivão da confraria, chamando somente à Mesa a prerrogativa de admissão de novos confrades⁷. A situação demonstra algum desacerto, no respeitante à integração de novos membros, mas também a tentativa da Mesa impor o seu poder, chamando a si essa prerrogativa.

Como os registos eram normalmente efetuados posteriormente aos atos, durante o Antigo Regime era frequente o escrivão ou outros mesários terem em suas casas os livros, levando-os à instituição quando

6 Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributo para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, p. 178, dis. de Mestrado policopiada.

7 AISB, Fundo da confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro de termos de eleição e aceitação de novos irmãos 1613-1668*, fl. 46.

necessário ou no fim do mandato. O facto se nem sempre originou problemas, houve também ocasiões em que o assunto subiu à Mesa e foram tomadas medidas para se efetivar o seu regresso. Normalmente, quando se verificava esta situação, o órgão diretivo estava em rota de colisão com o possuidor do livro, obrigando-o a entregar a documentação que possuía, destituindo-o dessa prerrogativa.

Embora a instituição em causa não disponha de um fundo documental robusto, era importante que a documentação existente fosse trabalhada e cruzada com a de outros arquivos da cidade e não só. Impunha-se conhecer os seus membros, a sua organização interna, os legados que recebeu, a relação com o Arcebispo e o Cabido para além das práticas celebrativas e das festas que promovia.

A importância destas confrarias tem despertado o interesse de alguns investigadores nas últimas décadas, conhecendo-se alguns contributos relevantes para o estudo da difusão do culto eucarístico numa sociedade marcada pela Contra-Reforma⁸. O culto ao Santíssimo Sacramento, tal como o das Almas do Purgatório e o de Nossa Senhora do Rosário foram reforçados em Trento, originando a fundação de confrarias destas invocações e um cerimonial religioso que se adensou ao longo da Idade Moderna. Na diocese de Braga, foram fundadas muitas confrarias do Santíssimo Sacramento, mas

8 Veja-se, entre outros, os estudos de Oliveira, Ricardo Pessa de, “Para governar de vestes vermelhas. Os estatutos da irmandade do Santíssimo Sacramento da Redinha (1695)”, in *Anais Leirienses*, 1, 2019, pp. 269-280; do mesmo autor “A irmandade do Santíssimo Sacramento de Veiros, nos finais do Antigo Regime”, in *Lusitânia Sacra*, n.º 33, 2026, pp. 255-268; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780)*, Vila Verde, ATHACA, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, 2001; Costa, Martins da, “Confraria do Santíssimo Sacramento na Póvoa de Varzim. (Esboço histórico)”, in *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. XXVII, 1983, pp. 5-253; Enes, Maria Fernanda, “As confrarias do Santíssimo Sacramento e das Almas no âmbito da cultura barroca”, in *I Congresso Internacional do Barroco- Actas*, vol. I, Porto, Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, pp. 257-298; Braga, Isabel M. Mendes Drumond, “A irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estevão de Alfama e a assistência à pobreza (1808-1820)”, in *Revista Tempo*, 2014, pp. 1-19; Fraeschlé-Chopard, Marie Hélène, *Dieu pour tous et Dieu pour soi: histoire des confréries et de leurs images à l'époque moderne*, Paris, l'Harmattan, 2006, pp. 85-88; Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas na Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo VII, 1995, pp. 23, 25.

o movimento alargou-se a todos os espaços católicos em contexto barroco⁹. A instalação dos sacrários nas igrejas verificou-se ao longo dos séculos, sendo um processo longo, por implicar a posse de rendimentos para o manter. Esse movimento que se estende sobretudo no século XVIII atesta esta realidade e o envolvimento dos crentes em torno deste culto¹⁰.

Em 1647, o mercador de sedas fez uma doação e instituiu um legado com a esposa na referida confraria, espalhando doações e legados por diversas instituições da cidade. Esta era uma forma de afirmação em vários setores da Igreja, estreitando relações e criando e recriando redes de solidariedade. Para o mercador, integrar o mundo confraternal significava ser detentor de *boa fama* e simultaneamente de *crédito*¹¹. Aparecendo perante o juiz e outros mesários da confraria na Sé, Pedro de Aguiar, usando uma vez mais a sua voz para falar também em nome da esposa, afirmou ser vontade do casal contribuir para a veneração e aumento do culto do Santíssimo Sacramento, através da repartição de parte dos seus bens. Sempre que fazia uma doação, o casal assumia um discurso distributivo, assente no princípio de que se Deus lhes tinha dado, devia repartir, neste caso destinado ao culto divino. Mais do que retórica, esta posição denota uma religiosidade popular marcada por uma Contra-Reforma muito agressiva e incentivadora de práticas benfeitoras. Uma vez mais, Maria Vieira esteve ausente da cerimónia, mas não ausente da decisão!

9 Atente-se no estudo de Enes, Maria Fernanda, “As confrarias do Santíssimo Sacramento e Almas no âmbito da Cultura Barroca”, in *Actas do I Congresso do Barroco*, vol. I..., pp. 282-287.

10 Consulte-se Soares, Franquelim Neiva, *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e Mentalidades pelas visitas pastorais 1550-1700*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho; Governo Civil de Braga, 1997.

11 Angulo Morales, Alberto, “La “buena fama e crédito” de la casa de comercio. Redes de reacciones mercantiles y empleo de mecanismos de dependencia a finales del Antiguo Régimen”, in Imízcoz, José María (dir), *Redes familiares y patronazgo. Aproximación al entañado social del país Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen, (siglos XV-XIX)*, Vitória, Servicios Editorial del País Vasco- Euskal Herriko Unibertsitatea Argitalpen Zerbitzua, 2001, pp. 203-224.

O casal decidiu doar mil cruzados em dinheiro à confraria, enviando uma carta à instituição, para serem colocados a juro e os seus réditos serem aplicados na compra de cera branca para arder em dois brandões que seriam colocados diante do Santíssimo Sacramento. Seguindo o modelo usado noutras doações, o mercador e a esposa ordenavam que o dinheiro fosse posto a render, para que nunca faltasse. Informavam ainda ser seu desejo dar dois *ceriais* de prata nos quais se colocariam os dois brandões, decalcando o modelo dos oferecidos pelo arcebispo D. frei Agostinho de Jesus (1588-1609). Este prelado bracarense instituiu outros legados, nomeadamente na Santa Casa. O arcebispo doou a esta confraria 4.500 cruzados em 1592 para com eles serem adquiridos 10.500 réis de juro real, com o objetivo de auxiliar os pobres¹². Passados quatro anos ofereceu um padrão de juro de 100 mil réis, tendo o seu rendimento como destino o hospital¹³. Em 1599 ofereceu mais 20 mil réis, destinados à aquisição de roupa. Como forma de agradecimento, a Misericórdia decidiu mandar celebrar anualmente um ofício com missa cantada pela sua alma, marcando a sua realização para o dia imediato ao seu aniversário. Esta celebração ocorria no altar privilegiado da igreja da Misericórdia. Após a sua realização, os mesários deviam deslocar-se em procissão ao convento do Pópulo para, sobre a sua sepultura, rezarem um responso e aspergir água-benta¹⁴. Foi o gesto deste prelado

12 ADB, Fundo da Misericórdia, *Apontador dos Títulos e pessoas que nesta St.ª Casa da Misericórdia tem missas assim extravagantes e avulsas como semanais e quotidianas 1536-1793*, n.º 476, n.º 27, fl. 59.

13 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Juros, Foros e propriedades do hospital de São Marcos desta cidade de Braga 1508-1635*, n.º 617, fls. 108-109. Através do termo da Mesa de 30 de outubro de 1627, sabemos que este padrão de juro rendia 70 mil réis anuais. *Livro de termos ou actas, 1598-1632*, n.º 4, fls. 186v.-187.

14 Igual procedimento verificamos com o Arcediago de Vermoim, Cristóvão Leão, que, como agradecimento pela doação que fez de 480 mil réis, para compra de 30 mil réis de juro real anual, a Mesa deliberou que se dissesse uma missa cantada de *requiem* anual, seguida de responso na sacristia da capela de S. Pedro Mártir, onde se encontrava sepultado. Verifica-se mais tarde que o responso deixou de se rezar no local assinalado. ADB, Fundo da Misericórdia, *Apontador dos Títulos e pessoas que nesta St.ª Casa da Misericórdia tem missas assim extravagantes e avulsas como semanais e quotidianas, 1536-1793*, n.º 476, n.º 31, fl. 62.

na referida confraria que motivou o casal de mercadores a seguir o mesmo exemplo.

Os brandões oferecidos pelo casal arderiam diariamente *enquanto o mundo durar* e seriam acesos e apagados ao mesmo tempo que os do referido arcebispo¹⁵. Deviam ainda ter a mesma dimensão dos do citado prelado¹⁶. Esta exigência criava alguma uniformidade no altar e ritualizava a abertura e o encerramento das luzes que o iluminavam. A mais importante igreja de Braga investia na solenidade das suas cerimónias, cuidando da sua imagem. Simultaneamente, o casal colocava-se ao nível do arcebispo não somente na oferta, mas também em termos simbólicos. Sem pejo, Pedro de Aguiar e Maria Vieira igualavam-se ao Senhor de Braga, ou seja, à pessoa mais relevante e poderosa em termos religioso e civil. Mas impunha mais: os seus brasões seriam colocados nos *ceriais* de prata e comprometiam-se a entregá-los *perfeitamente acabados*, deixando uma marca que permanecia no tempo, criando uma imagem de poder e distinção.

As ofertas às confrarias e aos seus altares contribuía para engrandecer a igreja em que estavam sediadas, quando não tinham própria, e resultaram num conjunto alargado de compras em diversos ramos de atividades. Geraram, por conseguinte, negócio ao mesmo tempo que promoviam para cerimoniais barrocos, guarnecedo as igrejas e capelas com o melhor que podiam adquirir¹⁷. No caso em estudo, a capela ficou *magnificamente ornada*, demonstrando o investimento que tinha sido efetuado¹⁸. Sublinhe-se que entre os doadores estavam pessoas poderosas, entre as quais se encontravam os arcebispos. A instituição não foi só beneficiada por D. frei Agostinho de Jesus,

15 Sobre a iluminação das igrejas veja-se Santos, Maria José Azevedo, “O azeite e a vida do homem medieval”, in *Estudos em homenagem ao Professor José Amadeu Coelho Dias*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 139-158.

16 ADB, Fundo notarial, *Livro* nº 317, fls. 113-114v.

17 Leia-se para este assunto o trabalho de Cardona, Paula Cristina Machado, *A Actividade Mecenática das Confrarias nas Matrizes do Vale do Lima nos Séculos XVII a XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, tese de Doutoramento policopiada.

18 Freitas, Bernardino Senna, *Memórias de Braga*, tomo V, Braga, Imprensa Católica, 1890, pp. 413-414, 430.

também D. José de Bragança lhe ofereceu, em 1752, 100 moedas de ouro, de 1.800 réis¹⁹.

O casal benfeitor fez questão de explicitar que efetuava esta doação sem qualquer contrapartida, manifestando a genuína vontade de contribuir para o engrandecimento do culto, ficando somente 100 mil réis destinados anualmente aos mesários da confraria para os poderem usar na satisfação de outras necessidades. Esta cláusula²⁰ decorria da gentileza de que ambos tinham sido alvo por parte desta instituição, quando anos antes lhe ofereceram um guião de prata, no valor de cerca de 120 mil réis e receberam, sem nada pedirem, assim afirmavam, orações perpétuas de um Pai Nosso e uma Avé Maria no final da missa dos terceiros domingos de cada mês²¹.

A oração podia ser pessoal ou coletiva e efetuava-se quase mecanicamente em qualquer lugar e situação. O Pai Nosso e a Avé Maria estavam impregnados no quotidiano dos fiéis e eram usados quase de forma rotineira, embora alguns arcebispos se tenham preocupado com a compreensão do seu significado por parte dos fiéis, servindo-se do clero para esse efeito²².

A resposta da confraria ao casal é muito interessante e elucidativa da forma como estas doações eram recebidas. Para os mesários constituía um grande serviço que lhes era prestado e, por isso, desejavam agradecer, esperando que tão grande oferta fosse remunerada por Deus. E acrescentavam aceitar a doação e colocar o dinheiro a juro em pessoas abonadas, por serem as consideradas mais seguras. Embora na carta o casal manifestasse o desejo de fazer a citada doação sem contrapartidas, no contrato houve algumas mudanças,

19 Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal...*, p. 178.

20 AISB, Fundo da confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro de termos de eleição e aceitação de novos irmãos 1613-1668*, fl. 46.

21 AISB, Fundo da confraria do Santíssimo Sacramento, *Contrato de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira com a confraria do Santíssimo Sacramento*, CF/SS/316, caixa 23, documento avulso, não paginado.

22 Marques, João Francisco, "Oração e devoções", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 611-612.

transparecendo a negociação existente entre as partes. A confraria ficou obrigada a mandar celebrar um ofício pelas suas almas na semana dos Fiéis Defuntos, tal como fazia a D. frei Agostinho de Jesus e em contrapartida os mercadores desistiam da entrega dos 100 mil réis.

Todas as confrarias celebravam a quadra dos Santos com celebrações pelos mortos, mas imploravam também pelas almas os seus irmãos, normalmente na semana seguinte com uma festa religiosa. Era o momento mais importante destas instituições, coincidindo em algumas delas com as eleições. A celebração de ofícios particulares nessa quadra festiva não era comum, pois apenas os mais abonados os podiam pagar.

Uma vez mais, o casal exigiu igual tratamento, embora o ofício do arcebispo tivesse preferência, já que o dos mercadores seria celebrado no dia seguinte ao do prelado. Com a intenção de continuar a beneficiar a confraria, o casal obrigou-se ainda a colocar um varão de ferro, cordas e cadeias e mais aprestos necessários para suporte dos *ceriais*, exigindo que num friso ficasse escrito o seguinte texto: *Estes ciriais mandaram Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira a sua custa e derão mil cruzados para os reditos delles serem para os sirios dos ditos ciriais*²³. À semelhança do que tinham exigido na Misericórdia, os mercadores quiserem perpetuar os seus nomes, associando-o à melhoria introduzida no altar da confraria. Tratava-se de mais uma marca, que prevaleceria no tempo e propagaria o seu gesto, consagrado com a oferta de bens construídos à base de metais nobres, como era a prata e com o qual estavam habituados a conviver, como se verificou através da análise dos seus bens materiais.

Para maior esclarecimento, foi ainda acrescentado que o ofício se iniciaria no referido ano, tendo a confraria deixado todos os seus bens como hipoteca desta obrigação, assim como Pedro de Aguiar entregar os citados *ceriais*. Como parece ser marca deste casal, tudo o que instituíam tinha começo imediato. Usufruí e participaria em

23 AISB, Fundo da confraria do Santíssimo Sacramento, *Contrato de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira com a confraria do Santissimo Sacramento*, CF/SS/316, caixa 23, documento avulso não paginado.

vida do que instituía, como se verificou na distribuição dos dotes, na construção das enfermarias para os convalescentes e no seu altar, na administração do recolhimento de Nossa Senhora de Penha de França, neste ofício pelas suas almas, no altar mandado construir na igreja de Nossa Senhora-a-Branca e ainda no coro que Maria Vieira nela instituiu. O mercador entregou o dinheiro em *moedas* ao tesoureiro da confraria e posteriormente o tabelião deslocou-se a sua casa para colher o consentimento da sua esposa. Na altura, esta referiu ser *com alegre e deliberada vontade e animo* que dava a sua *autoridade e consentimento para ser para cousa de tanta veneração do divinissimo sacramento que com larga mão lhe fez e tem feito tantas merces*²⁴.

Esta passagem é bem demonstrativa do ânimo com que faziam estas instituições. Por vontade própria e com alegria, Maria Vieira corroborou a doação do marido, demonstrando não somente uniformidade de posições, mas também de valores espirituais e religiosos, consubstanciados numa religiosidade popular imbuída de práticas e comportamentos devocionais e morais.

Em 1649, o casal de mercadores decidiu novamente fazer um novo contrato com a instituição, devido a um diferendo surgido na confraria, pois os irmãos entendiam agora não serem os mil cruzados suficientes para satisfazer as obrigações assumidas: a cera dos brandões; o ofício do oitavário dos Fiéis Defuntos e o responso nos terceiros domingos, o que levou o casal a entregar mais 100 mil réis, com a condição da confraria não poder pedir mais dinheiro para este efeito. A nova oferta recebeu parecer favorável da esposa, na sua casa, como era habitual. Num período de grande dificuldade a nível nacional, embora muito favorável para o casal, pois a década de 40 é o seu tempo de glória, a confraria agiu com segurança, não comprometendo o futuro, mas de igual forma reagiu o casal ao estabelecer como limite a nova entrega de dinheiro. Posteriormente, Maria Vieira deixou no seu testamento uma verba de 200 mil réis à

24 AISB, Fundo da confraria do Santíssimo Sacramento, *Contrato de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira com a confraria do Santíssimo Sacramento*, CF/SS/316, caixa 23, documento avulso, não paginado.

confraria para garantir a boa satisfação da celebração do ofício no oitavário dos Fiéis Defuntos, ou seja, aumentava o reforço efetuado poucos anos antes. Desconhecemos se nos últimos momentos da vida, a viúva sentiu necessidade de alargar a contribuição à confraria ou se de alguma forma foi induzida a fazê-lo, pois já anteriormente os mesários tinham manifestado o desagrado do acordo feito pelos colegas precedentes e levado a novo contrato. Esta forma de atuação foi constante nas doações feitas pelo casal. Após o contrato assinado, também a Santa Casa pressionou para alargar os montantes, discordando com o acordo anteriormente estabelecido. O contexto de Guerra vivido pode ajudar a explicar estes comportamentos das instituições recetoras, pois era preciso garantir o futuro em anos de tanto aperto financeiro. Tratando-se de obrigações perpétuas, impunha-se ainda maiores cuidados para não colocar as instituições em risco.

1.2. O legado instituído na igreja de Nossa Senhora-a-Branca

A ação do casal de benfeitores alargou-se a várias instituições da cidade. Referimos já a Santa Casa, o seu hospital e várias confrarias e igrejas de Braga. Conferimos agora espaço à igreja de Nossa Senhora-a-Branca ou das Neves²⁵, situada na freguesia de São Vítor, na altura considerada uma ermida, por estar localizada fora do núcleo urbano da cidade, pela importância que o casal de mercadores lhe confere ao instituir nela vários legados. Esta paróquia era detentora de várias igrejas, destacando-se entre elas a de São Vítor, a de São Vicente e a de Nossa Senhora-a-Branca. A igreja ou ermida como era denominada no século XVII pertencia à confraria de Nossa Senhora-a-Branca, tal como a de São Vicente à confraria da mesma invocação. A de São Vítor era a igreja paroquial.

25 Passaremos a denominá-la apenas por Nossa Senhora-a-Branca tal como é referida nas fontes.

A citada igreja está muito presente na vida da família de Maria Vieira e de Pedro de Aguiar. Alguns dos seus membros mantiveram uma relação muito estreita com ela, escolhendo-a para vários atos religiosos da sua vida e local de sepultura²⁶. Esta estratégia possibilitava a reunião da família no *pos-mortem*, o que se verificou também noutras regiões europeias, demonstrando a vontade de se reunirem no Além. Provavelmente, por vontade de Maria Vieira, o casal escolheu-a como local de sepultura dos seus restos mortais, todavia, seria mais natural selecionarem a igreja da paróquia de São João do Souto onde moravam e batizaram todos os seus filhos. A predileção pela de Nossa Senhora-a-Branca pode ainda estar associada à influência de alguns sacerdotes da família ou amigos.

Sabemos que ambos passaram a integrar a confraria de Nossa Senhora-a-Branca na década de 20, como, aliás, aconteceu com as restantes instituições confraternais. Nela, Pedro de Aguiar ocupou várias vezes o lugar de tesoureiro, demonstrando o reconhecimento dos seus pares, com os quais teve de negociar ao longo das décadas de 30 e 40 para instituir legados e fazer doações. O mesmo fará Maria Vieira após 1656, na condição de viúva.

A confraria de Nossa Senhora-a-Branca foi fundada em 1516 pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, o qual passou a integrá-la no ano seguinte. Outros prelados seguiram-lhe o exemplo e também se alistaram como confrades, como se verificou com frei Agostinho de Jesus e frei Aleixo de Meneses²⁷. A D. Diogo de Sousa devem-se ainda os primeiros estatutos da instituição, posteriormente reformulados para melhor se adaptarem à sua dinâmica. A confraria foi instalada na capela de Nossa Senhora-a-Branca, a qual sofreu melhorias em

26 Em fevereiro de 1659 faleceu Inocência de Aguiar, maior de 25 anos, filha do reverendo João de Aguiar. Era moradora na casa de sua tia Maria de Aguiar Vieira, residente na rua de São Marcos, e foi sepultada na referida igreja. Também Miguel Ribeiro, ourives, foi sepultado no mesmo templo, local onde já jazia sua esposa, Antónia de Aguiar. ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes, trasladadas em 1784*, <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=2341872>, fls. 219-220.

27 Consulte-se Vaz, Carlos Nuno, *Senhora-a-Branca. 500 anos de uma rica história*, Braga, Irmandade de Nossa Senhora-a-Branca, 2017, p. 78.

1519, ordenadas pelo arcebispo fundador. Durante a Idade Moderna, a instituição conheceu um enorme crescimento e atraiu muitos fiéis, desde logo muitos clérigos da cidade, vários cónegos do Cabido, que assumiam o lugar mais importante enquanto juizes, e outros homens próximos do Arcebispo. A história desta instituição encontra-se num livro recente, e através dele é possível analisar os caminhos percorridos, os homens e as mulheres que lhe estiveram ligados e a suas causas principais, nomeadamente as suas práticas culturais. De alguns destes homens, mas sobretudo de vários Arcebispos, a confraria recebeu importantes esmolas e alaias religiosas, num gesto de ligação, apreço pelo trabalho desenvolvido e promoção de atos religiosos.

À semelhança das congéneres, a confraria tinha um programa festivo muito importante ao longo do ano, com uma vertente muito acentuada de dedicação à Virgem²⁸. Era nestes momentos que mais se esmerava na apresentação pública que fazia, sobretudo no dia da festa da padroeira, quando chamava muitas dezenas de sacerdotes para acompanharem a procissão de vésperas²⁹. Seguiu a prática de outras congéneres, que investiam fortemente na festa principal.

Foi na sequência do programa de remodelação da igreja, decorrente entre 1625 e 1637, que o casal de mercadores iniciou uma ligação mais próxima com a confraria e a igreja. Esta, como já referimos, não foi estabelecida ao acaso. Existiam laços familiares antigos que uniam as famílias referidas à igreja e à confraria. Já Gaspar de Aguiar e sua mulher Madalena Rodrigues pertenciam à instituição³⁰.

Começando cedo a preparar a sua morada eterna, o casal de mercadores instituiu uma capela de uma missa diária na confraria em data por nós desconhecida, mas que estava em funcionamento em 1631. Nessa data, *o capelão de Pedro de Aguiar recebeu 2.550 réis*

28 Vaz, Carlos Nuno, *Senhora-a-Branca. 500 anos de uma rica história...*, pp. 33-81.

29 Em 1635 esta procissão foi acompanhada por 76 sacerdotes, mas em 1643 foram 87 os clérigos envolvidos nesta cerimónia. Confira-se Vaz, Carlos Nuno, *Senhora-a-Branca. 500 anos de uma rica história...*, pp. 65, 69.

30 Veja-se Vaz, Carlos Nuno, *Senhora-a-Branca. 500 anos de uma rica história...*, p. 76.

*de 51 missas que celebrou por ordem da Confraria*³¹. Esta informação esparsa não nos possibilita esclarecer esta instituição e levanta-nos algumas dúvidas. Estas 51 missas referiam-se a que período de tempo de celebração? Seriam ditas ao longo do ano? Mais tarde, solicitou em 1637 autorização à confraria para instituir o altar do Santo Nascimento de Jesus Cristo onde colocaria também o seu mausoléu. A atitude é demonstrativa do medo que tinha da morte, que podia ocorrer a qualquer altura, devendo, portanto, ser preparada com tempo. Num século marcado por várias doenças e pestes, o decesso podia acontecer sem aviso. Esta determinação deve também estar associada à morte de todos os filhos do casal. Nesta data e até ao final da década, os registos notariais comprovam que ainda havia algum vivo, ao reportarem-se aos descendentes do casal, mas nos anos 40 essa menção desapareceu dos assentos, o que atesta a falta de herdeiros diretos. Estar preparado era também acautelar a última morada. Escolheram o local da parte do Evangelho para o edificar, dando como contrapartida um montante que desconhecemos à referida confraria e mais 30 mil réis de dinheiro a juro perpétuo que comprariam à Câmara Municipal da cidade. Como contrapartida pediam uma missa quotidiana.

O culto ao Menino Jesus e a alusão posteriormente feita a São José apela ao culto da Sagrada Família. Vindo de Itália, o culto ao Menino Jesus encontrou nos franciscanos um agente difusor, espalhando-se no século XVI em Portugal. Ao mesmo tempo que ganhou adesão nas comunidades religiosas femininas, alargou-se também às igrejas paroquiais e a outras³². A alusão e a representação visual deste culto no altar que foi construído pelo casal é bem elucidativa da forma como o veneravam e da atenção que lhe dedicavam. Nele, Maria Vieira e Pedro de Aguiar representariam também a sua família e o amor aos filhos que perderam.

31 Vaz, Carlos Nuno, *Senhora-a-Branca. 500 anos de uma rica história...*, p. 62.

32 Marques, João Francisco, "Orações e devoções", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 616-618.

Após a decisão, a confraria reuniu-se e decidiu permitir a construção do altar, exigindo, contudo, perfeição na obra³³. Dois anos após, o altar estava edificado e tinha custado 150 mil réis ao casal, porém, Pedro de Aguiar constatando, em 1643, a impossibilidade de contratar com a Edilidade a compra do juro perpétuo, pretendia ser ele a apresentar o capelão, a quem a confraria pagaria 50 réis por missa. No ano seguinte, os mesários reunidos em sessão verificaram a existência de sobejos de dinheiro da obra do altar e decidiram colocá-los a juros em pessoas consideradas abonadas, ao mesmo tempo que reconheciam a necessidade de o pintar³⁴.

A igreja de Nossa Senhora-a-Branca tinha nessa altura três altares: o da capela-mor e dois colaterais. Um destes últimos era do casal de benfeitores, situado do lado direito ou do evangelho. O outro era o altar da Adoração dos Reis Magos.

Esta instituição de Pedro de Aguiar e Maria Vieira não foi a única e com ela marcou-se apenas uma ligação forte com a confraria e igreja, a qual passou a ser alimentada por doações. Em 1638 o casal tinha participado nas obras da escada para o púlpito da igreja, pagando metade do preço, que foi de 10 mil réis. O casal participou na *Despeza da escada que se fez pera o pulpito (...) que os outros sinquo mil reis deu Pedro de Aguiar de esmola*³⁵, financiando 50% da obra.

33 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, Documento avulso, não paginado.

34 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, Documento avulso, fl. 40.

35 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Livro de Despeza 1625-1648*, nº 191, fl. 70v.



Imagem 1. Escada de acesso ao coro.

Fotografia de Flávia Oliveira.

A instituição do altar do Senhor do Nascimento de Jesus Cristo foi apenas um dos primeiros passos, pois a igreja será dotada de outras funções pagas pelo casal ou somente por Maria Vieira. Em 1638 as missas da capela que instituíram orçavam anualmente em 18.200 réis, montante muito elevado e só ao alcance de alguns³⁶. Esta missa passou posteriormente a ser celebrada no altar que mandaram construir na igreja.

O estudo dos legados instituídos pelos benfeitores nesta igreja só foi possível através do tomo efetuado entre 1725 e 1735. Como sempre acontecia nestes processos, a elaboração foi precedida de uma provisão régia. O processo foi conduzido pelo juiz do tomo, Paulo Ferreira Santarém, juiz e ouvidor que fora em Vila Real. Feito com o objetivo de tomar todas as propriedades, o livro contém cópia de todos os contratos realizados com a confraria e outros documentos,

36 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Livro de Despeza 1625-1648*, nº 191, fls. 71, 76, 80, 82, 88.

tornando possível analisar e compreender a forma como o casal lidou com a instituição e como esta agiu e reagiu às suas propostas. O processo custou aos capelães cerca de 600 réis, os quais receberam posteriormente mais dois legados³⁷. Foi com base na informação contida neste volume que se procedeu ao estudo destes legados e do seu funcionamento.

1.3. A instituição de missa quotidiana no altar do Santo Nascimento de Jesus Cristo

O casal de marcadores decidiu em 1643 dar mais um passo na ligação que tinha com a igreja e confraria de Nossa Senhora-a-Branca e instituiu um legado. No ato da escritura, lavrada na casa do juiz da confraria, o Dr. Paulo Mesquita Sobrinho, padre e morador na rua dos Biscainhos da cidade, estiveram também presentes, o escrivão e mais mordomos, o tabelião geral, Pedro de Aguiar e as testemunhas.



Imagem 2. Contrato de instituição de uma missa quotidiana perpétua no altar do Santo Nascimento de Jesus Cristo (1643)

Fonte: AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 43. fl. 41v.

37 ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes*, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4649624>, fl. 219.

Foi com este título que se copiou no tombo da confraria o contrato celebrado entre Pedro de Aguiar e os mesários da citada instituição, que visava a celebração de uma missa quotidiana em favor das almas dos instituidores, a qual começou a ser celebrada de imediato. Através dele certifica-se a existência de filhos vivos do casal, o que não se voltará a repetir nas escrituras posteriores.

Antes de avançar para lavrar a escritura, o mercador de sedas recorreu o contrato que conjuntamente com a sua esposa tinham feito em 1639 com a confraria de edificarem na igreja de Nossa Senhora-a-Branca um altar, situado do lado direito para neles instituírem uma capela de Nosso Senhor do Nascimento de Jesus Cristo e nele mandar dizer uma missa rezada quotidiana enquanto o mundo durasse, seguindo as determinações tridentinas que aconselhavam que a morte fosse recordada todos os dias³⁸. A missa seria seguida de um responso sobre a sua sepultura. Em contrapartida, a confraria cedia sepultura para si, a sua esposa e os seus descendentes sem pagarem a cova, ficando os dotadores de nomear o capelão enquanto vivos, responsabilidade que passava para a confraria após as suas mortes. Os instituidores comprometeram-se a mandar fazer um retábulo para o citado altar *ao moderno de boa obra de relevo levantado da propria avocassão dourado e estufado*, que custasse mais de 100 mil réis e mais 30 mil réis em dinheiro anualmente, pagos aos quartéis na Câmara da cidade³⁹, a quem os compravam sobre a forma de juro perpétuo. Ficavam obrigados a entregar um padrão da compra do dito juro sobre os bens do Município, o qual teria de ter consentimento do arcebispo e ser entregue aos oficiais da confraria. O acordo ficava suspenso até os benfeitores entregarem o referido padrão aos confrades e só após este requisito fariam escritura pública. Mas a confraria dizia mais: nem Pedro de Aguiar nem a sua esposa Maria

38 Leia-se para este assunto o trabalho recente de Paixão, Anne Elise Reis da, *No cárcere divino. Purgatório, indulgências e missas pelas almas do Rio de Janeiro setecentista*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UNIRIO, 2020, p. 74, tese de Doutorado policopiada.

39 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 42-42v.

Vieira nem os seus descentes⁴⁰ *faraô no ditto altar couza alguma sem licenssa da dita confraria*. A instituição da Igreja mostrava-se muito pouco flexível e exigente. De quem desconfiava a confraria? Dos instituidores? Da Câmara? Que conhecimentos tinha do negócio em que se estava a meter? E que responsabilidade estavam os mesários dispostos a assumir? Não conseguimos responder a estas perguntas, mas o cuidado posto neste acordo e a exigência que protelava a escritura pública são demonstrativos de que algo não iria correr como desejava. Habitado a fazer negócios com muitas pessoas e instituições, Pedro de Aguiar sentia algumas dificuldades em impor a sua vontade às confrarias. Sabendo que tinha dinheiro, estas instituições procuravam retirar o melhor partido possível, conhecendo a vontade dos instituidores. Por isso, retardavam as decisões, como se verificou na Misericórdia, nas delongas com a confraria de Santa Cruz, que embora não totalmente conhecidas, vislumbram-se muitas dificuldades, com a confraria do Santíssimo Sacramento que exigiu mais capital, e com a congénere de Nossa Senhora-a-Branca. Os processos só terminavam à força de mais dinheiro. Compreendemos também a posição destas instituições, quando estavam em causa legados que se perpetuavam no tempo. Essa particularidade conduziu muitas instituições a tomarem precauções, tendo em consideração a mudança ocorrida no decurso dos tempos e a desvalorização a que ficavam expostos os montantes deixados de suporte⁴¹. Garantir uma ou mais celebrações sem prazo, constituía uma grande responsabilidade, que não podia fazer perigar a saúde financeira da instituição, por isso, os mesários rodeavam-se de cautelas⁴².

40 Como se verifica, em 1639 o casal tinha ainda descendentes vivos.

41 Sobre as cautelas colocadas pela Misericórdia do Porto na receção de legados no século XVII confira-se o trabalho de Amorim, Inês; Costa, Patrícia, “Património e economia da salvação”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. II (1668-1820), Coimbra, Almedina, 2018, pp. 146-160.

42 Veja-se para este assunto o trabalho de Silva, Sara Manuela Silva, *A confraria de Nossa Senhora do Carmo de Braga 1750-1850*, Braga, Universidade do Minho, 2014, dis. de Mestrado policopiada.

Após isto, o casal de mercadores ordenou a construção do retábulo, tendo sido considerado *perfeito* e custado 150 mil réis. Afirmava ter pago anualmente os 30 mil réis, embora não os tivesse comprado de juro, nem *ao presente havia ahonde se poderem comprar*⁴³. Por esta razão, Pedro de Aguiar comprometia-se a dar mais 600 mil réis em dinheiro à confraria e ainda mais 40 mil réis para o custo do padrão, pedindo aos mesários que se decidissem a fazer a escritura pública com as condições estipuladas pelos seus antecessores⁴⁴. Estas duas doações atestam novas exigências da confraria e as reticências colocadas na realização da escritura notarial. O mercador pressionava, pedindo que lhe marcassem o dia e ia satisfazendo o que lhe impunham, o que já por diversas vezes temos reportado nas negociações com as diferentes instituições com quem negociou. Prontamente entregou 640 mil réis em dinheiro a João Ferreira Pinto, tesoureiro da instituição, tendo ficado acordado que a escolha do capelão era dos instituidores enquanto Pedro de Aguiar fosse vivo, devendo ser virtuoso e ter competências em canto. Após a sua morte, a seleção passava para a confraria, a qual devia até esse momento pagar 50 réis por cada missa celebrada, podendo após o desaparecimento do mercador pagar o montante que desejasse. A confraria ficava ainda obrigada a dar sepultura e cera ao mercador, esposa e descendentes, bem como apetrechar o altar do necessário⁴⁵. O funcionamento do altar implicava cera, vinho e hóstias, mas igualmente paramentos e alfaias litúrgicas. Quando a Câmara devolvesse os 100 cruzados que o mercador lhe tinha emprestado e mais 200 mil réis que tinha a juro, traspassava este dinheiro para a confraria, mas desejava que fosse colocado a juro em pessoas que oferecessem garantias de segurança, com escritura e fianças ou empregues em propriedades também tidas

43 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 43.

44 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 43v.

45 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 43v.-44.

como seguras. Doava ainda um almude de azeite, que lhe pagavam na freguesia de Barbudo, concelho de Vila Chã, assim como um frontal de tela carmezim e tela branca com ramos de ouro e com um pano de estante do próprio e ainda um frontal do referido pano e uma vestimenta de *ligitura* e um frontal de *brocatal* de cores com pano de estante⁴⁶. Este azeite destinava-se ao lampadário de prata que se encontrava no altar da capela⁴⁷.

Para guardar os paramentos, o mercador dava ainda uma caixa de madeira, onde se armazenariam vários outros bens: uma toalha de altar de pano fino, lavrado com *retros carmezim com rendilha de picta*; outra toalha de pano com linha e uma rendilha; quatro castiçais de estanho; dois *ceriais* de pau de meio relevo, dourados, camisas de pano de linho, tingidas; umas cortinas de pano de linho com rendas. Estes bens só podiam ser usados pela confraria e na sua igreja, o que impedia o seu empréstimo. Como era costume as igrejas e as suas confrarias solicitarem o empréstimo de paramentos, principalmente para os dias de festa⁴⁸, o mercador impedia com esta determinação a circulação dos paramentos que doava, circunscrevendo-os ao uso das entidades referidas para não se degradarem.

Mas se dava mais, o mercador também exigia mais. Assim, estas doações tiveram como contrapartida a colocação de uma lápide em pedra com o seguinte texto: *Neste altar se dis huâ missa cottidiana por Pedro de Aguiar, e sua mulher Maria Vieira*⁴⁹. Uma vez mais o casal de mercadores exigiu uma lápide com os seus nomes e com os serviços ou doações. No caso em apreço criava-se memória do serviço religioso e dos seus instituidores.

46 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 44v.-45.

47 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 39.

48 Este assunto encontra-se estudado em Barbosa, António Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, vol. I, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2017.

49 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 45.

Para cobrar os 600 mil réis, Pedro de Aguiar constituiu seus procuradores o juiz e mesários da confraria. Posteriormente, e ainda no mesmo mês, o tabelião deslocou-se a casa do mercador para receber a outorga de Maria Vieira. Na ocasião, a esposa declarou entender tudo muito bem e deu o seu consentimento, mas acrescentou-se mais um pormenor. O mercador tinha solicitado à confraria para substituir na lápide a palavra altar por capela, mudança substantiva que teve a anuência dos mesários. Foi ainda acrescentado que o capelão que já dizia a missa a celebraria na hora determinada pelos mesários da confraria⁵⁰, provando que começou a ser dita logo após a escritura. Mais do que um altar estava em causa a perpetuação de um ato, por implicar a celebração de uma missa diária perpétua. A alteração solicitada era de substância e com ela se pretendeu esclarecer hipotéticas dúvidas futuras.

Mas o momento da outorga serviu ainda para acrescentar novas exigências ao capelão: não podia faltar à missa diária e muito particularmente nas festas da Páscoa, Natal, Espírito Santo, de Todos os Santos e Fiéis de Deus, a não ser por doença ou ausência. Nessas circunstâncias, devia comunicar aos oficiais da confraria para que o clérigo substituto fosse autorizado a celebrar, mas isso só seria possível mediante apresentação de certidão médica. Em caso de falta sem estes procedimentos, o capelão seria despedido e substituído por outro. Depois de assinar esta escritura, onde uma vez mais estão presentes mercadores e outros homens dos ofícios e um familiar dos instituidores, chamado Domingos Gomes, o casal acrescentou ter doado mais à confraria um pano de chamelote preto com franjas e franjão de bardilho negro e linha branca à volta, o qual tinha no centro uma cruz branca de *canaquim* para ser colocado sobre a sua sepultura no dia dos Fiéis de Deus e sempre que necessário⁵¹.

50 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 47v.-48v.

51 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 51v.

Como era costume na época, a sepultura era revestida de um pano preto principalmente no dia dos Fiéis Defuntos, aquando das cerimónias religiosas e a presença de muitos fiéis. Os instituidores deixavam o pano para que a sua sepultura representasse a família que ali tinha a última morada. Mas, como se verá posteriormente, estas não foram as únicas exigências do casal.

Para melhor governar este legado, a confraria destinou-lhe um livro próprio onde tinha as receitas e as despesas. Em 1649, alguns elementos da Mesa reuniram-se na casa do juiz, o cónego Mateus da Costa, onde apareceu também o tesoureiro, Domingos Francisco, do ano anterior, prestando contas e referindo ter de receita 92.448 réis e de despesa 89.635 réis, entregando o diferencial ao novo tesoureiro. Apesar de existir um livro próprio, a conta não estava bem-feita, sendo referida a entrega de mais de 4 mil réis, quando o diferencial era de 2.807 réis⁵².

1.4. A instituição da capela e os capelães do coro do Santo Nascimento de Jesus Cristo por Maria Vieira

A ligação à igreja e à confraria de Nossa Senhora-a-Branca foi reforçada em 1660 quando Maria Vieira instituiu uma capela com cinco capelães no coro. Para estes sacerdotes, a instituidora deixou rendas separadas, administradas pelos próprios, embora supervisionados pela referida confraria no tocante à parte económica. O montante era de seis mil cruzados e 200 medidas de pão. Como era costume, nem sempre as medições das propriedades eram cumpridas o que se refletia no rendimento das propriedades.

Agindo à semelhança do que tinha feito Domingos Peres na Misericórdia, que tentou criar um coro, mas não o conseguiu, Maria Vieira foi a primeira leiga na cidade de Braga a instituir um coro numa

52 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, documento avulso, não paginado.

igreja, o que para além de ser singular, deve ser sublinhado por ter sido feito por uma mulher.

O primeiro coro da cidade foi o da Sé, depois o abade Domingos Peres lançou a semente do que viria a ser o coro da igreja da Santa Casa. Em 1588 instituiu dois capelães para celebrarem missas e rezar no coro, caso existissem outros capelães da Misericórdia que também aí fossem rezar. Esta condição era fundamental para o estabelecimento de um coro, que devia contar com cinco sacerdotes. Mais tarde, o próprio Domingos Peres determinou em 1603 a existência de quatro capelães, caso o recolhimento de beatas do campo da Vinha fosse extinto. Para a eventualidade dessa hipótese se concretizar, o benfeitor estabeleceu regras para as suas funções e financiamento. Porém, o recolhimento manteve-se, mas em 1629, a Mesa da Santa Casa decidiu instituir mais três sacerdotes no coro, constituindo uma equipa de cinco, formando um coro. Desta forma, criou-se a capelania do coro da Santa Casa⁵³.

Para instalar a capela e o coro, Maria Vieira teve de negociar com os oficiais da confraria de Nossa Senhora-a-Branca. O contrato foi efetuado dias antes da escritura notarial, no mês de abril de 1660. A confraria reuniu-se em assembleia geral para analisar a proposta da viúva e decidiu por maioria aceitar o legado. Na altura, os confrades não ocorreram todos, apenas uma parte respondeu favoravelmente ao som da campanha⁵⁴. A aceitação de legados de grande monta, exigia um consenso mais largado, como aconteceu no caso em estudo. Na sequência do decidido, foi lavrada a escritura notarial, na casa de Maria Vieira, onde se deslocou o tabelião geral, as testemunhas e o Rev. doutor João Mendes de Araújo, cónego prebendado da Sé de Braga, desembargador na Relação da cidade, juiz dos Resíduos dela e juiz da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, mais o escrivão e mordomos da citada instituição. Após ter declarado ser seu desejo que a capela

53 Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*, vol. III, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e autora, 2006, pp. 419-423.

54 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 51v.

de missas que tinha na referida igreja desde 1643 fosse *em aumento e com mais veneração ao Menino Jesus*, a viúva instituía cinco capelães na dita igreja para no coro dela rezarem as horas canónicas, dando 400 mil réis à confraria e mais 200 mil réis para serem colocados a render a juro que garantissem a fábrica do referido templo⁵⁵.

Esta instituição previa que os capelães rezassem em horário que não impedisse as missas cantadas e outros ofícios da confraria, ficando a mesma isenta de encargos com os capelães, por a estes serem alocadas rendas para os próprios gerirem. Pedia-se também que no coro pudesse estar uma estante e um caixão para eles se poderem sentar e guardar as suas sobrepelizes e ornatos, os quais fariam à sua custa. Em 1729 a estante continuava a existir no coro e nela eram colocados os dois livros de cantochão, servindo um deles para se registarem as vésperas e o outro para se cantarem as missas. Existiam mais duas estantes onde se colocavam os breviários. Havia ainda um missal. Na mesma altura, não havia um banco de encosto, mas dois, destinados a assento e a guardar as sobrepelizes. Talvez por não serem suficientes, refere-se também mais um banco para nele serem colocadas as capas. Pela primeira vez, em 1729, foi mencionada a existência de um candeeiro com *micheiros* de ferro, para servir no ofício das Trevas da semana santa⁵⁶. Como se constata, passadas várias décadas, o negociado pela instituidora mantinha-se e tinham sido acrescentados mais móveis, provavelmente solicitados à confraria pelos capelães ou adquiridos pelos próprios.

55 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 49v.-50.

56 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 39v.

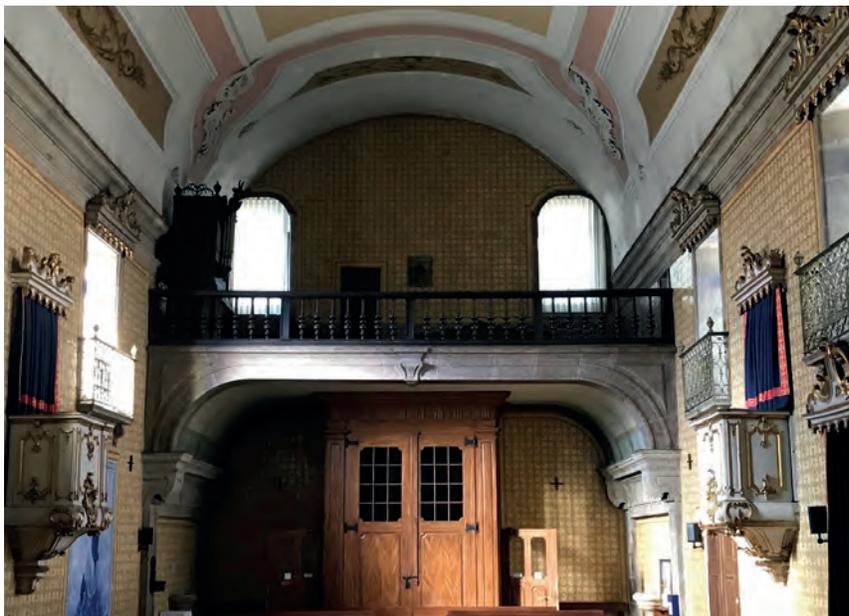


Imagem 3. Coro da igreja de Nossa Senhora-a-Branca

Fotografia de Flávia Oliveira.

O contrato previa também que a missa quotidiana instituída em 1643 passasse agora para os referidos capelães, ficando a confraria com o ônus de pagar 50 réis por cada celebração. Maria Vieira tinha consciência de que esta sua capela trazia vantagens à igreja, referindo que a mesma contribuía para aumentar e diversificar o culto divino⁵⁷, como de facto aconteceu e se verificou em muitas outras igrejas.

A confraria aceitou o legado na forma seguinte: enquanto viva, somente a instituidora geria os capelães, o que afastava outras pessoas e outros poderes da igreja e da confraria de Nossa Senhora-a-Branca; passando a eleição dos mesmos após a sua morte para a citada confraria, a qual devia seguir a exigência da instituidora, ou seja, escolher

⁵⁷ AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 50.

sacerdotes seus familiares e do marido de forma alternada e a viúva dar mil cruzados à instituição. A missa quotidiana transitava para a alçada dos capelães, que a celebrariam de forma alternada, e era paga pela confraria. A atuação dos sacerdotes na igreja e coro era efetuada a horas que não perturbasse as missas cantadas e a missa da Luz, celebrada ao sábado pela instituição.

O acesso ao coro estava também sujeito a regras. Os capelães ficavam somente com uma chave para aceder ao coro e a confraria com outra, sendo vedada a possibilidade dos referidos capelães terem outra qualquer chave. A instituição cuidava para que estes entrassem e não se intromettessem noutra qualquer lugar da igreja para além do coro e do altar onde celebravam. No coro existia uma estante, um caixão ou escabelo⁵⁸ para se sentarem e guardarem as sobrepelizes. Tinham ainda acesso a um sino para tocarem quando iniciavam a oração. Este sino era pago pela instituidora e pelos seus sucessores não podendo o gasto ser imputado à confraria. O uso do sino era importante, por publicitar a todos o início da oração. Constituía também uma forma de controlo para a comunidade e muito particularmente para os interessados neste legado, como seriam os familiares da fundadora.

Após o acordo, Maria Vieira entregou os 400 mil réis em dinheiro a Jerónimo Dias, mercador do rossio do Castelo, seu conhecido, e tesoureiro da confraria.

Em simultâneo, foi revogado o contrato feito em 1643 com Pedro de Aguiar sobre a celebração de uma missa quotidiana no altar que os dois tinham construído na referida igreja, ficando a confraria obrigada somente a pagar a dita missa aos capelães, sem outras preocupações. A viúva aproveitou a ocasião para esclarecer que a missa seria paga a 50 réis, quer fosse cantada ou rezada, *sem nunca poder haver diminuição no ditto preço*. Com a mudança assinalada, os oficiais da confraria acrescentaram que ficavam isentos de apresentar capelão para a celebração da citada missa, ao mesmo tempo que

⁵⁸ Banco que permite o assento e possui na parte inferior um gavetão onde se podem arrecadar bens.

admitiam a possibilidade dos sacerdotes colocarem dois escabelos no coro, fazendo prever algum acordo de última hora entre eles e a fundadora, estabelecendo também que em caso de ruína do coro o seu restauro ficava apenas adstrito à citada instituição⁵⁹, excluindo os capelães de qualquer responsabilidade.

A viúva fez em maio a doação aos capelães do coro no montante de 400 mil réis⁶⁰. No mês seguinte doou mais 142 mil réis e ainda 164 medidas de pão na tentativa, talvez, de garantir que os sacerdotes tivessem rendimento suficiente para diariamente recitarem a Liturgia das Horas Canónicas. Recorde-se que nessa altura a viúva já estava doente, de cama e morreu poucos meses após.

Como nos habituamos a assistir e já anteriormente anotámos, nos legados do casal de mercadores, Maria Vieira acrescentava sempre algo no final das escrituras. Desta vez, estava já preparada uma oferta que beneficiava os capelães e a confraria. A viúva ofereceu três vestimentas para os capelães usarem na celebração das missas, com a possibilidade da confraria as poder utilizar também nas celebrações da igreja. Os paramentos estavam já colocados num caixão, ou caixa que se encontrava situada fora da sacristia, sendo um de tela branca forrada de tafetá amarelo, outro de cetim vermelho e damasquinho branco e o último de chamelote pardo. Doou ainda uma alva com um amito, cordão e uma bolsa de corporais⁶¹. O preço destas ofertas não foi revelado, mas sublinha-se a qualidade dos tecidos usados e de outros bens necessários ao culto, como amitos e corporais. Esta oferta concorria para que a igreja se tornasse mais atrativa e, dessa forma, as suas cerimónias religiosas fossem mais concorridas.

59 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 51-53.

60 ANTT, *Famílias bracarense ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes*, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4649624>, fl. 218.

61 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 53v.-54.

A instituidora cuidou de recheiar a confraria com paramentos religiosos, ao mesmo tempo que guarneceu os capelães deles para algum tempo. O contrato feito entre ela e a confraria foi também registado no livro do Registo Geral do Arcebispado.

1.4.1. O regulamento dos capelães do coro

A fundação desta capela com o coro foi acompanhada por um regulamento, deixando a viúva normas para o seu funcionamento. O documento, composto por 16 capítulos, é um texto normativo e erudito, particularizando a atuação dos capelães em todos os aspetos. Desconhecemos quem o redigiu, mas muito certamente foi um clérigo da sua confiança, talvez o seu irmão ajudado pelo seu sobrinho, ou o seu primo, cónego da Sé de Braga onde existia um coro dotado de um regulamento. O autor conhecia bem as regras de funcionamento deste tipo de capela com coristas e para além das citações em latim, os pormenores que contém denunciam a presença de uma pessoa ligada à Igreja Católica. O texto foi posteriormente copiado no tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento, iniciado a 8 de junho de 1725 e terminado a 23 de dezembro de 1735. Neste tombo, encontra-se reunida toda a informação referente ao casal e às suas instituições na igreja de Nossa Senhora-a-Branca, permitindo aos irmãos da confraria atuar com mais segurança, pois nele encontravam toda a informação de que precisavam para gerir os legados instituídos. Recorde-se que as eleições na confraria eram anuais, o que significava grande rotatividade dos irmãos nos cargos, contribuindo para um menor conhecimento das obrigações, e por vezes, dos pormenores que lhes estavam associados.

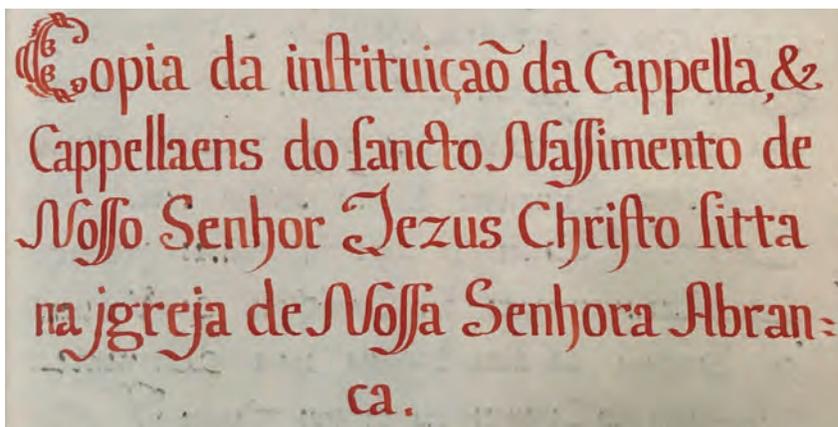


Imagem 4. Título da instituição da capela

Fonte: AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 54.

1.4.1.1. *Para gloria de Deus e proveito das Almas*

Foi com estas sugestivas palavras que Maria Vieira justificou a instituição da capela com cinco capelães no coro, em 1660. A viúva justificava-a como um voto ao divino com proveito para a sua alma e a do marido, mas também para todas as outras. Este reforço introduzido pela fé aguardava o reconhecimento da justiça divina e apela aos vivos para intercederem pelos mortos, principalmente pelas almas que permaneciam no fogo do Purgatório. Sem herdeiros forçados ascendentes ou descendentes, a viúva tinha total liberdade para usar os seus bens como melhor lhe aprouvesse. Esta decisão foi muito provavelmente aconselhada pelos clérigos seus familiares e amigos, com quem privou na sua vida e, principalmente após a morte do marido. Rodeada de homens da igreja, como se constata em vários documentos e mesmo no seu testamento, muito ligada à religião, e vivendo uma espiritualidade marcada pelos padrões da época, como sempre foi possível observar através da sua vida, a viúva decidiu gastar parte da fortuna em instituições pias, seguindo,

aliás, o que era comum na época. A instituição de um coro a rezar numa igreja era também uma marca do seu poder e prestígio, que se perpetuava no tempo. A colocação de capelães no coro a rezar e a celebrar na igreja reforçava a materialização da presença do casal numa outra igreja da cidade e representava física e simbolicamente o poder dos instituidores.

No recrutamento dos sacerdotes, os familiares do casal tinham prioridade, como acontecia em muitos outros casos já estudados⁶². A existência de mais um legado destinado preferencialmente aos sacerdotes da família de ambos os ramos é significativa do afeto que lhes era dispensado e da maneira encontrada para lhes fazer chegar património. Curiosamente, não era oferecido, mas sim endereçado como pagamento de um serviço, havendo que enquadrar-se nos critérios exigidos e desenvolver esforço para o manter.

Os capelães do coro que dirigiam a capela usufruíam de poderes, mas encontravam-se associados à confraria de Nossa Senhora-a-Branca, possuidora da igreja⁶³.

Na introdução do regulamento da capela, Maria Vieira recordou o legado instituído conjuntamente com o seu marido na mesma igreja, bem como o altar colateral, situado da parte do Evangelho do altar-mor, abaixo do arco cruzeiro, que ambos tinham mandado construir, onde estava a sepultura do casal. Como sabemos, pagaram também a construção do altar e instituíram nele uma missa perpétua, após acordo com os irmãos da citada confraria. A viúva procedeu a um novo contrato com a referida associação para a instituição da capela dos capelães.

62 Para a Misericórdia de Arcos de Valdevez onde também se instituíram legados exigindo-se que os celebrantes fossem da família do legatário veja-se Ramos, Odete, Ramos, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2015, pp. 490-491.

63 Veja-se para este assunto o trabalho de Castro Pérez, Candelaria; Calvo Cruz, Mercedes; Granado Suárez, Sonia, “Las cofradías en la institución parroquial, siglos XVII-XVIII. Una aplicación al señorío episcopal de la Villa de Agüimes, Canarias (España)”, in *Procesos Históricos*, vol. 13, Bogotá, 2008, pp. 6-7.

O regulamento da capela estipulava com rigor todos os pormenores de funcionamento e começava com o recrutamento dos capelães. Maria Vieira chamou a si o poder de escolher os sacerdotes enquanto viva, passando a seleção após a sua morte para os irmãos da confraria, escolhendo um clérigo seu familiar e do seu marido de forma alternativa, se existisse. Uma vez mais, a viúva seguia o modelo de funcionamento adotado em vida do marido. Tudo feito a meias, nunca privilegiando um dos ramos familiares. A harmonia do casal encontra-se também patente nestes momentos de escolha e de benefício. Os critérios de seleção exigiam presbíteros desocupados, que não tivessem almas para curar, nem outra capelania, devendo rezar diariamente um ofício divino conforme o breviário romano. Deviam ser capazes e suficientes, ou seja, apresentar competências no canto e especialmente em cantochão e saber rezar bem. Sempre que vagasse um lugar e não existindo familiares dos dois ramos, seriam eleitos outros sacerdotes que fossem virtuosos e com as competências anteriormente referidas no tocante ao canto e à oração. Só seriam escolhidos após exame feito pelo sub-chantre da Sé ou outra pessoa perita em canto que não fosse suspeita e em presença dos restantes capelães. A abertura do concurso tinha de acontecer 20 dias após a vacatura do lugar⁶⁴, o que obrigava a alguma celeridade do processo para que as orações e missa não ficassem prejudicadas e com elas as almas de todos que invocavam e em particular as dos instituidores.

Embora não tenhamos tido acesso a processos de seleção de candidatos, sabemos que a existência de um lugar vago captava muitos interessados, pois tinham uma remuneração segura num tempo em que não parava de crescer o número de clérigos⁶⁵.

Para além da escolha, o regulamento ditava a forma de atuar dos capelães, obrigando-os a apresentarem-se com sobrepelizes e barretes quando estivessem diariamente a rezar no coro as horas canónicas.

64 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 54-55.

65 Leia-se Paiva, José Pedro, "Os mentores", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 210-211.

A utilização de barrete estava sujeito a normas e colocá-lo ou retirá-lo perante determinadas individualidades ou circunstâncias significava reconhecer ou não autoridade e superioridade por quem o usava ou relativamente a outra pessoa ou ocasião⁶⁶. A oração devia acontecer pausadamente, evitando atropelos e formas rápidas de cumprimento da obrigação. O regulamento apelava à consciência de cada um para o cumprimento destas tarefas, corresponsabilizando-os pela qualidade da oração. É sabido que nem sempre os sacerdotes cumpriam com rigor as suas funções, aldrabando e não respeitando o que estava instituído. Por vezes, as relações existentes entre eles também não eram as mais pacíficas, resultando em desacatos e até em ações mais graves quer verbais, quer físicas. Estas faltas eram frequentemente visadas nas visitações, ordenando-se correção, sob pena de multas ou mesmo de excomunhão⁶⁷.

Na oração diária das horas canónicas, os capelães para além da compostura tinham de seguir o rito romano, entoando de forma pausada, sendo supervisionados pelo contador. Se delinquissem, falando ou perturbando de alguma forma, o contador devia bater duas vezes em cima de algo que não é mencionado, mas pensamos ser o caixão ou a estante e se não se emendassem podia marcar-lhes uma falta na hora ou missa, sendo-lhe colocada uma revelia pelo capelão mais antigo, o que significava ficar privado do pagamento em causa⁶⁸. A punição visava a emenda e sobretudo passar a imagem de não permissão aos outros colegas e aos fiéis que presenciassem estes atos. Também os que não estivessem no começo das orações e não chegando até à *Gloria Patri* do primeiro salmo eram punidos, não recebendo o respetivo pagamento. O início das orações era ritmado pelo começo das dos cónegos do Cabido, todavia aos sábados e

66 Ferreira, Luís Gonçalves, *Vestidos de caridade. Assistência, pobreza e indumentária na Idade Moderna. O caso da Misericórdia de Braga*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2020, p. 74.

67 Para este assunto consulte-se Marques, João Francisco, “Rituais e manifestações de culto”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 523-524.

68 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 54-55v.

noutros dias em que havia missa cantada da confraria, antecipariam ou retardariam a reza de acordo com o estipulado com os confrades.

Após as orações e a celebração da missa, os capelães deviam descer e rezar um responso sobre a sepultura dos benfeitores e lançar água-benta. A oração incluía também os pais de Maria Vieira, assim como outros defuntos da família. O responso da segunda-feira tinha uma intenção diferente, pois a instituidora desejou que nesse dia invocassem as Almas do Purgatório⁶⁹. A segunda-feira era o dia em que as confrarias das Almas do Purgatório celebravam uma missa pelas Almas que permaneciam nesse lugar intermédio à espera do socorro dos vivos para serem resgatadas e deixarem o fogo em que ardiam. Acreditava-se que esta celebração estava associada aos suplícios do Purgatório acabados ao domingo, havendo necessidade de serem seguidos na segunda-feira⁷⁰. Após essa missa, o sacerdote rezava um responso dentro da igreja, junto às sepulturas e fazia uma procissão em torno da igreja⁷¹. A viúva de Pedro de Aguiar quis associar-se ao esforço salvífico em marcha em toda o mundo católico⁷², deixando uma oração pelas Almas do Purgatório, para que mais rapidamente deixassem o sofrimento em que se encontravam. Para que nenhum dos capelães faltasse, impunha a perda do pagamento da missa como forma de os manter ligados a esta oração.

O calendário das missas devia ajustar-se às celebrações existentes na igreja. Assim, aos domingos, dias santos e de guarda, bem como

69 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 56v.

70 Consulte-se Paixão, Anne Elise Reis da, *No cárcere divino. Purgatório, indulgências e missas pelas almas do Rio de Janeiro setecentista...*, p. 72.

71 Araújo, Maria Marta Lobo de, “Resgatar almas do Purgatório: os peditórios das confrarias das Almas da Braga Barroca”, in Martín García, Alfredo; Pérez Álvarez, María José (coords), *Religiosidad y Reforma católica en el Noroeste de la Península Ibérica*, Madrid, Sílex, 2019, pp. 131-161.

72 Sobre as confrarias de São Miguel e Almas nas Minas Gerais setecentistas veja-se o estudo de Araújo, Manoela Vieira Alves de Araújo, “*Nas vezes da Misericórdia*”: as irmandades de São Miguel e Almas no desenvolvimento das práticas caritativas na capitania de Minas Gerais no Brasil colonial (1712-1816), Minas Gerais, Universidade de Juiz de Fora, Brasil, 2019, tese de Doutorado policopiada.

nos de Nossa Senhora e de São José, os capelães estavam obrigados a cantar a missa a cantochão, sempre que não existisse outra cantada na igreja. Nos restantes dias, a missa era entoada, com a presença de todos os sacerdotes. Na Quaresma, era celebrada antes das vésperas, talvez para não colidir com outras celebrações existentes no templo. E os padres que faltassem a completas perdiam também o pagamento da véspera, o que os pressionava a estarem presentes ao ato. Pelo serviço prestado, cada capelão usufruía diariamente de 30 réis, distribuídos da seguinte forma: seis por matinas; cinco por véspera; quatro réis por prima, igual montante por terça e por completa; dois por sexta e igual montante por noa. A assistência à missa era paga com três réis e cada um recebia mais três réis pela oração do responso⁷³. O pagamento resultava anualmente em 10.980 réis, pagos aos quartéis, e ainda 30 alqueires de pão a cada um.

Para o bom funcionamento do coro, a instituidora ordenou a existência de cargos, hierarquizando funções e envolvendo todos. Existia uma estrutura administrativa em que todos eram responsabilizados, embora uns mais do que outros, todavia, a ocupação de lugares era rotativa, implicando os cinco padres na gestão da capela. Os escolhidos para ocuparem os lugares tinham, antes de iniciar funções, de jurar perante todos e nas mãos do contador *guardar esta instituissão*, lavrando-se do facto uma ata. Para os primeiros capelães, determinava-se que o ato fosse presidido pelo Dr. Domingos Carvalho de Oliveira, padre e primo da instituidora, o que conferia maior significado ao ato⁷⁴. Maria Vieira associava a esta capela mais um familiar seu, representando a família, num lugar de muito relevo. A vinculação de todos os capelães a esta cerimónia de investidura alcançava maior força ao ser referido que apenas ela era válida, pois qualquer outra era nula.

Ingressar num coro com estas características era algo que muitos sacerdotes almejavam, pois ficavam com um rendimento fixo

73 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 56v.

74 Este padre era abade da freguesia de Maximinos, paróquia de Braga.

para toda a vida, não precisando de se deslocar para outros lugares. Os capelães uma vez escolhidos, não saíam mais, a não ser que não correspondessem ao que lhes era solicitado, fossem violentos, usando da força física contra os seus colegas, se se injuriassem mutuamente, deixando de se falar, ou cometessem algum crime e fossem afastados pelo arcebispo⁷⁵. A estas condições acrescentava-se mais uma que se prendia com a deslocação da cidade sem anuência do contador, facto considerado muito grave e impossibilitar o funcionamento do coro.

Embora os capelães usufríssem de muita autonomia, Maria Vieira criou no regulamento uma estrutura hierárquica que dava mais poderes a uns do que a outros, embora os cargos fossem rotativos, como já anteriormente referimos.

A existência de um contador que acumulava a função de sacristão era rotativa por todos os capelães. O cargo era anual, iniciava-se no dia de Natal e o seu começo era precedido de juramento sobre os Santos Evangelhos que estavam nas mãos do capelão mais antigo. À cerimónia assistiam todos os outros colegas de coro e depois dela era feito um termo, formalizando o ato em que o selecionado prometia exercer o cargo com zelo e dedicação. Competia-lhe abrir a porta do coro e tanger as horas, preparar a cera para o candelabro e ter pronto tudo o que fosse necessário ao culto divino. O seu trabalho cingia-se ao interior do templo, devendo assegurar o funcionamento do coro e da missa. Ganhava mais um cruzado e seis alqueires de pão⁷⁶. Para além do contador sacristão havia um vedor da fazenda, lugar de relevo e também ocupado por todos de forma alternada. Esta estratégia visava envolver todos e simultaneamente corresponsabilizá-los. Este sacerdote tinha a incumbência de tratar dos assuntos da capela no exterior. Cabia-lhe acompanhar as demandas, em caso de existirem, e tratar do dinheiro que estava a juro, o qual devia meter-se numa arca, que se encontrava fechada por duas chaves. Nesta arca

75 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 60.

76 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 57v.-58.

guardavam-se também os documentos das propriedades, as escrituras do dinheiro a juro e ainda o dinheiro existente. Considerando a importância do seu recheio, as chaves estavam apenas na mão de dois homens: uma delas ficaria consigo e a outra estava com o capelão mais antigo⁷⁷. O vedor da fazenda ganhava seis alqueires de pão e 800 réis em dinheiro. Recebia o lugar após fazer juramento nas mãos do contador e na presença de todos os companheiros. Como se constata, as arcas tinham várias funções. Podiam em simultâneo guardar vários bens, como roupa, cereais, dinheiro e documentos, entre outros⁷⁸. Este móvel não estava na igreja, mas na casa de um dos capelães, a que fosse considerada mais segura. Mas a escolha cabia a todos, pelo que nenhum podia levá-la de forma arbitrária. A saída de tão importante documentação e dinheiro depositados na arca só é compreensível à luz do contexto em que se vivia. Em plena guerra da Restauração e no meio da grande insegurança em que a cidade estava mergulhada, pela presença de muita gente desocupada e de muitos soldados, seria mais prudente guardar a caixa na casa considerada mais segura. A caixa devia estar bem preservada e disponível para o capelão que fosse escolhido para vedor da fazenda.

Este capelão devia movimentar o dinheiro de forma a aumentar o capital do coro. Assim, logo que houvesse, devia entregar-se a crédito sem delongas, pois somente deveria ficar em casco cerca de 20 ou 30 mil réis para pagar aos capelães⁷⁹. O dinheiro não devia estar parado, antes se colocaria no mercado creditício para render.

Para se rentabilizar o dinheiro disponível, havia critérios a cumprir. Maria Vieira tinha determinado que fosse entregue somente a pessoas consideradas sãs e com *finanças boas* e a contento dos capelães, os quais votavam todos em segredo sobre o solicitante. Em caso de existirem pessoas familiares ou amigas de um deles, o

77 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 58.

78 Veja-se para esta matéria Madureira, Nuno Luís, *Luxo e distinção, 1750-1830...*, 1990.

79 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 58-58v.

visado não estava autorizado a votar, procurando-se manter o assunto fora de interesses e redes de cumplicidades. Como se tratava de uma matéria muito importante e delicada, a instituidora afastou os interessados, procurando rigor e distanciamento. Maria Vieira apelava à consciência de cada padre para que o dinheiro fosse entregue com a segurança devida, de forma a não defraudar as finanças da instituição. Estatuía-se ainda que se algum capelão ou capelães realizassem algum contrato em termos pessoais ou fossem subornados, a perda que houvesse seria paga com os bens dos próprios, o que se esperava que os demovesse.

Os referidos sacerdotes tinham todo o interesse em atuar de maneira a acrescentar o fundo da capela, pois os estatutos previam que se fosse aumentando por via dos empréstimos a juro ou da compra de medidas de pão, estes podiam solicitar aumento das suas remunerações. Esta cláusula incentivava os capelães a maior responsabilidade em todos os contratos feitos, quer com pessoas particulares, quer com instituições, pois deles podiam tirar mais dividendos⁸⁰.

Embora os estatutos fossem exigentes no tocante à forma como tudo devia funcionar, eram também contemplativos em caso de doença. Os capelães podiam faltar até três dias, não mais, uma vez que se a enfermidade persistisse tinham de enviar uma certidão do médico ou do cirurgião ao contador a confirmar a sua impossibilidade. Este atestado permitia ao doente faltar até 30 dias, após os quais seria substituído por outro sacerdote. Porém, caso fosse visto na via pública sem passar pela igreja de Nossa Senhora-a-Branca para se justificar perante os colegas, perdia o pagamento de que usufruía durante a sua ausência sem ser substituído. Diferente realidade era vivida pelos coreiros da Misericórdia do Porto até 1727, pois em situação de doença tinham de apresentar certidão do médico ou do cirurgião ao terceiro dia de ausência, devendo informar o apontador nos primeiros dois dias, para continuarem a ser remunerados.

80 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 59.

Porém, esta situação foi alterada na data mencionada, passando os capelães do coro enfermos a ser pagos durante os 30 dias de ausência, se permanecessem sete a rezar as horas canônicas e a cumprir as demais tarefas a que estavam sujeitos⁸¹. Ausências, falta de asseio, desobediência e outros conflitos marcaram também a história do coro da igreja da Misericórdia de Braga na Idade Moderna⁸².

No coro instituído por Maria Vieira, estava igualmente prevista a possibilidade de algum capelão se ausentar por algum tempo, precisando sempre de licença do contador. Na eventualidade de se ausentar até dois meses, teria que pagar a um substituto para durante o tempo em causa assumir o seu lugar. Este era o prazo máximo que os capelães podiam faltar ao longo do ano. Se a ausência se prolongasse para além dos citados 60 dias, o capelão perdia o lugar, sendo outro nomeado. Eram também excluídos os que se ausentassem sem licença⁸³. Procurava-se vinculá-los ao serviço, para que o coro funcionasse e a missa fosse celebrada, ao mesmo tempo que se construía uma imagem de bom funcionamento, rigor e competência.

A análise dos estatutos permite verificar a existência de dois eixos principais: um diretamente associado às funções religiosas e de representação dos sacerdotes e um outro relacionado com a contabilidade e rendas da capela. Competia à confraria de Nossa Senhora-a-Branca fiscalizar e tomar contas aos capelães, o que devia efetuar no dia de Natal, ou na primeira oitava. Os mesários deviam visitar o coro e capela e tomar contas ao contador e vedor da fazenda. Estavam autorizados a inquirir sobre a prestação de cada um no tocante às suas obrigações, mas também às *rebelias*, ao rendimento das pensões e ao dinheiro a juro, ou seja, a tudo. Podiam ainda multar os que não

81 Leia-se Silva, Hugo Ribeiro da, “Cuidar das Alma”, in Amorim, Inês (coord), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. II (1668-1820)... , p. 366.

82 Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*, vol. III... , pp. 482-486.

83 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 59v.-60.

cumprissem, o que lhe dava um enorme poder, devendo o contador lavrar uma ata do sucedido. Maria Vieira reservava estas funções apenas à confraria, impedindo que pessoas eclesiásticas ou seculares se intrometessem na sua capela e coro. Pelo trabalho feito, os oficiais da confraria recebiam cinco tostões, pagos apenas no ano em que cumprissem esta diligência⁸⁴.

A participação dos capelães nas festas estava também regulamentada, pois tinham funções específicas em algumas delas e impunha-se a coordenação com a confraria. Todos os domingos, dias santos de guarda e festas de Nossa Senhora e São José, os capelães eram obrigados a cantar a missa a cantochão, quando não houvesse outra cantada, mandada celebrar pela confraria. O culto a Nossa Senhora e a São José tinha-se tornado muito popular entre os crentes, por simbolizar a família⁸⁵, à qual Maria Vieira tinha dedicado toda a sua vida. O santo era considerado um exemplo devido às características de humildade e obediência, atributos que o acompanharam na sua vida. Como modelo de bem viver, São José devia inspirar todos os cristãos a preparar a morte durante a vida, preocupação que deveria ser permanente. A menção à Virgem está associada ao culto desenvolvido pelos fiéis à mãe de Cristo, no pós Concílio de Trento, mas também à crença no seu papel enquanto intercessora junto de Deus e advogada em favor das Almas do Purgatório⁸⁶. Nos restantes dias, a missa seria entoada, sendo as Epístolas cantadas pelo hebdomário da semana seguinte. Na Quaresma, a missa seria celebrada antes das vésperas. Se o hebdomário estivesse ausente ou doente, a missa seria celebrada pelo *somanario seguinte*, e perderia o pagamento pela celebração.

84 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 61.

85 Leia-se para este assunto Marques, João Francisco, "Oração e devoções", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., pp. 618-620.

86 A propósito do culto à Virgem consulte-se o trabalho de Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700...*, p. 96; Dias, Geraldo J. A. Coelho, "A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos", in *Revista de História*, II série, vol. IV, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 229.

Para vincular apenas os capelães à celebração das missas, a instituidora proibiu que outros padres as pudessem dizer⁸⁷. Na festa de Nossa Senhora das Neves, a padroeira da confraria, os capelães tinham de assistir às vésperas e completas com as sobrepelizes, atuando na mais importante manifestação festiva da instituição. Estavam ainda obrigados a integrar a procissão da festa da padroeira e a rececionar as procissões pelo tempo quando viessem à igreja e onde estivesse o Cabido e a Misericórdia. Após a receção, integravam a procissão em causa e acompanhavam-na pela cidade até se recolher em alguma igreja. A falta a esta cerimónia levava ao não pagamento de um dia⁸⁸, o que colocava pressão sobre os sacerdotes para se manterem presentes.

A instituidora procurou integrar os capelães nas principais cerimónias da igreja e da cidade, conferindo-lhes visibilidade, o que contribuía para recordar o seu nome e a benfeitoria. Repara-se, todavia, que a obrigatoriedade era apenas nos casos em que o Cabido e a Misericórdia estivessem presentes, elevando os capelães ao nível das duas instituições da cidade.

Ao finalizar os estatutos, a instituidora reservou para si a possibilidade de os alterar. Ordenou também a feitura de várias cópias: uma para si do contrato feito com a referida confraria; uma para ficar no arquivo da Sé; outra para permanecer no cartório da dita irmandade; mais uma no cartório dos capelães e, por fim, uma mais que ficava na mão do contador⁸⁹.

Num período em que todas as cópias eram manuais, era necessário ter possibilidades financeiras para exigir tantas reproduções do documento. Porém, a sua distribuição é bem demonstrativa das preocupações da instituidora: Maria Vieira procurava com a distribuição das cinco cópias deixar elementos de memória na principal

87 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 56.

88 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 60v.

89 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 61-61v.

igreja da cidade, a Sé, na confraria que vigiaria os capelães e com os mesmos, para que não pudessem alegar desconhecimento. Como o contador possuía um cargo de relevo na estrutura do funcionamento da capela, também ele devia conhecer profundamente as suas regras de funcionamento.

Os primeiros capelães foram nomeados pela instituidora, recaindo a escolha em homens da sua confiança e em familiares. A viúva selecionou os padres Inácio de Faria, morador no arrabalde da igreja de Nossa Senhora-a-Branca, João Gomes Barreiros, seu sobrinho, a residir no campo das Hortas, João Vieira, seu irmão e morador no campo de Santa Ana, a escassos metros da referida igreja, tal como João da Silva e Santos de Miranda, este último residente na rua de Janes. As capelas, como refere Domingo Lopo⁹⁰, eram uma forma de ascensão do estado clerical, mas igualmente uma maneira de criar vínculos que serviam de promoção social à família que as controlava, aumentando o seu poder e prestígio⁹¹.

Todos moradores na cidade, os clérigos mantinham-se muito perto da igreja, o que significava que não podiam invocar a distância entre o local de residência e a igreja para faltarem ou chegarem atrasados às suas funções. Tomámos também nota de que o seu sobrinho tinha nessa altura residência própria. Depois de viver muitos anos em casa dos tios, João Gomes Barreiros continuava a receber favores da tia, mas já não morava em sua casa.

A seleção dos capelães obedeceu aos critérios enunciados nos estatutos, sublinhando-se as ligações familiares como neles se determinava. A escolha dos capelães seguia o prescrito nos estatutos, como se verificava noutras instituições⁹². Em cinco, dois eram do sangue

90 González Lopo, Domingo, *Los comportamientos religiosos. Los comportamientos religiosos en la Galicia del barroco*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2002, p. 639.

91 González Lopo, Domingo, *Los comportamientos religiosos...*, p. 640.

92 Acerca da atuação da Santa Casa da Misericórdia do Porto consulte-se o trabalho de Pinto, Sara; Silva, Hugo Ribeiro da, "O recrutamento, os gestores, os servidores", in Amorim Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. I (1499-1668)..., pp. 141-142.

da instituidora, provando que esta capela serviu interesses familiares, ao proporcionar aos dois padres uma renda fixa para toda a vida. No caso do sobrinho, que já tinha o seu reconhecimento, prova-se uma vez mais a afeição que Maria Vieira lhe dedicava, mas igualmente o prestígio social alcançado com mais esta capela.

Para o coro começar a funcionar, a instituidora endereçou uma petição ao Cabido, por estar em período de Sé Vacante, solicitando provisão e a provação dos estatutos, o que lhe foi deferido, com a menção de que no capítulo referente à sua alteração, esta só pudesse ser realizada com a licença e consentimento do ordinário de Braga⁹³. Foi ainda necessário que o notário apostólico desse posse e investisse os capelães do coro, o que aconteceu ainda em maio de 1660, com a deslocação do referido clérigo à igreja de Nossa Senhora-a-Branca onde já se encontravam os capelães, que após ela, subiram ao coro, vestiram as sobrepelizes, colocaram os barretes na cabeça, pegaram no breviário, *pacearão de huma parte pera a outra* e começaram a rezar⁹⁴. O coro tinha cumprido o ritual e com ele entrava em funcionamento.

Embora o regulamento estabelecesse normas, nem tudo parece ter ficado muito claro para os sacerdotes, pois em 1661 colocaram dúvidas sobre quem devia ajudar à missa ao contador sacristão, quando fosse o seu turno de celebrar. Acordaram entre todos que na semana em que este celebrasse, se esta fosse cantada, seguiriam o que o capelão mais velho ordenasse, que seria o padre que fosse menos necessário na estante. Já nas missas entoadas seria assessorado pelo capelão que no ano anterior tivesse ocupado o lugar de sacristão/contador, o qual ficava ameaçado de pagar um vintém de multa se recusasse esta função. O acordo foi aprovado por todos, sendo averbado ao texto

93 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 69.

94 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 71.

da instituição, para que nenhum pudesse alegar desconhecimento e fosse cumprido no futuro⁹⁵.

Mas se nessa altura a questão era a de clarificação de funções, passados poucos anos começaram as reivindicações. Em 1669 os capelães consideraram ter *inttorellavel e excessiva obrigação* de cantar a cantochão todas as horas canónicas do Nascimento do Menino Jesus, como também cantar as matinas no tríduo⁹⁶ da Semana Santa, na Páscoa, quando existia muita gente na igreja, propondo um acréscimo de 100 réis para cada um, alegando existir fundo suficiente para esse pagamento. Acrescentavam ainda que a confraria tinha concordado, na eventualidade de diminuir o montante da fábrica, o aumento não se faria até se refazer o casco. Somente após isso, se poderia novamente proceder ao pagamento. Se algum deles não pudesse comparecer a estas cerimónias ritualizadas, enviaria substituto e em caso deste não ter um bom desempenho não recebia pelo serviço prestado⁹⁷. Nessa altura, já tinha havido rotatividade em alguns capelães. Nos lugares de João de Silva e Inácio de Faria foram providos Batista Vieira de Aguiar e João Vaz da Paz. Como se constata, os sacerdotes começaram a reivindicar mais proventos, o que lhes estava facilitado, por serem os administradores do fundo da capela.

O mesmo assunto voltou em 1671 quando consideraram haver rendimentos provenientes do dinheiro a juro, reclamando novos aumentos no pagamento das vésperas nas festas a que estavam vinculados. A proposta aprovada foi a seguinte:

95 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 71-71v.

96 Sobre tríduos consultar Marques, João Francisco, “A palavra e o livro”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, pp. 414-417.

97 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 72.

Quadro 1. Aumento a cada capelão por cantar as vésperas das festas (1671)

Vésperas das festas	Aumento em tostões
Espírito Santo	1
Nossa Senhora das Neves, também pelas matinas	1
Todos os Santos	1
Assunção	0,5
Encarnação	0,5
São José	0,5

Fonte: AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 72v.

Os que fizessem todas as festas referidas auferiam mais cinco tostões, mas os faltosos eram penalizados não recebendo o que estava atribuído a cada festa.

Com a concordância de Mesa da confraria, em 1683 decidiram novamente aumentar-se e argumentaram uma vez mais com dinheiro existente do rendimento a juro. Resolveram acrescentar o pagamento referente às horas canónicas em 14 réis a cada um, sendo dois réis por cada hora. Justificaram ainda este aumento com os ténues acrescentamentos que os seus colegas anteriores tinham feito⁹⁸.

Esta escalada de aumentos se, por um lado, demonstra a existência de dinheiro, por outro, prova que este ritmo de crescimento seria insustentável em anos menos favoráveis por não existir a preocupação de guardar o lucro. Os capelães mostravam-se reivindicativos e como tinham capacidade de entre eles resolver o assunto, não se coíbiavam de tomar medidas que aumentassem os seus rendimentos.

O novo aumento dos capelães foi analisado em 1708 no dia 15 de dezembro quando a Mesa da confraria se deslocou ao coro para tomar contas, como estava estabelecido no regulamento. Os sacerdotes acrescentaram mais seis mil réis aos 44 mil réis que recebiam

98 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 73-73v.

diariamente, totalizando 50 mil réis, o que era bastante dinheiro para a época. Este acréscimo era justificado com a existência de 1.595 mil réis no casco e com o muito trabalho que tinham⁹⁹. Havia, portanto, dinheiro disponível para pagar as muitas funções que os capelães afirmavam desempenhar.

Aquando da feitura do tomo 1725-1735 e do reconhecimento feito pelos capelães, em 1729, ficou a saber-se que exerciam o ministério os seguintes capelães: João Gonçalves Castro, Jerónimo Vieira, António de Matos Fialho, António Vieira Pinto e Francisco da Silva Oliveira. As ligações familiares não são efetuadas, mas provavelmente pelo menos dois deles seriam parentes dos instituidores. Estes sacerdotes reconheceram as obrigações que tinham na capela, enunciando-as e forneceram várias informações que nos contratos anteriores não foi possível estudar. As rendas que suportavam o legado já se encontravam minguadas, pois às 164 medidas de pão meado deixadas por Maria Vieira já faltavam algumas. Assentes em prazos, com o passar do tempo, alguns detentores negavam-se a pagá-las e sem se encontrarem bens ou herdeiros, os clérigos recebiam menos quantidade de cereais¹⁰⁰. A sepultura dos instituidores estava situada junto à grade da capela-mor e possuía um letreiro. Habitados a deixar marcas, Pedro de Aguiar e Maria Vieira colocaram mais um sinal da sua presença, no local de sepultura. O retábulo tinha também no cimo o seu brasão de armas, representando os Aguiares com uma águia e os Vieiras com cinco conchas. A pedra que mandaram colocar estava na parede da igreja, situada abaixo do altar da capela e junto ao púlpito. Ou seja, num espaço relativamente pequeno, o casal de mercadores deixava uma marca fortíssima da sua riqueza e poder e da forma como a utilizavam em proveito do seu prestígio.

99 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 74.

100 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 37v. Esta realidade foi transversal a todo o mundo rural e sentiu-se nos que dele viviam ou auferiam rendimentos que tinham essa proveniência.

O retábulo, descrito com minúcia, estava adornado com duas colunas e entre elas, em cima, estava colocado um nicho de vidro, dentro do qual se encontrava a representação do Nascimento de Cristo com a imagem do Menino Jesus reclinado sobre o presépio e as da Virgem Maria e de São José. No sobrecéu, numa nuvem, encontravam-se as imagens do Arcanjo São Gabriel e mais alguns anjos. Em cima deste nicho estava colocado um painel com o mistério da Anunciação, *com hua gloria por sima e nela a Imagem de Deos Padre, e a Pomba do espirito Santto entre as mesmas collunas*. Por cima do friso que estava sobre elas encontrava-se um outro painel com as imagens da Santíssima Trindade e abaixo dela a da Virgem e a das Almas do Purgatório. O Purgatório em pintura divulgou-se na Europa barroca com muita intensidade. Pintores locais desconhecidos e grandes nomes da pintura europeia estiveram associados a essa representação, em que permanecia a mensagem do sofrimento, mas também da libertação. O sofrimento das Almas a arder no fogo equilibrava-se na possibilidade de libertação e na ideia transitória da expiação das culpas, o que aconselhava o investimento dos vivos na salvação dos mortos. Os vivos deviam rezar, mandar celebrar missas e praticar obras de caridade, originando um sistema de solidariedade com os mortos, uma vez que estes últimos intercederiam junto de Deus em seu favor. Esta reciprocidade favorecia os que nela estavam envolvidos¹⁰¹. Era útil investir nas almas que podiam ser resgatadas do fogo purificador do Purgatório, pois podiam ser removidas, contrariamente às que jaziam no Inferno¹⁰². O retábulo passava uma mensagem que devia fixar a atenção dos fiéis, tornando-se pedagógico¹⁰³. Esta popu-

101 Campos, Adalgisa, *As irmandades de S. Miguel e as Almas do purgatório: culto e iconografia no setecentos mineiro*, Belo Horizonte, C /Arte, 2013, pp. 27-28.

102 Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, pp. 91-98.

103 Vovelle, Michel, *As Almas do Purgatório e o trabalho do luto*, São Paulo, UNESP, 2010, pp. 134-142. Uma súplica sobre a doutrina do Purgatório pode ler-se no trabalho de Araújo, Manoela Vieira Alves de, “*Nas vezes da Misericórdias: as irmandades de São Miguel e Almas no desenvolvimento das práticas caritativas na capitania de Minas Gerais no Brasil colonial (1712-1816)*...”, pp. 36-58.

laridade do Purgatório está relacionada com o reforço alcançado por esta crença no Concílio de Trento. Do seu lado esquerdo, da parte da Epístola, existiam mais cinco painéis pintados com os mistérios da circuncisão do Menino Jesus. Eram pequenos e reportavam-se à adoração dos Reis Magos, à apresentação no Templo e à jornada para o Egito. Por cima deles encontrava-se um outro com a coroação da Virgem pela Santíssima Trindade¹⁰⁴. Estes painéis descritos com sendo de *admiravel pintura* eram alusivos ao Nascimento de Jesus e aos primeiros anos da sua vida. Com todos os filhos mortos, o casal refugiou-se na adoração do nascimento e vida de Jesus enquanto criança, recordando os momentos importantes da sua meninice, altura em que devem ter falecido os seus cinco filhos.

O recurso à imagem enquanto propagadora de uma mensagem, através de um discurso não escrito, conheceu na época uma grande difusão, servindo de meio propagandístico da Igreja. Tratava-se como refere Federico Palomo *de um instrumento que permitia a perduração no tempo e a reprodução ilimitada da mensagem enunciada através dela*¹⁰⁵. A descrição do altar e os símbolos que continha e que o casal de mercadores deixou na igreja já não existem na atualidade. Obras de remodelação do templo e novas orientações seguidas acabaram por substituir o velho altar por outros mais modernos, assim como foram retirados o brasão e a lápide.

A igreja de Nossa Senhora-a-Branca foi ao longos dos séculos XVI, XVII e XVIII objeto de um programa de reforma que se refletiu nos legados destes benfeitores. Em 1741 por existir pouca luz no coro, muito provavelmente por pressão dos capelães, as frestas foram ampliadas para fornecer maior luminosidade, facilitando a atividade de reza dos sacerdotes¹⁰⁶. Passados seis anos, o coro entrou novamente em obras para ampliar as frestas existentes e deixar passar luz para

104 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 38-39.

105 Leia-se a propósito Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700...*, p. 64.

106 Vaz, Carlos Nuno, *Senhora-a-Branca. 500 anos de uma rica história...*, p. 99.

a capela-mor, a igreja e o coro, o que parece indiciar que as obras de 1741 não bastaram para as necessidades sentidas¹⁰⁷. Nesse momento, não eram só os capelães do coro a reclamar mais luminosidade, era a arquitetura a adaptar-se a uma nova filosofia que defendia maior abertura de luz para a deixar passar para o interior dos templos e inundá-los de claridade. É no barroco que surgem os grandes janelões na arquitetura religiosa e civil, servindo de corredores de luz para os interiores dos edifícios.

O tombo arrolou também os devedores do dinheiro que andava no mercado creditício.

Quadro 2. Devedores e capital emprestado da capela instituída por Maria Vieira

Nome	Profissão	Freguesia/Rua	Montante emprestado (em réis)	Escritura	Ano
Belchior Lopes	Armeiro	S. Vítor	60.000	Sim	1697
Maria Francisca, viúva e seu filho	-	Briteiros	50.000	Sim	1697
João da Silva	-	S. Vítor	20.000	Sim	1700
Maria Fernandes, viúva	-	Rua do Alcaide	50.000	Sim	1702
Custódio Francisco	-	Espinho	20.000	Sim	1702
João Francisco dos Santos	-	S. Vicente	30.000	Sim	1704
Lopo Gomes de Abreu	-	S. Vítor	30.000	Sim	1706
Marcos Lopes	Branqueador	S. Vicente	30.000	Sim	1709
Cristóvão Fernandes	Lavrador	S. Mamede d'Este	20.000	Sim	1709

107 Sobre as obras da igreja confira-se o trabalho de Vaz, Carlos Nuno, *Senhora-a-Branca. 500 anos de uma rica história...*, p. 118.

Nome	Profissão	Freguesia/Rua	Montante emprestado (em réis)	Escritura	Ano
Domingos Francisco	Pedreiro	S. Vítor	30.000	Sim	1710
Joana Francisca, viúva	-	S. Vítor	40.000	Sim	1710
Padre Manuel Soares	-	Rua da Violinha	60.000	Sim	1716
João Carvalho	Músico	S. João do Souto	20.000	Sim	1722
Maria Rodrigues, viúva		S. Mamede d'Este	60.000	Sim	1722
Miguel Rocha	Armeiro	S. Vítor	50.000	Sim	1722
Agostinho Pereira	Coronheiro	S. Vítor	30.000	Sim	1723
José Cerqueira	Alfaiate	S. Vítor	20.000	Sim	1723
Dionísio José Gouveia	-	-	30.000	Sim	1723
João Vieira	Sombreiro	S. Vítor	10.000	Sim	1725
Caetano Martins	-	Rua Verde	30.000	Sim	1725
Francisco José	Sombreiro	S. Vítor	40.000	Sim	1725
Francisco Vaz	Lavrador	S. Vítor	40.000	Sim	1725
Anastácia da Silva	-	Rua do Alcaide	50.000	Sim	1726
João Francisco de Oliveira	Tabelião	S. Vítor	40.000	Sim	1728
Inácio da Silva	Violeiro	S. João do Souto	20.000	Sim	1728
Padre António Matos Fialho	-	S. Vítor	50.000	Sim	1728
José Pereira	-	Nogueira	50.000	Sim	1728
Manuel Francisco de Oliveira	Escrivão do juízo eclesiástico	-	40.000	Sim	1729

Nome	Profissão	Freguesia/Rua	Montante emprestado (em réis)	Escritura	Ano
Padre Manuel Soares	-	Braga	200.000	Sim	1729
Domingos Lopes	Mercador	S. João do Souto	60.000	Sim	1729
Total			1.289.000		

Fonte: AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhor-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fls. 76-82.

A análise dos devedores aquando da feitura do tomo demonstra a presença de homens e mulheres a recorrerem ao crédito, embora a deles seja muito mais elevada do que a delas. Acrescenta-se também que as mulheres eram todas viúvas, o que evidencia as dificuldades sentidas por algumas neste estado civil. Sublinha-se ainda que o raio de conhecimento da disponibilidade do dinheiro desta capela ia pouco além da cidade, uma vez que a esmagadora maioria dos solicitadores residia em Braga e muito concretamente nas imediações da igreja de Nossa Senhora-a-Branca, sendo poucos os que moravam nas freguesias circunvizinhas, como é a de Nogueira, Espinho e São Mamede d'Este. Embora não seja conhecida a profissão de todos, vários estavam associados aos ofícios, ao clero e ao mundo rural. Relativamente aos montantes solicitados, com exceção do sacerdote Manuel Soares, todos os restantes pediram pequenas quantias de dinheiro, verificando-se que 83,3% deles solicitou entre 10.000 e 50.0000 réis. Não restam dúvidas que neste caso a esmagadora maioria dos que contraíam dívidas, solicitou pequenos montantes e pertencia a estratos baixos da sociedade.

O tomo integra o reconhecimento dos caseiros que possuíam terras das quais os capelães recebiam medidas de pão. Esse reconhecimento levou seis anos a fazer, sendo realizado entre 1729 e 1735, obrigando a deslocações e à presença de várias pessoas, o que nem sempre era fácil de coordenar. A riqueza da informação existente e que

neste trabalho analisamos, possibilita conhecer a dimensão da propriedade, o tipo de contrato feito, mas também a quantidade de cereal que levava cada parcela de terreno e ainda a flora mais abundante.

Em 1781 uma petição dirigida ao arcebispo D. Gaspar de Bragança (1758-1789) demonstra que o coro instituído continuava a cumprir os seus deveres e não havia falta de dinheiro. A propósito da substituição do padre José Teixeira de Melo, por ter falecido, a Mesa da confraria informava o prelado da situação financeira do coro, assegurando os capelães terem 1.167.070 réis a juro, que rendiam 58.353 réis e 143 medidas de pão meado, ao preço de 240 réis o alqueire, o que importava em 340.320 réis. Estes eram repartidos pelos cinco capelães, rendendo a cada um 18.534 réis. Esta situação financeira justificava a nova contratação para substituir o capelão falecido¹⁰⁸. A Mesa estava a atuar dentro das suas competências. Cabia-lhe, após a morte da instituidora, eleger um sacerdote de missa que fosse familiar da instituidora ou do seu marido, em caso de existirem, fazendo-o de forma alternativa. Se não houvesse, seria escolhido outro conforme os critérios estabelecidos por Maria Vieira¹⁰⁹. A confraria zelava para que se cumprisse o legado instituído, mantendo o número de capelães. Gerir um legado acarretava sempre problemas que podiam decorrer de muitas situações. No caso em apreço, os capelães causaram algumas situações de difícil resolução, levando a confraria a abeirar-se de pessoas consideradas conhecedoras do assunto para as resolver. O parecer do padre João Antunes Ferreira, de 1737, demonstra a renitência dos capelães em rezar os responsos nos dias solenes e de preceito e a sua posição relativamente ao assunto. O citado religioso defendeu que os sacerdotes podiam antecipar a reza dos responsos, mas fazia depender esta posição de saber se os primeiros capelães tinham sido pagos por esses responsos, pois caso o tivessem sido e os atuais não os rezassem, deviam restituir o estipêndio recebido¹¹⁰. O assunto mantinha-se em aberto, por ser necessário procurar no arquivo informação para

108 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, documento avulso, não paginado.

109 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Tombo de Nossa Senhora da Capela do Nascimento*, fl. 55.

110 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, documento avulso, não paginado.

se poder atuar. A falta de documentação sequencial impossibilita-nos de conhecer o desfecho, mas percebe-se o inconformismo dos capelães e o conflito latente, demonstrando uma vez mais o seu carácter reivindicativo e atento a tudo o que lhes dizia diretamente respeito¹¹¹.

Muito dependente dos capelães, o coro foi sofrendo algumas mudanças, provocadas por estes, mas não só. Como o seu financiamento estava diretamente relacionado com as medidas de pão e de dinheiro dado a juro, com o passar do tempo estas duas bases de financiamento alteraram-se e o reflexo na capela não se fez esperar. Conheceram-se também desinteligências com os confrades, o que em nada contribuía para o normal funcionamento da capela. Em 1860 as missas da capela estavam já reduzidas a metade, 181, e a confraria acusava os capelães de não as celebrarem, de não rezarem o responso sobre a sepultura dos instituidores, não servirem de sacristães, nem assistirem às vésperas da festa da padroeira. Com menos salário, os capelães reduziram as suas tarefas, apesar das duras críticas da confraria. A redução tinha de ser superiormente autorizada, o que os capelães devem ter diligenciado junto de Roma para alcançarem breve competente. As acusações da referida instituição eram graves, mas não se ficavam por aqui, porquanto os capelães eram ainda visados por se autoaumentarem, não atendendo aos legados, mas somente aos seus proveitos. A confraria ameaçava não lhes aprovar as contas, o que de facto veio a acontecer, azedando as relações bilaterais. Os capelães eram visados por atuarem com total liberdade, não aguardando o consentimento desta, mesmo no que se referia à venda de medidas de pão. Ora, em nenhuma parte dos estatutos estava estabelecido que os capelães deviam consultar a confraria para tal, pelo que se o faziam na ocasião, agiam dentro das normas. Parece-nos também que para além do eventual costume, a instituição procurava limitar o poder dos capelães, extravasando os seus poderes. A situação era tão tensa que perante o não recuo dos

111 Por vezes, muito reivindicativo, o grupo de capelães afrontou os órgãos gestores em várias instituições. Para a Santa Casa do Porto leia-se Silva, Hugo Ribeira da “Cuidar das Almas”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, vol. II (1668-1820) ...*, p. 370.

capelães, estes foram postos em Juízo e alguns demitiram-se, tendo de ser substituídos. O conflito prolongou-se pelos dois anos seguintes, azedando o clima de trabalho na igreja¹¹². Após a resolução do problema, os coreiros receberam um novo regulamento, que os submetia à confraria, perdendo muitas das suas antigas regalias. Neste conflito, os capelães do coro não agiram em bloco, como era costume. O extremismo de alguns se inicialmente lhes foi favorável, no final acabou com parte da sua autonomia, ficando sujeitos ao poder da confraria, como se comprova através do regulamento efetuado pela instituição e decorrente da situação.

As desavenças e os conflitos entre os membros do clero e entre estes e as instituições com quem se relacionavam de perto têm sido objeto de estudo e encontram-se presentes em muitos trabalhos. Este era um dos setores da sociedade em que os conflitos rebentavam também, estando em várias circunstâncias associados a questões de poder¹¹³.

O legado mantinha-se, mas encontrava-se alterado, desde logo pela profunda redução do número de missas, fenómenos que vinha acontecendo em muitas outras localidades¹¹⁴ e na cidade de Braga também¹¹⁵.

Com o passar do tempo, o legado deixou de funcionar como fora inicialmente instituído. Uma fonte não datada, menciona que os capelães rezavam somente nos meses de julho, agosto e setembro, e usufruíam apenas 28 medidas de pão cada um¹¹⁶. Esta redução

112 Vaz, Carlos Nuno, *Senhora-a-Branca. 500 anos de uma rica história...*, pp. 242-246.

113 Sobre a conflitualidade existente na colegiada de Aguilar de Campoo consulte-se Corada Alonso, Alberto, *Iglesia, Conflicto e Patronazgo. La Colegiata de Aguilar de Campoo en la Edad Moderna (1541-1852)*, Salamanca, Ediciones Universidad, 2020, pp. 296-299.

114 Para Lisboa leia-se Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações, 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 244-248; Abreu, Laurinda, “A difícil gestão do Purgatório: os breves de redução de missas perpétuas do Arquivo da Nunciatura de Lisboa (Séculos XVII-XIX)”, in *Penélope*, 30, 31, 2007, pp. 42-72.

115 Sobre Braga confira-se o trabalho de Tiago Ferraz, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de Doutoramento policopiada, pp. 511-522.

116 ANTT, *Famílias bracaraenses ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes*, <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4649624>, fl. 218.

drástica das funções dos sacerdotes deve encontrar justificação na falta de rendimento para serem pagos.

Em 1904 a confraria decidiu criar memória dos seus benfeitores e destacou os principais numa tábua alusiva. Enunciou em primeiro lugar o arcebispo D. Diogo de Sousa enquanto fundador da confraria de Nossa Senhora-a-Branca e em favor do qual a instituição celebrava um terno de missas, sendo a Mesa obrigada a estar presente numa delas e a mandar tocar os sinos a defunto. Seguidamente surge Maria Vieira, na qualidade de instituidora do coro. Este mantinha-se em funcionamento na época, suportado apenas pelas rendas que lhe tinham sido consignadas por ela, mormente as dificuldades sentidas, devido à conjuntura que se vivia. Não podemos deixar de constatar que na época, a confraria registou apenas memória do legado da viúva, esquecendo o instituído por ela e o seu marido em 1643. O Coro era no momento o único sinal visível da presença dos benfeitores.

Todos os outros benfeitores listados são dos séculos XIX e XX, razão pela qual não os analisamos e retirámos da tabela.



Imagem 5. Quadro com a instituição do coro por Maria Vieira

Fonte: Igreja de Nossa Senhora-a-Branca.

Em 1918 foram elaborados novos *Estatutos do Coro do Santo Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo – 1918*, integrando quatro capítulos e 24 artigos, para ser mais atual e consentâneo com o tempo. Este coro resistiu a várias intempéries políticas e bélicas de que decorreram muitas dificuldades económicas. A análise da sua contabilidade nas vésperas do seu encerramento demonstra duas realidades: as receitas e as despesas andavam equilibradas em 1939 e 1940, sendo as do último ano aprovadas com a indicação de que não tinha havido saldo, mas também não havia dívidas. Os 236 escudos e 90 cêntimos diziam respeito às receitas, mas as despesas eram no mesmo montante, todavia, já só se celebravam 20 missas anualmente¹¹⁷. O volume deste sufrágio tinha diminuído drasticamente, como se verificou em todos os legados. Se a contabilidade estava correta, não havia remanescente, mas as receitas chegavam para as despesas, pelo que o seu fim não se ficou a dever à falta de dinheiro, mas a outros fatores, que não foram explicitados.

A instituição de Maria Vieira sucumbiu à conjuntura da 2ª Guerra Mundial e o foi extinta em 1944. No mês de janeiro a confraria convocou através de edital os irmãos para uma Assembleia Geral, tendo como ponto de análise a deliberação sobre a incorporação e transferência de todos os encargos e bens pertencentes ao coro para a irmandade de Nossa Senhora-a-Branca¹¹⁸. Após 284 anos em funcionamento e as alterações que foi sofrendo, o coro chegava ao fim, sendo os seus bens integrados na confraria. Maria Vieira quase desapareceu da memória da instituição. Dos legados instituídos com o seu marido resta apenas a memória escrita nos arquivos, tal como do coro, mas sobre este ficou ainda a memória exarada na tábua dos benfeitores.

117 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, *Livro do Thesourado da Associação- Côro do Santo Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo ou Curaria da Capella de Nossa Senhora-a-Branca, sita na cidade de Braga, 1918-1945*, não paginado.

118 AINSAB, Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, documento avulso não paginado.

CAPÍTULO VI

1. Desejando por minha alma no caminho da salvassam

1.1. *Como verdadeiro catholico cristham*: Pedro de Aguiar no seu testamento

No documento lavrado em 1652, o mercador procurou arrumar a vida terrena e como verdadeiro católico seguir os preceitos cristãos e as diretivas da Igreja, que impunham medo¹. Amedrontados pela Igreja Católica, os fiéis tinham como principal objetivo alcançar a salvação das suas almas, procurando sair do Purgatório o mais rápido possível.

As últimas vontades do mercador foram redigidas a sete de novembro do referido ano, pelo notário apostólico padre Inácio de Faria, morador na Senhora-a-Branca, ou seja, perto da sua residência e muito provavelmente seu conhecido. A 25 de dezembro de 1656, no dia da morte de Pedro de Aguiar, apareceu o cónego João Pinto de Eirado, primo de Maria Vieira, junto do juiz ordinário Gonçalo Pinto de Castro, informando ter consigo o testamento de defunto e pedindo que o mesmo fosse aberto e lido, para se cumprirem as suas últimas vontades. Assim se procedeu na presença de duas testemunhas: Pedro da Cunha Coutinho, mercador do campo de Santiago da cidade, e Gonçalo de Azevedo, familiar do referido cónego. Como se constata, estas matérias eram mantidas entre familiares ou pessoas muito próximas, demonstrando o capital de confiança de que gozavam num setor delicado como era o da morte, para dar cumprimento do

¹ Leia-se Delumeau, Jean, *A história do medo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, pp. 29-36.

estabelecido no tocante à salvação da alma e à repartição da herança. Estavam dados os primeiros passos para se cumprirem as últimas vontades do defunto². Sublinhe-se a presença do cónego João Pinto de Eirado, pessoa muito próxima do casal, uma vez mais a auxiliar a viúva num momento muito delicado.

Num período em que a esperança média de vida era muito curta, se comparada com a dos nossos dias, e em que a Igreja Católica tinha uma enorme influência nos comportamentos das pessoas que a seguiam, a morte devia ser preparada de modo a que mais facilmente se alcançasse a salvação da alma. A elaboração do testamento constituía um dos passos para se ter uma boa morte, mas dela faziam ainda parte os últimos sacramentos, o acompanhamento, o enterro, as missas, etc. Os fiéis deviam arrumar os assuntos terrenos para mais descansadamente partirem, momento que não devia ser enfrentado sozinho, pelo que a companhia de familiares, amigos e sacerdotes era fundamental. Estes, assim como outros, eram chamados para acudir com preces ao moribundo³. Várias confrarias mantinham também a prática de enviar alguns confrades para junto do irmão agonizante rezando e oferecendo os seus serviços enquanto aguardavam a sua morte⁴. Eram gestos de solidariedade num tempo em que não se devia enfrentar sozinho a dura realidade do fim da vida. Os sacerdotes, junto da cabeceira do moribundo, deviam confortá-lo, ministrar-lhes o último sacramento e levá-lo a aceitar o desígnio. Na ocasião da elaboração do testamento, Pedro de Aguiar declarou perante o tabelião desejar *por a sua alma no caminho da salvassam*. Esta era, aliás, uma

2 Para este assunto confira-se Rodrigues, Cláudia, “O uso de testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas de Antigo Regime”, in Guedes, Roberto; Rodrigues, Cláudia; Wanderley, Marcelo da Rocha, *Últimas Vontades. Testamentos, sociedade e cultura na América ibérica (séculos XVII e XVIII)*, Rio de Janeiro, Mauad, 2015, pp. 40-41.

3 Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1750-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 182-183.

4 Em Braga, a confraria da Santíssima Trindade, instituição medieval, mantinha esse costume na Idade Moderna. Leia-se Pimentel, José Hermes, *A assistência à morte na confraria da Santíssima Trindade da igreja do Pópulo de Braga (1700-1750)*, Braga, Universidade do Minho, 2015, dis. de Mestrado policopiada.

frase muito comum na época. Todos se mantinham preocupados com o rumo da sua alma e quem podia cumprir o aconselhado pela literatura religiosa para ter uma boa morte, fazendo parte dela a redação do testamento⁵. Como referimos, redigir o testamento era fundamental para alcançar uma boa morte, assim aconselhavam as artes de bem morrer⁶, transformando-se num poderoso instrumento de salvação⁷. Sem herdeiros forçados ascendentes ou descendentes, instituiu sua mulher como herdeira universal e testamenteira, mas pediu também ao seu cunhado António Correia para ser seu testamenteiro, assessorando Maria Vieira. Este seu cunhado era igualmente mercador e residente no rossio do Castelo, sendo seu vizinho. Era ainda depositário geral da corte. Pedro de Aguiar escolheu duas pessoas que lhe eram muito próximas para depositar neles o cumprimento do seu testamento: a esposa e o cunhado. Tratando-se de uma matéria de sublinhada importância, António Correia diligenciaria no exterior, enquanto a viúva supervisionaria o processo. Ambos tinham a obrigação de executar o que estava prescrito no documento notarial.

Deixou ao primeiro 100 mil réis para o compensar do trabalho que teria na execução do testamento. A escolha destes era efetuada com muito cuidado, uma vez que dependia deles o cumprimento das últimas vontades, podendo, segundo a crença, colocar em perigo a alma do testador, causando-lhe sofrimento.

Precavendo o decesso, mas estando *sam de pe he bem disposto he hem todo o seu perfeito juizo*, lavrou o seu testamento para dispor as suas últimas vontades. Nessa altura já devia estar doente, porquanto foi uma das poucas escrituras feita por si em sua casa. Talvez, por isso, perante a doença tratou de cumprir esta forte indicação da

5 Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830...*, pp. 179-180.

6 Consulte-se Castro, Estevão, *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão, com a recopilação da matéria de testamentos & penitencia, varias orações devoções, tiradas da Escritura Sagrada, & do Ritual Romano de N. S. Paulo V*, Lisboa, 1627, p. 80; Oliveira, António, *Capítulos de História de Portugal*, vol. III, Viseu, Palimage Editora, 2015, p. 1168.

7 Rodrigues, Cláudia, “Nas fronteiras do além: a secularização da morte do Rio de Janeiro-séculos XVIII-XIX”, in *Arquivo Nacional*, 2005, pp. 38-39.

Igreja. Durante toda a sua vida verificou-se o contrário, indo ele à casa do notário. Pese embora ter sido elaborada quatro anos antes do seu falecimento, o testador era um homem em idade avançada. Devia ter cerca de 61 anos e estar debilitado. Confiou esta escritura ao tabelião Mateus Gonçalves, tal como fez durante anos e fará a sua viúva anos mais tarde.

Encomendou a sua alma à

(...) Santissima Trindade Virgem Glorioza Santa Maria Senhora Nossa tomo por minha advogada ha qual pesso e rogo he a todos os Sanctos da Corte Celestial hem particular ao Anjo de minha goarda he ao Santo de meu nome ho glorioso Sam Pedro queiram por mim interceder e rogar a meu Senhor Jesus Christo⁸.

O mercador seguia o modelo usado na época, invocando também o santo de seu nome para interceder pela sua alma. O modelo usado era o mais comum em todos os testamentos, quer fossem do meio urbano, quer do rural⁹. Pediu ainda a Nossa Senhora, como mãe de todos, protetora e redentora, por ser considerada defensora das almas que se encontravam presas no Purgatório, podendo interferir em seu favor. Solicitou também ao anjo da Guarda e a toda a corte celestial, agregando esforços para intercederem pela sua alma. Os testadores recorriam a intercessores a quem solicitavam ajuda para procederem à sua defesa perante o Criador¹⁰, evidenciando as preocupações sentidas com o destino da alma após a morte, mas também as suas devoções e ânsias. Solicitou que o seu corpo fosse amortalhado com o hábito de São Francisco, e que se desse por ele dois mil réis, indumentária

8 ADB, Fundo Santa Casa, 7º livro de títulos, nº 30, fls. 16v.-17.

9 Para Cervães leia-se o trabalho de Rodrigues, Angélica Moreira, *As últimas vontades dos paroquianos de Cervães: a análise dos testamentos do século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2024, dis. de Mestrado policopiada, p. 34.

10 Para este assunto consulte-se Macardé, Jacques, “Ultimes intercesseurs. Les invocations testamentaires dans de diocese de Poitiers”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades, Representações, Espiritualidade*, Lisboa, Terramar, 1999, p. 466.

que o beneficiaria perante o Tribunal Divino. O recurso a hábitos de determinadas Ordens Religiosas materializa segundo Ana Cristina Araújo o ensejo de um modelo de vida mais valorizado e santificado¹¹. As mortallas associadas a Ordens Religiosas começaram a ser usadas em finais da Idade Média, por via das Ordens mendicantes¹². A sua popularidade estava ainda associada ao papel que as Ordens Religiosas referidas ocupavam na hora da morte¹³. Aprontar o corpo constituía uma preocupação de todos os que estavam atentos ao momento final, preparando uma boa morte e, por isso, muitos referiram esta veste nas suas menções finais. Era importante partir com o corpo revestido com um hábito com indulgências, porque se acreditava no seu benefício para a salvação¹⁴. Desejou ser enterrado na tumba da Misericórdia, de quem, como sabemos, era irmão. O desfile até à igreja de Nossa Senhora-a-Branca, onde seria sepultado na sua capela de Nosso Senhor Jesus Cristo, seria efetuado com a solenidade reservada aos irmãos da Misericórdia, e o cortejo desfilaria entre o centro da cidade e a periferia, onde se encontrava a igreja, mas num périplo de apenas algumas centenas de metros. Deveria contar ainda com acompanhamento geral de clérigos, com as irmandades de que era confrade, mas também com outras a que não pertencia, mas que requisitava, mandando pagar a cada uma destas últimas dois tostões. As instituições a que pertencia tinham por obrigação acompanhar gratuitamente os seus membros à última morada, bem como mandar celebrar um certo número de missas pela sua alma. Este era, aliás,

11 Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830...*, p. 309.

12 Araújo, Ana Cristina, “Morte”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 266.

13 Para este assunto consulte-se Collado Ruiz, María José, *La cultura de la muerte en la Granada del Antiguo Régimen. La memoria última*, Granada, Universidad de Granada, 2007, p. 152.

14 Leia-se Ferraz, Tiago, “Dignificar o corpo e salvar a alma: a vivência da morte na Braga setecentista”, in Esteves, Alexandra et al, *Políticas Sociais em Perspetiva. Séculos XVII-XX*, Braga, Lab2PT, 2017, pp. 34-35.

um dos benefícios de lhes pertencer e que chamava interessados¹⁵. O aumento do volume de missas que cada uma mandava celebrar pelos seus confrades foi uma estratégia utilizada ao longo da Idade Moderna para se manterem concorrenciais num universo confraternal muito denso como era o de Braga, embora fizesse aumentar os seus encargos. Se recordarmos o número de confrarias a que o mercador pertencia, imaginamos o volume de missas celebradas em favor da sua alma por estas instituições e o consolo espiritual que se pretendia alcançar.

A cultura escrita produziu um importante papel na divulgação da crença do Purgatório, sublinhando o significado da missa enquanto mecanismo salvífico¹⁶. Mas se a escrita contribuiu também para a divulgação deste lugar intermédio, os sermões terão tido um papel ainda mais eficaz num período de altas taxas de analfabetismo, tornando a mensagem acessível a um leque mais alargado de crentes.

Para acompanhar o seu corpo requisiu ainda a presença de 12 pobres, que deviam desfilar com tochas acesas e a quem se pagaria um vintém a cada. Estes seriam vestidos com roupeta, calções de saragoça, meias e calçados com sapatos. A dádiva de roupa aos pobres assumiu nas Misericórdias uma grande relevância na Idade Moderna, período em que este bem era muito caro e não acessível a todas as bolsas, muito menos às dos pobres, que gastavam maioritariamente os seus recursos em alimentação e na casa. O vestuário era adquirido poucas vezes na vida, recorrendo-se a roupa dada e a roupa reciclada.

Aos presos do Castelo deixou 1.000 réis e às presas 500 réis, que o carcereiro repartiria. Também os detidos do Aljube foram contemplados, recebendo 1.000 réis¹⁷. Esmolar presos numa altura em que

15 Ferraz, Tiago, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de Doutoramento policopiada, pp. 483-540.

16 Consulte-se Tingle, Elisabeth, *Purgatory and piety in Brittany (1480-1720)*, Farnham, Ashgate, 2012, pp. 60-61.

17 Sobre o poder judicial dos arcebispos e os crimes sentenciados veja-se o trabalho de Heras Santos, José Luis de las, “La criminalidade feminina ante la Justicia episcopal en la Salamanca del siglo XVIII”, in Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond; Torremocha Hernández, Margarita (coord.), *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2015, pp. 85-109.

estes tinham de pagar a sua carceragem e correr com o seu processo jurídico era fundamental para não morrerem de fome, enquanto aguardavam Justiça¹⁸. É sabido que a maioria dos presos pertencia a extratos sociais muito baixos, não conseguindo aguentar as despesas do encarceramento, nem os custos inerentes à sua libertação. Contavam, por isso, com a ajuda da Misericórdia, por vezes de outras instituições e de alguns legados. As Misericórdias forneciam alimentos duas vezes por semana aos presos das cadeias seculares, às quartas-feiras e aos domingos, constituindo o pão o principal alimento servido¹⁹. Às beatas do recolhimento de Santo António do Campo da Vinha foram entregues seis mil réis a cada uma, deixados pelo mercador²⁰. Uma vez mais se percebe a ligação forte existente entre o casal e as recolhidas nessa casa, ao ponto de as contemplar como herdeiras da sua fortuna. Ainda em vida, o mercador cuidou de recorrer aos meios disponíveis para mais facilmente alcançar a redenção dos seus pecados.

Pedro de Aguiar desejou um momento de despedida da vida terrena com uma forte presença confraternal, mas também religiosa, demonstrando o seu poder na terra e o investimento na salvação da sua alma²¹. Quantas mais confrarias, mais preces, mais missas e maior interceção junto de Deus. Esta era a crença do homem da Idade Moderna, alimentada pela Igreja Católica e pela literatura religiosa, mas também pelos agentes da referida instituição junto dos fiéis²².

18 Heras Santos, José Luis de las, “La asistencia a los presos pobres de las cárceles en la Edad Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 84-94.

19 Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, “Os presos”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. I (1499-1668), Coimbra, Almedina, 2018, p. 226.

20 ADB, Fundo da Misericórdia, 7º Livro de títulos, nº 30, fl. 25.

21 Eire, Carlos M. N., *From Madrid to Purgatory. The Art and Craft to Dying in Sixteenth Century Spain*, Cambridge, University of Cambridge, 1995, pp. 88-94.

22 Veja-se Rubio Pérez, Laureano M., “Las cofradías leonesas durante la Edad Moderna: el ejemplo de la Diócesis de Astorga”, in *I Congreso Nacional de Cofradías de Semana Santa*, s.l. s.e., 2008, pp. 231-242.

Sabemos, todavia, pouco sobre o seu desfile fúnebre. Quantas confrarias? Quantas cruces? Quantos padres? Embora desconheçamos o número de irmandades, sabemos ter sido acompanhado pela confraria das Almas da igreja de São Lázaro, posteriormente anexa à das Almas da igreja de São Vítor, sendo-lhes enviados 200 réis aquando da sua morte²³, montante igual ao referido pela sua viúva.

Instituiu três ofícios de nove lições com vinte padres cada um e três dias de missas gerais, mas não referiu o montante a pagar a cada sacerdote. Os ofícios integravam um conjunto de orações, salmos e outras passagens bíblicas, podendo ou não ser acompanhados de música. Neles, podiam estar envolvidos um ou mais sacerdotes. Pedro de Aguiar justificava a falta de solicitação de mais missas com as instituídas juntamente com sua mulher, o que já não era pouco. Como homem rico, o mercador devia mandar celebrar um volume maior de missas, seguindo o modelo corrente na época e incentivado pela igreja pós-tridentina. A instituição de missas perpétuas derivava do desconhecimento do tempo que as almas passariam no Purgatório, embora o padre Boneta informasse que um ano no Purgatório era equivalente para as Almas a um milénio, havendo, todavia, quem permanecesse em purificação até ao fim do mundo²⁴. Sabemos também que pela mesma altura a Misericórdia de Braga tinha determinado só aceitar a celebração de missas quotidianas mediante o pagamento de um conto de réis em juro ou em património²⁵. A Santa Casa procurava segurança, num período em que cresciam os legados e aumentavam as suas responsabilidades, muitas delas perpétuas.

23 AISVr, Fundo da confraria de São Roque das Almas, *Livro do recibo e despesa e peditórios da confraria de S. Roque das Almas sita na igreja de S. Lázaro*, 1652-1725, fl. 50v.

24 Boneta, Joseph, *Gritos das almas no purgatorio e Meyos para os aplacar. Livro primeyro, e segundo traduzidos em o idioma portuguez pelo Padre Manoel de Coimbra*, Lisboa, Officina de Antonio Predozo, 1706?, p. 49.

25 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1653-1661*, nº 7, fl. 30.

Quadro 1. Missas instituídas pelo casal em vida

Tipologia de missas	Local de celebração
Missas quotidianas	Capela de Nosso Senhor Jesus Cristo, na igreja da Senhora-a-Branca
12 missas perpétuas: uma por mês	Altar de São João de Deus das enfermarias de convalescença do hospital de São Marcos
12 missas perpétuas	Na confraria de Nossa Senhora da Assunção, sediada na capela de Nossa Senhora da Porta do Souto de Braga ²⁶
6 missas perpétuas	Altar de Nossa Senhora da Abadia, da Sé de Braga
5 missas perpétuas	Igreja da Misericórdia de Braga
2 missas perpétuas	Uma aquando da celebração das Quarenta Horas e outra na quinta-feira das Endoenças, na igreja do colégio de São Paulo
1 missa semanal, às sextas-feiras	Capela do recolhimento das beatas de Nossa Senhora da Penha de França
1 missa cantada no oitavário dos Fiéis Defuntos	Altar da confraria do Santíssimo Sacramento, da Sé de Braga

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, 7º *Livro de Títulos*, nº 30, fl. 18.

A contabilidade das missas aponta para um número não muito elevado, mas sequencial e com carácter perpétuo. Aparentemente o casal não requereu um grande volume de celebrações, mas se atendermos ao ritmo e ao seu carácter perpétuo, compreendemos o esforço feito para que as suas almas saíssem rapidamente do Purgatório. Verificamos que diariamente e durante todo o ano as suas almas eram sufragadas em momentos de grande significado religioso, como eram a quadra dos Fiéis Defuntos e a quinta-feira das Endoenças. O primeiro por ser especialmente dedicado a todos os fiéis defuntos

²⁶ Estas missas foram instituídas em 1647, quando o casal entregou 12 medidas de pão para o seu suporte.

e o segundo por ser um dos principais momentos comemorativos da Paixão de Cristo. Assinala-se ainda a missa perpétua mandada celebrar aos jesuítas aquando das Quarenta Horas²⁷. Devemos também sublinhar que o facto de serem perpétuas obrigava as instituições promotoras a celebrá-las enquanto o mundo durasse. A estratégia seguida pelo casal procurava que os seus nomes e as suas almas não fossem esquecidos, o que podia acontecer em poucas gerações²⁸, porém, com estes *vínculos de eterna memória*, permaneciam no tempo²⁹. Sublinha-se também a capela de missas instituída na igreja de Nossa Senhora-a-Branca, recordando as suas almas diariamente. Refira-se que como todas foram instituídas em vida e com receitas que lhes foram consignadas, não fizeram parte da execução testamental. O casal preocupou-se em começar cedo em canalizar importantes verbas para a salvação, acumulando sufrágios em benefício das suas almas. O medo e a incerteza faziam parte do quotidiano, mas também da perspetiva que era efetuada da vida no Além³⁰.

A análise destas missas aponta ainda para dois aspetos principais: os testadores preferiram investir nas suas almas e não nas dos parentes e nas almas do Purgatório. Como não sabiam quanto tempo estas permaneceriam no Cárcere Divino, os dois optaram pelo seguro e instituíram missas para todo o sempre, salvaguardando o tempo de passagem nesse lugar intermédio.

A missa era considerada o sufrágio mais eficaz para socorrer as Almas, aquele que capitalizava mais benefícios para as almas dos mortos, mas

27 Para esta festividade religiosa leia-se Marques, João Francisco “As Quarenta Horas, o lausperene e o Trono Eucarístico”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 564-565.

28 Consulte-se Abreu, Laurinda, “A difícil gestão do Purgatório. Os breves de redução de missas perpétuas no Arquivo da Nunciatura de Lisboa-séculos XVII-XIX”, in *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, nºs 30-31, 2004, pp. 51-75.

29 Araújo, Ana Cristina, “Vínculos de eterna memória. Esgotamento e quebra de fundações perpétuas na cidade de Lisboa”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades, Representações, Espiritualidade...*, pp. 438-439.

30 Fraeschlé-Chopard, Marie Hélène, *Dieu pour tous et Dieu pour soi. Histoire des confréries et de leurs images à l'Époque Moderne*, Paris, L' Harmattan, 2006, p. 237.

igualmente para os vivos. Esta crença estava associada ao Purgatório e foi responsável pelo crescente pedido de missas³¹. O padre Boneta entendia a missa como o mais *eficaz, & executivo meio* de auxílio às almas, por nela se reproduzir o sacrifício de Jesus Cristo³².

O casal procurou distribuir as missas quer por confrarias, quer por Ordens Religiosas, quer ainda por diferentes altares e igrejas. Preferiu a cidade e dentro dela vários templos e capelas. A Sé à cabeça, mas também a igreja da Misericórdia, o hospital de São Marcos, a igreja de Nossa Senhora-a-Branca e duas capelas.

Após tratar da alma, o mercador decidiu cuidar dos aspetos terrenos, arrolando em primeiro lugar os seus devedores, que lhe tinham solicitado dinheiro a crédito. Mas não esqueceu outros, que seriam provavelmente da sua loja. Um deles devia 7.600 réis de duas vestimentas e de outras dívidas. De todos tinha papéis assinados e róis, demonstrando o cuidado posto neste assunto. Não deixou menção exata sobre alguns montantes, fazendo supor que seriam dívidas já com algum tempo. No cômputo geral, somavam cerca de 1.438 réis. Descreveu ainda dívidas de alguns familiares, historiando a situação em que foram contraídas. Ainda no campo das dívidas deixou escrito que devia 30 mil réis aos herdeiros de seu irmão Paulo Gomes de Aguiar, morto em Angola, e ainda 167.600 réis a João de Magalhães Machado, órfão de Salvador de Magalhães³³, sugerindo em ambos os casos ter sido testamenteiro e tutor de crianças.

Depois, listou os bens de casa, começando pelos objetos de prata e ouro, mas também a roupa e deu particular realce à roupa pessoal e aos bens que tinha na loja. Elencou os móveis, os objetos de cozinha e passou ao património imóvel, dando a conhecer a riqueza que, conjuntamente com a esposa, tinha construído em casas, terras e gado.

31 Leia-se Eire, Carlos M., *From Madrid to Purgatory. The Art and Craft of Dying in Sixteenth Century Spain...*, pp. 170-171.

32 Boneta, Joseph, *Gritos das almas no purgatorio e Meyos para os aplacar. Livro primeyro, e segundo traduzidos em o idioma portuguez pelo Padre Manoel de Coimbra...*, p. 182.

33 ADB, Fundo da Misericórdia, 7º Livro dos Títulos, nº 30, fl. 22.

De entre os familiares contemplados com a herança destaca-se a sua sobrinha Helena, órfã de sua irmã Maria de Aguiar. Helena era ainda criança, pelo que só poderia usufruir da dita herança quando atingisse os 16 anos, ficando, entretanto, Maria Vieira com direito a usufruto.

(...) Recebeu um casal em Fraião de que pagava foro a Diogo Leite Pereira (...) he a nomeio no dito prazo na vida que por direito lhe couber ou direito de renovassam e assim lhe deixo mais (...) hum campo pegado ha porta do mesmo cazal de frayão que ha chamão vinha que he propriedade de São João do Souto de que se pagam tres tostoens de pensam; e outro si lhe deixo hum prazo da camara de Prado de que pagam trinta reis ha camara da mesma Villa; e outro si lhe deixo mais huã leira que chamam do sabugal herdade dizima a Deos; e assim lhe deixo huns pedassos de terra pegados com a caza do Abbade de Lamassães que estam dentro hem hum campo que he pertenssa do prazo do cazal da gandarella; mais lhe deixo hum pedasso de deveza sito na dita freguezia de Frayão que he propriedade do Arcediago de Olivensa que comprei a Martinho Luis. He nomeo a minha dita sobrinha Helena nos prazos das ditas terras que asima digo lhe deixo na vida que por direito lhe couber ou direito da renovassam³⁴.

Talvez por ser a sobrinha mais próxima e preferida, Helena recebeu uma importante herança. Estaria a viver em sua casa? O facto nunca foi mencionado, mas não conhecemos todos os residentes na sua moradia. Recebeu mais 560 mil réis para o dote de freira, sendo vontade de seu tio que seguisse a vida religiosa, cumprindo o destino que lhe dava sua família e seguindo outras parentes que também tinham encontrado no claustro a sua forma de vida. Para as filhas mais velhas de sua irmã Antónia de Aguiar, casada com Miguel Ribeiro, deixou 50 mil réis a cada uma, destinados igualmente a ajuda de seus dotes de freiras, porém, na eventualidade de não seguirem a

34 ADB, Fundo da Misericórdia, 7º Livro dos Títulos, nº 30, fl. 22.

vida religiosa, o dinheiro permanecia na mão de Maria Vieira, que ficava desobrigada do legado. O tratamento dado a estas sobrinhas é diferente, fazendo prever que mesmo que Helena não seguisse a vida religiosa existia alguma possibilidade de ficar com o dote, o que não acontecia com as outras, que nada receberiam.

O investimento no envio de sobrinhas para conventos é muito claro no testamento de Pedro de Aguiar. A família tinha já alguns elementos femininos em conventos da cidade e o mercador pensava ser esta uma boa estratégia para dignificar a condição de mulheres jovens. Ingressar num cenóbio exigia um dote, o qual devia ser pago antes da noviça professar³⁵.

No universo familiar do casal contam-se algumas freiras, distribuídas por cenóbios da cidade. O mercador recordou ainda a sua prima Joana do Deserto, religiosa no mosteiro do Salvador, a quem deixou 20 mil réis. O sobrinho João Gomes Barreiros, na altura estudante e a residir na sua casa, foi beneficiado com 100 mil réis para o seu património, quando se ordenasse. A sua meia irmã Margarida Gomes, filha de seu pai, e na altura viúva, deixou 10 mil réis, assim como a cada uma das suas filhas, três casadas, e uma solteira, que recebia cinco mil réis. O único filho foi contemplado com seis mil réis³⁶. Ainda dentro da família beneficiou o cunhado António Correia com a devesa que possuía na Ponte de Santa Cruz, dízima a Deus, reservando, contudo, a lenha para o casal enquanto ambos fossem vivos. Depois destes, contemplou uma afilhada, tendo deixado a Ana, órfã de Sebastião de Araújo, seis mil réis, subtraindo quatro mil réis que seu pai lhe devia. O dote era no total de 10 mil réis.

Recordou ainda alguns conhecidos, a quem beneficiou com dinheiro destinado a roupa: a Mateus de Castro, vestimenteiro, deu

35 Para este assunto leia-se o trabalho de Silva, Ricardo Manuel Alves, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2012, pp. 191-228; Lalanda, Maria Margarida de Sá Nogueira, *A admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel (séculos XVI-XVIII)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987, Provas de Aptidão Científica e Pedagógica.

36 ADB, Fundo da Misericórdia, 7º Livro de Títulos, nº 30, fl. 24v.

dois mil réis, dos quais se descontaria o que lhe devia, para uma capa de baeta, e a Domingos Álvares, alfaiate, igual quantia para a aquisição de mesma peça de roupa. Estes homens eram-lhe próximos e tinham com ele afinidades profissionais. Das transações comerciais existentes entre eles resultavam algumas dívidas, que o mercador mencionou e ajustou no momento de arrumar a sua vida terrena. Não se esqueceu, todavia, de praticar uma obra de misericórdia ao dar-lhes dinheiro para a aquisição de roupa.

Não certo de que os seus pedidos fossem ouvidos, no final do Testamento, o mercador voltou a solicitar a intercessão de todos os santos da corte celestial para o acompanharem no momento da passagem, de modo a alcançar a salvação da sua alma, fim último que desejava obter. Este reforço não é comum nos testamentos, mas estava relacionado com a incerteza e o medo que sentia do momento da passagem.

1.2. As últimas vontades de Maria Vieira

1.2.1. *Pera distribuir a pobres*

Maria Vieira faleceu a dois de dezembro de 1660, quase seis meses após ter feito o seu testamento. Este documento foi lavrado pelo tabelião Mateus Gonçalves e o codicilo foi redigido três dias antes do falecimento, quando já estava doente e deitada numa cama, mas na totalidade das suas faculdades. Provavelmente, o avanço da doença levou-a a fazer o codicilo para alterar o que tinha determinado anteriormente. As Ordenações Filipinas impediam o direito de testar aos que apresentassem perturbações mentais³⁷. Para obstar a futuras complicações, declarava-se nos testamentos as condições em que este tinha sido redigido. Desconhecemos os pormenores da doença e o caminho percorrido até à morte, mas sabemos que quando os fiéis

37 *Ordenações Filipinas*, Livro 4, título LXXXI, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, pp. 908-909.

estavam em perigo de vida deviam receber o sacramento da extrema-unção³⁸. Como atrás mencionado, a redação do testamento era um dos passos seguidos para alcançar uma boa morte. Nele eram saldadas dívidas espirituais e materiais³⁹.

Ignoramos as causas da sua morte, mas na doença foi assistida pelo sangrador Anastácio de Carvalho, que lhe aplicou diversas sangrias, sendo pago com 1.000 réis⁴⁰ e pelo boticário Manuel Fernandes, a quem foi preciso pagar após a sua morte 1.400 réis, dos remédios⁴¹. Sangrar era considerado necessário para equilibrar o organismo, ou seja, limpá-lo para depois poder ser tratado⁴². Esta forma de encarar a medicina tornou-se muito vulgar na Idade Moderna, conduzindo de alguma maneira a um número excessivo de sangrias feitas aos doentes. Maria Vieira manteve-se em casa durante o período de doença, como acontecia com as pessoas da sua condição social. Era na sua residência que recebiam os profissionais de saúde, faziam os tratamentos aconselhados e tomavam os remédios necessários. A benfeitora foi ainda cuidada pelas criadas que tinha e talvez pelas sobrinhas que viviam com ela. Pese embora a importância dos cuidados curativos prestados no domicílio na Idade Moderna, escasseiam os trabalhos que os analisam. As fontes para este estudo não abundam, mas os arquivos particulares de algumas casas senhoriais podem ser de relevância para esta matéria, que importa procurar, estudar e compreender.

38 *Constituições sinodais do Arcebispado de Braga, ordenadas pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Mattos Senhor no anno de 1639 e mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor d. João de Sousa arcebispo de Braga e primas das Hespanhas do Conselho de sua majestade e seu sumiller da cortina*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697, p. 59.

39 Rodrigues, Maria Manuela, “Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções: alguns exemplos das freguesias da Sé, Santo Ildefonso e Campanhã (1690-1724)”, in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. II, Porto, Governo Civil do Porto; Reitoria da Universidade do Porto, 1991, p. 326.

40 ADB, Fundo da Misericórdia *Livro dos títulos 1554-1609*, nº 446, fl. 93.

41 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Termos ou actas 1662-1678*, nº 8, fl. 93.

42 Lindemann, Mary, *Medicina e Sociedade na Europa Moderna*, Lisboa, Replificação, 2002, pp. 9-10.

O documento encontrava-se cozido com linha branca singela e possuía 12 pingos de lacre vermelho, seis de uma parte e seis de outra, dizendo tratar-se da sua última vontade. Foi assinado pela testemunha João Dias, alfaiate, que assinou arrego dela, mas também por outras testemunhas, onde os mercadores assumem uma forte presença. Num universo de sete, três eram mercadores e os outros estavam associados a negócios: um era ourives, outro tratante, um tosador e um alfaiate, como referimos, todos homens dos ofícios, um universo em que Maria Vieira era conhecida e reputada. Sublinha-se que a filha e esposa de mercadores viveu rodeada por eles, o que permaneceu até à sua morte.

Sem herdeiros forçados ascendentes ou descendentes, como seu marido tinha esclarecido anos antes, nomeou como herdeiras universais a sua alma e a Misericórdia da cidade, a qual depois de cumprir os legados que deixava, devia distribuir o restante pelos pobres⁴³. O testamento que mandou redigir é em muito semelhante ao do seu marido, demonstrando iguais preocupações no tocante à salvação da alma, mas também relativamente a outros aspetos da vida terrena, nomeadamente no que diz respeito à divisão do seu património⁴⁴. Esta estrutura encontra explicação nos manuais de bem morrer, que informavam sobre o procedimento a adotar. Pese embora as diferenças, já que a viúva ficou sua herdeira e esta escolheu a Misericórdia para lhe deixar parte da sua fortuna, existem pontos comuns no tocante ao cerimonial dos funerais, à presença de pobres, ao benefício aos presos, às mulheres, aos familiares e às beatas. A viúva investiu mais na família, nas criadas, nas beatas, em ordens religiosas, com particular destaque para os franciscanos, nas afilhadas⁴⁵ e em pessoas que lhe eram próximas, pois não tinha ascendentes

43 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos 1536-1566*, nº 450, fl. 32v.

44 O testamento constituía também um veículo de *transmissão de riqueza*. Leia-se Fernandes, Luís Miguel, “Entre público e privado, entre a Metrópole e o Império: testamentos nas misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVII)”, in *Revista Portuguesa de História*, nº 47, 2016, p. 217.

45 Constatamos o pagamento a cinco, que levaram dois mil réis cada uma, num total de 10 mil réis. Pedro de Aguiar mencionou apenas uma afilhada, a quem deixou 10 mil réis para um dote de casamento.

nem descendentes diretos a quem deixar a sua riqueza. Globalmente os dois testamentos apontam para a preocupação do cumprimento de várias obras de misericórdia, servindo no caso da viúva para beneficiar pobres e cuidar da salvação das suas almas.

Também não existem pormenores sobre o falecimento de Maria Vieira, mas acreditamos não se distanciar muito do que era usual. Estes momentos eram vividos no interior da casa, no aconchego dos mais íntimos e não eram normalmente relatados. Para preparar o decesso, mandou lavar o seu testamento, dispondo o que queria e como queria que a sua vida terrena fosse arrumada e também, dessa forma, preparou a vida além morte. Foi escrito numa altura em que ainda se encontrava relativamente bem de saúde, já o codicilo ocorreu num momento em que estava de cama e poucos dias antes da morte. Escolheu para testamenteiros três homens da sua inteira confiança: o primo cónego João Pinto de Eirado e, na sua incapacidade ou não aceitação, o licenciado Manuel Vieira, cirurgião, e na sua ausência o padre João Gomes Barreiros, seu sobrinho. Como se constata, pelo menos dois eram da sua família, pessoas próximas e a quem confiava o cumprimento do que determinava. Seria também o citado cirurgião seu familiar? Tê-la-ia assistido na doença? Não conseguimos responder a estas questões por falta de informação. A hierarquia estabelecida correspondia ao grau de preferência. Os 30 mil réis deixados ao testamenteiro destinavam-se ao pagamento do trabalho que teria na execução do testamento. Se compararmos o montante deixado por ambos aos respetivos testamenteiros, verificámos que o de Pedro de Aguiar é muito superior, o que se poderá explicar pelo cuidado do mercador em deixar uma quantia significativa ao cunhado para tratar da execução testamentária.

Sabedor do falecimento de Maria Vieira, o padre Inácio de Faria, do convento de São Francisco, apareceu com o testamento da falecida, que se encontrava guardado na referida instituição dentro de uma arca, perante Filipe Barbosa Palhares, juiz ordinário na cidade e cavaleiro da Ordem de Cristo. Frei Inácio declarou estar na posse do documento, que lhe entregara frei Pedro, religioso do convento de São Francisco, instituição situada extramuros da cidade de Braga.

Maria Vieira, assumia-se tal, como o marido, ser verdadeira católica e cristã, acreditando em tudo da Igreja Romana. À semelhança de muitos outros cristãos, declarava ser sua vontade colocar a sua alma no caminho da salvação, encomendando a sua alma à Santíssima Trindade, Nossa Senhora e aos santos, mas igualmente ao Senhor Jesus Cristo. A invocação do nome de Jesus Cristo está patente nos dois testamentos, numa demonstração mais da afeição e devoção que ambos lhe dispensavam. Rogou ainda ao Padre Eterno para a receber e tomou por sua advogada *Santa Maria Senhora*, a quem pediu a sua interceção, tal como à Corte Celestial e ao anjo da sua guarda. A invocação de Maria neste momento, tal como muitos outros faziam, no seu papel de mãe é demonstrativa da piedade contrarreformista⁴⁶. Solicitou à Virgem Maria para interceder por si junto de Jesus Cristo, a quem demonstrou tanta devoção e amor.

Pediu que o seu corpo fosse amortalhado por um hábito de São Francisco, confeccionado no convento de Bom Jesus da Franqueira, concelho de Barcelos. A menção ao local onde este devia ser feito foi deixada no codicilo. Oferecia três mil réis pelo hábito, mais 1.000 réis que o seu marido. Este montante foi alterado para 10 cruzados no codicilo, mas retirou o dinheiro a pagar pelo hábito⁴⁷. O féretro deveria ser conduzido pela Misericórdia, confraria de que era irmã, na tumba reservada aos confrades. As Santas Casas dedicavam um acompanhamento especial aos seus membros, seguindo o que estava prescrito nos seus compromissos. Tratando-se de um momento particular, todas se esmeravam nestas ocasiões de exposição pública e de última homenagem aos seus membros. Mas se a exposição pesava nestas alturas, para os que partiam, significava glória na terra, mas também a esperança de preces em favor das suas almas. Havia, pois que investir neste cerimonial, de modo a agregar esforços salvíficos.

O seu corpo levou ainda um crucifixo que a confraria de São João do Souto, de quem era irmã, lhe colocou. Cruzes, cristos, cálices,

46 Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações 1700-1830...*, p. 344.

47 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos 1536-1566*, nº 450, fl. 41.

panos ou outros objetos sagrados eram pedidos por alguns fiéis para serem colocados no caixão junto ao féretro, numa acumulação de amuletos e preces, entendidos como propiciadores de mais interceções pela salvação da alma. Quando este descia à sepultura, estes eram retirados e regressavam ao seu local de origem. Indicou também o local de sepultura, desejando que fosse na igreja de Nossa Senhora-a-Branca, no mausoléu que ela e o seu marido tinham mandado construir e onde ele jazia. Ter sepultura própria falava só por si da condição social de quem a possuía. As igrejas eram locais de sepulturas apenas para alguns, pois estas eram pagas e encontravam-se dispostas de forma hierarquizada. Os locais mais importantes eram reservados aos mais poderosos, estabelecendo-se nas Constituições Sinodais quem, por exemplo, podia ser sepultado na capela-mor⁴⁸. Maria Vieira desejou que o seu corpo tivesse *acompanhamento geral de clérigos*, à semelhança do seu falecido marido, a quem pagariam dois vinténs a cada um, bem como todas as confrarias de que era irmã, tal como tinha solicitado Pedro de Aguiar. Embora não tenha, tal como o seu marido, referido o número de sacerdotes, na freguesia da Sé, no Porto, ele variava entre 3 e 30, em finais do século XVII⁴⁹. Porém, como desejava mais sufrágios e simultaneamente um cortejo fúnebre grandioso, solicitou que outras irmandades a acompanhassem, mediante o pagamento de 200 réis a cada uma, devendo a Misericórdia cuidar desse e de outros pormenores. Como era seu desejo, a Santa Casa convocou outras irmandades, sendo 31 as que estiveram presentes no seu cortejo fúnebre⁵⁰.

48 *Constituições Sinodales do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo D. Sebastião de Matos no anno de 1639. E mandadas imprimir pela primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo de Braga...*, p. 295.

49 Confira-se Rodrigues, Maria Manuela, “Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções”, in *I Congresso Internacional do barroco. Actas*, vol. II..., pp. 334-335.

50 Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1662-1678*, nº 8, fl. 90v.

O acompanhamento fúnebre proporcionava às confrarias sair da sua igreja e do seu *território* e alargar o seu espaço de atuação⁵¹, ao mesmo tempo que eram confrontadas com congéneres que ofereciam os mesmos serviços. O facto de serem concorrentes, fez com que se esmerassem para nestes momentos públicos surgirem atraentes e grandiosas. A benfeitora foi ainda homenageada com a cruz da confraria de Nossa Senhora do Amparo. A avultada representação confraternal significa as intenções da defunta e a necessidade que teve de se proteger com orações e sufrágios. Se por um lado, estamos perante um significativo investimento na religiosidade popular, por outro é demonstrativo do enraizamento destas instituições junto dos crentes e ainda da capacidade financeira da defunta. Estas grandiosas celebrações fúnebres refletem a disponibilidade financeira de quem as determina, pois confrarias, cruces, bandeiras, opas, clero secular, pobres, beatas e ofícios divinos exigiam dinheiro para pagar todos estes serviços. O investimento resultava numa *impressionate manifestação de luto*⁵².

O desfile devia integrar ainda as beatas do recolhimento fundado conjuntamente com o seu marido, as quais estavam obrigadas a esta tarefa, mas também 24 pobres: 12 homens e igual número de mulheres. Estes seriam vestidos pela Misericórdia, devendo os homens usar roupa, calções, meias e chapéu e as mulheres mantéu, toucas, gibão e sapatos⁵³. Este número é o dobro do solicitado pelo seu defunto marido, o que sugere tratar-se de um gesto de maior piedade e talvez

51 Confira-se Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributo para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, p. 213, dis. de Mestrado policopiada.

52 Gouveia, António Camões, “A sacralização dos ritos de passagem”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir), *História Religiosa de Portugal*, vol. II..., p. 557.

53 Acerca de roupa distribuída pela Misericórdia aos pobres leia-se o recente trabalho de Ferreira, Luís Gonçalves, *Vestidos de caridade. Assistência, pobreza e indumentária na Idade Moderna. O caso da Misericórdia de Braga*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2020, pp. 112-155. Leia-se ainda Spufford, Margaret; Mee, Susan, *The Clothing of the common sort 1570-1709*, Oxford, University Press, 2017.

maior sensibilidade pelo lugar das mulheres. É sabido que na Idade Moderna as mulheres pobres eram em maior número que os homens, ou pelo menos foram sujeito mais expressivo de receção de esmolas, devido à sua fragilidade e condição⁵⁴.

Quadro 2. Despesas com o funeral de Maria Vieira

Despesas	Montante (em réis)
1º dia de missas, ofício, música e pobres	10.200
2º dia de missas, ofício e pobres	11.940
Com João Francisco da Costa, do enterro	50.830
Com sinos, incenso e moços do coro	720
Total	73.690

Fonte: ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos, 1636-1691*, nº 445, fls. 89, 91.

Como se refere, o montante gasto é muito elevado e só possível a uma pessoa rica. Fica, no entanto, por entender o montante pago a João Francisco da Costa, o mais robusto. Não temos a certeza sobre o destino deste volume de dinheiro, embora possamos admitir estar associado ao terceiro dia de missas. Após a morte, a Santa Casa começou a dar cumprimentos às suas vontades. Selecionando os pobres de acordo com o prescrito no compromisso deu preferência a pessoas de boa fama, virtude e recolhimento, uma vez que estas não deviam pedir pelas portas. Estavam também abrangidos os que estivessem doentes e ainda os que tivessem casa para morar. Os critérios estabelecidos inserem-se no que era corrente na época, o que, aliás, tem sido profusamente analisado na bibliografia existente. Todos os interessados deviam demonstrar as suas necessidades através de uma petição escrita, onde colocariam outra informação necessária para a instituição laborar com conhecimento⁵⁵. Em janeiro de 1661,

54 Para este assunto consulte-se Carbonell i Esteller, Montserrat, “Las mujeres pobres en el Setecientos”, in *História Social*, nº 8, 1990.

55 *Compromisso da Misericórdia de Braga 1631*, Braga, Francisco Fernandes de Basto, 1631, pp. 2-3.

a Mesa usou algum do dinheiro deixado pela defunta para reforçar a distribuição de roupa aos pobres, num contexto particularmente difícil, como era o de guerra em que Portugal se encontrava⁵⁶.

O acompanhamento de pobres não acontecia em todos os funerais, mas as pessoas mais abonadas em termos financeiros requeriam a sua presença, numa tentativa de angariar mais preces junto de Deus. Havia ainda quem desejasse que os pobres transportassem velas acesas, como aconteceu com Pedro de Aguiar, mas esse não foi o caso da benfeitora. Por serem pobres, acreditava-se que mais facilmente podiam ser ouvidos. Requerer a sua presença mediante pagamento ou praticar uma obra de misericórdia como foi a opção de Maria Vieira, que os mandou vestir, usando a caridade em favor da sua salvação foi o modelo seguido pelos que podiam suportar esta despesa⁵⁷. A todos a benfeitora solicitou que permanecessem até o seu corpo descer à sepultura, desejando que o acompanhamento se mantivesse enquanto o féretro estivesse sobre terra e não fosse desamparado no momento da última partida. A ideia da solidão amedrontava os crentes da Idade Moderna, acreditando que a sua presença os beneficiaria com as suas orações. Vários benfeitores exigiam esta condição, pois sabiam que muitas confrarias abandonavam o local mesmo antes do corpo ser sepultado, deixando-o desprotegido.

Padres, irmãos, confrarias, beatas e pobres a que se juntaram muito provavelmente os familiares e amigos constituíram o cortejo fúnebre de uma senhora rica da cidade de Braga em meados de seiscentos. Teve um *acompanhamento geral de cruces e de padres*, como tinha solicitado⁵⁸. Bandeiras, cruces e outros símbolos acompanharam também a tumba num espaço geográfico relativamente curto. Apesar da distância, o cortejo devia configurar uma representação grandiosa, que estivesse à altura do seu estatuto social.

56 Ferreira, Luís Gonçalves, *Vestidos de caridade...*, p. 115.

57 Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Lisboa, Colibri; CIDHEUS, 2015.

58 ADB, Fundo paroquial, Freguesia de São João do Souto, *Livro de óbitos 1649-1660*, fl. 59.

A benfeitora mandou que lhe celebrassem três ofícios de nove lições, ou seja, mais solenes, com 30 padres cada um, e missas gerais nos dias de celebração. Estes ofícios foram acompanhados de música e neles estiveram presentes também pobres⁵⁹. A celebração de três ofícios não estava ao alcance de todos, só os mais ricos os solicitavam, tal como a presença de tantos sacerdotes nestes momentos celebrativos. Só Maria Vieira e o seu marido mobilizaram na morte um volume muito considerável de sacerdotes para cumprir o que estipularam. Acresce ainda o facto de a viúva ter requerido música para o seu acompanhamento, o que aumentava os gastos, mas engrandecia a cerimónia⁶⁰. A alegria manifestada várias vezes em vida, mantinha-se também na hora da morte, usando a música para a demonstrar e acompanhar na sua derradeira viagem. Os 10.000 réis deixados aos frades carmelitas eram também para dizer um trintário de missas *de Santo Amador*. Mas como a missa se tornou o sufrágio mais popular⁶¹, solicitou que no dia do seu falecimento se celebrasse um dia de missas gerais no altar privilegiado de São Pedro de Rates, da Sé de Braga, pagando a cada clérigo três vinténs, forma em que acreditava para a auxiliar perante o Tribunal Divino. Para dizer estas missas gerais foi preciso pagar o toque dos sinos, o incenso gasto e ainda o serviço dos moços do coro⁶². Temendo o momento da passagem, os homens desenvolviam estratégias salvíficas para não o enfrentarem desprotegidos. Era, então, importante, que se celebrasse e implorasse pelo que acabava de deixar o mundo terreno, sendo a sua alma colocada perante Deus para enfrentar o primeiro julgamento⁶³. Muitos bracarenses, mas também

59 Só com pobres foram despendidos 50 mil réis. ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos 1636-1691*, nº 445, fl. 90.

60 Leia-se Chaves, Zuelma Paula Miranda Duarte, *O ofício de Defuntos-repertório monódico, em fontes portuguesas até c. 1700*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2017, p. 15.

61 Abreu, Laurinda, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, p. 192.

62 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos 1636-1691*, nº 445, fl. 89.

63 Durães, Margarida, *Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (Séculos XVIII-XIX)*, vol. II, Braga, Universidade do Minho, 2000, tese de Doutoramento policopiada, pp. 442-461.

habitantes de toda a diocese pediam missas celebradas no referido altar. São Pedro de Rates era um dos poucos altares privilegiados na época, o que se repercutia no elevado volume de missas que nele eram ditas, pois a crença de que os benefícios salvíficos eram maiores, levava a essa procura. Mais tarde, muitos outros altares das igrejas da cidade alcançaram em Roma igual estatuto, o que diminuiu um pouco a procura deste altar da Sé. Tal como o seu marido, recordou outras missas instituídas em conjunto para justificar o investimento na salvação da alma. Para a sua condição, Maria Vieira pensava que deveria instituir mais missas, o que já seu marido tinha reconhecido, indo de encontro ao comum na época para pessoas de estatuto semelhante, por isso, justificou-se afirmando *E não deixo mais missas porque tenho instituído a dita minha capella no Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo com missa quotidiana*, enumerando também todas as restantes. A escolha dos locais de celebração foi maioritariamente efetuada pelos dois. A viúva apenas acrescentou os três ofícios e o trintário, mas todo o resto foi planeado conjuntamente com o marido. Também neste pormenor decalcou o pedido por Pedro de Aguiar. A ligação do casal a várias confrarias é clara, no entanto, não as conhecemos todas, pois talvez a idade tenha impedido de recordar o seu número completo, acrescentando às que mencionou uma tábua, onde figurariam outras mais. Na hora da morte deixou 200 mil réis à confraria do Santíssimo Sacramento, da Sé, como garantia de cumprimento da missa cantada instituída no oitavário dos Fiéis Defuntos⁶⁴. Para além do legado, a benfeitora distinguiu-a no momento da morte com mais uma atribuição, mas igualmente com um fundo para cumprir o legado. A estratégia de alargar as últimas vontades a várias instituições era comum e procurava, na eventualidade de uma falhar, que fossem cumpridas por outras, assegurando as preces em favor da salvação da sua alma.

Após declarar as obrigações com o seu funeral e as missas, a viúva tratou dos bens terrenos e da sua distribuição. Nomeou o dinheiro que tinha a juro e a situação em que ele se encontrava, as peças de ouro e prata que possuía, os bens móveis, os bens de raiz e o

64 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos 1536-1566*, nº 450, fl. 32.

patrimônio da loja. Com a sua fortuna decidiu privilegiar os pobres, as beatas e algumas pessoas do seu sangue. Como muitos outros, o testamento serviu para distribuir parte da sua herança por alguns familiares, amigos e pobres. Este foi mais um momento e a forma de deixar transparecer afetos e relações de amizade⁶⁵. Ao hospital de São Marcos, instituição já anteriormente amplamente beneficiada, a viúva deixou toda a sua roupa de linho que tinha em casa, bem como as camas, colchões, enxergões, cabeçais, mantas e cobertores brancos. Esta roupa encontrava-se guardada numa arca grande. Sabedora do enorme gasto de roupa que se fazia no hospital, a benfeitora decidiu ajudá-lo num momento importante, consideradas as elevadas despesas que a instituição conhecia na ocasião. Alguns benfeitores deixaram a sua roupa branca a instituições de caridade, nomeadamente a hospitais. Aconteceu com reis, rainhas e duques, mas também com pessoas comuns, que sabiam do desgaste a que a roupa estava sujeita, do seu alto preço e da necessidade que os hospitais tinham deste bem⁶⁶. Como era cara, a roupa hospitalar era escassa, encontrava-se muito frequentemente em mau estado, sendo descrita como velha e, por vezes, muito velha. Quando existem róis, é possível constatar que eram poucas as peças novas. Para além dos pobres enfermos beneficiou outros, nomeadamente os que no dia do seu falecimento e nos três dias dos ofícios se deslocassem a sua casa. Seriam auxiliados com três réis cada um, o que potenciaria a presença destes necessitados na sua moradia. Esta curiosa forma de distribuição faz centrar na sua casa, logo na memória dos que a presenciavam, um volume de pobres a quem se daria esmola, publicitando a dádiva. Mais do que centrada na pessoa, agora desaparecida, a esmola simbolizava a casa em que residira e de que esta fora proprietária, vinculando o seu patrimônio simbólico para além da morte dos seus donos. Recordou os doentes,

65 Leia-se para esta temática Durães, Margarida, “Os Testamentos e a História da Família”, conferência proferida no âmbito do Mestrado em Demografia, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, 2004, p. 7.

66 Alguns legatários serviam-se da roupa de cama que possuíam ou de parte dela para a deixarem aos hospitais da sua localidade, praticando uma outra obra de misericórdia.

os pobres, as mulheres e os presos. Os encarcerados do Castelo e do Aljube receberam também a atenção da viúva, tal como tinha feito seu marido. Aos homens detidos na cadeia do Castelo deixou dois mil réis, enquanto às mulheres mil réis, dinheiro que seria repartido pelo carcereiro. Já os encarcerados no Aljube receberiam mil réis e as mulheres quinhentos. A entrega era feita ao aljubeiro para os distribuir pelos presos⁶⁷. Os montantes deixados a cada cadeia pode estar associada ao volume de detidos e a separação entre homens e mulheres também, uma vez que os estudos sobre esta temática têm demonstrado ser mais elevado o volume de homens do que o de mulheres⁶⁸. A atenção prestada aos presos esteve provavelmente associada ao conhecimento que tinha do seu quotidiano, marcado por muitas necessidades⁶⁹. A moradia do casal estava localizada muito perto das duas cadeias e a viúva acompanharia o que lá se passava. Sem recursos para pagar a sua carceragem e correr com os seus processos judiciais, os presos pobres viviam da caridade pública e privada, embora os legados para presos não sejam comparados aos deixados a outros pobres, mercedores de maiores atenções. As informações sobre estas duas cadeias da cidade são muito poucas. Infelizmente, os seus arquivos parecem ter desaparecido, existindo somente informações avulsas, o que não permite conhecer os espaços carcerários, os seus habitantes e o seu quotidiano.

67 A propósito dos legados para presos veja-se Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto. Entre a cadeia e a Misericórdia (1735 a 1740)*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2014, p. 140.

68 Lopes, Maria Antónia, *Pobreza Assistência e Controlo Social, Coimbra (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage, 2000, pp. 537-544; Iglesias Rodríguez, Juan Manuel, “Conflictos y resistencias femininas. Mujeres y Justicia en la España Moderna”, in Torremocha Hernández, Margarita; Corada Alonso, Alberto (ed.), *La mujer en la balanza de la Justicia (Castilla y Portugal, siglos XVII y XVIII)*, Valladolid, Castilla Ediciones, 2017, p. 18.

69 Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp. 31, 64; Lopes, Maria Antónia, “Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 101-126.

Um dos setores sociais que marcou a vida deste casal foi, para além dos doentes, as mulheres. Maria Vieira expressou essa preocupação novamente no seu testamento ao ordenar a compra de um campo e de casas para suporte financeiro do recolhimento, e ao deixar-lhes a devesa da Andrias, com a condição das recolhidas não a venderem⁷⁰. Esta propriedade serviria de garante para situações eventualmente complicadas, que poderiam surgir no futuro. Ter terra representava um património que poderia ser usado para múltiplos fins. A benfeitora pressentiu as necessidades futuras e reforçou a base económica da instituição com mais bens patrimoniais.

Algumas comunidades religiosas foram igualmente incluídas na herança: aos religiosos do convento de São Francisco de Braga deixou dez almudes de vinho maduro⁷¹ e 20 alqueires de trigo e aos do convento do Bom Jesus de Franqueira o mesmo. No codicilo beneficiou este último convento com mais quatro lençóis novos. Aos frades Carmelitas Descalços de Braga deixou 10 mil réis, mas estabeleceu como condição a celebração de um trintário de missas *com sua reza* e aos religiosos do colégio de São Paulo de Braga 100 mil réis para a aquisição de cera destinada às cerimónias das Quarenta Horas e das Endoenças⁷². Recorde-se que nesta igreja o casal tinha instituído duas missas perpétuas nos momentos assinalados. Dispendiosa e gasta em grande quantidade, a cera era cara sendo a ajuda bem recebida, porquanto o uso deste bem obrigava ao desembolso de muito dinheiro por parte das instituições promotoras destas cerimónias religiosas. A análise desta distribuição aponta para uma clara preferência pelos franciscanos, seguida dos jesuítas e dos frades carmelitas. Simultaneamente, reforça o que temos vindo a afirmar sobre a benfeitora, senhora profundamente religiosa e de forte ligação à Igreja e às suas instituições, beneficiando-as em vida

70 ADB, Fundo da Misericórdia, 7º livro dos títulos, nº 37, fls. 32v., 36, 37.

71 Para a preferência deste vinho no mosteiro de Tibães em seiscentos leia-se Ramos, Anabela; Claro, Sara, *Alimentar o corpo, saciar a alma. Ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVII*, Porto, Afrontamento, 2013, pp. 80-85.

72 ADB, Fundo da Misericórdia, 7º livro dos títulos, nº 37, fls. 35v.-36.

e na morte. A ligação da viúva a várias ordens religiosas da cidade e de fora dela é demonstrativa da proximidade que mantinha principalmente aos franciscanos e aos jesuítas, por quem seria também naturalmente influenciada.

Embora sem descendentes diretos vivos na hora da morte, Maria Vieira recordou os que lhe estavam ligados por sangue, nomeadamente irmãs, sobrinhas e sobrinhos, mas também os que lhe eram próximos afetivamente. No seio familiar distinguiu as suas irmãs, sobrinhas e primas: a sua irmã Úrsula da Ressurreição recebeu 20 mil réis; Ana Vieira, sua irmã, que residia numa casa sua da rua do Souto, deixou que nela permanecesse, assim como as 30 medidas de pão terçado de milho e centeio que lhe pagava Francisco Jorge e ainda as 40 medidas de pão que lhe pagava António Gonçalves, ambos da freguesia de Esporões. Esta sua irmã ficava impedida de vender a casa e as medidas de pão e na eventualidade de levantar algum problema sobre isso, seria privada da herança. Esta segurança, era, por vezes, estabelecida pelos testadores, prevendo eventuais problemas e fazendo prevalecer a sua vontade. O destaque desta irmã na herança era testemunha da preocupação que mantinha com ela, procurando que a mesma não passasse necessidades, pois com as medidas de pão estava garantida a sua subsistência. As condições que lhe impunha devem ser igualmente entendidas nesse sentido. Para poder viver sem constrangimentos era fundamental que não ficasse privada de residência e de alimentação, pagando, por exemplo, dívidas do negócio do seu marido, como anteriormente tinha acontecido.

Duas sobrinhas de seu marido e que residiam consigo, por serem órfãs, receberam 50 mil réis cada uma. A Balbina e Francisca, filhas de sua prima Maria Pinta, mulher viúva, deixou 100 mil réis a cada uma. Posteriormente, no codicilo retirou esta herança a estas duas últimas raparigas, como aconteceu a Ana Pais, sua sobrinha, viúva, que no testamento tinha sido beneficiada com 100 mil réis⁷³. Mas no pagamento que a Misericórdia efetuou após a sua morte, cumprindo

73 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos 1536-1566*, nº 450, fl. 40v.

os seus legados registou 200 mil réis entregues a duas sobrinhas⁷⁴. Tratou-se de Joana da Silva e Mariana da Silva, moradoras no Campo de Santa Ana, mas que deveriam ter recebido 50 mil réis cada e não 100 mil réis. Permanece a dúvida se a Santa Casa atuou por engano ou se o registo contém um erro. Nomeou ainda mais uma mulher chamada Maria Borges, sem contudo, estabelecer a relação que tinha com ela, referindo que lhe deixava 20 mil réis. No leque das familiares, mencionou ser sua vontade acrescentar aos dotes que a Misericórdia distribuía anualmente às suas familiares e do seu marido mais 20 mil réis, perfazendo o total de 60 mil réis. Na eventualidade da Santa Casa discordar desta determinação, os seus testamenteiros anexariam este montante no recolhimento de Nossa Senhora de Penha de França para o transformar em convento de franciscanas. A todas as suas afilhadas vivas mandou entregar dois mil réis a cada uma para aquisição de um manto⁷⁵. As criadas foram também beneficiadas: Maria Rata com 30 mil réis, mas com a advertência de que apenas seriam entregues se ela não os desse em sua vida, já Domingas seria recompensada com 20 mil réis, pelos serviços que lhe prestava, ficando sem direito a qualquer outro pagamento. Com estes montantes, a viúva entendia pagar às criadas que a serviam dentro de casa. A João Vieira, seu *mosso familiar*, da freguesia de São Pedro d’Este, deixou 50 mil réis. Mais tarde, no codicilo acrescentou-lhe a cama em que se encontrava e a possibilidade de residir na sua residência durante quatro anos. Na eventualidade de não querer morar nela, podia alugá-la durante o mesmo tempo, período em que trataria dos negócios do recolhimento. Também no codicilo acrescentou mais benefícios às suas duas criadas. A Maria Rata doou um vestido de sargeta, guarnecido de passamanes e uma cama composta por colchão, travesseiro, fronha,

74 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de títulos 1636-1691*, nº 445, fl. 91.

75 Verificámos serem sete as raparigas a quem foi entregue o montante deixado pela madrinha. Sobre a relação das madrinhas com as afilhadas consulte-se Rey Castelao, Ofelia, “Afetos creados: madrinhas de socorro y de aparato en galicia occidental en el tránsito de la edad moderna a contemporânea”, in Jarque Martínez, Encarna, *Emociones familiares en la Edad Moderna*, Madrid, Sílex, 2020, pp. 245-276.

dois lençóis, um cobertor e ainda uma caixa das que tinha em casa. Domingas recebeu também mais um vestido novo, no valor de 20 mil réis, uma cama de roupa e uma caixa igual à da Maria. Não deixa de ser interessante constatar o reforço da herança deixado às suas criadas e a João Vieira, criado na sua loja e pessoa da sua inteira confiança. Mas também seu familiar. Sobre Maria Rata e João Vieira a informação é escassa, conhecemos apenas a naturalidade dele e a sua ligação a Maria Vieira. Ela pode ter vindo para a cidade por razões de trabalho e aí conhecido o que será seu marido. Ele realizou uma viagem curta, num movimento entre duas terras vizinhas, que mediava cerca de meia dúzia de quilómetros, sendo a deslocação provavelmente motivada pelo trabalho na loja de sedas da prima.

Às duas irmãs donzelas do licenciado Estevão Pessegueiro deixou 100 mil réis a cada uma e à beata Francisca das Chagas, do recolhimento que fundara com o marido, mandou dar 12 mil réis. Também a Catarina Ferreira, da rua Nova, mandou entregar o seu vestido de veludo preto, tal como estava e ainda um gibão de tela. Com estas mulheres não foi estabelecida nenhuma relação familiar, o que nos leva a pensar tratar-se de pessoas que lhe eram próximas e amigas⁷⁶. Dos passamanes que possuía, ordenou que fossem dados no valor de 20 mil réis à mulher do ajudante José de Sousa e a Ângela Quinteiro foi oferecido um vestido de saragoça inteiro, novo. Este homem, por ser pobre, recebeu da Misericórdia uma caixa e duas cadeiras de pau, talvez em reconhecimento dos serviços prestados à defunta. Maria Vieira admitia uma outra possibilidade: se em sua vida oferecesse os bens e o dinheiro nomeados às pessoas declaradas, não receberiam nada após a sua morte. Reservava ainda para si a possibilidade de ser ela a dar, permanecendo o perfil de mulher forte e determinada, como sempre se apresentou.

A atenção conferida às mulheres é muito forte na vida deste casal e muito particularmente na da viúva. Através de dinheiro, medidas de pão, casa e roupa, Maria Vieira protegeu o sexo feminino,

76 ADB, Fundo da Misericórdia, 7º livro dos títulos, nº 37, fls. 36-37v., 40.

reforçando as condições de sobrevivência às beatas, aumentando a possibilidade de casar às órfãs suas familiares, deixando dinheiro a mulheres suas conhecidas, protegendo em casa familiares órfãs, vestindo e dando pousada a sua irmã Ana Vieira, através da casa da rua do Souto, comprada particularmente para a albergar, ajudando afilhadas e vestindo mulheres.

A escrita do codicilo serviu para alterar algumas doações e penalizar certas familiares. Serviu também para atualizar a situação da herança, pois no referente ao ouro foi mencionado que algum foi vendido e outro oferecido, tal como aconteceu a um cordão. Esta menção significa que Maria Vieira começou no final de vida a repartir a sua herança, fazendo-o pelas suas próprias mãos.

Símbolo e demonstração de poder e riqueza, a sumptuosidade dos dois enterros aproximava-os da nobreza, ao recordar os criados da casa, os pobres, os sacerdotes, as Ordens Religiosas e os membros religiosos da família, mas também as obras de caridade, nomeadamente a entrega de roupa ao hospital, mas todas as restantes, assim como o elevado número de missas ditas pela alma dos dois.

Após a morte da benfeitora, a casa e loja ficaram de certa forma desamparadas e na mira dos ladrões. Não sabemos quando, mas a moradia foi alvo de um assalto onde estiveram envolvidas várias pessoas pouco tempo passado após a morte da viúva. A documentação existente não fornece muita informação sobre a questão, mas constata-se que o juiz Gonçalo de Araújo de Brito foi o responsável por uma devassa, que acusou 13 homens. Embora se saiba pouco sobre este caso, a violência integrava o quotidiano das populações⁷⁷. Em janeiro de 1662, a Mesa da Misericórdia constatando o grande trabalho e o muito tempo despendido pelo citado juiz, acordou compensá-lo com 8.790 réis, montante que João Gomes de Abreu devia a Pedro de Aguiar. Em outubro do ano anterior, os religiosos da Companhia de Jesus da cidade entregaram à Santa Casa 960 réis de *huma restituição de*

77 Neto, Margarida Sobral, “A violência em Portugal na Idade Moderna: olhares historiográficos e perspectivas de análise”, in *Revista Portuguesa de História*, nº XXX VII, Coimbra, 2005, pp. 927.

*hum furto que fizeram da fazenda de Maria Vieira*⁷⁸. Interrogamo-nos sobre o papel dos jesuítas neste processo, mas as fontes não permitem outras considerações. Sem outros pormenores, sabemos apenas que a casa e loja foram assaltadas, tendo sido encontrados alguns culpados e algum dinheiro restituído. Os ladrões não foram identificados mas a cidade encontrava-se com muita agitação, provocada pela passagem de militares para a frente do Minho da Guerra da Restauração e cheia de mendigos e vagabundos, mas também de soldados, alguns deles fugidos da frente da batalha, no Alto Minho⁷⁹. Os pobres eram tantos que a Misericórdia teve de tomar medidas adicionais e reestruturar a sua forma de atuação para satisfazer um volume cada vez maior de gente que pedia para sobreviver.

Com o rol dos acusados, a confraria tratou de os colocar na Justiça, tendo o mesário João de Sousa ficado encarregue de agilizar o processo das demandas da confraria e principalmente dos culpados que roubaram o património deixado por Maria Vieira⁸⁰. A confraria demonstrava atuar com diligência e enviar para a cadeia os ladrões, para serem punidos pelo assalto cometido.

As heranças recebidas estavam sempre associadas a encargos, porém para além dos assumidos em muitos casos surgiam outros que implicavam o recurso à Justiça e a gastos suplementares. Quase sempre arrastavam também o atraso no cumprimento dos legados, pois era necessário esperar pelo desfecho dos processos para se conhecer o resultado. Na herança da defunta, o inesperado aconteceu, devido ao furto registado e à tramitação do processo na Justiça. Esta ocorrência obrigou a Misericórdia a tomar medidas de segurança e a agilizar o processo de venda. Teve de contratar homens para na casa da viúva, após o roubo, guardar o seu recheio, de modo a que este não continuasse

78 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1662-1678*, nº 8, fl. 3; *Livro de termos ou actas 1653-1661*, nº 7, fl. 183v.

79 A propósito das consequências desta guerra confira-se Costa, Fernando Soares, “As forças sociais perante a guerra: as cortes de 1645-46 e de 1653-54”, in *Análise Social*, vol. XXXV, 161, 2002, pp. 160-162.

80 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de Termos ou actas 1662-1678*, nº 8, fl. 14.

a ser alvo dos larápios. Ao todo foram quatro homens que vigiaram e cuidaram do património: João Vieira, o seu sobrinho e homem de confiança, o *Lopes*, também citado por Maria Vieira, pensamos que seria igualmente empregado da loja, o *Lomba e o hospitaleiro*. A Santa Casa serviu-se de pessoas da sua confiança e da confiança da defunta, algumas delas profundas conhecedoras da moradia e do seu património, para neste momento delicado guardarem o património existente.

1.2.2. Um fim anunciado: a Misericórdia e a venda dos bens de Maria Vieira em leilões

Após a morte, a Misericórdia, enquanto herdeira universal, resolveu vender os bens que a defunta possuía, tal como normalmente acontecia em casos semelhantes. O processo decorreu no decurso de vários meses de 1661, contou com o escrivão Miguel António Nogueira, responsável pelo inventário, e com a assistência dos juízes Filipe Barbosa de Palhares e Gonçalo de Araújo de Brito. A venda iniciou-se em maio com a alienação dos bens móveis, mas como *eram muitos e se não podião vender a porta da Caza desta Mizericordia assentarão se vendesse na Caza da dita defunta*. Estando a residência situada num largo, o rossio do Castelo, o espaço para apresentar os móveis e instalar os interessados era consideravelmente superior ao existente em frente da Santa Casa. Essa terá sido a razão da escolha deste local. Neste primeiro momento nem todos os bens móveis foram vendidos, porquanto encontramos alguns a sê-lo no mês seguinte. Teriam sido postos em leilão e não apareceram compradores? Ou a Misericórdia não vendeu pelo preço oferecido? Não foram muitos, mas neste caso encontram-se algumas caixas pequenas, velhas, uma espada, um fogareiro velho e um saleiro.

No mês de julho, e após a arrematação dos citados bens, o restante recheio foi vendido, em leilão, na casa do Despacho da confraria⁸¹.

81 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Títulos 1636-1691*, nº 445, fl. 59.

Tratando-se de poucos objetos, o espaço foi considerado compatível com a situação. A Santa Casa manteve ativa uma política de vender em leilão alguns bens recebidos, com particular destaque para o século XVII. Os proventos resultantes destas vendas eram entregues ao tesoureiro e aplicados segundo as determinações da Mesa⁸².

Os bens de Maria Vieira foram leiloados em diferentes alturas. Na documentação existente contaram-se 159 compradores, todos masculinos, com exceção de uma mulher que adquiriu um retalho de tecido roxo e mais duas caixas pequenas velhas, no valor de 780 réis. Sublinhe-se também a compra de tela branca pelas religiosas do convento de Nossa Senhora da Conceição, da cidade, no valor de 1.600 réis, as quais se fizeram representar por um solicitador. Todos os restantes foram homens, que adquiriram panos ou objetos de ouro e de outros materiais para si, a sua casa e alguns, muito provavelmente, para as suas esposas. Pertenciam a vários estratos sociais, com particular relevo para os mercadores, muitos deles residentes na rua do Souto e em artérias próximas, mas também de algumas vilas vizinhas. Encontramos ainda muitos clérigos. Entre eles destacamos o reverendo Hipólito Carvalho, arceidiago de Vermoim e cónego da Sé de Braga. Muito rico e poderoso, deixou o seu nome associado não somente ao Cabido da Sé, mas também à Misericórdia local, onde assumiu o lugar mais importante, sendo seu provedor durante vários mandatos (1653-1654, 1661-1662 e 1667-1668). Refira-se, aliás, que adquiriu durante a provedoria vários objetos vendidos em leilão. Os livros de registo de algumas paróquias da cidade de Braga demonstram as suas redes de poder e sociabilidade, ao testemunhar vários atos religiosos, mas também ao apadrinhar muitas crianças. Surge associado à venda de bens promovida pela Misericórdia, efetuando compras por diversas vezes. Adquiriu panos de lã, seda, chamelete, tafetá e ligaduras. Mas outros cónegos seguiram-lhe o exemplo e foram também ao leilão comprar o que precisavam. Para além dos cónegos, muitos outros sacerdotes estiveram presentes e adquiriram bens. De entre os clientes

82 Sobre este assunto consulte-se Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Composição da irmandade, administração e recursos (Das origens a cerca de 1910)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Autora, 2003, pp. 532-537.

sublinhe-se a presença de vários cónegos da cidade, homens de poder e dinheiro que também se afirmavam pela indumentária que ostentavam. Outros integravam ordens religiosas e adquiriam principalmente meias de seda. O capelão da Santa Casa foi também um dos compradores. Não se pense, todavia, que todos os padres tinham capacidade económica para aceder a estes bens de luxo. O clero secular passava, por vezes, por dificuldades acrescidas, principalmente em situação de doença, velhice ou a sofrer de outro qualquer infortúnio. Nessas situações recorria ao crédito, mas também à caridade para prover algumas das suas necessidades⁸³. Também os homens do Exército viram nesta ocasião uma oportunidade de adquirir o que necessitavam. Outro grupo representado foi o dos ourives da cidade. A sua presença demonstra a aquisição de ouro em segunda mão para vender ou fundir e fazer outras peças. Entre os compradores encontramos ainda um hospitaleiro, um camponês, um cirurgião, um notário, um serrador, um servo da Misericórdia e até familiares da falecida. O cónego João Pinto de Eirado adquiriu vários bens nos leilões⁸⁴. Como se constata, a clientela dos mercadores era gente de posses. Tinha poder para adquirir bens de luxo, como eram os retrós, as borlas, as meias de seda e ainda outros tecidos caros.

A descrição das peças possibilita aceder à cor e aos tecidos. Mais do que noutra ocasião, este rol permite analisar uma loja muito recheada de tecidos, mas também de outros bens, nomeadamente de meias de seda, vendidas em grande quantidade. Pequenas e grandes, estas meias eram vermelhas, azuis, rosa e verdes. Havia-as também de lá, sendo brancas e azuis. A paleta cromática é alargada e as opções eram também várias. Existiam panos de lã, seda, fustão, lama, serafina, veludo, camelão, cetim, damasco, pinhoela, chamelote, tafetá, tela, pelusa, e

83 A Misericórdia de Braga ajudou com roupa alguns sacerdotes da cidade que lhe solicitaram apoio. Leia-se Ferreira, Luís Gonçalves, “Pobres vestidos de preto: assistência, indumentária e esmola a padres em Braga (séculos XVII-XVIII)”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)*, Braga, Lab2PT, 2019, pp. 17-18.

84 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos Títulos 1636-1691*, n.º 445, fls. 67v.-68. Comprou dois arráteis e meio de franja de barbilho e linha, pagando 2.500 réis. Mais tarde, adquiriu mais 36 côvados de damasco branco e um gibão de mulher vermelho *aparelhado*.

tela acabelada, talim, damasquillo, barbilho, cambraia e ligaduras. O casal de mercadores tinha uma loja muito bem apetrechada com vários tecidos, linhas, meias e outros bens. Existiam tecidos nacionais, em maior quantidade, mas também estrangeiros, demonstrando o alcance das relações comerciais destes mercadores. As meias e os panos foram procurados essencialmente por clérigos e mercadores. A arrematação dos bens permite detalhar alguns produtos vendidos. A loja tinha fita de cardaço, fita estreita, fita tostada e meia fita. Os tecidos foram vendidos aos retalhos, aos côvados, às terças, às varas e às onças. Constata-se ainda a existência de padrões lisos e com flores, ou ainda com flores de ouro. Venderam-se também mangas velhas e novas e uma albarda já usada. Embora a esmagadora maioria dos tecidos da loja fossem novos, no leilão apareceram também peças velhas. João Pinheiro comprou um côvado de veludo verde muito velho por 400 réis, assim como o cónego Gonçalo de Araújo Brito adquiriu 17 côvados de camelão pardo de lã desbotada, no valor de 2.980 réis⁸⁵. Estas menções sugerem a existência destes panos na loja há muito tempo, tendo a luminosidade retirado intensidade ao tinto.

A 30 de junho de 1661, a Misericórdia decidiu entregar *duas vestimentas de damasco banco e seus sabastros de brocatel e outra de chamelote* à confraria de São João do Souto, instalada na igreja de mesmo nome, e sede religiosa da paróquia onde o casal de mercadores residiu, com a justificação de que Maria Vieira lhe tinha deixado esses bens⁸⁶. Esta menção não figura no testamento, nem no codicilo, mas pode ter sido feita oralmente, sendo desejo dos irmãos da Misericórdia cumprir todas as suas vontades.

Para além da arrematação que decorreu em vários dias e meses foi também necessário cobrar dívidas, arrendamentos e penhores. Para reaver o dinheiro que andava a juro, a Santa Casa teve em alguns casos de recorrer à Justiça, como aconteceu com António Correia, cidadão da cidade, que devia 290 mil réis. Noutros, cobrou apenas parte da

85 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos 1636-1691*, nº 445, fl. 84.

86 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos 1636-1691*, nº 445, fl. 72.

dívida, perdando o restante em função da pobreza dos devedores, quer nos que tinham entregue penhores, quer nos restantes.

Maria Vieira tinha determinado que João Vieira, seu servidor, morasse na sua casa durante quatro anos, podendo, se desejasse, alugá-la durante o mesmo tempo, porém, em 1662 a Misericórdia resolveu vendê-la, assim como as restantes moradias que tinha, mas teve que indemnizar o citado sobrinho da defunta. A Misericórdia deu 90 mil réis a João Vieira pelos quatro anos que estava autorizado a residir na casa da benfeitora⁸⁷. João Vieira e Maria Rata preferiram o dinheiro a permanecer na casa durante o tempo previsto. Com ele podiam comprar uma casa, estabelecer-se como família ou ainda montar um pequeno negócio. O provedor da Santa Casa alegou ser *necessario venderem se para comprar juro visto serem de prazos que a Santa Caza nao pode possuir conforme assi evitando se devendo que se pusessem a pregão*⁸⁸. A casa do rossio do Castelo foi posta em pregão e arrematada por Pedro Gomes Pedrosa, pelo valor de 851 mil réis. O montante é consideravelmente baixo, se atendermos ao custo da construção. Num arco temporal de cerca de 40 anos, a casa desvalorizou aproximadamente $\frac{1}{3}$, embora desconheçamos a data exata em que foi edificada. Porém, se atendermos à data de casamento do casal, percebemos a desvalorização do imóvel. As casas da rua do Souto foram também arrematadas em leilão pelo arcediogo do Barroso no valor de 450 mil réis e uma outra em que viveu Inácio Francisco da Costa foi comprada igualmente em leilão por 360 mil réis, por Pedro de Arcas, mercador⁸⁹. Só na venda destas casas, a Misericórdia arrecadou 1.661 réis. O capital alcançado com a venda destas moradias da rua do Souto foi arrendado a juros pela Santa Casa⁹⁰. Para além das moradias foram também vendidas propriedades rústicas, quer ao cónego João de Meira Carrilho, quer a outras pessoas⁹¹.

87 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1662-1678*, nº 8, fl. 89v.

88 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1662-1678*, nº 8, fl. 6v.

89 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1662-1678*, nº 8, fl. 6v.

90 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1661-1678*, nº 8, fl. 6v.

91 ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1662-1678*, nº 8, fl. 85v.

O rol das vendas demonstra outras atividades a que o casal se dedicava e que Maria Vieira manteve. Alugava panos de seda para as Endoenças e tinha gado bobino a ganho nos caseiros de Fraião⁹². Como aventamos no capítulo II, o casal estava ligado aos armadores da cidade e mantinha relações com alguns desses homens. O fornecimento de panos a armadores é comprovado nesta passagem e demonstra o recurso à loja do mercador para a sua atividade. Braga com as suas muitas igrejas e confrarias era uma cidade com muitas festas, constituindo a semana santa um dos momentos de maior esplendor das suas igrejas. Na Misericórdia, a festa das Endoenças, com o dia de quinta-feira à cabeça, era a principal realização religiosa. Os clientes de Pedro de Aguiar e Maria Vieira não são identificados, mas o fornecimento de panos de seda, ainda que alugados, exigia meios financeiros para os poder pagar. A ligação do mercador a estes homens patenteia uma outra realidade: as suas redes alargaram-se para além dos mercadores, dos clérigos e das instituições referidas. Pedro de Aguiar era um homem muito bem inserido na sociedade bracarense, com relações estabelecidas no seu tecido social e nos seus diversos setores.

Contrariamente a outros casos, Maria Vieira praticamente não tinha dívidas. Mulher de negócio, a viúva podia ter deixado algumas coisas por pagar, mas no rol da venda dos seus bens apenas se mencionam duas pequenas dívidas⁹³, o que, de facto, não tem significado num considerável volume de negócios que manteve até à morte.

A análise dos testamentos de ambos demonstra que por não terem herdeiros forçados ascendentes e descendentes investiram uma parte significativa da sua riqueza na caridade e no além-túmulo, na esperança de uma passagem menos prolongada no Purgatório, enquanto a outra foi direcionada para a família, mas em partes desiguais.

92 Os bois que se mataram no açougue da cidade renderam 9.450 réis para a Misericórdia. ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro de termos ou actas 1662-1678*, nº 8, fl. 82.

93 Uma a Gaspar da Mora, de um arrátel de carmesim, no valor de 4.100 réis e outra a Francisco de Miranda, do campo das Porcas, no valor de 400 réis, sem mais informação. ADB, Fundo da Misericórdia, *Livro dos títulos 1636-1691*, nº 445, fl. 90v.

CONCLUSÃO

Este livro dá rosto a um casal de mercadores da cidade de Braga do século XVII, demonstrando, por um lado a construção da sua riqueza e o uso que dela fizeram, assim como a ascensão social protagonizada. Entre os muitos campos de atuação, destacamos o exercício da caridade, principalmente junto dos doentes e das mulheres. Em simultâneo, possibilita-nos analisar e compreender universos mentais marcados por uma Igreja controladora e muito presente na vida dos crentes, assim como conhecer traços largos da vida da cidade, dos seus habitantes e das suas instituições.

As informações esparsas que íamos encontrando em diferentes livros de registo existentes no arquivo da Santa Casa, mas principalmente a lápide ainda hoje patente no edifício que foi o hospital de São Marcos incentivou-nos a uma investigação mais profunda sobre a vida do casal Pedro de Aguiar e Maria Vieira. O cruzamento de fontes existentes nos diferentes fundos do Arquivo Distrital de Braga com os de outros arquivos públicos e particulares permitiu-nos conhecer não toda a vida dos nossos protagonistas, mas uma boa parte dela. Direcionamos igualmente a nossa atenção para os arquivos centrais, onde os protagonistas deixaram rastros da sua atividade.

Como seria de esperar, tratando-se de pessoas provenientes de gente do comércio e dos ofícios, a infância de Maria Vieira e de Pedro de Aguiar não é conhecida, pelo que as informações que possuímos e estudámos são referentes à sua vida adulta, principalmente após o casamento. Foi a partir do momento em que contraiu matrimónio com uma filha de mercadores que Pedro de Aguiar iniciou um percurso de construção de riqueza e poder, que o catapultou para a ocupação

de cargos em muitas instituições da cidade, facto que lhe conferiu muita visibilidade pública. A pertença conjunta em muitas confrarias de Braga e a integração como familiar do Santo Ofício aconteceram na década de 20, ao mesmo tempo que a fortuna se ia acumulando, possibilitando a construção de uma moradia, no local onde pulsava a vida económica, social, religiosa e administrativa de Braga. Pela loja de sedas que possuíam na parte inferior da casa passavam as pessoas mais importantes e endinheiradas da cidade, com quem o mercador mantinha contacto e estabelecia relações. Falamos de membros do clero, da nobreza e da burguesia. Inserido nos mercadores da cidade, Pedro de Aguiar encontrou neste grupo os seus principais aliados. Estiveram presentes como testemunhas no seu casamento, faziam parte do seu grupo familiar, nos dois ramos, investiu em negócios de alguns, fez negócios com outros, foram testemunhas em muitas das suas escrituras notariais, emprestou-lhes dinheiro a juro, militaram em várias confrarias onde também foi irmão, e, no final da vida, escolheu um para seu testamenteiro, tarefa que executou ao lado de Maria Vieira. Pedro de Aguiar era um homem respeitado entre os seus pares e deve ter sido um dos mercadores mais ricos da cidade, na primeira metade do século XVII. O capital de confiança que foi construindo junto de outros mercadores, nas confrarias religiosas, na Misericórdia e no Tribunal Eclesiástico, bem como o lugar de familiar na Inquisição fizeram de Pedro de Aguiar um homem poderoso. Em simultâneo, a riqueza alcançada possibilitou-lhe desenvolver o seu negócio, investir em negócios de outros, emprestar dinheiro a crédito e comprar bens móveis e imóveis e medidas de pão. Também o recheio da sua casa patenteia o bom gosto do casal, o luxo de que se rodeava e ainda a capacidade financeira que tinha. A análise dos bens móveis da sua residência evidencia o poder financeiro alcançado, o que lhe permitiu adquirir objetos de uso quotidiano feitos de metais preciosos e ainda produtos vindos da Europa e da Ásia. As roupas pessoais e de casa demonstram igualmente a riqueza, o bom gosto e o luxo dos seus donos. Estas condições alargaram o campo das sociabilidades e criaram redes.

Este rosto do mundo dos negócios caracteriza-se ainda por uma visão alargada, que o levou a atuar em diversas frentes, calcorreando um caminho caracterizado pela ascensão social, pela riqueza e pelo poder.

Contrariamente ao seu esposo, Maria Vieira tinha na casa o seu principal palco de atuação, cumprindo o que era exigido a uma boa esposa para um *casamento perfeito*. Governava a casa, os criados e cuidou dos filhos até ao momento da morte. Porém, apesar de ter ocupado durante a vida do marido um lugar secundário, nunca deixou de interferir nas decisões tomadas. Sempre que o casal fazia uma doação, a decisão era conjunta e quando o notário e deslocava a casa de Maria Vieira para esta dar o seu consentimento e outorga, era ela que corrigia ou acrescentava alguns pormenores relevantes, afirmando-o em algumas circunstâncias fazê-lo com *alegria*. Como não sabia ler nem escrever, precisava de terceiros para a seu rogo assinarem o documento, mas isso nunca a inibiu de se pronunciar nem a afastou das decisões. Após a morte do marido, a vida de Maria Vieira mudou profundamente. Assumiu os negócios da casa, mantendo aberta a loja de sedas, que dirigiu em articulação com os criados que nela trabalhavam, emprestou dinheiro a juro e continuou a adquirir medidas de pão, assim como a desenvolver estratégias para cumprir as vontades testamentárias do seu cunhado Jerónimo. Deu plena continuidade à atividade do marido, sempre com o apoio de três padres da família: o irmão João Vieira, o primo João Pinto de Eirado e o sobrinho que ajudou a criar João Gomes Barreiros. Maria Vieira foi o símbolo da mulher devotada ao seu marido, à família e à religião, mas também da harmonia familiar e do bom ambiente que se presente no funcionamento da vida do casal.

A vida de ambos divide-se por dois vetores principais: um associado aos negócios e à participação ativa do marido na sociedade bracarense seiscentista; o outro, mais definido a partir da morte dos filhos, direcionado para o investimento na caridade e a salvação da alma. Neste último trajeto insere-se a construção da ala para doentes convalescentes no hospital de São Marcos; os legados instituídos na

Misericórdia da cidade; a fundação do recolhimento de Nossa Senhora da Penha de França e, por fim, a fundação do coro do Nascimento de Jesus Cristo por Maria Vieira, já na condição de mulher viúva.

Do conjunto destas doações e legados sobressai a preocupação com as mulheres, consubstanciada na distribuição de dotes de casamento para as familiares de ambos os ramos do casal, na fundação do recolhimento, na dádiva de roupa deixada no seu testamento e nas esmolas doadas a afilhadas e a outras mulheres. Um outro traço prende-se com a ajuda aos doentes em convalescença, com a criação das enfermarias e de outras dependências de apoio ao corpo e à alma, como já referimos, mas também a roupa de linho, mantas cobertores e camas que Maria Vieira deixou ao mesmo hospital.

A presença do religioso sobressai com muita força na vida de ambos, não somente na ligação ao mundo confraternal e nas doações feitas, mas principalmente na devoção à Sagrada Família e em especial ao Menino Jesus. O seu nascimento e a sua infância estão presentes na imagem do oratório existente na residência, na pintura do altar na igreja de Nossa Senhora-a-Branca e ainda no nome do coro do mesmo templo. A vida da Sagrada Família terá servido de modelo ao casal, que procurava seguir os seus passos. Esta vertente religiosa e a ligação à Sagrada Família e ao Nascimento do Menino Jesus terão sido fomentadas principalmente pela esposa, que rezaria diariamente no oratório *dourado e grande* existente numa das salas da sua casa, onde as imagens do Menino Jesus e de Nossa Senhora do Amparo com o menino de marfim e um Cristo crucificado simbolizavam, de alguma forma, a vida de Maria Vieira e de Pedro de Aguiar. O nascimento dos cinco filhos, que perderam a vida enquanto crianças, a necessidade da proteção e amparo de Nossa Senhora e o sofrimento causado pela morte de todas as crianças encontrava similitude na imagem de Cristo Crucificado.

A ligação à família franciscana da cidade e dos arredores é um outro vetor de análise. O casal fundou o recolhimento à medida do congénere de Santo António do Campo da Vinha, adotando a Regra da Ordem Terceira de São Francisco e foi com um hábito deste santo

que ambos quiseram que os seus corpos descessem à terra. Foi, todavia, Maria Vieira quem mais expressou esta ligação à família franciscana masculina ao beneficiar alguns dos seus conventos na hora da morte, assim como ao confiar-lhes o seu testamento. Na condição de viúva, Maria Vieira viveu rodeada de padres e através deles ou por sua iniciativa aproximou-se dos frades franciscanos, encontrando nesta relação outras vivências religiosas. Esta vertente religiosa seria também incrementada pelos homens e mulheres da família que tomaram ordens sacras. Encontramos em ambos os ramos familiares mulheres em diversos conventos da cidade e alguns clérigos diocesanos, caminho incentivado por Pedro de Aguiar ao deixar dotes a várias sobrinhas para ingressarem na vida religiosa.

Após a perda dos filhos acentuou-se a ligação aos restantes familiares, particularmente a alguns irmãos e a sobrinhos. Alguns sobrinhos, raparigas e rapazes passaram a viver na residência do casal, a quem dedicaram parte da sua vida, repartindo afetos e construindo vidas. Com João Gomes Barreiros a ligação foi mais profunda. Viveu vários anos na casa dos tios, que lhe pagaram os estudos, o dotaram com o património para tomar ordens e o colocaram a celebrar missa semanal no recolhimento. No final de vida, Maria Vieira nomeou-o capelão do coro na igreja de Nossa Senhora-a-Branca. Tratado como um filho, o sacerdote só deixou a casa da tia após a sua formatura.

Se durante a vida de Pedro de Aguiar a casa se manteve aberta aos amigos e aos familiares, depois do seu falecimento, Maria Vieira deu primazia à família, nomeadamente a sobrinhas e a clérigos do seu sangue. A condução dos negócios era auxiliada por estes homens, que atuavam principalmente fora de portas. Dentro delas, eram as criadas e a sobrinhas que cuidavam da vida doméstica e auxiliaram Maria Vieira na doença e na hora da morte.

Se a riqueza, o empreendedorismo, o poder, o religioso e a caridade definem a vida e a ascensão deste casal de mercadores, a presença dos afetos é outra dimensão muito relevante. Ao longo das páginas deste livro eles são patentes em primeiro lugar entre os esposos. O respeito, o entendimento e o afeto expressam-se na forma como se referem um

ao outro, mas também na concordância de posições. Pedro de Aguiar é a face pública das decisões, mas todas são tomadas em comum, evidenciando a harmonia familiar. E foi também em seu nome que os dotes de casamento instituídos beneficiavam as mulheres dos dois ramos familiares, tal como a escolha dos capelães para o citado coro.

A proteção à família, principalmente aos irmãos e aos sobrinhos é outra evidência dos afetos que os unia. Esvaziada de filhos, a casa abriu as portas aos sobrinhos, protegendo-os e criando-lhes oportunidades de vida. O capital social de Pedro de Aguiar foi ainda utilizado para auxiliar um dos sobrinhos quando este enfrentou um problema grave. Os dotes de casamento, os dotes de freira e o aconchego na casa a várias sobrinhas demonstram o quanto os tios lhes queriam bem, o que, aliás, se evidencia também no caso dos criados. A estima está patente no testamento de Maria Vieira e nos bens que lhes doou, materializando formas de pagamento de serviços prestados, da lealdade e da deferência, ao mesmo tempo que transporta também laços de afeto e bem-querer.

A análise da vida deste casal possibilitou-nos múltiplas abordagens nos campos da História, destacando-se os aspetos sociais, económicos, do domínio do religioso e do poder, da história das mulheres, da cultura material e das mentalidades.

Abriu-nos ainda caminho para pensarmos em novas linhas de investigação, algumas delas deixadas ao leitor ao longo do texto. Recordamos a necessidade de ser trabalhado o mundo dos mercadores da cidade, inseridos no seu tecido social, mas também outros aspectos de reconhecida importância. Falamos do perfil dos solicitadores de crédito, das redes sociais, e religiosas, numa cidade profundamente marcada por um universo confraternal denso. E neste particular será necessário avançar com o estudo de vários cultos: o do Menino Jesus, o de S. Francisco, mas também, por exemplo, o de Nossa Senhora do Parto e de Nossa Senhora do Amparo.

O papel da mulher no seio familiar e o seu poder é outra linha de investigação fundamental para o período estudado. Com ele se articula o dos afectos, tão mal conhecido para o século XVII.

Estas são agora algumas propostas, mas muitas outras podem ser pensadas para uma cidade recheada de importantíssimos arquivos, como é a de Braga.

Construtores de uma grande riqueza, os nossos protagonistas viveram rodeados de luxo, criados e de afetos, mas a perda dos filhos causou-lhes sofrimento e direcionou a sua fortuna para os pobres e a salvação das suas almas, acabada em leilões na praça pública.

FONTES

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga-ADB

Fundo da Misericórdia

6º tomo de títulos do hospital de São Marcos, nº 499.

Apontador dos Títulos e pessoas que nesta St.ª Casa da Misericórdia tem missas assim extravagantes e avulsas como semanais e quotidianas 1536-1793, n.º 476.

Livro 5º das Elleições 1635-1691.

Livro de termos ou actas 1598-1632, nº 3.

Livro de termos ou actas, 1598-1632, n.º 4.

Livro de termos ou actas 1632-1645, nº 5.

Livro de termos ou actas 1645-1653, nº 6.

Livro de termos ou actas 1653-1661, nº 7.

Livro de termos ou actas 1662-1678, nº 8.

Livro dos termos ou actas, 1723-1734, n.º 12.

Livro dos termos ou atas 1746-1751, nº 14.

Livro de termos ou atas 1757-1769, nº 16.

Livro de títulos 1508-1824, nº 462, doc. nº 34.

Livro de títulos 1566-1593, nº 448.

Livro do tomo do hospital 1539-1718, nº 452.

Livro do tomo de títulos do hospital 1559-1761, nº 454.

Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1652-1802, nº 414.

Livro dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira 1653-1735, nº 415.

Relação dos dotes de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira, nº 416.

Livro dos Juros, Foros e propriedades do hospital de São Marcos desta cidade de Braga 1508-1635, n.º 617.

Livro de títulos, nº 4.

Livro de títulos, nº 30.

Livro de títulos, nº 37.

Livro de títulos 1636-1691, nº 445.

Livro de títulos 1554-1609, nº 446.

Livro de títulos 1598-1722, nº 457.

Livro quatro das entradas dos irmãos, 1621-1635, nº 54.

Fundo Notarial

Livros nºs 252, 254, 256, 257, 260, 263, 264, 269, 271, 272, 274, 275, 282, 283, 285, 284, 294, 299, 303, 306, 312, 313, 314, 316, 317, 320, 321, 329, 331, 350, 354, 357, 359, 360, 362, 378, 405, 495, 611.

Fundo Paroquial

Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1587-1596.

Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1596-1610.

Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1611-1623.

Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1623-1629.

Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1629-1635.

Livro de batismo da paróquia de São João do Souto 1635-1646.

Livro de óbitos 1649-1660.

Livro nº 128.

Registo Geral

Livro, nº A-30.

Arquivo da igreja da Cividade de Braga- AICB
*Fundo da confraria de Nossa Senhora da Ajuda do Parto e de
Nossa Senhora da Graça:*

*Livro muito antigo dos confrades de Nossa Senhora da Graça hoje unida a Confraria de Nossa
Senhora da Ajuda.*

*Livro do recibo e despesa de 1631 a 1670 e inventários de 1625 e termos de 1615 a 1720 da
confraria de Nossa Senhora da Ajuda do Parto.*

Arquivo da igreja de Nossa Senhora a Branca de Braga- AINSAB
*Fundo da confraria de Nossa Senhora-a-Branca, Tombo de Nossa
Senhora da Capela do Nascimento*

Livro de Despesa 1625-1648, nº 191.

Livro dos Confrades de Nossa Senhora-a-Branca - Lista de Irmãos 1628-1747.

*Livro do Thesourado da Associação- Côro do Santo Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo
ou Curaria da Capella de Nossa Senhora-a-Branca, sita na cidade de Braga, 1918-1945.*

Documentos avulso.

Arquivo da igreja do Pópulo de Braga- AIPB
Fundo da confraria da Santíssima Trindade

Livro das eleições das mesas da confraria da Santíssima Trindade, 1626-1718.

Livro de aceitação dos irmãos e de assentos e outras antiguidades.

Livro dos irmãos da confraria da Santíssima Trindade da Sé, 1624-1631.

Arquivo da igreja de Santa Cruz de Braga- AISCB
Fundo da confraria de Santa Cruz

Livro dos Termos das mezas, 08T-13, nº 22.

Arquivo da igreja de São João do Souto de Braga- AISJS
Fundo da confraria de São João do Souto

Livro da eleição e aceitação de confrades da confraria de São João do Souto, 1570-1697.

Livro da eleição e aceitação de confrades da confraria de São João do Souto, 1570-1697.

Livro das despesas e recibo da confraria de São João do Souto, 1642-1696.

Livro de termos e acórdãos de mesas e cabidos da confraria de São João de Souto, 1582(?)-1686.

Livro dos confrades de São João do Souto, (?)-1681.

Fundo da confraria dos Fiéis de Deus de São João do Souto

Livro dos arrendamentos e eleições da confraria dos Fiéis de Deus (ou das Almas) de São João do Souto, feito no ano de 1633-1730.

Livro dos confrades da confraria dos Fieis de Deus de São João do Souto, 16(??)-1723(?).

Fundo da confraria do Santíssimo Sacramento de São João do Souto

Livro de assentos de confrades da confraria do Santíssimo Sacramento de São João do Souto, 1637-1797.

Arquivo da igreja de São Vicente de Braga-AISVB
Fundo da confraria de São Vicente

Livro dos confrades da confraria do mártir São Vicente reformado ano 1637.

Arquivo da igreja de São Vítor de Braga- AISVrB
Fundo da confraria de São Roque das Almas

Livro do recibo e despesa e peditórios da confraria de S. Roque das Almas sita na igreja de S. Lázaro, 1652-1725.

Arquivo da igreja da Sé de Braga- AISB
Fundo da confraria do Santíssimo Sacramento

Contrato de Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira com a confraria do Santíssimo Sacramento, CF/SS/316, caixa 23, documento avulso, não paginado.
Livro de termos de eleição de oficiais e aceitação de novos irmãos, 1613-1686.

Arquivo Municipal de Braga- AMB

Livro de registo que se ha de fazer de todo as provisões e privilégios e cartas que vierem a Câmara.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo-ANTT

Famílias bracarenses ou memórias genealógicas de algumas famílias do Minho e Trás-os-Montes, trasladadas em 1784, <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4649624>.

Biblioteca Nacional da Ajuda- BNA

BNA, 54-XI-40, nº 206.

Fontes impressas

- Andrade, Diogo de Paiva de, *Casamento perfeito: em que se contem advertências muito importantes pera viverem os casados em quietação, & contentamento*, Lisboa, por Jorge Rodrigues, 1630.
- Araújo, Miguel Luís de, *Livro Curioso*, Braga, Arquivo Distrital de Braga; Câmara Municipal de Braga, 2020.
- Arrais, Duarte Madeira, *Do methodo de conhecer e curar o morbo gallico: propõem-se diffinitivamente a essência, specias, causas, sinais, pronóstico e cura de todos os affetos gálicos e largamente se trata do azougue, salsa parrilha, guaycão, pao santo, raiz da China e todos os mais remedios della e enfermidades*, Lisboa, Antonio Craesbeeck de Mello Impressor, de S. A., 1633.
- Bluteau, Rafael, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- Boneta, Joseph, *Gritos das almas no purgatorio e Meyos para os aplacar. Livro primeyro, e segundo traduzidos em o idioma portuguez pelo Padre Manoel de Coimbra*, Lisboa, Officina de Antonio Predozo, 1706?
- Castro, Estevão, *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um christão, com a recopilção da matéria de testamentos & penitencia, varias orações devoções, tiradas da Escritura Sagrada, & do Ritual Romano de N. S. Paulo V*, Lisboa, 1627.
- Compromisso da Misericórdia da cidade de Braga*, Braga, Por Francisco Fernandez de Basto, 1631.
- Constituições Sinodales do Arcebispado de Braga ordenadas pelo Illustrissimo D. Sebastião de Matos no anno de 1639. E mandadas imprimir pela primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo de Braga, Primaz das Hespanhas em janeiro de 1697*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.
- Freitas, Bernardino Senna de, *Memorias de Braga*, vols. III, V, Braga, Imprensa Católica, 1890.
- Melo, Francisco Manuel de, *Carta de guia de casado. Para que pelo caminho da prudencia se acerte com a casa do descanso*, Lisboa, Na Officina Craesbecckiana, 1651.
- Ordenações Filipinas*, livro 4, título LXXXI, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- Telles, José Homem Correa, *Manual do tabelião ou ensaio de jurisprudencia eurematica*, Lisboa, Na Imprensa Regia, 1830.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.
- Abreu, Laurinda, “Confrarias e irmandades em Setúbal: redes de sociabilidade e poder”, in *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, vol. 1, Porto, Reitoria da Universidade do Porto; Governo Civil do Porto, 1991, pp. 2-17.
- Abreu, Laurinda, “Confrarias e Irmandades: a Santificação do Quotidiano”, in *Actas do Colóquio Internacional A Festa*, Lisboa, s. n., 1992, pp. 420-440.
- Abreu, Laurinda, *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999.
- Abreu, Laurinda, “Misericórdias: patrimonialização e controlo régio (séculos XVI e XVII)”, in *Ler História*, 44, 2003, pp. 5-24.
- Abreu, Laurinda, “A difícil gestão do Purgatório. Os breves de redução de missas perpétuas no Arquivo da Nunciatura de Lisboa-séculos XVII-XIX”, in *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, nºs 30-31, 2004, pp. 51-75.
- Abreu, Laurinda, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.
- Aguinagalde, Borja de, *Guía para la reconstrucción de familias en Guipúzcoa*, Guipúzcoa, Diputación Foral de Guipúzcoa, 1994.
- Albuquerque, Tomás André Pinto de, *Qual o papel das redes na construção de negócios e a sua relevância para o funcionamento do Império?*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.
- Alemán Illán, Anastacio, “Sociabilidad, muerte y religiosidad popular. Las cofradías de Murcia durante el siglo XVIII”, in Álvarez Santaló, Carlos; Buxó Rey, María de Jesús;

- Rodriguez Becerra, Salvador (coords.), *La religiosidad popular: vida y muerte - la imaginación religiosa*, vol. 2, Barcelona, Anthropos, 1989, pp. 361-383.
- Amorim, Inês, “As Fontes Notariais: uma reflexão metodológica”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. II, t. XXXVI, 2002-2003, pp. 93-108.
- Amorim, Inês; Costa, Patrícia, “Património e economia da salvação”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. II (1668-1820), Coimbra, Almedina, 2018, pp. 124-232.
- Amorim, Norberta, *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- Andés Ucendo, José Ignacio; Lanza García, Ramón, “Trabajar y vivir en el Madrid de los Austrias, 1561-1700”, in Truchuelo García, Susana; López Vela, Roberto; Torres Arce, Marina (eds.), *Civitas: expresiones de la ciudad en la Edad Moderna*, Santander, Editorial Universidad Cantabria, 2015, pp. 173-225.
- Angulo Morales, Alberto, “La “buena fama e crédito” de la casa de comercio. Redes de reacciones mercantiles y empleo de mecanismos de dependencia a finales del Antiguo Régimen”, in Imízcoz, José María (dir), *Redes familiares y patronazgo. Aproximación al entrañado social del país Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen, (siglos XV-XIX)*, Vitória, Servicios Editorial del País Vasco- Euskal Herriko Unibertsitatea Argitalpen Zerbitzua, 2001, pp. 203-224.
- Anica, Arnaldo Casimiro, *O hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Tavira. Da fundação à atualidade: notas*, Tavira, s.n., 1983.
- Añoberos Trías de Bes, Francisco Xabier, *Papeles y familia. El archivo de la Casa de la Canicouba de Tuy*, Santiago de Compostela, Faculdade de História y Geografia, 2019, tese de Doutoramento policopiada.
- Araújo, Ana Cristina, “Morte”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 265-274.
- Araújo, Ana Cristina, “Vínculos de eterna memória. Esgotamento e quebra de fundações perpétuas na cidade de Lisboa”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades, Representações, Espiritualidade*, Lisboa, Centro de História da Cultura, 1999 pp. 438-439.
- Araújo, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações, 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.

- Araújo, Manoela Vieira Alves de, *Nas vezes da Misericórdia: as irmandades de São Miguel e Almas no desenvolvimento das práticas caritativas na capitania de Minas Gerais no Brasil colonial (1712-1816)*, Minas Gerais, Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2019, tese de Doutorado em História.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780)*, Vila Verde, ATHACA, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, 2001.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Dotar para casar: os dotes e as órfãs do padre Francisco da Cunha 1750-1880”, in *Ler História*, nº 44, 2003, pp. 61-82.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “As Misericórdias do Alto Minho no contexto da Guerra da Restauração”, in *Revista Portuguesa de História*, vol. 36, tomo I, 2004.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga no século XVII”, in *NW, Noroeste. Revista de História*, I, 2005, pp. 113-136.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna”, in Abreu, Laurinda (Ed.), *Asistencia y Caridad como Estrategia de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, pp. 293-313.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Casadas com trigo e cevada: as órfãs e os dotes da Misericórdia de Portel no século XVIII”, in *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, nº 20, 2008, pp. 59-71.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*, Braga, CITCEM, 2011.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os irmãos”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 89-157.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os serviços de saúde e a assistência à doença”, in Capela, José Viriato; Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Santa Casa da Misericórdia (1513-2013)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2013, pp. 355-357.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “O tratamento das boubas no hospital de S. Marcos de Braga na Época Moderna”, in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo

- de (coords.), *La respuesta social a la pobreza en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*, León, Universidad de León, Espanha, 2014, pp. 31-53.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *Memória e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, “Resgatar almas do Purgatório: os peditórios das confrarias das Almas da Braga Barroca”, in Martín García, Alfredo; Pérez Álvarez, María José (coords.), *Religiosidad y Reforma Católica en el Noroeste de la Península Ibérica*, Madrid, Sílex, 2019, pp. 133-161.
- Arcuri, Andrea, *Disciplinamiento social y vida cotidiana en la época de la confesionalización: costumbres, sacramentos y ministerios en Granada y Sicilia (1564-1655)*, Granada, Universidade de Granada, 2020, tese de Doutoramento policopiada.
- Atienza López, Ângela, “De beatérios a conventos: novas perspetivas sobre o mundo de las beatas em la España Moderna”, in *História Social*, nº 57, 2007, pp. 145-168.
- Bandeira, Miguel Sopas de Melo, *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*, Porto, Edições Afrontamento, 2000.
- Barbosa, António Dantas, *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, vol. I, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2017.
- Barros, Amândio Jorge Morais, *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, tese de doutoramento policopiada.
- Bartolomé, Bartolomé, Juan M., “Inventarios post mortem, cultura material y consumo en León durante la Edad Moderna”, in Sá, Isabel dos Guimarães; García Fernández, Máximo (dirs.), *Portas adentro. Comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010, pp. 194-215.
- Béguin, Kátia, “Notaries and Domestic Lending in Wartime (Seventeenth and Eighteenth-Century France)”, in Lorenzini, Marcella; Lorandini, Cinzia; Coffman, D’Maris (eds.), *Financing in Europe. Evolution, Coexistence and Complementarity of tending. Practices from the Middle Ages to Modern Times*, s. n., Palgrave, Macmillan, 2018, pp. 193-204.
- Bethencourt, Francisco, “Inquisição”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 95-131.
- Bettencourt, Francisco, “Inquisição”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 447-453.

- Braga, Isabel Drumond, “A Misericórdia de Ceuta e a protecção às donzelas 1580-1640”, in *Congresso Internacional de História da Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. III, Braga, 1993, pp. 445-463.
- Braga, Isabel M. Mendes Drumond, “A irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estevão de Alfama e a assistência à pobreza (1808-1820)”, in *Revista Tempo*, 2014, pp. 1-19.
- Campos, Adalgisa, *As irmandades de S. Miguel e as Almas do purgatório: culto e iconografia no setecentos mineiro*, Belo Horizonte, C /Arte, 2013.
- Capela, José Viriato, “Confrarias e Sociedade”, in Capela, José Viriato (dir.), *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 2003, pp. 594-595.
- Capela, José Viriato, *Fidalgos, nobres e letrados no governo do município bracarense*, Braga, Universidade do Minho, 1999.
- Carbonelli e Esteller, Montserrat, *Sobreviure a Barcelona. Donnes, pobresa i assistència al segle XVIII*, Barcelona, Eumo Editora, 1997.
- Carbonell i Esteller, Montserrat, “Las mujeres pobres en el Setecentos”, in *História Social*, nº 8, 1990.
- Carboni, Mauro, *Il credito disciplinato. Il Monte di pietà di Bologna in età barocca*, Bologna, Il Molino, 2014.
- Carboni, Mauro, *Il dote della “povertà. Famiglia, risparmio, previdenza: Il Monte del matrimonio di Bologna (1583-1796)*, Bologna, Il Molino, 2000.
- Cardona, Paula Cristina Machado, *A Actividade Mecenática das Confrarias nas Matrizes do Vale do Lima nos Séculos XVII a XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, tese de Doutoramento policopiada.
- Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, “Os presos” in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. I (1499-1668), Coimbra, Almedina, 2018, pp. 215-257.
- Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto. Entre a cadeia e a Misericórdia (1735 a 1740)*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2014.
- Carmona, Mário, *O hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa*, Lisboa, s. ed., 1945.

- Carvalho, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital e Todos-os-Santos*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa; Academia Portuguesa da História, 1949.
- Carvalho, José Adriano de Freitas, “Um espaço de oração na Época Moderna. O oratório particular: os usos. E também os abusos”, in *Revista Via Spiritus*, 7, 2000, pp. 145-162.
- Castro Pérez, Candelaria; Calvo Cruz, Mercedes; Granado Suárez, Sonia, “Las cofradías en la institución parroquial, siglos XVII–XVIII. Una aplicación al señorío episcopal de la Villa de Agüimes, Canarias (España)”, in *Procesos Históricos*, vol. 13, Bogotá, 2008.
- Castro, Maria de Fátima, “O recolhimento das beatas de Santo António do campo da Vinha”, in *Revista Bracara Augusta*, vol. XLVI, 1995/1996, pp. 169-250.
- Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Composição da irmandade, administração e recursos (Das origens a cerca de 1910)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Autora, 2003.
- Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual*, vol. III, Braga, Santa Casa da Misericórdia e Autora, 2006.
- Castro, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. A assistência no hospital de S. Marcos*, vol. IV, Braga, Santa Casa da Misericórdia e Autora, 2008.
- Cavallo, Sandra, “The motivations of benefactors: an overview of approaches to the study of charity”, in Barry, Jonathan; Jones, Colin (eds.), *Medicine and Charity before the Welfare State*, Londres, Routledge, 1991, pp. 46-62.
- Cavallo, Sandra, *Charity and power in early moderne Italy. Benefactores and their motive in Turin 1541-1789*, Cambridge, University Press, 1995.
- Cavallo, Sandra; Warner, Lyndan (eds.), *Widowhood in Medieval and Early Modern Europe*, London, Routledge, 2014.
- Chabot, Isabel, “La loi du lignage. Notes sur le système successoral florentin (XVIe-XVIIe siècles)”, in *Clio, Histoire, Femmes et Sociétés. Femmes, dots et patrimoines*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1998, pp. 51-72.
- Chaves, Zuelma Paula Miranda Duarte, *O ofício de Defuntos-repertório monódico, em fontes portuguesas até c. 1700*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2017.
- Collado Ruiz, María José, *La cultura de la muerte en la Granada del Antiguo Régimen. La memoria última*, Granada, Universidad de Granada, 2007.

- Corada Alonso, Alberto, Iglesia, *Conflicto e Patronazgo. La Colegiata de Aguilar de Campoo en la Edad Moderna (1541-1852)*, Salamanca, Ediciones Universidad, 2020, pp. 296-299.
- Corona, Dávila; Montserrat Durán Pujol, Rosa Maria; García Fernández, Máximo, in *Diccionario histórico de telas y tejidos: castellano-catalán. Estudios de historia*, Salamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2004.
- Costa, Avelino Jesus da, “D. Diogo de Sousa. Novo fundador de Braga e grande mecenas da cultura”, in *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da dedicação da catedral*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993.
- Costa, Fernando Dores, “As forças sociais perante a guerra: as cortes de 1645-46 e de 1653-54”, in *Análise Social*, vol. XXXV, 161, 2002.
- Costa, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- Costa, Leonor Feire, “Entre nós basta a palavra: as práticas informais de crédito na investigação histórica”, in *Ler História*, nº 41, Lisboa, 2001, pp. 161-182.
- Costa, Leonor Freire, *Império e Grupos Mercantis entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- Costa, Leonor Freire, *Viver a Crédito: Práticas de Empréstimo no Consumo Individual e na Venda a Retalho (Lisboa, Séculos XVII e XIX)*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Gabinete de História Económica e Gestão da Universidade de Lisboa, 1998.
- Costa, Martins da, “Confraria do Santíssimo Sacramento na Póvoa de Varzim. (Esboço histórico)”, in *Boletim Cultural da Póvoa de Varzim*, vol. XXVII, 1983, pp. 5-253.
- Cova, Anne, “Escrever a História das Mulheres”, in *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, vol. 4, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1999, pp. 115-129.
- Delumeau, Jean, *A história do medo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- Dias, Geraldo J. A. Coelho, “A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos”, in *Revista de História*, II série, vol. IV, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, pp. 227-253.
- Dinet, Claude, “Recherche sur la clientèle hospitalière aux XVIe et XVIIe siècles: l'exemple de Blois”, in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 33, 1979, pp. 345-355.
- Dinges, Martin, “Self-Help and Reciprocity in Parish Assistance. Bordeaux in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, in Horden, Peregrine; Smith, Richard (eds.), *The Locus*

of care. Families, Communities, Institutions and the Provision of Welfare since Antiquity, Londres, Routledge, 1998, pp. 111-125.

Dompnier, Bernard, “Les pratique dévotionnelles du jubilé”, in *Revue de l’Histoire des religions*, t. 217, n° 3, 2000, pp. 443-457.

Durães, Margarida, *Herança e sucessão. Leis, práticas e Costumes no termo de Braga (Séculos XVIII-XIX)*, vol. II, Braga, Universidade do Minho, 2000, tese de Doutoramento policopiada.

Durães, Margarida, “A posse da terra na região rural de Braga no século XVIII”, in *Ler História*, 43, 2002.

Durães, Margarida, “Os Testamentos e a História da Família”, conferência proferida no âmbito do Mestrado em Demografia, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, 2004.

Eire, Carlos M. N., *From Madrid to Purgatory. The Art & Craft to Dying in Sixteenth Century Spain*, Cambridge, University of Cambridge, 1995.

Elias, Norbert, *O Processo Civilizacional*, 1º vol., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

Enes, Maria Fernanda, “As confrarias do Santíssimo Sacramento e Almas no âmbito da Cultura Barroca”, in *Actas do I Congresso do Barroco*, vol. I, Porto, Governo Civil do Porto; Reitoria da Universidade do Porto, 1991, pp. 275-298.

Espanca, Túlio, “Figuras gradas e casario antigo dos arruamentos de Vila Viçosa”, in *A cidade de Évora*, n° 57, 31, 1974, pp. 210-281.

Esteves, Alexandra, “Do hospital D. Lopo de Almeida ao Hospital de Santo António”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. II (1668-1820), Coimbra, Almedina, 2018, pp. 257-294.

Faisca, Carlos Manuel, “O preço da crise: níveis de vida no Portugal seiscentista”, in *Revista da História da Sociedade e da Cultura*, 12, 2012, pp. 258-262.

Fernandes, Ana Maria, *O Arquivo Notarial no Estado Novo*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2011, dis. de Mestrado policopiada.

Fernandes, Luís Miguel, “Entre público e privado, entre a Metrópole e o Império: testamentos nas misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVII)”, in *Revista Portuguesa de História*, n° 47, 2016, pp. 215-235.

- Fernandes, Maria de Lurdes Correia, “Viúvas ideais, viúvas reais. Modelos comportamentais e solidão feminina (séculos XVI-XVII)”, in *Faces de Eva*, 1-2, 1999, pp. 51-86.
- Fernandes, Sofia, “Legados de missas: salvar almas protegendo parentes capelães”, in Santos, Carlota (coord.), *Família, Espaço e Património*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 175-186.
- Fernandes, Sofia, “A dotação de órfãs na Misericórdia de Penafiel nos finais da época moderna e inícios da época contemporânea”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 315-334.
- Ferraz, Norberto Tiago, “Dignificar o corpo e salvar a alma: a vivência da morte na Braga setecentista”, in Esteves, Alexandra et al (Coord.), *Políticas Sociais em perspectiva. Séculos XVII-XX*, Braga, Lab2PT, 2017, pp. 33-48.
- Ferraz, Tiago, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, tese de Doutoramento policopiada.
- Ferreira, J. A. Pinto, *Recolhimento de órfãs de Nossa Senhora da Esperança: fundado na cidade do Porto no séc. XVIII*, Porto, Câmara Municipal do Porto, s.d.
- Ferreira, Luís Gonçalves, “Pobres vestidos de preto: assistência, indumentária e esmola a padres em Braga (séculos XVII-XVIII)”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)*, Braga, Lab2PT, 2019, pp. 12-31.
- Ferreira, Luís Gonçalves, *Vestidos de caridade. Assistência, pobreza e indumentária na Idade Moderna. O caso da Misericórdia de Braga*, Vila Nova de Famalicão, Húmus, 2020.
- Ferreira, Maria João Pacheco, “Das armações e do ofício de armador na cidade de Lisboa nos séculos XVII e XVIII”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª série, nº 7, 2019, pp. 113-136.
- Ferreira, Sérgio Carlos; Ribeiro, Joana Isabel de Almeida; Rodrigues, Pedro Gentil; “Episódios de comércio marítimo portuense na segunda metade do século XVIII”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. 5, 2004, pp. 211- 250.
- Flandrin, Jean-Louis, “A distinção pelo gosto”, in Ariès, Philippe; Duby, Georges (dirs), *História da vida privada. Da Renascença ao século das Luzes*, Porto, Afrontamento, 1992, pp. 263-309.
- Fontaine Laurence, “L’activité notariale (note critique)”, in *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, 48^e année, nº 2, 1993, pp. 475-483.

- Fontaine, Laurence, "Assistance et solidarité en Europe, XIIIe-XVIIIe siècles", in Ammannati, Francesco (ed.), *Assistenza e solidarietà in Europa*, Firenze, Firenze University Press, 2013, pp. 3-13.
- Fontaine, Laurence, "Redes de buhoneros (vendedores ambulantes) y desarrollo del consumo en Europa durante los siglos VII y XVIII", in Torras, J.; Yun, B. (dirs.), *Consumo, condiciones de vida y comercialización. Cataluña y Castilla, siglos XVII-XIX*, Berlín, Junta de Castilla y León, 1999, pp. 311-321.
- Fraeschlé-Chopard, Marie Hélène, *Dieu pour tous et Dieu pour soi. Histoire des confréries et de leurs images à l'Époque Moderne*, Paris, L'Harmattan, 2006.
- García Fernández, Máximo, "Home and outdoors: personal clothing and house comfort: evolution and significance in Castile between 1650 and 1850", in Santos, Carlota (coord.), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, pp. 403-418.
- García Fernández, Máximo, "La cultura material cotidiana: la complejidad de la vida privada en Castilla y Portugal durante el Antiguo Régimen", in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, pp. 109-127.
- García Fernández, Máximo; Dávila Corona, Rosa María, "Vestirse e vestir la casa. El consumo de productos textiles en Valladolid (1700-1860)", in *Obradoiro de História Moderna*, nº 14, 2005, pp. 141-174.
- García Guerra, Delfim, *El Hospital Real de Santiago 1499-1804*, s. I., Fundación Barrie de la Maza, 1983.
- García Rivas, Manuel, "El Hospital Naval de Ferrol en 1598", in *Revista de Historia Naval*, 9, 32, 1991, pp. 95-115.
- Gomes, Paula Alexandra de Carvalho Sobral, *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal. (Contributo para o estudo do movimento e organização confraternal bracarense no século XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2002, dis. de Mestrado policopiada.
- Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *A joalheria em Portugal (1750-1825)*, Porto, Civilização Editora, 1999.
- González Heras, Natalia, "Domestic religiosity in the 18 century Spanish Court: elite women, every day life spaces and material culture. An approach to a study in progress", in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, pp. 93-108.
- González Lopo, Domingo, *Los comportamientos religiosos en la Galicia del barroco*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2002.

- Gouvêa, Maria de Fátima S., “Poder político e administrativo na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”, in Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima S. (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2001, pp. 287-315.
- Gouveia, António Camões, “A sacralização dos ritos de passagem”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 529-557.
- Grieco, Sara F. Matthews, “O corpo, a aparência e a sexualidade”, in Farge, Arlette; Zemon Davis, Natalie (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1991, pp. 71-119.
- Groppi, Angela, “Dots et institutions: la conquête d’un patrinoiné”. (Rome, XVIIIe-XIXe siècles)”, in *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés. Femmes, Dots et Patrimoine*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1998, pp. 139-154.
- Hancock, David, “The Emergence of an Atlantic Network Economy in the Seventeenth and Eighteenth Centuries: The Case of Madeira”, in Curto, Diogo Ramada; Molho, Anthony (org.), *Commercial Networks in the Early Modern World*, Florence, European University Institute, 2002.
- Heras Santos, José Luis de las, “La asistencia a los presos pobres de las cárceles en la Edad Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 83-100.
- Heras Santos, José Luis de las, “La criminalidade feminina ante la Justicia episcopal en la Salamanca del siglo XVIII”, in Braga, Isabel M. R. Mendes Drumond; Torremocha Hernández, Margarita (coord.), *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2015, pp. 85-109.
- Hespanha, António Manuel, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal-século XVII*, Coimbra, Almedina, 1994.
- Hespanha, António Manuel, “Estatuto jurídico da mulher na Época Moderna”, in *Oceanos*, nº 21, 1998, pp. 8-16.
- Hufton, Olwen, “Mulheres, trabalho e família”, in Farge, Arlette; Zemon Davis, Natalie (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, Porto, Afrontamento, 1991, pp. 23-69.

- Iglesias Rodríguez, Juan Manuel, “Conflitos y reistencias femininas. Mujeres y Justicia en la España Moderna”, in Torremocha Hernández, Margarita; Corada Alonso, Alberto (ed.), *La mujer en la balanza de la Justicia (Castilla y Portugal, siglos XVII y XVIII)*, Valladolid, Castilla Ediciones, 2017, pp. 13-50.
- Jesus, Elisabete, “O recolhimento das órfãs de Nossa Senhora da Esperança”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, (1668-1820)*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2018, pp. 295-324.
- King, Margaret, *A mulher do Renascimento*, Lisboa, Ed. Presença, 1994.
- Krause, Tiago, *A formação de uma Nobreza Ultramarina: coroa e elites locais na Bahia seiscentista*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015, tese de doutoramento policopiada.
- Krause, Tiago, “Uma elite local e o Atlântico: a Câmara de Salvador e o comércio marítimo (1630-1730)”, in Mathias, C. L. K.; Guimarães, Carlos J. Sampayo (orgs.). *Ramificações ultramarinas. Sociedades comerciais. Século XVIII*, Rio de Janeiro, Mauad, 2017, pp. 131-149.
- Labajo Murillo, Leyre, *Mujer y dote en el medio rural castellano: Medina del Campo a finales del Antiguo Régimen*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2014.
- Lalanda, Maria Margarida de Sá Nogueira, *A admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel (séculos XVI-XVIII)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987, Provas de Aptidão Científica e Pedagógica.
- Lalanda, Maria Margarida Sá Nogueira, “Práticas notariais e o acervo histórico da Câmara Municipal de Lisboa”, in *Um acervo para a História*, Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, s.d., pp. 176-183.
- Laneyrie-Dagen, Nadeije, “O testemunho da pintura”, in Vigarello, Georges (ed.), *História da Virilidade. A invenção da Virilidade. Da Antiguidade às Luzes*, Lisboa, Orfeu Negro, 2018, pp. 395-431.
- Le Goff, Jacques, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.
- Le Goff, Jacques, *A bolsa e a vida. A usura na Idade Média*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2007.
- Leite, António Sérgio Teixeira, “Contributo para o estudo da geografia da pobreza em Braga: a ação da Misericórdia na segunda metade do século XVII”, in Araújo, Maria Marta

- Lobo de (coord.), *Intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 207-230.
- Lencina Pérez, Xavier, “Los inventários post mortem en el estudio de la cultura material y el consumo. Propuesta metodológica. Barcelona, siglo XVII”, in Torras, J.; Yun B. (dirs.), *Consumo, condiciones de vida y comercialización. Catalunã y Castilla, siglos XVII-XIX*, Berlín, Junta de Castilla y León, 1999, pp. 41-59.
- Lindemann, Mary, *Medicina e Sociedade no início da Idade Moderna*, Lisboa, Replicação, 2002, p. 26.
- Lopes, Ana Mafalda Pereira, “Viuvez e doação de bens à Misericórdia do Porto no século XVIII. O caso de Clara Maria do Rosário”, in *Pessoas, Arte e Benemerência. IV Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2020, pp. 203-216.
- Lopes, Maria Antónia, *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz das fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992
- Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra 1750-1850*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000.
- Lopes, Maria Antónia, “Sebastiana da Luz, mercadora coimbrã setecentista (elementos para a história de As mulheres e o trabalho)”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 5, Coimbra, 2005, pp. 133-156.
- Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010.
- Lopes, Maria Antónia, “Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 101-126.
- Lopes, Maria Antónia, “Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos enfermos e funcionários (meados do século XVIII- meados do século XIX)”, in *História da saúde e das doenças*, Lisboa, Edições Colibri; Câmara Municipal de Torres Vedras; Instituto Alexandre Herculano, 2012, pp. 147-164.

- Lopes, Maria Antónia, “Transgressões femininas no Recolhimento da Misericórdia do Porto, 1732-1824”, in *Saúde, Ciência e Património- Atas do III Congresso da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016, pp. 96-97.
- Lopes, Maria Antónia, “Enfermeiros e enfermeiras nos hospitais portugueses dos séculos XVIII e XIX: continuidades e ruturas”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Homens, Instituições e Políticas (Séculos XVI-XX)*, Braga, Lab2PT, 2019, pp. 155-173.
- López Cordon, María Victoria, “La fortuna de escribir: escritoras de los siglos XVII y XVIII”, in Morant, Isabel; Ortega, M.; Lavrin, A., Pérez Cantó, P. (coords.), *Historia de las Mujeres em España y América Latina*, II, Madrid, Cátedra, 2005, pp. 193-234.
- López Díaz, María, “Familia, relaciones sociales y estrategias familiares de las elites urbanas gallegas (XVI-XVIII)”, in Santos, Carlota (coord.), *Familia, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, pp. 385-399.
- López Villarán, Sara, “Las emociones y el matrimonio en el género epistolar inglés a finales del siglo XVII: carta de Mary More a sua hija Elizabeth Waller (ca. 1670)”, in Candau Chacón, María Luisa (Ed.), *Las mujeres y las emociones en Europa y América. Siglos XVII-XIX*, Santander, Editorial de la Universidad de Cantabria, 2016, pp. 150-178.
- Macardé, Jacques, “Ultimes intercesseurs. Les invocations testamentaires dans de diocese de Poitiers”, in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular, Sociabilidades, Representações, Espiritualidade*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 443-452.
- Machado, Manuela, “Proteger a honra de donzelas pobres: os dotes do padre António de Abreu Faleiro na Misericórdia de Braga (séculos XVII a XIX)”, in *Livro de Atas do I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População*, vol. III, Guimarães, Câmara Municipal, de Guimarães, 2012, pp. 227-248.
- Machado, Carla Manuela, *Entre a clausura e o século: o recolhimento de Santo António sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2014, dis. de Mestrado policopiada.
- Machado, Maria de Fátima, “Dotes e casamentos. As órfãs do Porto no século XVI”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Tomar estado: Dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 235-249.
- Madureira, Nuno Luís, *Cidade: espaço e quotidiano Lisboa 1740-1830*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- Madureira, Nuno Luís, *Luxo e distinção, 1750-1830*, Lisboa, Fragmentos, 1990.

- Madureira, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações. A indústria textil*, vol. I, Lisboa, Celta editora, 2001.
- Magalhães, António, “Um refúgio de “mulheres principais”? O recolhimento de S. Tiago na Viana do Castelo do século XIX”, in Santos, Carlota (coord.), *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, 2011, pp. 223-234.
- Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013.
- Magalhães, António, “Mulheres protegidas e homens protetores: o recolhimento de S. Tiago e a Mesa da Misericórdia de Viana no século XIX”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra, Coelho; José Abílio (coords.), *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2014, pp. 95-107.
- Magalhães, Vera, *O Hospital Novo da Misericórdia de Viseu. Assistência, Poder e Imagem*, Viseu, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 2011.
- Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Contrarreforma y religiosidad popular en Cantabria. Las cofradías religiosas*, Santander, Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 1990.
- Marcocci, Giuseppe; Paiva, José Pedro, *História da Inquisição portuguesa 1536-1821*, 2ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016.
- Marques, Bernardo Manuel Belo, *Servir no Santo Ofício: os Lourenço Ferreira e a sua ascensão social na Bahía dos séculos XVII e XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2018, dis. de Mestrado policopiada.
- Marques, João Francisco, “A palavra e o livro”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 377-445.
- Marques, João Francisco, “As Quarenta Horas, o lausperene e o Trono Eucarístico”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 558-601.
- Marques, João Francisco, “Oração e devoções”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 603-670.
- Marques, João Francisco, “Rituais e manifestações de culto”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 517-601.
- Marques, José, “Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)”, in *Bracara Augusta*, vol. XXXVI, n.ºs 81, 82 (94-95), 1983, pp. 82-93.

- Martínez, Sandra, “Servicio de palácio y redes comerciales. Una família de bordadores en Madrid en el siglo XVII”, in Fernández Chaves, Manuel F. ; Pérez García, Rafael, M.; Pérez, Beatrice (dir.), *Mercadores y redes mercantiles en la Península Ibérica siglos XV-XVIII*, Sevilla, Paris, Lisboa, Editorial Universidad de Sevilla, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste; Éditions Hispaniques, 2019.
- Matos, Artur Teodoro de, “Empréstimos e penhores de uma confraria de Goa no século XVIII”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, 2002/2003, pp. 555-563.
- Medeiros, João Luís, *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo-funcionamento e património (das origens a meados do século XVII)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003, dis. de Mestrado policopiada.
- Melchior-Bonnet, Sabine, *História do Espelho*, Lisboa, Orfeu Negro, 2016.
- Mendes, Paula Almeida, “Em busca da perfeição cristã: práticas espirituais e devotas dos leigos em Portugal (séculos XVI-XVII)”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016, pp. 45-92.
- Milhou-Roudié, “De la concorde à l’amour conjugal: les humanistes espagnols et le 7^o sacrement”, in Redondo, Augustin (coord.), *Relations entre hommes et femmes en Espagne aux XVIe et XVIIe siècles*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1995.
- Monkkonen, H.; Johnson, Eric, A. (ed.) *The Civilization of Crime. Violence in Town and Country since the Middle Age*, Illinois, University of Illinois Press, 1996.
- Monteiro, Abílio Augusto, *Direito Portuguez sobre Legados Pios*, Porto, Typ. De Antonio José da Silva, 1879.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, *A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Casa Nacional da Moeda, 2003.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, 3^a edição, Lisboa, ICS, 2012.
- Moraes, Juliana de Mello, *Viver em penitência: as associações de terceiros em Braga e São Paulo (1672-1822)*, Braga, Universidade do Minho, 2012, tese de Doutoramento policopiada.
- Morgado García, Arturo, *Ser clérigo en la España del Antiguo Regimén*, Cádiz, Universidad de Cádiz, s.d.
- Mota, Maria Guilhermina, “O trabalho feminino no comércio em Coimbra (Séculos XVII-XVIII). Notas para um estudo”, in *A mulher na sociedade portuguesa. Actas do Colóquio*, vol. I, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, FLUC, 1986, pp. 263-307.

- Mota, Rosa Maria dos Santos, *Glossário do uso do ouro no Norte de Portugal*, Porto, Universidade Católica Editora, CIONP; CITAR, 2011.
- Nazzarri, Muriel, *O desaparecimento do dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- Neto, Margarida Sobral, “A violência em Portugal na Idade Moderna: olhares historiográficos e perspectivas de análise”, in *Revista Portuguesa de História*, nº XXX VII, Coimbra, 2005, pp. 927.
- Neto, Margarida Sobral, *O universo da comunidade rural*, Viseu, Palimage Editores, 2010.
- Olival, Fernanda; Monteiro, Nuno Gonçalo, “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal”, in *Análise Social*, v. XXXVII, nº 165, 2003, pp. 1213-1239.
- Oliveira, António de, “Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900”, in *Arquipélago, História*, 2.1, 1995, pp. 259-307.
- Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal*, vols. I, II e III, Viseu, Palimage Editores, 2015.
- Oliveira, Aurélio, *Terra e Trabalho. Senhorio e gentes no Vale do Cávado durante o Antigo Regime, A Abadia de Tibães – 1620-1822*, vol. II, Porto, Edições ISMAI e CEDTUR – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico, 2013.
- Oliveira, Flávia, “Casar órfãs em Braga: os dotes de casamento da Misericórdia da cidade (séculos XVII-XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; García Martín, Alfredo (coords.), *Os marginais (séculos XVI-XIX)*, Braga, Lab2PT, 2019, pp. 93-105.
- Oliveira, Ricardo Pessa de, “A irmandade do Santíssimo Sacramento de Veiros, nos finais do Antigo Regime”, in *Lusitânia Sacra*, nº 33, 2016, pp. 255-268.
- Oliveira, Ricardo Pessa de, “Para governar de vestes vermelhas. Os estatutos da irmandade do Santíssimo Sacramento da Redinha (1695)”, in *Anais Leirienses*, 1, 2019, pp. 269-280.
- Osswald, Helena, “A definição de pobreza nos registos de entrada dos doentes do Hospital da Misericórdia do Porto (1596-1688)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 57-79.
- Paiva, José Pedro, “Os Mentores”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 201-237.

- Paiva, José Pedro, “Um corpo entre outros corpos sociais: o clero”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 33, 2012, p. 165-182.
- Paixão, Anne Elise Reis da, *No cárcere divino. Purgatório, indulgências e missas pelas almas do Rio de Janeiro setecentista*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UNIRIO, 2020, tese de doutoramento policopiada.
- Palomo, Federico, *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- Pardal, Rute, *As elites ao tempo da dominação filipina*, Lisboa, Colibri/CIDHEUS-UÉ, 2007.
- Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Lisboa, Colibri; CIDHEUS, 2015.
- Pellegrin, Nicole, “Cuerpo del común, usos comunes del cuerpo”, in Corbin, Alain; Courtine, Jean-Jacques; Vigarello, Georges (dir.), *Historia del cuerpo. Del Renacimiento a la Ilustración*, Madrid, Taurus, 2005, pp. 113-166.
- Penteado, Pedro, “Confrarias portuguesas na Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, tomo VII, 1995, pp. 15-52.
- Penteado, Pedro, “Confrarias”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2. Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 324-325.
- Pereira, Maria das Dores Sousa, *Entre ricos e pobres: a atuação da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008.
- Pérez García, José Manuel, “Las claves de la euforia demográfica del bajo Miño a través de San Martín de Caldelas (1580-1680)”, in *Revista de Demografía Histórica*, vol. 27, nº 2, 2009, pp. 77-100.
- Pérez Samper, María Ángeles, “Vivir cada día en la España Moderna. Reflexiones sobre la historia social y moderna”, in Iglesias Rodríguez, Juan José; Pérez García, Rafael M.; Fernández Chaves, Manuel F., *Comércio y Cultura en la Edad Moderna*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 2015, pp. 151-187.
- Pimentel, José Hermes, *A assistência à morte na confraria da Santíssima Trindade da igreja do Pópulo de Braga (1700-1750)*, Braga, Universidade do Minho, 2015, dis. de Mestrado policopiada.
- Pinto, Sara, “Do depósito do crédito”, in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 43-55.

- Pinto, Sara; Silva, Hugo Ribeiro da, “O recrutamento, os gestores, os servidores”, in Amorim Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. I (1499-1668), Coimbra, Almedina, 2018, pp. 109-154.
- Ramos, Anabela; Claro, Sara, *Alimentar o corpo, saciar a alma. Ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVII*, Porto, Afrontamento, 2013.
- Ramos Martínez, Jesús, *La Salud Pública y el Hospital General de la Ciudad de Pamplona en el Antiguo Régimen (1700-1815)*, Navarra, Gobierno de Navarra, 1989.
- Ramos, Maria Odete Neto, “Dotar órfãs com posses ou donzelas pobres? As hesitações dos mesários da Misericórdia dos Arcos de Valdevez na distribuição de dotes do abade de Cabreiro (século XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves Alexandra (coords.), *Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 251-273.
- Ramos, Odete, Ramos, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2015.
- Ramos, Rute Isabel Guerreiro, *O Hospital de Todos os Santos. História, Memória e Património Arquivístico (Sécs. XVI-XVIII)*, Évora, Universidade de Évora, 2018, tese de Doutoramento policopiada.
- Ravoux-Rallo, Elisabeth, *Las mujeres en la Venecia del siglo XVIII*, Madrid, Editorial Complutense, 2001.
- Reis, Maria de Fátima, “Caridade e Clausura: honra e virtude feminina em Lisboa na Modernidade”, in Abreu, Laurinda (ed.), *Asistencia y Caridad como Estratégias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2007, pp. 315-322.
- Reis, Maria de Fátima, “Poder régio e tutela episcopal nas instituições de assistência na época moderna. Os Recolhimentos de Lisboa”, in Abreu, Laurinda (Ed.), *Igreja, caridade e assistência na península ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Colibri; CIDEHUS, 2004, pp. 263-273.
- Rey Castela, Ofelia; Rial García, Serrana, “Las viudas de Galicia a fines del Antiguo Régimen”, in *Chronica Nova*, 34, 2008, pp. 91-122.
- Rey Castela, Ofelia, “De la casa a la pila: hábitos y costumbres de bautismo y padrinazgo en Santiago de Compostela, siglos XVII-XVIII”, in Saavedra Alías, Inmaculada Arias de; Guadalupe Muñoz, Miguel Luis López (coords.), *Vida cotidiana en la Monarquía Hispánica: Tiempos y espacios*, Granada, Universidade de Granada, 2015, pp. 195-214.

- Rey Castelao, Ofelia, “Lecturas y libros en clave de género: una perspectiva comparada sobre la segunda metade del siglo XVIII”, in Iglesias Rodríguez, Juan José; Pérez García, Rafael M.; Fernández Chaves, Manuel F., *Comércio y Cultura en la Edad Moderna*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 2015, pp. 257-292.
- Rey Castelao, Ofelia, “Ilegítimos y expósitos en A Coruña, 1730-1900: apadrinamiento y anomástica”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Martín García, Alfredo (coords.), *Os marginais (séculos XVI-XIX)*, Braga, Lab2PT, 2019, pp. 11-33.
- Rey Castelao, Ofelia, “Afetos creados: madrinhas de socorro y de aparato en galicia occidental en el tránsito de la edad moderna a contemporánea”, in Jarque Martínez, Encarna, *Emociones familiares en la Edad Moderna*, Madrid, Sílex, 2020, pp. 245-276.
- Rial García, Serrana; Rey Castelao, Ofelia, “Las viudas de Galicia a fines del Antiguo Régimen”, in *Chronica Nova*, 34, 2008, pp. 91-122.
- Ribeiro, Orlando, *Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1945.
- Riello, Giorgio, *História da Moda: da Idade Média aos nossos dias*, Lisboa, Texto e Grafia, 2013.
- Rocha, Maria Manuela, “Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII-XIX)”, in *Análise Social*, vol. XXXIII, (145) 1º, 1998, pp. 91-115.
- Roche, Daniel, *História das coisas banais*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.
- Rodrigues, Angélica Moreira, *As últimas vontades dos paroquianos de Cervães: a análise dos testamentos do século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2024, dis. de Mestrado policopiada.
- Rodrigues, Cláudia, “Nas fronteiras do além: a secularização da morte do Rio de Janeiro-séculos XVIII-XIX”, in *Arquivo Nacional*, 2005, pp. 38-39.
- Rodrigues, Cláudia, “O uso de testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas de Antigo Regime”, in Guedes, Roberto; Rodrigues, Cláudia; Wanderley, Marcelo da Rocha, *Últimas Vontades. Testamentos, sociedade e cultura na América ibérica (séculos XVII e XVIII)*, Rio de Janeiro, Mauad, 2015, pp. 11-49.
- Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, “Os padrões de juro da Misericórdia de Lisboa, 1767-1797”, in *Ler História*, nº 74, 2019, pp. 137-160.
- Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, “A saúde do corpo”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. I (1499-1668), Coimbra, Almedina, 2018, pp. 305-354.

- Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, vol. I, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada.
- Rodrigues, Maria Manuela, “Morrer no Porto: piedade, pompa e devoções: alguns exemplos das freguesias da Sé, Santo Ildefonso e Campanhã (1690-1724)”, in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. II, Porto, Governo Civil do Porto; Reitoria da Universidade do Porto, 1991, pp. 323-349.
- Rodrigues, Teresa, *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizontes, 1990.
- Rojas García, Reyes, “La literatura notarial castellana durante el siglo XVI y su difusión en América”, in *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 2012, pp. 1-16.
- Rubio Pérez, Laureano M., “Las cofradías leonesas durante la Edad Moderna: el ejemplo de la Diócesis de Astorga”, in *I Congreso Nacional de Cofradías de Semana Santa*, s.l. s.e., 2008, pp. 231-242.
- Ruiz Sastre, Marta; Macías Domínguez, Manuel, “Cuando el amor desaparece. Ruptura de noviazgo y separación matrimonial en el antiguo régimen. El caso del arzobispado de Sevilla”, in Serrano Martín, Eliseo, *De la tierra al cielo. Líneas recientes de investigación en Historia Moderna*, Zaragoza, Diputación de Zaragoza, 2013, pp. 997-1013.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias portuguesas. Séculos XVI a XVIII*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2013.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- Saavedra, Pegerto, “La vida de los pazos gallegos entre la civilidad y la rudeza”, in *Chronica Nova*, nº 35, 2009.
- Santos, Maria José Azevedo, “O azeite e a vida do homem medieval”, in *Estudos em homenagem ao Professor José Amadeu Coelho Dias*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Unidade do Porto, 2006, pp. 139-158.
- Sarti, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Ed. Estampa, 2001.
- Schwartz, S., “A “Babilónia” colonial: a economia açucareira”, in Bethencourt, Francisco; Kirti, Chauduri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 213-231.

- Silva, Elsa Liliana Antunes, *A festa na confraria de Santa Cruz de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2013, dis. de Mestrado policopiada.
- Silva, Hugo Ribeiro da, “Cuidar da alma”, in Amorim, Inês (coord.), *Sob o manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, vol. II (1668-1820), Coimbra, Almedina, 2018, pp. 360-379.
- Silva, Pedro J. Barbosa, “Dotes de casamento: Exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde (séculos XVII e XIX)”, in Esteves, Alexandra (coord.), *Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)*, Braga, Lab2PT, 2019, pp. 102-118.
- Silva, Ricardo Manuel Alves, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2012, tese de Doutoramento policopiada.
- Silva, Ricardo Manuel Alves, “Fundações conventuais femininas franciscanas no arcebispado de Braga na Época Moderna”, in Paláez Rosal, Manuel (dir.), *El Franciscanismo en la Peninsula Ibérica. El viage de San Francisco por la Península Ibérica y su legado (1214-2014)*. *Actas*, vol. II, Córdoba, Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2012, pp. 393-405.
- Silva, Sara Manuela, *A confraria de Nossa Senhora do Carmo de Braga 1750-1850*, Braga, Universidade do Minho, 2014, dis. de Mestrado policopiada.
- Sixto Barcía, Ana María, “Lismonas, dotes e instituciones asistenciales”, in Esteves, Alexandra (Coord.), *Sociedade e pobreza. Mecanismos e práticas assistenciais (Séculos XVII-XX)*, Vila Nova de Famalição, Húmus, 2018, pp. 23-42.
- Soares, Franquelim Neiva, (Introdução, compilação, transcrição e notas), *Relatórios das Visitas Ad Limina da Arquidiocese Bracarense (1585-1910)*, vol. II, Braga, Arquidiocese de Braga, 2015.
- Soares, Franquelim Neiva, *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e Mentalidades pelas visitas pastorais 1550-1700*, Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho; Governo Civil de Braga, 1997.
- Sobaler Seco, María Ángeles, “Espacios femininos en la Castilla del Antiguo Régimen. Cultura material y sociabilidade en el estrado”, in Sá, Isabel dos Guimarães; García Fernández, Máximo (dirs.), *Portas adentro. Comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010, pp. 149-169.
- Sousa, Ariana Sofia Almendra de, *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII*, Braga, Universidade do Minho, 2011, dis. de Mestrado policopiada.

- Spufford, Margaret; Mee, Susan, *The Clothing of the common sort 1570-1709*, Oxford, University Press, 2017.
- Tingle, Elisabeth, *Purgatory and piety in Brittany (1480-1720)*, Farnham, Ashgate, 2012.
- Torremocha Hernández, Margarita, *De la mancebía a la clausura. La casa de Recogidas de Magdalena de San Jerónimo y el convento de San Filipe de la Penitencia (siglos XVI-XIX)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2014.
- Torremocha Hernández, Margarita, “Modelos de espiritualidade barroca “De la que tomó estado matrimonial”, in Burrieza Sánchez, Javier (ed.), *El alma de la mujeres. Ámbitos de espiritualidad femenina en la modernidade (siglos XVI-XVIII)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2015, pp. 181-210.
- Torremocha Hernández, Margarita, “Soltería, mujer y litigiosidad en el cotidiano de la Edad Moderna”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XLVII, 2016.
- Torres, José Veiga, “Da repressão religiosa para a promoção social. A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia comercial”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 40, 1994, pp. 109-135.
- Vaquinhas, Maria Irene; Fonseca, Fernando Taveira, “Os atos notariais como fonte para a História Económica e Social”, in Leal, Maria José da Silva; Pereira, Miriam, Halperne (coords.), *Arquivo e Historiografia*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, pp. 354-364.
- Vaz, Carlos Nuno, *Senhora-a-Branca. 500 anos de uma rica história*, Braga, Irmandade de Nossa Senhora-a-Branca, 2017.
- Vigarello, George, *O limpo e o sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988.
- Vilaça, Olanda Barbosa, *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime*, Braga, Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada.
- Vovelle, Michel, *As Almas do Purgatório e o trabalho do luto*, São Paulo, UNESP, 2010.
- Xavier, Ângela Barreto; Hespanha, António Manuel, “Redes clientelares”, in Mattoso, José (dir), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 340-346.

Este livro dá rosto a um casal de mercadores da cidade de Braga do século XVII, Pedro de Aguiar e Maria Vieira, demonstrando, por um lado, a construção da sua riqueza e, por outro, o uso que dela fizeram, assim como a ascensão social protagonizada. Entre os muitos campos de atuação, destacamos o exercício da caridade, principalmente junto dos doentes e das mulheres. Em simultâneo, possibilita-nos analisar e compreender universos mentais marcados por uma Igreja controladora e muito presente na vida dos crentes, assim como conhecer traços largos da vida da cidade, dos seus habitantes e das suas instituições.



ISBN 978-989-755-622-7



9 789897 556227